

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	6
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	24
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	27
1.5 Principais clientes	35
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	36
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	42
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	43
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	44
1.10 Informações de sociedade de economia mista	48
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	49
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	50
1.13 Acordos de acionistas	52
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	53
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	54
1.16 Outras informações relevantes	55
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	58
2.2 Resultados operacional e financeiro	79
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	83
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	86
2.5 Medições não contábeis	88
2.6 Eventos subsequentes as DFs	92
2.7 Destinação de resultados	93
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	95
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	96
2.10 Planos de negócios	97
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	100
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	101
3.2 Acompanhamento das projeções	102

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	103
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	162
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	165
4.4 Processos não sigilosos relevantes	166
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	198
4.6 Processos sigilosos relevantes	199
4.7 Outras contingências relevantes	201
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	206
5.2 Descrição dos controles internos	213
5.3 Programa de integridade	216
5.4 Alterações significativas	222
5.5 Outras informações relevantes	223
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	224
6.3 Distribuição de capital	226
6.4 Participação em sociedades	227
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	228
6.6 Outras informações relevantes	229
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	230
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	237
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	238
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	242
7.4 Composição dos comitês	250
7.5 Relações familiares	257
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	258
7.7 Acordos/seguros de administradores	259
7.8 Outras informações relevantes	261
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	264

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	273
8.3 Remuneração variável	278
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	280
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	291
8.6 Outorga de opções de compra de ações	292
8.7 Opções em aberto	293
8.8 Opções exercidas e ações entregues	295
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	296
8.10 Outorga de ações	298
8.11 Ações entregues	300
8.12 Precificação das ações/opções	301
8.13 Participações detidas por órgão	304
8.14 Planos de previdência	305
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	306
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	308
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	312
8.18 Remuneração - Outras funções	313
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	314
8.20 Outras informações relevantes	315
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	317
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	318
9.4 Outras informações relevantes	319
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	320
10.1 Descrição dos recursos humanos	322
10.2 Alterações relevantes	326
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	327
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	328
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	330
10.5 Outras informações relevantes	331
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	335
11.2 Transações com partes relacionadas	337
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	345
11.3 Outras informações relevantes	346
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	347
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	348
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	349
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	357
12.5 Mercados de negociação no Brasil	358
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	359
12.7 Títulos emitidos no exterior	360
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	361
12.9 Outras informações relevantes	362
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	368
13.1 Declaração do diretor presidente	369
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	370
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	371

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades da Companhia

1.1 – Histórico da Companhia

O Grupo Casas Bahia S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob onº 33.041.260/0652-90, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Flórida, nº 1970, Cidade Monções, CEP 04565-001, CEP 05402-918 (“Companhia” ou “Grupo Casas Bahia”), é resultado da associação das operações das Casas Bahia e do Pontofrio ocorrida em 2009, e acredita ser uma das maiores empresas de varejo de eletroeletrônicos no mundo.

Casas Bahia (“CB” ou “Casas Bahia”)

A CB foi fundada em 1957, com a inauguração da primeira loja localizada em São Caetano do Sul, batizada como “Casa Bahia”. Em 1960, quando houve a abertura da segunda loja no mesmo município, a rede passou a se chamar “Casas Bahia”. Dez anos após a abertura de sua segunda loja, a Casas Bahia iniciou a venda de eletrodomésticos.

Em 1970, a Casas Bahia adquiriu a financeira Intervest e a rede de lojas Piratininga. No ano de 1972, expandiu-se para o litoral e para a capital do Estado de São Paulo. Em 1978, a Casas Bahia adquiriu as fábricas de móveis Bartira e Bela Vista.

No início dos anos 90, a Casas Bahia começou a sua expansão para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Pontofrio

A Globex Importadora e Exportadora S.A. (“Globex”) foi fundada em 1946 e abriu, na década de 1950, a primeira loja de varejo de eletrodomésticos da cidade do Rio de Janeiro sob a marca Pontofrio. Desde então, a Globex expandiu-se para Brasília e para os estados de Goiás e Minas Gerais. Em 6 de setembro de 1957, teve sua denominação social alterada para Globex Utilidades S.A.

Em 1981, a Globex obteve seu registro de companhia aberta e, em 1996, realizou sua oferta pública inicial de ações (“IPO”), juntamente com seu programa de *American Depositary Receipts* de Nível 1.

Na década de 1990, a Globex investiu na aquisição de empresas já estabelecidas no mercado, como a Casas Buri, J.H. Santos, Kit Eletro, bem como 81 pontos de venda da rede Disapel, fortalecendo a sua presença nos estados de São Paulo, Minas Gerais e estados da região Sul, passando a liderar o ranking do setor em número de lojas. Em 2000, inaugurou a primeira *megastore* de eletrônicos na cidade de São Paulo.

Em 2001, a Globex estabeleceu uma associação com o até então Unibanco, para a formação do *Investcred*. O *Investcred* é um instrumento por meio do qual a Globex pode disponibilizar aos seus clientes, dentre outros, os cartões de crédito *private label* (para uso restrito nas lojas da Companhia), cartões de crédito com bandeiras de ampla aceitação, crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal.

Em 2008, a Globex reestruturou seu canal eletrônico de vendas, de forma que as operações da pontofrio.com foram reunidas em uma empresa independente e lideradas por um grupo de executivos com ampla experiência e histórico de resultados no mercado virtual.

1.1 Histórico do emissor

Em 2009, a Companhia Brasileira de Distribuição adquiriu o controle da Globex, por meio de sua subsidiária Mandala, posteriormente incorporada pela Globex. A operação de aquisição do controle de Globex estava sujeita à aprovação das autoridades antitruste brasileiras, tendo sido aprovada sem restrições pelo CADE em abril de 2013. A operação de aquisição do controle de Globex também estava sujeita à realização de oferta pública de aquisição ("OPA"), concluída pela Companhia em 2010.

Em 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a mudança da marca Pontofrio para Ponto e em 2024 retomou a marca Pontofrio, valorizando seu valor histórico e conhecimento pelo público. Uma marca com 75 anos, querida pelos clientes, extremamente reconhecida e valorizada, pioneira nas redes sociais e que sempre transmitiu inovação. Para a retomada da marca, a Companhia repaginou todas lojas do Brasil com a nova identidade visual, além de todo interior reformado e material gráfico com as novas cores.

Grupo Casas Bahia

Em 4 de dezembro de 2009, a Companhia Brasileira de Distribuição celebrou um acordo de associação com a Casas Bahia, com o intuito de unificar as operações das redes Casas Bahia e Pontofrio. Este acordo de associação foi posteriormente aditado em 1º de julho de 2010. A conclusão da transação estava sujeita à aprovação das autoridades antitruste brasileiras, tendo sido aprovada pelo CADE mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") em abril de 2013.

Em 9 de novembro de 2010, a assembleia geral de acionistas da Globex aprovou todos os atos necessários para a implementação da associação com a Casas Bahia, por meio da incorporação de ações da Nova Casa Bahia S.A., sociedade titular de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações referentes ao negócio de varejo da Casas Bahia envolvidos na associação.

Como parte do processo de construção de uma nova imagem corporativa unificada, em 15 de fevereiro de 2012, foi realizada a assembleia geral de acionistas da Companhia que aprovou a mudança da denominação social de Globex Utilidades S.A. para Via Varejo S.A.

Em 12 de setembro de 2016, a assembleia geral de acionistas da Companhia aprovou a reorganização societária para integração dos negócios de comércio eletrônico desenvolvidos pela Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova") (denominação social para a entidade do grupo que operava nesse setor) aos negócios desenvolvidos pela Companhia. Em decorrência disso, em 31 de outubro de 2016, a Cnova passou a ser subsidiária integral da Companhia.

Em 12 de setembro de 2018, a Companhia firmou uma parceria estratégica com a CarrierEQ, Inc. AirFox e sua subsidiária brasileira, AirFox Brasil ("AirFox"), para desenvolver soluções de pagamentos móveis e banco digital. Por meio de tal parceria, foi desenvolvida uma solução tecnológica mPOS ("Mobile Point of Sale") que permite aos clientes da Casas Bahia a autenticação e digitalização de faturas, além da realização de pagamentos do carnê Casas Bahia diretamente pelo aplicativo móvel. Além disso, a solução disponibiliza aos clientes outras funcionalidades digitais por meio de uma carteira virtual.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia concluiu o seu processo de migração ao segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), nível máximo de governança corporativa no Brasil. Como consequência, houve a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) ação ordinária (1:1), bem como foi encerrado o programa de Units da Companhia.

Em 1º de outubro de 2018, a *E-Hub* Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("E-Hub") e a Nova Experiência Pontocom S.A. ("Nova Experiência") foram incorporadas pela Cnova, ocasião em que esta passou a atuar com as atividades de comércio eletrônico das bandeiras *PontoFrio*, *Casas Bahia*, *Extra*,

1.1 Histórico do emissor

Barateiro e *E-Hub*, possibilitando grande sinergia na logística e nas aquisições envolvidas nas operações dessas bandeiras.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição alienou a totalidade das ações da Companhia de sua titularidade em leilão realizado em pregão da B3, de modo que deixou de ser acionista controladora da Companhia, promovendo a dispersão de seu controle acionário.

Em 1º de julho de 2019, a Cnova foi cindida parcialmente transferindo a parcela de seu patrimônio correspondente às atividades e estabelecimentos de comércio eletrônico para a Companhia. Após a cisão parcial da Cnova, as atividades de comércio eletrônico das bandeiras *PontoFrio*, *Casas Bahia*, *Extra* e *E-Hub* passaram a ser concentradas e exercidas pela Companhia, incluindo as seguintes atividades anteriormente exercidas pela Cnova: (i) comércio eletrônico, incluindo *marketplace*, e (ii) *fullcommerce* que envolvam compra de estoque.

Em 07 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício da opção de compra e formalização, por meio de sua controlada, Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake Niassa"), de todas as providências para aquisição de 100% das ações da CarrierEQ, Inc. ("Airfox/banQi"). A Airfox/banQi é a empresa que desde 2018 vem desenvolvendo a carteira digital da Companhia (banQi).

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, através de sua subsidiária VVLog Logística, adquiriu a totalidade das quotas da ASAP Log Ltda., dando mais um passo importante na transformação digital da Companhia. A ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística ("LogTec"), especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de *e-commerce*, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o "*crowdshipping*" como solução para a entrega última milha ("last mile"), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos.

Essa aquisição contribuiu para o desenvolvimento acelerado em tecnologia logística da Companhia, e trouxe forte apoio para explorar a integração da sua malha logística, inclusive controlando a gestão dos Mini Hubs ("shipping from store"), reduzindo drasticamente o custo logístico e o prazo de entrega. Adicionalmente, foi importante para a melhoria de soluções para seus parceiros de *Marketplace* ("sellers"). A Companhia já contava com a melhor malha logística do país e com a ASAPLog adicionou solução em escala nacional.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua por sua subsidiária VVLog Logística Ltda., celebrou os documentos definitivos relativos à aquisição de 100% das ações de emissão da empresa de tecnologia I9XP Tecnologia e Participações S.A. ("I9XP"). A I9XP é uma empresa de Tecnologia, situada em São Paulo, à época com 155 colaboradores, sendo 120 desenvolvedores, especializada em desenvolvimento de soluções para *e-commerce*. Essa aquisição fez parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como *marketplace* e logística. Em 30 de novembro de 2020, foi concluído o fechamento da aquisição de 100% das ações da I9XP. Em 31 de março de 2023, foi aprovada a incorporação da I9XP pela Viahub Tecnologia em E-Commerce Ltda., subsidiária da Companhia.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de participação acionária de 16,67% do capital da *Growth Partners* Investimentos e Participações S.A., sociedade que detém o controle da *startup* Distrito, por meio de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A. Fundado em 2014, o Distrito é um *hub* de inovação que conta uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas,

1.1 Histórico do emissor

startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. Essa operação representou um salto na estratégia de aceleração da transformação digital, permitindo à Companhia estar conectada a um dos principais *hubs* digitais do país, acessar o universo de *startups* e viabilizar os projetos de transformação e aceleração digital.

Em 25 de abril de 2021, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de 100% das quotas de emissão da Celer Processamento Comércio e Serviço LTDA. (“Celer”), por meio de sua controlada Cnova Comércio Eletrônico S.A. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e hoje oferece um pacote completo de *Bank-as-a-Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX. Atualmente, a Celer conta com aproximadamente 200 *fintechs* integradas, que oferecem aos seus clientes, além soluções próprias, soluções de aquisição e conta digital para mais de 24.000 estabelecimentos comerciais cadastrados.

A conclusão da operação e integração com a Celer permitiu à Companhia ampliar os serviços financeiros disponibilizados aos *sellers* do seu *Marketplace*, tais como (i) aquisição e *gateway* para vendas físicas e *online*, (ii) ampliação conta digital banQi completa e integrada ao PIX, (iii) plataforma de antecipação dos recebíveis e também (iv) uma gestão completa da agenda financeira, além de viabilizar a jornada omnicanal da Companhia, facilitando (a) a interação financeira entre o *seller* do *Marketplace* e as lojas físicas da Companhia, e (b) parcerias com *players* relevantes do mercado para a concepção de mais inovações no setor.

Em 05 de agosto de 2021, a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data: (i) a mudança da sede da Companhia para a Avenida Rebouças, 3970, 28ª Andar, Pinheiros, CEP 05402-918, cidade de São Paulo, no estado de São Paulo; e (ii) a alteração da denominação social para VIA S.A., em linha com a mudança da marca comunicada ao mercado em 25 de abril de 2021. Em decorrência da alteração da denominação social, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 sob novo código de negociação (*ticker*) “VIA3”, em substituição ao código antigo “VVAR3” e o nome de pregão da Companhia passou a ser apenas “Via” em substituição à “Via Varejo”. O novo posicionamento da marca institucional, nova assinatura corporativa e a alteração do ticker para VIA3 reforçaram a estratégia de ser reconhecida como “a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem” e ir muito além do varejo.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A. realizou investimento minoritário na *startup* Byebnk Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda. (“byebnk”), uma plataforma de gestão de investimentos em criptomoedas que está ampliando sua atuação para possibilitar aos seus clientes/usuários a realização de investimentos em ativos tradicionais através da chamada “tokenização” (transformação de ativos financeiros em criptomoeda). Além da gestão de investimentos, a byebnk também tem como propósito oferecer serviços de educação financeira aos brasileiros.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A., realizou investimento minoritário na *startup*: Mibolsillo Financial Technologies Inc. (“Poupa Certo”), uma plataforma de gestão e educação financeira que oferece, através de uma experiência totalmente digital, utilizando uma estratégia de gamificação, jornadas de educação financeira customizadas, com operações em diversos países na América Latina tais como Peru, Chile, Guatemala e México.

1.1 Histórico do emissor

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A., por meio do programa Via Next, realizou investimento minoritário na *startup*: Gopublic Serviços Financeiros Ltda. (“GoPublic”), que oferece um ecossistema de soluções *Software as a Service* (SaaS) modular, adaptável na modalidade “*whitelabel*” para facilitar a jornada de crédito e pagamentos. Com tecnologia própria aplicada a modelos inovadores de análise de risco, a GoPublic foca no comportamento do cliente e no fluxo do crédito, com maior eficiência no uso de dados e maior utilização de algoritmos de alta precisão. A esteira de monitoramento e cobrança está totalmente integrada, combinada com uma ampla gama de soluções de meios de pagamentos, que são parte integral da jornada completa do crédito à cobrança.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT por meio de suas subsidiárias. A CNT é uma logtech especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP. A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos.

Também em 2022, houve o investimento minoritário em mais 5 startups – Hubii, Manfing, Yapoli, IDid e Já Vendeu – por meio da Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Darwin Startups, juntamente com a realização de um programa para acelerar o desenvolvimento dessas empresas e projetos de inovação da Companhia.

Em 12 de setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, a alteração da denominação social para Grupo Casas Bahia S.A., de modo a incorporar ao nome empresarial da Companhia a principal marca e unidade de negócios do grupo, reforçando sua identidade corporativa perante investidores e demais *stakeholders*. Em decorrência da alteração da denominação social, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 sob novo código de negociação (*ticker*) “BHIA3”, em substituição ao código antigo “VIA3” e o nome de pregão da Companhia passou a ser “Casas Bahia” em substituição à “Via”.

No que diz respeito ao comércio de móveis, a Bartira, nossa controlada – cuja fábrica possui mais de 112 mil m² de área construída - produz dormitórios, cozinhas, estantes e racks, entre outras peças, superando a casa de 800 mil de itens fabricados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Desde 1981, a Bartira produz móveis exclusivos para a Casas Bahia e, em 2013, quando passou integrar a Companhia, passou a produzir móveis também para as lojas Pontofrio.

Recuperação Extrajudicial

Em 28 de abril de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que distribuiu um pedido de Recuperação Extrajudicial (“RE”) a fim de implementar o reperfilamento de dívidas financeiras quirográficas da ordem de R\$ 4,1 bilhões, decorrentes de suas 6^a, 7^a e 8^a emissões de debêntures a mercado e a 9^a emissão de debêntures e certas CCBs emitidas junto a determinados credores, nos termos e condições estabelecidos no Plano de RE (“Plano”). Para mais informações, vide item 1.2 deste Formulário de Referência e a íntegra do Plano, disponível em: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/informacoes-financeiras/plano-de-recuperacao-extra/>.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 – Atividades principais desenvolvidas pela Companhia e suas controladas

Visão geral da Companhia e principais vantagens competitivas

Nosso propósito é ser a plataforma especialista de relacionamento e consumo do brasileiro onde, quando e como ele quiser, incorporando os aspectos socioambientais e de governança em toda a nossa cadeia de atuação, desde o cuidado com os nossos colaboradores até a logística para chegar no cliente final. Para isso, acreditamos ir além do que é praticado atualmente no setor de varejo, em uma jornada que coloca os nossos clientes no centro de tudo, focando em fornecer o melhor atendimento e uma experiência única em todas as etapas de compra. Por meio de ferramentas que visam proporcionar uma boa experiência, entregamos ofertas agnóstica de produtos, serviços, soluções financeiras e logística.

Atuamos de forma omnicanal, com marcas “*top of mind*” oferecendo uma série de serviços e soluções financeiras que retroalimentam e impulsionam nosso ecossistema. Na atuação *online*, acreditamos ser reconhecidos como destino em diversas categorias chaves, como a linha branca (fogão, forno elétrico, freezer, micro-ondas e demais aparelhos para tarefas domésticas) e a linha marrom (aparelho de som, Blu-Ray Player, DVD, home-theater, televisão e demais aparelhos destinados ao lazer). Possuímos uma ferramenta de vendas batizada de “Me chama no Zap”, na qual contamos com vendedores *online* que atendem nossos clientes por meio de inteligência artificial.

Os parceiros do *marketplace* usufruem da força de nossas marcas, plataforma de serviços e logística para vender cada vez mais. Com um sortimento de mercadorias cada vez mais amplo e complementar ao *core*, que são as vendas 1P (“*first-party relationship*”) e 3P (“*third-party relationship*”), acreditamos gerar valor para a Companhia através desse canal, não só com maiores vendas mas também com maior oferta de serviços.

Nossa logística está a serviço dessa omnicanalidade, gerando valor para o cliente e operando de maneira aberta (para fora da Companhia). Temos vasta cobertura geográfica através da nossa malha, com todas as lojas servindo como pontos para retirada de produtos comprados online – Retira Rápido – e como apoio logístico. Atuamos na entrega de produtos de diferentes pesos e tamanhos com a mesma eficiência, em todas as cidades do Brasil.

Nossas soluções financeiras permitem a democratização do crédito e inclusão do público consumidor através de uma oferta de crédito competitiva. Nosso portfólio de soluções financeiras está em constante evolução e, atualmente, conta com uma ampla oferta de serviços, tanto para o cliente pessoa física quanto para a pessoa jurídica.

Estamos entre os maiores vendedores de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis no Brasil, de acordo com o ranking da SBVC das 300 maiores empresas de varejo brasileiro¹. Operamos por meio de nossa plataforma de venda omnicanal integrada por nossas operações de *e-commerce* com as bandeiras “Casas Bahia”, “Pontofrio”, “Extra.com.br”. Além disso, oferecemos serviço de *marketplace*, onde varejistas terceiros (*sellers*), mediante o pagamento de taxas de comissionamento, disponibilizam seus produtos nos sites das Casas Bahia, Pontofrio e Extra, de forma que possuíamos, em 31 de dezembro de 2023, 163 mil *sellers* que vendem em nossas plataformas, oferecendo 76 milhões de SKUs.

Em 31 de dezembro de 2023, nossa rede contava com 1.078 lojas físicas das bandeiras “Casas Bahia” 943 lojas e “Pontofrio” 135 lojas, localizadas em mais de 540 cidades e 22 estados mais o distrito federal, atuando como um ponto de venda, de relacionamento com o cliente e como um *hub* logístico, ou seja, são lojas que funcionam como centros de envio de mercadorias para clientes (*shipping from store*) e

¹ Ranking disponível em: <https://sbvc.com.br/9a-ed-ranking-300-maiores-empresas-do-varejo-brasileiro-2023-sbvc/>

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

como agência para o banQi. Por fim, em 31 de dezembro de 2023, possuíamos 29 centros de distribuição espalhados por todo Brasil e, atualmente, contamos com o diferencial de ter a Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") como controlada, o que nos permite verticalizar a produção de móveis, garantindo um fornecimento de móveis e maiores margens ao eliminar intermediários.

Em 31 de dezembro de 2023, nossas lojas representavam aproximadamente 30% do *market share* nacional e nosso *e-commerce*, 13,5% em 1P e 3P. Em 31 de dezembro de 2023, atendíamos 113 milhões de clientes, dos quais 28 milhões eram ativos, com um *Net Promoter Score*² ("NPS") de 72.

A Companhia também possui um robusto ecossistema financeiro, através do qual (1) controla a banQi, que oferece inovação digital para pessoas físicas e jurídicas, incluindo a abertura de contas digitais, carteiras digitais (*e-wallets*), concessão de crédito (crediário digital), emissão de cartão pré-pago, serviços de pagamentos como *QRcode*, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia, possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede, dentre outros serviços – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão / bancarização das classes C e D, trazendo recorrência e rentabilidade para a Companhia, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, o banQi possuía 7,4 milhões de contas, e (2) possui parcerias com bancos tradicionais como Itaú e Bradesco para oferta cartão *co-branded* no Pontofrio e Casas Bahia respectivamente. Com isso, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com contas a receber - Crediário Casas Bahia (circulante e não circulante) de R\$5,3 bilhões e tinha um TPV (*total payment volume*) de R\$12 bilhões gerados pelos serviços financeiros oferecidos.

A Companhia também opera sua logística de maneira aberta, seja para sua própria operação omnicanal, para os *sellers* do *marketplace*, e/ou para terceiros, participando de 25% das entregas 3P do *marketplace* por meio dos serviços de coleta, postagem, *drop-off* e *fulfillment*. Para isso, conta com controladas que oferecem diferentes serviços, tais como (1) ASAPLog, uma plataforma tecnológica de logística (LogTech) para a entrega de última milha (*last mile*), que conta com uma rede de entregadores autônomos, e (2) CNT, que é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em *fulfillment* e *fullcommerce* (*white label*) através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias proprietárias.

Potencial de crescimento

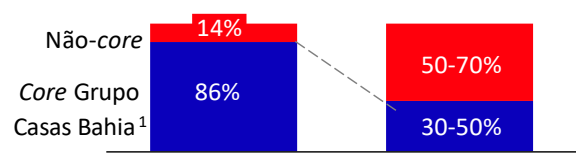
1P e 3P

Com nossa plataforma digital robusta, em 31 de dezembro de 2023, 44% do nosso *Gross Merchandise Value* ("GMV") era proveniente dos canais digitais, com destaque para a grande concentração de 1P nas categorias *core* com maior *ticket* médio, que, em conjunto com a abrangência nacional de nossas lojas, possibilita a criação de uma barreira de entrada relevante para novos entrantes. Ao mesmo tempo, nosso 3P é orgânico e complementar ao *Core*, o que faz com que parte da nossa estratégia não entre em competição com plataformas generalistas, as quais oferecem uma ampla variedade de produtos sem possuir um foco ou um nicho específico.

Distribuição das vendas entre itens core e não core vs. Outras plataformas

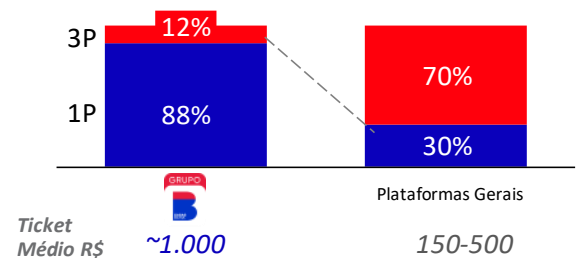
² Métrica de lealdade e satisfação do cliente, apurado por meio de pesquisas de satisfação realizadas nas próprias lojas. Um NPS excelente considera uma pontuação de 75 a 100.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Estudo feito pelo BCG conforme contratado pela Companhia, na data base de 31 de dezembro de 2023 1- Considera telefones, eletrodomésticos, linha branca, televisores e mobília

Distribuição das vendas online entre 1P e 3P e ticket médio vs. Outras plataformas

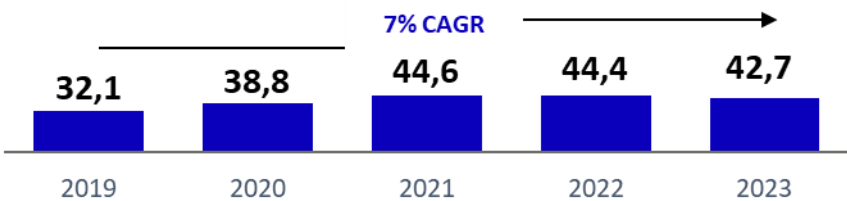


Fonte: Estudo feito pelo BCG conforme contratado pela Companhia, na data base de 30 de junho de 2023

Varejo 1P Omnicanal

Contando com 2 marcas reconhecidas, quais sejam Casas Bahia e Pontofrio, e parcerias com empresas como C6 Bank, Inter, Nubank, Esfera, Banco do Brasil e outras, o Varejo 1P da Companhia é o destino de escolha dos brasileiros nas 5 principais categorias de bens duráveis, sendo responsável por 90% do GMV total da Companhia e com mais de 30% do market share em 1P (online e offline), em 31 de dezembro de 2023. A plataforma omnicanal da Companhia também permite que lojas atuem como hubs de relacionamento com clientes, catalisando vendas online e atraindo clientes para o banQi

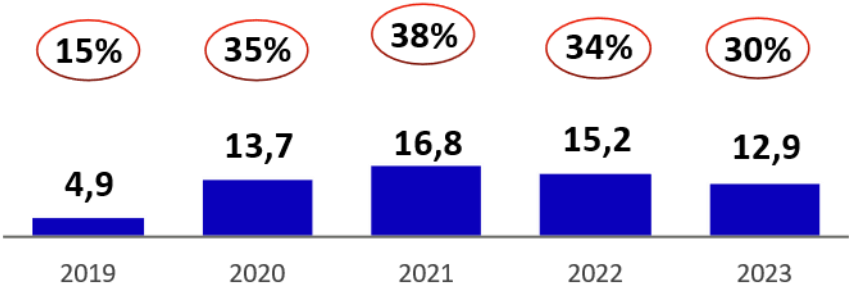
GMV bruto – Varejo omnicanal | Métrica operacional



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

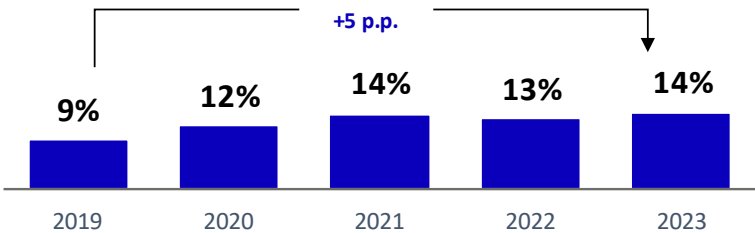
GMV bruto online – 1P e % do varejo omnicanal | Métrica operacional

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Market share online (1P+3P) | Métrica operacional



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

B2B

Através do modelo *Business to Business* (“B2B”), que trata-se de um modelo no qual as atividades comerciais de uma empresa são voltadas à venda de produtos ou serviços para outra empresa e não uma pessoa física, e da expertise da Companhia em oferecer soluções customizadas para o varejo, o ecossistema da Companhia é beneficiado através dos pontos abaixo:

- Exposição da marca: Exposição das marcas Casas Bahia, Pontofrio e Extra.com nos principais programas de pontos e *marketplace*;
- Novos clientes: Canal estratégico para atrair novos clientes com Custo de Aquisição de Cliente (CAC) menor;
- Setor: Não existem barreiras no B2B, a Companhia pode entrar em diversos setores;
- B2B Market: Referência no mercado B2B com rápidas ações de venda e estrutura tecnológica robusta;
- Prospecção: Presença nos principais programas de vendas das empresas parceiras (C6 Bank, Inter, Esfera, Nubank BB, Fast, Carrefour, Livelu, entre outros) e extenso *roadmap* de novas parcerias, conforme demonstrado abaixo;
- Market share: B2B ajuda a crescer significativamente o *market share* em 1P e poder de compra;
- Profit & Loss Statement (“P&L”): Melhores margens entre as alternativas *online*.

Apresentamos abaixo a linha do tempo de iniciativas da Companhia nesse sentido, bem como as parcerias selecionadas para tanto:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

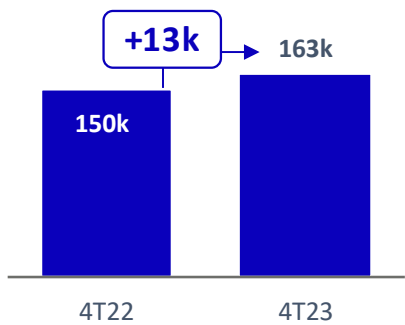


3P Omnichannel

Nós do Grupo Casas Bahia oferecemos experiência e nível de serviço entre as plataformas 3P, com baixo custo de entrega, alto NPS e rastreabilidade de pedidos. O 3P atua como um pilar para ativação de clientes e aumento de recorrência com a presença da Companhia em compras complementares.

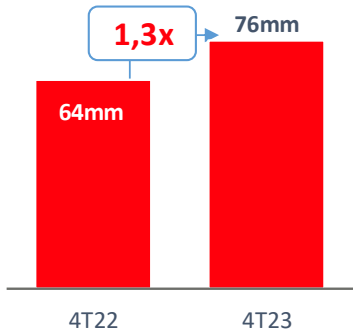
Além disso, o 3P traz rentabilidade, ganhos de escala com diluição do custo de estoque e entrega, alavancando a plataforma nacional de logística da Companhia, anúncios, a plataforma de crédito e outros serviços, conforme demonstrado abaixo.

Vendedores 3P



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

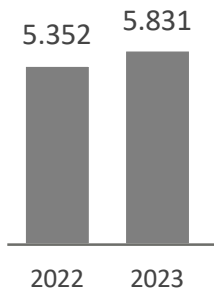
Número de SKUs



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

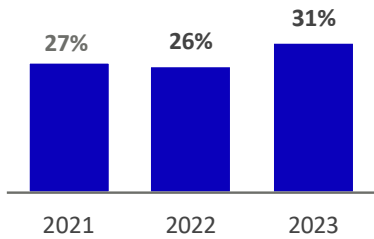
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

GMV Bruto 3P



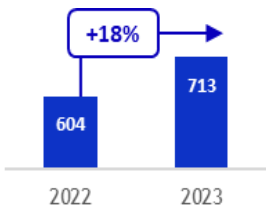
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

GMV Bruto 3P (como % do GMV online)



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

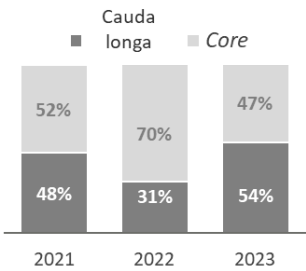
Receita 3P



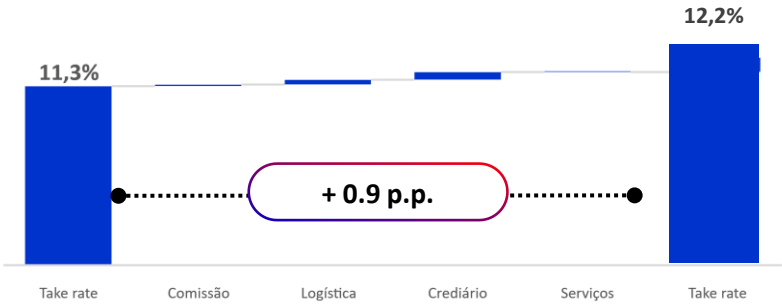
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Participação do # de pedidos por categoria

1- Considera telefones, pequenos eletrodomésticos, linha branca, televisores e mobília



Evolução do take rate¹ no modelo 3P



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

1- Considera Take Rate como as taxas e comissões cobradas pela Companhia nas transações realizadas por terceiros através das plataformas da Companhia.

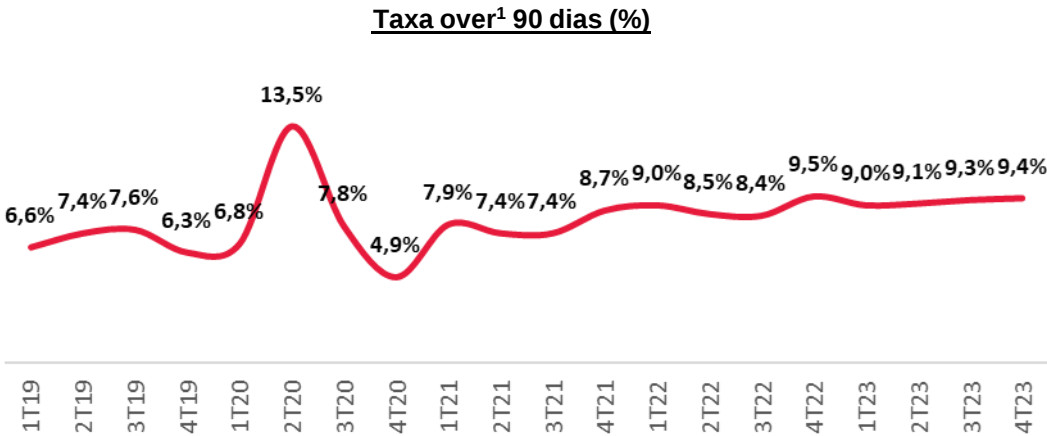
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Serviços financeiros

Oferecemos um leque de serviços financeiros focados no aumento da lucratividade da Companhia. Entre os principais serviços oferecidos estão:

- **Crediário:** Somos um dos primeiros varejistas a oferecer parcelamentos através do CDC. Em 31 de dezembro de 2023, nossos números eram:
 - Mais de 4,3 milhões de clientes
 - R\$5,4 bilhões de carteira ativa (contas a receber crediário Casas Bahia total (circulante e não circulante)
 - 9,0% de média histórica de taxa over 90
- **Cartão de crédito:** Possuímos parcerias com o Bradesco por meio das Casas Bahia e com o Itaú por meio do Pontofrio para emissão de cartões *co-branded*
 - 3,6 milhões de cartões *co-branded* ativos
 - R\$5,4 bilhões de TPV
- **banQI:** Banco digital da Companhia, oferecendo serviços como abertura de contas digitais, carteiras digitais (*e-wallets*), concessão de crédito (crediário digital), emissão cartão pré-pago, serviços de pagamentos como QRcode, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia, possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede, dentre outros serviços – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão / bancarização das classes C e D
 - 18,9 milhões de downloads do aplicativo
 - 7,4 milhões de contas ativas
 - R\$9,3 bilhões de TPV
 - R\$19,0 bilhões transacionados no total

Queremos reforçar a relevância do produto crediário no modelo de negócios da Companhia. A taxa over 90 do crediário foi de 9,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, tendo se mantido estável em comparação com o primeiro trimestre do mesmo ano, reforçando a qualidade da carteira. O nível de perda sobre a carteira ativa manteve-se dentro da média histórica, corroborando com os demais indicadores no crediário. Relativamente, estão sendo apresentados indicadores abaixo do mercado, mas a Companhia continua atenta ao ambiente econômico e ao momento dos consumidores.

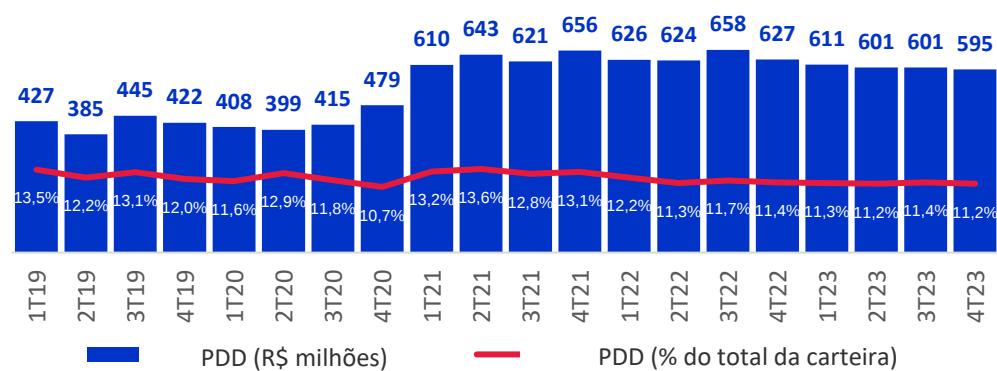


Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

1- Considera taxa over como o percentual da carteira ativa de carnês, sem efeito dos juros a incorrer, com atraso maior que 90 dias

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

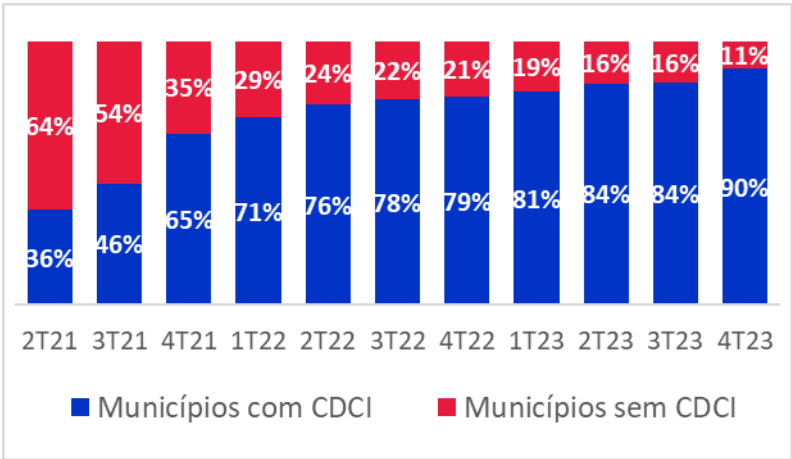
Perdas sobre a Carteira



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A

A importância do crediário também atinge o digital. A capilaridade do crediário digital é extensa, são realizadas vendas de crediário em mais de 4.400 municípios sem presença de lojas físicas, reforçando que o crediário nos canais digitais é uma alavanca de crescimento rentável baseada em uma fortaleza da Companhia.

Municípios brasileiros com cobertura do crediário da Companhia



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

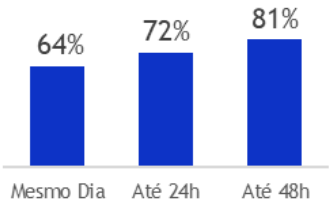
Serviços logísticos

A Companhia conta com uma rede logística completa com capilaridade incomparável, usufruindo de sua omnicanalidade para garantir a qualidade do nível de serviço da entrega e garantir a rentabilidade da operação. Ao todo são 29 CDs, os quais estão distribuídos em 23 estados, +1.600 estações de *cross docking* e 100% das lojas atuando como pontos de *last mile*, *fulfilment* e *Retira Rápido*.

O resultado do uso destes canais permitiu a Cia atingir 81% de entregas feitas em até 48 horas.

Entregas em 24/48 horas

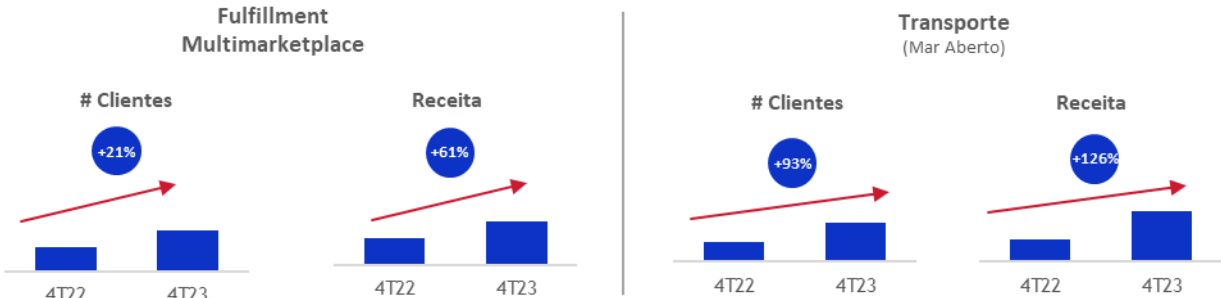
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A

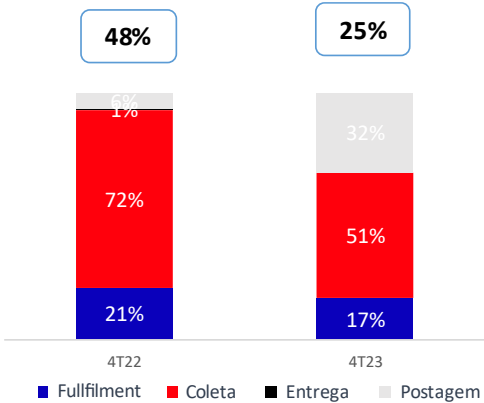
Com uma infraestrutura com 2,7 milhões de metros quadrados de área total considerando CDs e lojas, a Companhia possui capacidade de armazenagem para desenvolver negócios sem a necessidade de capex relevante, que permitem a adição de novas fonte de receita, diluição de custo e rentabilidade. Assim a Cia oferece um serviço de fulfillment multimarketplace (para entrega de produtos dos sellers vendidos inclusive em outra plataformas) e o serviço de transporte mar aberto (para entregas de produtos para clientes que não são sellers).

Serviços logísticos para terceiros – novas fontes de receita



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

ENVVIAS como percentual do total de entregas 3P e mix



Fonte: Grupo Casas Bahia S. A.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Plano de Transformação

Revisamos nosso planejamento estratégico com o intuito de fortalecer ainda mais a Companhia. Seu objetivo é tornar a empresa ainda mais resiliente, para que seja capaz de lidar com cenários desafiadores e apresente uma posição de liquidez sólida e sustentável para os próximos anos.

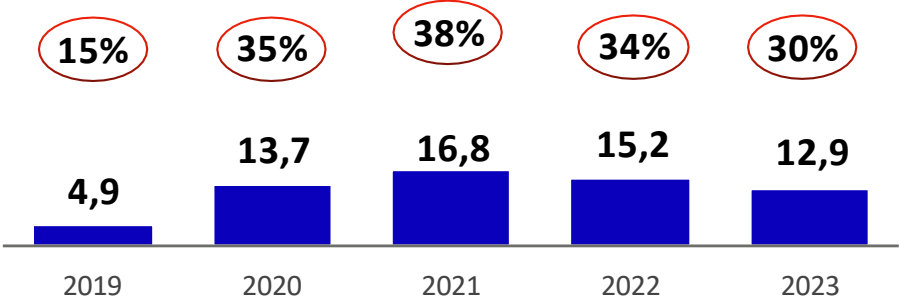
O plano de transformação visa a posicionar a Companhia para navegar o atual ambiente macroeconômico. O foco entre 2019 e 2022 foi o crescimento do GMV, expansão para novos canais de venda, categorias e negócios relacionados. Neste período, as condições macroeconômicas favoreciam investimentos para aquisições de empresas de tecnologia. Essa execução foi concluída e, agora, a Companhia dispõe de uma plataforma ampliada, aprimorada e mais abrangente.

Desde 2023 e para os próximos dois anos, porém, tem sido efetuado um ajuste significativo na estratégia, com o principal objetivo de gerar caixa e rentabilidade. Essa medida visa a preparar a empresa para um novo ciclo de crescimento após 2025. Nesse sentido, foram refinados os cálculos de Taxa Interna de Retorno (TIR) por categoria, fornecedor, SKU e canal de vendas, e implementada uma alocação disciplinada de capital para maximizar a criação de valor. Tal estratégia possibilita a monetização da plataforma existente e, ao mesmo tempo, reduz significativamente os riscos de execução, mantendo um enfoque sólido no núcleo da empresa.

São destacadas as realizações no período de 2019 a 2022:

- Abertura de mais de 200 lojas em 150 novas localidades.
- Adição de mais de 12 mil SKUs e 20 novas categorias na operação 1P, visando a recorrência.
- Foco no aumento das vendas online, conforme gráfico abaixo.

Crescimento das vendas online (R\$ bilhões) e % do GMV total | Métrica operacional



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Construção acelerada do *marketplace*, com expansão em SKUs e *sellers*:
 - *Sellers*: de 133 mil em no final do exercício de 2021 para 151 mil no final do exercício de 2022, com um crescimento 14% no período
 - SKUs: de 41 milhões em 2019 para 64 milhões em 2022, um crescimento de 56% no período
- Investimentos realizados em aquisições de empresas de tecnologia para diminuir a lacuna tecnológica

Para o Plano de Transformação, estabelecemos novas prioridades com foco na geração de caixa e aprimoramento da rentabilidade:

- Garantir um fluxo de caixa livre robusto;
- Aprimorar o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) e tornar-se uma referência no setor em relação à métrica de spread sobre custo de capital.

O EBITDA e o GMV resultam da mobilização em torno dessas duas frentes principais:

- Margem EBITDA deve ser elevada em relação à atual;
- O GMV irá refletir os ajustes focalizados no retorno: redução de categorias não essenciais no 1P e concentração em oportunidades no núcleo, onde o valor é gerado.

Com essas prioridades estabelecidas, delineamos um Plano de Transformação composto por duas grandes frentes: Alavancas Operacionais e Estrutura de Capital.

Começando pela frente de Alavancas Operacionais, estão sendo introduzidas novas métricas de margem e caixa para orientar a gestão da Companhia. Em vez de se concentrar apenas na margem bruta, a Companhia passou a adotar uma abordagem mais criteriosa para a rentabilidade, considerando outras despesas diretas, custos de manutenção de estoque e os encargos financeiros associados ao financiamento do consumidor.

Esse realinhamento de metas e as rotinas de gestão impulsionarão uma transformação cultural em toda a organização, dando enfoque na margem, no fluxo de caixa e no retorno sobre o capital investido, ao mesmo tempo em que se cria um senso de urgência para resolver questões de capital ocioso, como estoques excessivos.

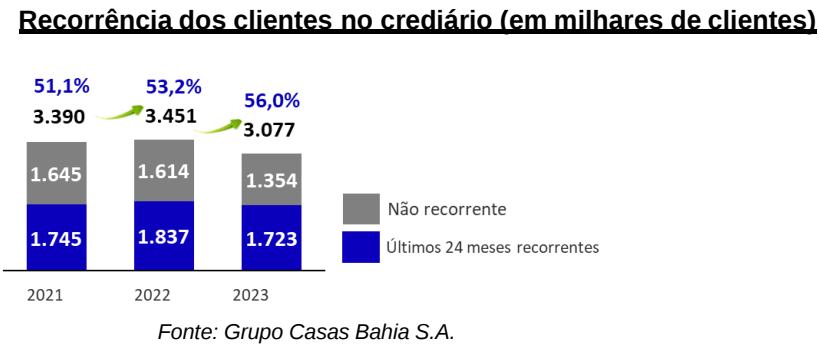
Além disso, foram selecionadas alavancas que afetam toda a Demonstração do Resultado (DRE). Apresentamos abaixo uma visão geral dessas iniciativas, com níveis de maturidade correspondentes, e exemplos não exaustivos.

As principais ações e seus respectivos impactos na Demonstração do Resultado são os seguintes:

- **Impacto na Receita:**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Aumento da penetração de serviços e do crediário (por meio de FIDC);
- Revisão do modelo das operações de B2C, B2B e Marketplace;
- Reavaliação da rentabilidade de cada produto para cada canal de venda e ajuste do mix entre 1P e 3P;
- Revisão do modelo de precificação e promoção, incorporando sistema e modelagem matemática para decisão em todos os canais;
- Crescimento na recorrência dos clientes
 - A respeito do perfil de recorrência e dos vínculos empregatícios dos mais de clientes ativos em 2023, 56% são clientes recorrentes nos últimos 24 meses, 40% trabalham sem um vínculo formal, 23% são aposentados e [37%] são autônomos.



- **Redução dos Custos Variáveis:**
 - Reestruturação da agência de marketing com novo modelo de negócios, alavancando inteligência artificial para agilidade e redução de custos de vendas, gerais e administrativos (SG&A), além de trazer ganhos com rebate;
 - Realocação de investimentos através dos diferentes canais e categoria para maximizar margens. Lançamento do GeoFast para maior eficiência e menor custo na mídia tradicional;
 - Renegociação de contratos indiretos.
- **Redução dos Custos Fixos:**
 - Revisão do quadro de pessoal, gerando considerável economia anual;
 - Revisão dos custos de TI;
 - Revisão do *footprint* de lojas;
 - Aumento da produtividade nos centros de distribuição e ajustes na área locada, em linha com redução dos estoques.
- **Impacto no Caixa e Custo de Capital:**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Revisão da política de pagamento, migrando itens do 1P para o 3P e reduzindo estoque excedente.

Iniciativas implementadas

Na reestruturação da equipe, a mudança de foco e a busca por sinergias entre áreas resultaram em 8,6 mil posições reduzidas em 2023, proporcionando economia mensal de aproximadamente R\$30 milhões, reestruturação que promove maior simplicidade e agilidade para a empresa.

Número de lojas

Parte do Plano de Transformação se dá pelas iniciativas visando incrementar a eficiência no número de lojas. Dentre essas iniciativas, destaca-se:

- Otimização das equipes de loja;
- Renegociação de aluguéis;
- Revisão do sortimento ideal das lojas;
- Sublocação de espaço ocioso nas lojas.

Atualmente, a Companhia possui 1.078 lojas, sendo que 55 lojas foram fechadas até 31 de dezembro de 2023, com os seguintes impactos: (i) redução marginal de GMV; (ii) ganho margem de contribuição; e (iii) ganho sobre o LAIR (Lucro antes de Impostos de Renda).

Revisão do Mix de Sortimento e Categorias

Com foco na geração de valor, foi realizada uma revisão do *mix* de sortimento e das categorias trabalhadas na operação 1P (primeira parte). Categorias com margens negativas estão sendo migradas do 1P para o 3P (terceira parte), resultando em 23 categorias totalmente migradas e [3] categorias parcialmente migradas. Como resultado desse movimento, podemos destacar a: (i) transferência marginal GMV do 1P para o 3P; (ii) redução de R\$ 150 milhões no estoque (com base na posição de estoque dos produtos que foram migrados para 3P em 30 de julho de 2023; (iii) ganho de margem; (iv) 12.200 SKUs migrados; (v) ticket médio de R\$180,00; e (vi) menos de 5% de clientes 1P exclusivo em relação ao total da base de clientes.

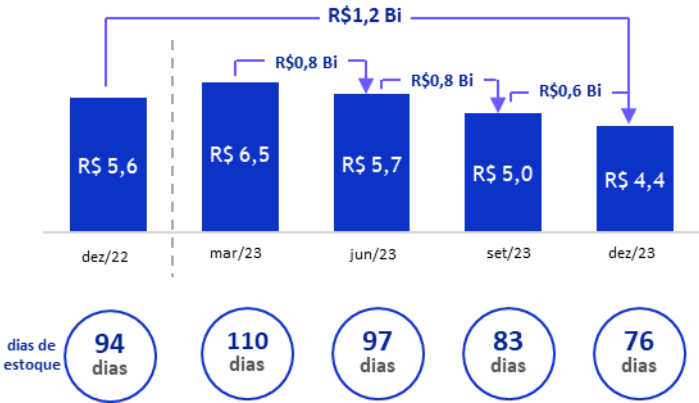
Redução de Estoque

Diversas iniciativas foram e estão sendo implementadas visando a redução do estoque. Foram feitos ajustes nos planos de compra e a redução integral ocorrerá após o prazo de venda do estoque excedente.

Em 31 de dezembro de 2023, estoque foi reduzido em cerca de R\$ 1,2 bilhão em comparação com o 31 de dezembro de 2022, resultando em uma melhoria de 18 dias no prazo de estocagem, que passou de 94 para 76 dias – período melhor do que o objetivo inicial de atingir um prazo abaixo de 90 dias por meio das iniciativas apresentadas acima.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

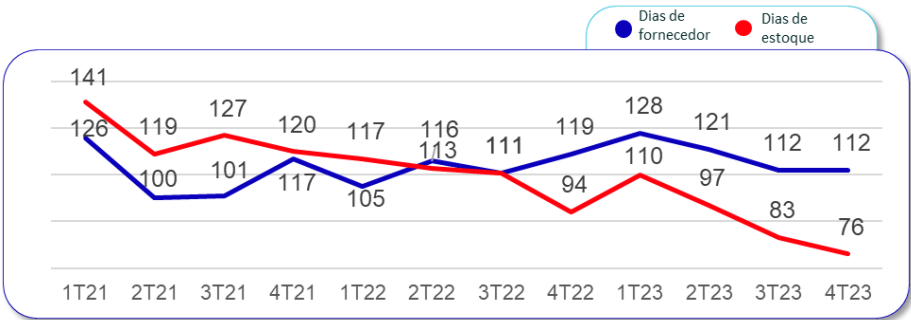
Situação atual do estoque



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A

Esta melhora também é mostrada através da curva de estoque e fornecedores se invertendo nestes períodos, a qual antes informava os dias de estoque (giro do estoque) superior aos dias de fornecedores (giro do fornecedor).

Curva dos Dias de Fornecedores e Dias de Estoque



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A *Fornecedores não inclui convênio e não revenda

Financiamento da Companhia

Historicamente, a Companhia tem utilizado dívida bancária e, em menor medida, o mercado de capitais brasileiro como fontes de financiamento. No entanto, atualmente, estão sendo avaliadas novas oportunidades de captação em outras fontes, como o mercado de capitais internacional, agências de fomento/bancos de desenvolvimento e a diversificação bancária via acesso a outros bancos parceiros.

Esse planejamento busca preparar a Companhia para acessar diferentes fontes de financiamento, que podem oferecer prazos, volumes ou preços mais competitivos, dado que a diversificação das fontes de liquidez é de suma importância para a empresa.

Além disso, o trabalho de *liability management* (processo contínuo de aprimoramento do perfil da dívida) da Companhia é uma atividade constante, visando aprimorar o perfil do passivo. Nesse sentido, os objetivos da gestão da dívida são claros:

- Garantir a sustentabilidade financeira em todas as condições de mercado, por meio da gestão da liquidez e endividamento;
- Proporcionar maior flexibilidade financeira para a execução das alavancas operacionais;
- Preparar o balanço para um crescimento mais substancial a partir de 2025.

A Companhia também adota medidas de monetização de ativos para suportar o caixa no curto prazo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Essas medidas incluem:

- A utilização de créditos fiscais no valor de R\$2,3 bilhões em 2024;
- Grande potencial de redução nos estoques;
- O planejamento para o desinvestimento de algumas lojas com grande potencial de redução;
- A venda de uma subsidiária que detém ativos fiscais.

Perfil dos empréstimos e das debêntures

Instrumentos	Moeda	Em 31/12/2023		
		(R\$ milhões)		
CCB	BRL	398	CDI + 4%	[10%]
Debêntures (6ª, 7ª e 9ª)	BRL	3.234	CDI + 2,59%	[81%]
Debêntures (8ª emissão)	BRL	351	IPCA + 8,79%	[9%]
Total		3.983	CDI +3,30%	100%

Reperfilamento da Dívida

Em 28 de abril de 2024, em continuidade ao Plano de Transformação anunciado ao mercado por meio do fato relevante de 10.08.2023, a Companhia comunicou ao mercado que distribuiu um pedido de Recuperação Extrajudicial (“RE”) a fim de implementar de maneira segura, efetiva e transparente o bem sucedido reperfilamento de dívidas financeiras quirografárias da ordem de R\$ 4,1 bilhões (“Créditos Sujeitos”), decorrentes de suas 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures a mercado e a 9ª emissão de debêntures e certas CCBs emitidas junto a Instituições Financeiras (“Credores Signatários”), nos termos e condições estabelecidos no Plano de RE (“Plano” ou “PRE”) aprovado pelos Credores Signatários;

O Plano contempla o alongamento do cronograma de amortização dos Créditos Sujeitos, incluindo uma carência de 24 meses para pagamento de juros e de 30 meses para pagamento de principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos), com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%, de maneira que o serviço da dívida será positivamente impactado da seguinte forma:

O PRE contempla, ainda, a possibilidade dos Credores Sujeitos Apoiadores (conforme definido no PRE) converterem parte dos Créditos Sujeitos em participação societária na Companhia, durante uma janela de tempo compreendido entre 18 e 36 meses contados da aprovação do PRE, podendo a conversão ocorrer trimestralmente durante tal janela, a um valor por ação equivalente a 80% (oitenta por cento) do VWAP dos 90 dias anteriores à conversão, observados os demais termos e condições do PRE.

A Companhia esclarece que a RE é uma ferramenta legal inspirada no modelo “prepack” para implementação de reperfilamentos de dívida previamente acordados entre devedores e credores, de forma a vincular ao acordo credores dissidentes ou ausentes titulares de créditos abrangidos pelo plano. Neste caso, o Plano tem a aprovação de aproximadamente 55% dos Créditos Sujeitos, suficientes para atender o quórum mínimo necessário para a homologação do Plano na forma da legislação aplicável e vinculação aos seus termos de 100% dos Créditos Sujeitos.

A RE tem escopo limitado e não impactará as demais dívidas da Companhia, inclusive operacionais com fornecedores e parceiros, as quais continuarão sendo honradas regular e tempestivamente nos seus respectivos vencimentos, sem qualquer interrupção ou descontinuidade. A RE também não impactará adversamente quaisquer outras obrigações da Companhia perante seus demais stakeholders, incluindo seus clientes e colaboradores, que continuarão contando com todas as

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

facilidades e ferramentas existentes nas 1.078 lojas físicas e no e-commerce da Companhia, para aquisição dos produtos disponíveis nas redes Casas Bahia e Pontofrio, com qualidade, celeridade e segurança.

O pedido de RE foi aprovado à unanimidade pelo Conselho de Administração da Companhia e será submetido à ratificação da assembleia geral extraordinária da Companhia, que será convocada nos termos da legislação aplicável.

Panorama do Plano de transformação

Com base nesse panorama abrangente, reforçamos nossa ambição de nos tornarmos a empresa referência no setor varejista em termos de geração de valor e retorno sobre o capital investido até 2025. Este plano é respaldado por 18 alavancas estratégicas (mais de 100 iniciativas). Isso inclui uma profunda mudança no mindset organizacional para priorizar rentabilidade e geração de caixa, além do foco estratégico no que fazer de melhor e que agrega valor ao negócio.

Sendo assim, a Companhia em 2025 pretende alcançar:

- Um Fluxo de Caixa Livre robusto
- Spread significativo do ROIC sobre o custo de capital
- Incremento substancial na margem EBITDA
- Um negócio resiliente a cenários econômicos adversos

Ressalta-se a possibilidade de alcançar esses resultados por meio de:

- 18 alavancas estratégicas
- Revisão da estrutura de capital
- Mudança cultural e no modelo de gestão
- Foco estratégico “*back-to-basics*”, reforçando e rentabilizando o negócio principal da Companhia
- Alavancando os diferenciais competitivos e investindo em inovação

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Cronograma estratégico

Entre 2019 e 2022, a nossa estratégia se deu por meio do foco no crescimento de GMV, mantendo a rentabilidade e almejando maior eficiência operacional / redução de custos e despesas.

Após a estruturação do Plano de Transformação (em andamento entre 2023 e 2025), o foco passa a ser a geração de valor, a consolidação da Companhia como uma companhia resiliente e desenvolver uma estrutura que possibilite a longevidade do negócio e monetização dos ativos.

Após 2025, focaremos na formação de uma nova entidade corporativa, caracterizada pela rentabilidade, geração de caixa substancial e balanço sólido. Com isso, a Companhia terá a oportunidade de explorar plenamente todos os diferenciais competitivos que já estão em seu repertório.

Nossa ambição é ser o melhor varejista especialista de eletroeletrônicos e móveis do Brasil, oferecendo jornada de compra completa, descomplicada e customizada aos nossos clientes, gerando valor aos stakeholders com uma operação eficiente, digital e sustentável.

Para atingimento desse objetivo, a Cia destaca suas principais alavancas abaixo:

RELEVÂNCIA NO VAREJO BRASILEIRO	- Aumento de GMV: alavancando escala para ganhar share de players menores - Líder nas categorias core - Exploração de novas praças do canal físico
1ª ESCOLHA DO CONSUMIDOR	- Portfólio completo de produtos core e acessórios complementares ao core - Oferta de serviços durante a jornada de compra - Excelência na venda assistida (físico ou online) facilitando o processo de compra - CRM como acelerador do ciclo e volume de compras do consumidor
RENTABILIDADE	- Margem EBITDA robusta - Geração e uso de caixa sustentáveis - Operação eficiente e corporativo enxuto - Investimentos em capacitações e ativos que trazem alto retorno
CULTURA: NOSSOS VALORES	- Dedicação total ao cliente - Paixão pela nossa gente - Simplicidade em tudo que faço - Entregamos resultado - Protagonista o tempo todo

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ESG

A agenda ESG da contou com evoluções importantes ao longo dos anos. O lado Ambiental é abordado em diversas frentes, além da Companhia participar do programa “*Brazilian GHG Protocol*”, o qual já possui objetivos de estimular a cultura corporativa a ser mais sustentável. Possuímos a meta de 90% da energia consumida advir de fontes renováveis até 2025. Para isso, foi implementado a utilização de carros elétricos nos últimos quilômetros das entregas, o que evitou aproximadamente 170 toneladas de emissões de CO₂ em 2023.

O programa REVIVA reciclou 3,2 mil toneladas de resíduos em 2023, sendo 10,7 toneladas apenas de resíduos eletrônicos, e tudo isso foi possível graças as 12 cooperativas parceiras de coleta e reciclagem. Também há uma parceria com a Startup Pangeia, a qual tornou-se a loja de produtos sustentáveis no mercado das Casas Bahia, fornecendo produtos feitos por povos indígenas, cooperativas rurais, artesãos e fabricantes que respeitam o meio ambiente.

O ano de 2023 foi marcado por ótimos avanços no lado social. A Fundação Casas Bahia está coordenando 12 projetos ativos, investindo mais de R\$3,7 milhões e conseguindo beneficiar mais de 60 mil pessoas, sendo que aproximadamente 11,7 mil jovens e 8,2 mil empreendedores tiveram oportunidades de treinamentos e especializações. A parceria criada com a G10 Favelas e Favela Express possibilitaram o desenvolvimento de um novo método para a Companhia entregar os pedidos em lugares com acessos remotos e difíceis, fazendo com que aqueles clientes que antes não conseguiam efetuar nenhum pedido agora possam comprar e receber na porta da sua casa. A diversidade também é foco para a Companhia, temos como meta chegar a 45% de negros nos cargos de gerência acima até 2025, atrelada a remuneração variável dos executivos.

A grande responsável pela Companhia estar muito alinhada com todas estas ideias e valores sustentáveis é a governança, a qual mantém a Companhia no Novo Mercado da B3 e nos índices ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), ICO2 (Índice Carbono Eficiente) e IGPTW (Índice *Great Place to Work*). Signatária do Pacto Global.

Para mais informações sobre os aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, veja o item 1.19.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Informações sobre segmentos operacionais da Companhia

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

Esse segmento é composto pelas lojas físicas (“*offline*”) e pela plataforma online de venda de produtos da Companhia, cuja integração com as lojas físicas é decorrente da reorganização societária ocorrida em 2016, com a finalidade de implementar uma gestão operacional unificada para ambos os negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

A Companhia possui como principal atividade a comercialização (em lojas físicas, *e-commerce* e ferramentas digitais) de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia, eletroportáteis, móveis, entre outros, das principais marcas de fornecedores, como Apple, Samsung, Motorola, LG, Whirlpool, Oster, entre tantas outras.

Ainda em 2020, fortalecemos nossa operação de *marketplace* e passamos a vender produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos aos nossos clientes. Introduzimos a venda de novas categorias, como produtos para casa e construção, automotivo, infantil, moda e acessórios, calçados, esporte, lazer, alimentos e bebidas não perecíveis, instrumentos musicais, relógios, *games*, entre outros. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, essa operação evoluiu ainda mais com a escalada do número de *sellers* (passando de 133 mil ao final do exercício de 2021 e 151 mil ao final do exercício de 2022 para 163 mil ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023) e do número de SKUs ofertados (passando de 41 milhões ao final do exercício de 2021 e 64 milhões ao final do exercício de 2022 para 76 milhões ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023). Com isso, expandimos o sortimento de produtos e de serviços. Podemos observar aumento da frequência e gastos dos nossos clientes, além de alavancar os nossos ativos já existentes, como as nossas marcas, ecossistema de vendas (lojas, *e-commerce* e vendedor *online*), serviços financeiros e logística.

Em relação aos serviços financeiros, temos o financiamento ao consumidor através do nosso crediário (CDCI) e cartões de crédito *co-branded* Pontofrio e Casas Bahia, e serviços tais como seguro garantia estendida, seguro contra perda e roubo e serviços de instalação de equipamentos, oferecidos principalmente pela parceria entre a Companhia e Zurich. Sempre com o foco da inclusão, em 2019 lançamos um serviço gratuito, confiável e com a conveniência e confiança das Casas Bahia, o banQi. Trata-se de uma conta digital que se integra com todas as funcionalidades de transações financeiras, incluindo saques e depósitos gratuitos nas lojas da Casas Bahia, pagamentos, crediário (CDCI), cartão de débito, banQi shop, oferta de *gift cards*, recarga de bilhete único, depósito de saldo de celular, seguros, entretenimento, conta PJ banQi, entre outros. Com o banQi, também é possível fazer pagamentos e transferências via *QRcode* em milhares de estabelecimentos ao redor do Brasil, além de estar habilitado para fazer transações via PIX.

Nossa logística, além de servir nossos clientes, lojas e CDs, disponibilizará para os parceiros uma plataforma *fullcommerce*, onde oferecerá os serviços de gestão de estoque, distribuição logística e coleta. A Companhia já oferecia o serviço logístico de última milha, tanto para *sellers* do *marketplace* quanto para terceiros, por meio da ASAPLog. Além disso, com a aquisição da CNT, no começo de 2022, passa a oferecer e a possuir uma oferta completa para operações de *e-commerce*, *multi-*

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

marketplace e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em *fulfillment* e *fullcommerce* (*white label*) através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias proprietárias.

A transformação digital permitiu, em pouco tempo, uma grande virada no nosso crescimento e na nossa rentabilidade. Com a agilidade de uma *startup*, ganhamos expressiva participação de mercado em muitos segmentos e em todos os canais e categorias. Fechamos o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 com um GMV bruto de R\$ 42,7 bilhões, comparado a um GMV bruto de R\$ 44,4 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 44,6 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 2020, lançamos uma nova modalidade de venda assistida - conhecido como “Me chama no zap”, a estratégia do vendedor *online*, uma experiência única de *e-commerce* humanizada, foi considerada um dos maiores “cases de *social selling*” do mundo pelo Facebook. Essa inovadora plataforma de vendas foi fundamental para impulsionar nossas vendas no 1P (venda direta para o consumidor final) e 3P (*marketplace*). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o vendedor *online* gerou cerca de R\$ 4,9 bilhões de GMV e participou de 26% do *e-commerce*, comparado a R\$ 5,8 bilhões de GMV e 28% do *e-commerce* no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 6,9 bilhões de GMV e 30% do *e-commerce* no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Atualmente, o vendedor *online* está habilitado para realizar venda de produtos 1P e 3P, além de oferecer a opção do pagamento via crediário digital e diversos outros serviços para alavancar suas vendas.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Companhia possui um único segmento operacional e as receitas obtidas pelas lojas físicas e pela plataforma online são acompanhadas de forma unificada, uma vez que toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de transformação digital. A tabela a seguir apresenta a receita líquida do único segmento da Companhia:

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2021	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Receita de venda de mercadorias e serviços	28.847	100%	30.898	100%	30.899	100%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

	Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2021	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
Lucro (prejuízo) do	(2.625)	100,0%	(342)	100,0%	(297)	100,0%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

período/exercíci o atribuível aos acionistas da Companhia.						
---	--	--	--	--	--	--

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 – Informações sobre produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais
(a) características do processo de produção

O comércio de mercadorias de eletrodomésticos e eletroeletrônicos não apresenta processo de produção. Já no comércio de móveis, temos a Bartira, nossa controlada – cuja fábrica possui mais de 112 mil m² de área construída - que produz dormitórios, cozinhas, estantes e *racks*, entre outras peças, superando a casa de 800 mil de itens fabricados por ano.

Desde 1981, a Bartira produz móveis exclusivos para a Casas Bahia e, em 2013, quando passou integrar a Companhia, passou a produzir móveis também para as lojas Pontofrio. Em parceria com a Casas Bahia e o Pontofrio, duas das principais redes de lojas de móveis e eletrodomésticos do país, a Bartira adapta suas produções para atender diferentes perfis de consumidor, utilizando-se, em 31 de dezembro de 2023, dos 1.078 pontos físicos e plataformas online de vendas das marcas para oferecer ao consumidor brasileiro a melhor opção de compra em móveis. Recentemente, a Bartira iniciou um novo canal de vendas, exportando produtos aos EUA, por meio de novos parceiros comerciais.

(b) características do processo de distribuição

Para abastecer a nossa plataforma omnicanal, contávamos, em 31 de dezembro de 2023, com um sistema logístico de 29 centros de distribuição, sendo 19 galpões (com área de armazenagem de aproximadamente 1,0 milhão m²), localizados nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, 8 entrepostos e 2 terminais, com grande capacidade de armazenamento, bem como mais de 1.000 mini *hubs* (lojas que atuam também na modalidade *shipping from store*), e outros 63 polos de transportadoras servindo tanto as nossas lojas físicas, quanto as vendas digitais.

A logística de distribuição dos produtos que são comercializados nas lojas físicas e *online* é iniciada na discussão do planejamento de vendas e operações (S&OP) entre a área comercial e de *supply chain*. A área comercial, responsável pela entrega de pedidos para os fornecedores, no âmbito de fornecimento contínuo ou compras de oportunidade, com base na previsão de vendas da Companhia. Os pedidos e a gestão da entrega dos produtos são feitos pela gerência de *supply chain*, cujo papel é avaliar os níveis de estoque da Companhia, previsão de vendas por loja, e outras variáveis, fazendo o agendamento da entrega nas quantidades necessárias.

As entregas das mercadorias são realizadas para um dos centros de distribuição da Companhia, para posterior abastecimento de seus entrepostos e lojas, ou para envio diretamente aos clientes.

O quadro abaixo ilustra o tipo de estabelecimento, a localização, titularidade e a área de armazenagem de cada um dos centros de distribuição operante que utilizamos em 31 de dezembro de 2023.

Tipo	UF	Município	Área Armazenagem	Titularidade
CD	RJ	Duque de Caxias	195.031	Terceiro
CD	SP	Jundiaí	179.000	Terceiro
CD	MG	Contagem	87.316	Terceiro
CD	SP	Jundiaí	72.000	Terceiro
CD	SP	São Bernardo do Campo	70.062	Terceiro
CD	PR	São José dos Pinhais	55.108	Terceiro
CD	PE	Cabo de Santo Agostinho	55.000	Terceiro

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

CD	BA	Camaçari	54.000	Terceiro
CD	MG	Extrema	41.062	Terceiro
CD	RS	Cachoeirinha	35.422	Terceiro
CD	SP	Ribeirão Preto	35.139	Terceiro
CD	GO	Hidrolândia	23.935	Terceiro
CD	PA	Marituba	23.570	Terceiro
CD	CE	Maracanaú	17.160	Terceiro
CD	AM	Manaus	17.123	Terceiro
Entrepasto	MT	Cuiabá	12.076	Terceiro
CD	MS	Campo Grande	10.667	Terceiro
CD	SC	Itajaí	8.700	Terceiro
Entrepasto	ES	Serra	6.934	Terceiro
Entrepasto	RN	Parnamirim	3.800	Terceiro
CD	SP	Barueri	3.653	Terceiro
Entrepasto	AL	Maceió	3.245	Terceiro
Entrepasto	MA	São Luis	2.981	Terceiro
Entrepasto	SE	Nossa Senhora do Socorro	2.300	Terceiro
CD	ES	Serra	1.765	Terceiro
Entrepasto	PI	Teresina	1.280	Terceiro
Entrepasto	TO	Palmas	1.000	Terceiro
Terminal	MG	Uberlândia	309	Terceiro
Terminal	PB	João Pessoa	60	Terceiro

Cada centro de distribuição conta com uma estrutura própria, liderada por um gerente responsável pelo recebimento, armazenagem, controle de estoques e expedição dos produtos.

Como regra geral, o frete dos fornecedores ao centro de distribuição é pago pelos fornecedores e o frete do centro de distribuição ou do entreposto às lojas é pago pela Companhia. O custo do frete de entregas para o cliente é pago pela Companhia e uma tarifa de serviço é cobrada do cliente.

O transporte de produtos da Companhia é realizado por transportadores contratados. A Companhia não possui frota própria. A logística é coordenada pela gerência de processos logísticos e transportes, cuja função é assegurar indicadores de desempenho dos prestadores de serviço conforme estabelecido nos contratos.

Adicionalmente, em 2020, a Companhia fez a aquisição da Asap Log Ltda., empresa de tecnologia que atua no setor de logística, especializada em soluções para logística urbana para a entrega *last mile*, contando com uma ampla rede de entregadores autônomos, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente.

Em 2022, a Companhia adquiriu a CNT, *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em (i) *fulfillment* e (ii) *fullcommerce (white label)* através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias próprias. Possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

O setor de varejo nacional

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”), acompanha o comércio varejista através de pesquisas mensais segmentadas em: (i) Combustíveis e lubrificantes; (ii) Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com a apuração segregada para (ii.a) Hipermercados e supermercados; (iii) Tecidos, vestuário e calçados; (iv) Móveis e eletrodomésticos, com a apuração segregada para (iv.a) Móveis e, (iv.b) Eletrodomésticos; (v) Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; (vi) Livros, jornais, revistas e papelaria; (vii) Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e (viii) Outros artigos de uso pessoal e doméstico. Constituindo uma importante fonte de dados sobre o setor, o agrupamento destas oito atividades é definido como “varejo restrito”.

Na última década, o setor varejista apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e aumento reais dos salários. No ponto inverso, os anos de 2015 e 2016 foram desafiadores para o setor, afetado por índices mais altos de desemprego, inflação e elevadas taxas de juros.

Medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2017 contribuíram para a recuperação gradual da economia e do setor varejista. A liberação dos recursos do FGTS, a estabilização fiscal, o controle da inflação, a redução das taxas de juros e do desemprego geraram incentivos de consumo, abrindo espaço para o consumo impulsionado pelo crédito, o qual pode ser percebido nos anos de 2018 e 2019.

Em 2020, com a pandemia do COVID-19 e com as iniciativas do governo para injetar dinheiro na economia, como o auxílio emergencial, percebemos um aumento no consumo durante o ano. Em 2021, observou-se um aumento na inflação, influenciado principalmente pelos grupos de transportes, habitação e alimentação e bebidas, em paralelo com uma melhoria do nível de emprego com o avanço da vacinação e retomada da atividade econômica. Por sua vez, em 2022, em termos de resultados anuais, o comércio varejista acumulou crescimento de 1,0% em relação a 2021, menor resultado desde 2016. Por fim, no exercício social encerrado em 31 dezembro de 2023, o comércio varejista acumulou crescimento de 1,7% em relação a 2022.

Abaixo são apresentados os índices de variação no volume de vendas no varejo restrito apurados pelo IBGE nos últimos 10 anos:

Vendas Varejo Restrito											
Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
%	4,3%	2,2%	-4,3%	-6,3%	2,1%	2,3%	1,8%	1,2%	1,4%	1,0%	1,7%

IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio anualizada, Varejo Restrito em volume de vendas

O IBGE acompanha também os segmentos de (ix) Veículos, motocicletas, partes e peças e, (x) Material de construção, que em conjunto com os oito segmentos do varejo restrito constituem o “varejo ampliado”.

São apresentados abaixo os índices de variação no volume de vendas no varejo ampliado apurados pelo IBGE nos últimos 8 anos. Após diminuição de 0,6% em 2021, as vendas do varejo ampliado aumentaram 2,4% em 2023.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Crescimento no volume de vendas por categorias do varejo (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Móveis e eletrodomésticos	(14,1%)	(12,6%)	9,5%	(1,3%)	3,6%	10,6%	(7,0%)	(6,7%)	1,0%
Móveis	(16,5%)	(12,1%)	(2,2%)	(3,3%)	5,8%	11,9%	(1,8%)	(11,1%)	(5,2%)
Eletrodomésticos	(13,0%)	(12,8%)	10,2%	0,2%	2,8%	10,0%	(9,1%)	(5,1%)	5,1%
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,0%	(2,1%)	2,5%	5,9%	6,8%	8,3%	9,8%	6,3%	4,7%
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	(2,5%)	(3,1%)	1,4%	3,8%	0,4%	4,8%	(2,6%)	1,4%	3,7%
Hipermercados e supermercados	(2,6%)	(3,1%)	1,8%	4,0%	0,6%	6,0%	(2,4%)	1,5%	4,1%
Tecidos, vestuário e calçados	(8,6%)	(10,9%)	7,6%	(1,6%)	0,1%	(22,7%)	13,8%	(0,5%)	(4,6%)
Livros, jornais, revistas e papelaria	(10,9%)	(16,1%)	(4,2%)	(14,7%)	(20,7)	(30,6%)	(16,9%)	14,8%	(-4,5%)
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	(1,8%)	(12,3%)	(3,1%)	0,1%	0,8%	(16,2%)	(2,0%)	1,7%	2,0%
Combustíveis e lubrificantes	(6,1%)	(9,2%)	(3,3%)	(5,0%)	0,6%	(9,7%)	0,3%	16,6%	3,9%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	(1,3%)	(9,5%)	2,1%	7,6%	6,0%	2,5%	12,7%	(8,4%)	(10,9%)

O Mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis, um dos nossos principais segmentos de atuação, são influenciados de forma relevante pelo desempenho econômico brasileiro, principalmente, pela renda dos consumidores e pela disponibilidade de crédito.

Apresentamos abaixo o desempenho histórico dos segmentos selecionados em que atuamos como *core business* no 1P:

IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio anualizada, em volume de vendas

Crescimento no volume de vendas por categorias do varejo (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Móveis e eletrodomésticos	(14,1%)	(12,6%)	9,5%	(1,3%)	3,6%	10,6%	(7,0%)	(6,7%)	1,0%
Móveis	(16,5%)	(12,1%)	(2,2%)	(3,3%)	5,8%	11,9%	(1,8%)	(11,1%)	(5,2%)
Eletrodomésticos	(13,0%)	(12,8%)	10,2%	0,2%	2,8%	10,0%	(9,1%)	(5,1%)	5,1%

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

EMPREGO

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (“PNAD Contínua”), o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 apresentou uma taxa de desocupação de 7,4%, comparado a 7,9% ao final de 2022 e 11,1% ao final de 2021, resultado do avanço da vacinação e retomada da atividade econômica do país.

Taxa de desocupação – PNAD Contínua



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A evolução do varejo brasileiro

Nas últimas décadas o Brasil, e o varejo brasileiro, passaram por uma série de ciclos e transformações estruturais, partindo de um mercado fechado com hiperinflação e taxas de juros elevadas, para uma posterior abertura de mercado para produtos importados, até por fim atingir a estabilização monetária com o plano real em 1994. Condições econômicas mais positivas permitiram anos com crescimento de vendas e resultados relevantes. Porém o acirramento da competição, novos entrantes e novas tecnologias, vêm provocando uma nova fase ao mercado, com a busca de equilíbrio entre crescimento e rentabilidade.

Além de melhora operacional, o desenvolvimento e crescimento constantes do comércio eletrônico, permite a implementação de iniciativas de integração de canais e modelos de negócio omnicanal. Em relação a novas tecnologias, avança a capacidade de interagir com clientes por meio da mobilidade nas lojas, enquanto a comunicação e o relacionamento com os clientes se tornam mais precisos e customizados.

Acesso à internet no Brasil

A evolução tecnológica observada nos últimos anos permitiu a redução substancial dos custos de aquisição de *smartphones* e serviços de acesso à internet. Consequentemente a população brasileira com acesso à rede de dados vem crescendo de forma constante, alcançando 80% dos domicílios, conforme último dado disponibilizado.

Domicílios com Acesso à Internet, por área (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total	51	54	61	67	71	83	82	80	84
Urbana	56	59	65	70	75	86	83	82	85
Rural	22	26	34	44	51	65	71	68	78

CGI.br (2022) Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2023

A penetração total é beneficiada pela maior penetração da população urbana, onde este tipo de serviço é mais acessível. Porém, de 2015 para 2022 observou-se um grande aumento (+46 p.p.) no percentual da população rural usuária de internet, principalmente em razão da facilidade de obter acesso por meio de celulares *smartphones*.

O dispositivo utilizado com maior frequência pelos usuários brasileiros para acesso à Internet é o *smartphone*. Neste aspecto, a disponibilização de aplicativos de empresas varejistas e a capacidade em manter uma base relevante de usuários ativos passam a ter especial importância quanto a conquista da venda.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A evolução do público com acesso à rede mundial traz mudanças significativas no mercado consumidor, dando o poder ao cliente de pesquisar entre uma infinidade de varejistas por seu produto de interesse, inclusive varejistas internacionais.

Mercado de E-commerce

Com a internet cada vez mais presente na vida dos brasileiros, o mercado de e-commerce ganhou espaço no rotina de consumo dos brasileiros e estima-se que tenha 108 milhões de clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, estável em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Venda Online	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Número de clientes	36	41	44	48	53	62	79	88	109	108
Crescimento	24%	14%	7%	9%	10%	17%	27%	11%	24%	0%

Pesquisa Webshoppers EBIT Nielsen nº49

O volume de vendas neste mercado já atrai os principais varejistas, e o e-commerce tornou-se mais recorrente após o período de isolamento social adotado para conter a pandemia de COVID-19.

(i) participação em cada um dos mercados

Acreditamos estar entre os líderes do varejo de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis no Brasil, em termos de receita bruta.

(ii) condições de competição nos mercados

O comércio varejista apresenta uma acirrada competição, uma vez que a maior parte dos produtos não possui exclusividade e são iguais entre os principais concorrentes. Mesmo em um cenário competitivo, temos aumentado nossa participação de mercado, conforme comprovam os dados da consultoria especializada C&C (Compre&Confie).

Quanto aos nossos principais concorrentes, devemos destacar a Magazine Luiza, Mercado Livre, Americanas, Fast Shop, Amazon, Shopee, AliExpress, além de hipermercados como Carrefour.

(d) eventual sazonalidade

As vendas da Companhia refletem a sazonalidade particularmente em certos momentos do ano: nos meses de maio (Dia das Mães), agosto (Dia dos Pais), e dezembro (Natal). Esses meses são períodos de forte elevação nas vendas em razão do aumento do consumo em geral.

Além disso, a Companhia criou em suas lojas eventos promocionais sazonais, tais como (i) a “Primeira Grande Liquidação do Ano”, em janeiro de todos os anos, (ii) dia do consumidor em março, e (iii) a “Black Friday”, no final do mês de novembro, os quais também geram aumento nas vendas em relação à média de vendas nos demais meses, excluídos os meses de maio, agosto e dezembro.

Por fim, em anos de Copa do Mundo, as vendas de determinados produtos também experimentam vendas sazonais, especialmente os televisores.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém um bom relacionamento com seus fornecedores e conta com uma base amplamente diversificada de produtos. Não há um principal insumo ou matéria-prima que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos comercializados nas lojas da Companhia ou que gere grande impacto na sua receita.

Os fornecedores da Companhia estão localizados em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal. Os principais fornecedores diretos para a Companhia – com contrato permanente ou terceiros – são divididos em 3 grupos. São eles:

- Lojas físicas – Telefonia celular, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos;
- Lojas *online* – Itens eletrônicos, de decoração, ferramentas, higiene pessoal, saúde e beleza, brinquedos e itens automotivos, entre outros; e
- Outros fornecedores – transportadoras, consultorias de negócio e TI, serviços em geral e *e-commerce*.

Por conta da natureza das suas operações, a Bartira tem uma classificação diferente. Os parceiros são divididos em:

- Fornecedores de matéria-prima (chapas de MDF); e
- Fornecedores de acessórios (puxadores, dobradiças, colas, perfis, entre outros itens).

Todos os fornecedores da Companhia têm conhecimento do Código de Conduta Ética (conforme abaixo definido) e se comprometem com o cumprimento de suas diretrizes ao assinar o contrato de compra com a Companhia, inclusive os prestadores de serviços. Além disso, dependendo do tipo de produto ou serviço que oferecem, os fornecedores devem apresentar certificações socioambientais, de forma a garantir que eles estejam em conformidade com todas as leis e regulamentações de seu setor, bem como com altos padrões de qualidade. Também é feita uma avaliação prévia do histórico reputacional de crimes ambientais dos fornecedores, por meio da análise de notícias ou processos judiciais.

Os canais de relacionamento da Companhia com seus fornecedores são os seguintes:

- Canal de denúncia, acessível a todos os fornecedores e prestadores de serviços, por meio do endereço;
- Portal de Antecipação de Fornecedores (VVPAG), para consulta de títulos a receber do fornecedor e solicitação de antecipação de títulos;
- Plataforma de ressarcimento dos valores junto às transportadoras; e
- SAP Ariba, para processo de compras indiretas (cotação, negociação e aprovação).

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A despeito de a Companhia possuir uma base amplamente diversificada de produtos, estes produtos são adquiridos de um pequeno grupo de fornecedores. Apesar disso, a Companhia não apresenta dependência em relação a nenhum fornecedor isoladamente.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia conta com uma base amplamente diversificada de produtos. Como não há um insumo ou matéria-prima principal que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos comercializados nas lojas da Companhia ou que possa gerar grande impacto na sua receita, os preços de seus produtos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

não apresentam alta volatilidade. Uma parcela relevante de sua cadeia de fornecedores é baseada no Brasil, especialmente para montagem, e, portanto, o efeito devido à exposição cambial é reduzido.

1.5 Principais clientes

1.5 – Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total nos últimos três exercícios sociais.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total nos últimos três exercícios sociais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 – Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As lojas da Companhia, seus centros de distribuição e fábrica de móveis necessitam das seguintes autorizações para funcionamento: (i) alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura local; (ii) auto de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros local; (iii) auto de verificação de segurança expedido pelo CONTRU (no caso de lojas localizadas nas cidades de São Paulo e Santos); (iv) auto de conclusão da edificação e respectivo projeto aprovado, expedidos pela Prefeitura local; e (v) licenças ambientais, conforme aplicável.

Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, a Companhia poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podem se tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsável pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação.

O Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) ou Termos de Compromissos (“TC”) perante as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A Companhia mantém detalhado controle de documentos e licenças obrigatórias, avaliando as legislações específicas federais, estaduais e municipais e mantém relação harmoniosa com a administração pública no âmbito das referidas aprovações.

Envidamos todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável. Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças ou aprovações necessárias podem atrasar ou impedir a abertura de uma nova loja em uma área particular. A falta de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total dos regulamentos ambientais, podem acarretar

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

em um efeito adverso para nossas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal. Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às nossas atividades, qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ausência de licença ambiental ou qualquer outra razão, como desastre da natureza, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias, ou ainda resultar na perda de produtos.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei Federal nº 6.938/1981), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos legisladores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com legislação específica, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

As atividades exercidas pela Companhia são, quando cabíveis, licenciadas pelas secretarias estaduais e municipais.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos identificados ou identificáveis) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistemado Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo, mas não se limitando, as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos titulares sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de titulares localizados no Brasil; ou (iii) os

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrita a atividades de tratamento de dados pessoais realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que possui poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD é uma autarquia independente, que possui assegurada independência técnica, administrativa e financeira.

Regulamentação para funcionamento do Banco Investcred, da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e do banQi

Os investimentos da Companhia em suas associadas, Investcred (banco comercial) e FIC (sociedade de crédito, financiamento e investimento), ambas instituições de financiamento de vendas que funcionam diretamente com os clientes da Companhia, resultam de uma associação do Itaú Unibanco e da Companhia (Investcred), e do Itaú, da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e da Companhia (FIC).

A Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.970, de 25 de novembro de 2021 ("Resolução nº 4.970/21"), disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento de determinadas instituições financeiras, dentre elas, os bancos comerciais e as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento ("SCFI").

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada ("Resolução nº 2.099/94"), uma SCFI deverá observar, de forma permanente, o limite mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido de R\$ 7.000.000,00. Ainda, nos termos do artigo 1º do Regulamento Anexo II da Resolução nº 4.122/12, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de uma SCFI são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), a quem compete analisar os respectivos processos e tomar as decisões que considerar convenientes ao interesse público.

Em relação ao banQi, seu funcionamento e operação estão amparados na Lei 12.865/13, que garante poderes ao BACEN para fiscalizar e regular o mercado de pagamentos brasileiro. Neste ponto, cabe salientar que, com base nas Resoluções BACEN nº 80/21 e 81/21, as Instituições de Pagamento Emissoras de Moeda Eletrônica em atuação antes de 1º de março de 2021 estão isentas da autorização prévia do regulador para funcionamento até que se atinjam os limites mínimos expressos na regulação. Após atingimento dos limites, o banQi terá prazo de 90 dias para protocolo do pedido de autorização para funcionamento. Aponta-se, ainda, que, nos termos da Resolução BACEN nº 80, a instituição deverá manter capital mínimo de R\$ 2.000.000,00 de forma permanente.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Responsabilidade Ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meioambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R\$ 50,00 e o máximo de R\$ 50.000.000,00. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o uso da marca por seu titular e o pagamento das taxas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

As patentes também são adquiridas mediante registro concedido pelo INPI. Para obter proteção patentária, um inventor ou detentor de uma inovação deve submeter um pedido de patente ao INPI, detalhando a descrição técnica da invenção, seu funcionamento e aplicabilidade. O processo de exame inclui a análise da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial da inovação. Caso a invenção atenda aos critérios estabelecidos, é concedida a patente, garantindo ao titular o direito exclusivo de explorar comercialmente a invenção por um período determinado, geralmente 20 anos a partir da data do pedido.

Atualmente, a Companhia é titular das marcas, nomes de domínio e licenças relevantes para o desenvolvimento de suas atividades e possui dependência de licença com relação ao uso de marcas “Extra” e do nome do domínio “extra.com.br”, exclusivamente para comércio eletrônico.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 – Países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes**

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas relevantes no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas relevantes no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Impactos relevantes decorrentes da regulação de países estrangeiros nos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga um Relatório que reporta seu desempenho financeiro, social e ambiental. O Relatório Anual de 2022 foi divulgada em 23 de maio de 2023. O Relatório Anual de 2023 foi divulgado em maio de 2024.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Em linha com as melhores práticas de sustentabilidade, o Relatório Anual é elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão GRI Standards, a mais recente e utilizada no mundo todo para o reporte de informações ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês).

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações não financeiras constantes no Relatório Anual 2023 da Companhia foram objeto de asseguração limitada por parte da KPMG Auditores Independentes Ltda. A asseguração limitada foi conduzida de acordo com o Comunicado Técnico CTO 07/2022 emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com base na NBC TO 3000 Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB).

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade pode ser encontrado no site de RI da Companhia, por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/> e por meio do site da CVM pelo link: <https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=C>

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

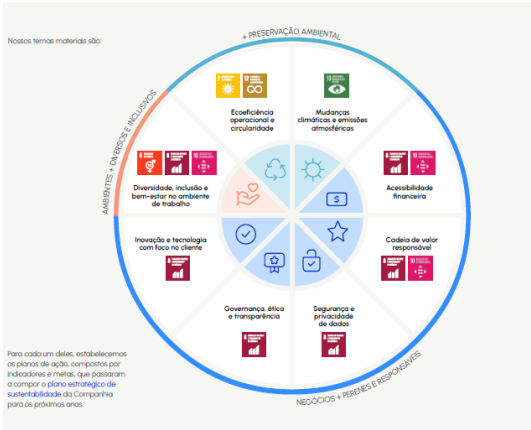
O Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia considera uma matriz de materialidade, composta por oito temas materiais, que serviu de base para a estruturação do Relatório, conforme abaixo:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

TEMA MATERIAL	
	Ecoeficiência operacional e circularidade (resíduos e energia)
	Mudanças climáticas
	Diversidade, inclusão e bem-estar no ambiente de trabalho
	Acessibilidade financeira
	Inovação e tecnologia com foco no cliente
	Cadeia de valor responsável
	Governança, ética e transparência
	Segurança e privacidade de dados

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“**ODS**”) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia leva em consideração os ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Os ODS materiais para o negócio da Companhia estão relacionados na matriz de materialidade indicada no item 1.9 (e) acima e levam em consideração os temas abaixo:



(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (“**TCFD**”) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia não considera as recomendações da TCDF ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas quanto às questões climáticas. No entanto, a Companhia participa e reporta informações ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos. Além disso, a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme descrito no item abaixo.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Na Companhia, a gestão das emissões atmosféricas é realizada visando monitorar e mitigar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) das operações do grupo, considerando as oportunidades e riscos de cada negócio frente aos impactos potenciais das mudanças climáticas. Nesse sentido, desde 2019, elaboramos o inventário de GEE de toda a nossa operação no Brasil.

O inventário é elaborado de acordo com o Programa Brasileiro do GHG Protocol, que adota uma metodologia internacionalmente reconhecida para quantificar as emissões das companhias. Desde 2020, recebemos o selo ouro do GHG Protocol, que estabelece como condições a realização de um inventário de emissões completo e a asseguração por terceira parte independente. O inventário de emissões da Companhia pode ser encontrado por meio do link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/1280>.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG em relatório específico.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que o relatório é objeto de asseguração limitada efetuada pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia considera os ODS materiais para seus negócios nas informações ASG divulgadas, conforme indicado no item (f) acima. Não obstante, o Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia não considera, até a data deste Formulário de Referência, as recomendações da TCFD ou recomendações de divulgações de aspectos financeiros de outras entidades reconhecidas quanto às questões climáticas.

Ao longo de 2023, a Companhia conduziu um estudo a fim de identificar os riscos e oportunidades relacionados ao clima, e o desenvolvimento do *roadmap* para a divulgação alinhada às recomendações da TCFD, com o apoio de consultoria especializada no tema. A partir desse estudo, a Companhia pretende adotar as recomendações relacionadas a questões climáticas emanadas pela TCFD para os próximos anos.

Adicionalmente, a Companhia participa e reporta informações ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 – Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo de universalização, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

1.11 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Operações Societárias

Em 25 de abril de 2021, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de 100% das quotas de emissão da Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer"), por meio de sua controlada Cnova Comércio Eletrônico S.A. A Celer é uma fintech que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e hoje oferece um pacote completo de *Bank-as-a-Service* (BaaS), permitindo que outras fintechs disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2021.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT por meio de suas subsidiárias. A CNT é uma logtech especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP. A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do marketplace da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 12 de janeiro de 2022.

Aumentos de Capital

Em reunião realizada em 11 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 21,73, mediante a emissão de 5.433 ações ordinárias, em decorrência do plano de incentivo de longo prazo da Companhia. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado e o Aviso aos Acionistas divulgados pela Companhia em 11 de agosto de 2022, disponíveis nos sites da CVM e de relações com investidores da Companhia.

Em reunião realizada em 13 de setembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 311.459.713,20, mediante a emissão de 778.649.283 novas ações ordinárias, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, com bônus de subscrição, de emissão da Companhia ("Oferta 2023"). Para mais informações, vide o Fato Relevante divulgado pela Companhia em 14 de setembro de 2023, disponível nos sites da CVM e de relações com investidores da Companhia.

Em reunião realizada em 29 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a averbação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 172,00, mediante a emissão de 215 novas ações, em decorrência do exercício, na janela de exercício de outubro de 2023, de 215 bônus de subscrição emitidos em 13 de setembro de 2023. Para mais informações, vide o Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia datado de 29 de novembro de 2023, disponível nos sites da CVM e de relações com investidores da Companhia.

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a averbação do aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 7.360,00, mediante a emissão de 368 novas ações, em decorrência do exercício, na janela de exercício de janeiro de 2024, de 9.200 bônus de subscrição emitidos em 13 de setembro de 2023. Para mais informações, vide o Aviso aos Acionistas divulgado pela Companhia em 19 de fevereiro de 2024, disponível nos sites da CVM e de relações com investidores da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**Redução de Capital**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, redução do capital social da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 – Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, tendo em vista que não há acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve, no últimos três exercícios sociais, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas****1.15 – Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos três exercícios sociais, nenhum contrato relevante foi celebrado pela Companhia e por suas controladas sem relação com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Política Corporativa Ambiental

A Companhia segue as diretrizes de sua Política Corporativa Ambiental e seus procedimentos internos. A Política Corporativa Ambiental está disponível em nosso site de RI: https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/undefined/5cbeed2c-1c4e-46ad-8980-510b00ac1a12_VV-GSU-SOC-PL-001-CorporativaAmbiental.pdf

Diretrizes Gerais

A Companhia, ciente de seu papel no mercado brasileiro, procura ser um agente transformador da sociedade, buscando sempre adotar as melhores práticas em seus negócios, visando a melhoria contínua de nossa gestão e o desempenho ambiental. Para orientar nossas ações, estabelecemos quatro compromissos principais:

- Aumento progressivo no uso de energia renovável nas operações;
- Mapeamento dos aspectos e impactos ambientais causados pela operação;
- Aumento da adesão ao Programa Reviva (Programa de coleta de Resíduos Recicláveis da Companhia);
- Gestão das emissões de Gases de Efeito Estufa com foco na mitigação das emissões oriundas da operação.

Diretrizes Específicas

Para implementação da Política de Gestão Ambiental nos seus negócios, a Companhia estabelece algumas diretrizes específicas:

- Acompanhar, monitorar e estabelecer metas para os compromissos;
- Estabelecer critérios, responsabilidades e incentivos associados ao atingimento das metas ambientais;
- Trabalhar conjuntamente com outros setores na busca das melhores práticas e processos;
- Atuar em suas lojas e com seus clientes e fornecedores, a fim de buscar soluções concretas e eficazes;
- Trabalhar junto com nossos fornecedores para buscar a sustentabilidade das cadeias produtivas;
- Conscientizar nossos colaboradores e públicos de relacionamento por meio de nossos canais de comunicação, fomentando práticas e atitudes mais sustentáveis e de menor impacto ambiental.

Economia Circular

Desde 2019, a Companhia segue os conceitos da economia circular de forma estratégica nas suas operações. A economia circular propõe uma redução na produção de resíduos até o ponto em que eles sejam completamente reintroduzidos no ciclo de produção e consumo. Isso deve ser feito diminuindo também as emissões dos processos de produção, distribuição e reciclagem e aumentando o uso de energia de fontes renováveis.

Ela se baseia em 3 princípios:

1. Eliminar resíduos e poluição desde o princípio;
2. Manter produtos e materiais em uso; e
3. Regenerar sistemas naturais.

1.16 Outras informações relevantes

A gestão dos aspectos ambientais mais críticos na operação da Companhia está diretamente ligada a esses princípios. Os aspectos são: redução no consumo de energia pela organização, reciclagem de embalagens, origem da madeira utilizada na fábrica de móveis e descarte de produtos pós-consumo.

Resíduos, Reciclagem e logística reversa

Para dar a melhor destinação aos resíduos gerados por suas operações, há mais de uma década a Companhia mantém o REVIVA, maior programa de reciclagem do varejo no Brasil. Os resíduos recicláveis gerados nos escritórios, lojas e centros de distribuição, bem como as embalagens devolvidas pelos clientes durante a entrega dos produtos (logística reversa), beneficiam 250 famílias ligadas às 12 cooperativas parceiras que promovem a reciclagem desses materiais. Assim, a Companhia reduz os impactos ambientais das suas operações e, ao mesmo tempo, contribui para a geração de renda e a inclusão social dos cooperados.

Em 2023, o REVIVA encaminhou para reciclagem 3,2 mil toneladas de materiais, reduzindo assim a quantidade de lixo destinado a aterros, contribuindo para a reutilização de materiais e fomentando o trabalho das cooperativas parceiras que atuam no processo.

Como forma de reduzir ainda mais a geração de resíduos destinados a aterros sanitários, a Companhia também investe no uso de materiais renováveis na sua produção. A fábrica Bartira utiliza exclusivamente madeira certificada pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) na produção dos seus móveis.

Em 2023, a Companhia atingiu a marca de 593 coletores de eletroeletrônicos usados, disponibilizados nas lojas e escritórios do grupo, em parceria com a Green Eletron, gestora de logística reversa desse tipo de produto. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, coletamos e demos a destinação ambientalmente correta a 10,7 toneladas de resíduos eletroeletrônicos descartados pelos os clientes nos pontos de coleta.

Além disso, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, por meio do seu Departamento de Assistência Técnica ("DAT"), gerou cerca de R\$ 653,5 milhões com a recuperação (revenda) de mais de 785,6 mil peças, contribuindo para o aumento da vida útil dos produtos, e mais de R\$ 85 milhões com o envio de aproximadamente 75,9 mil peças para reciclagem e sucata. A Companhia utiliza ainda, desde 2019, critérios de ecoeficiência na construção de novas lojas, considerando espaços dedicados ao REVIVA, aparelhos de ar condicionado com gases ecológicos, iluminação de LED, eficiência nos acionamentos hidráulicos e acessibilidade.

Energia

Além do desenvolvimento contínuo de ações para promover e ampliar a eficiência energética, nosso planejamento estratégico de sustentabilidade estabelece como compromissos o aumento de energia renovável em nossas operações, alcançando 90% de energia renovável até 2025. Para alcançar esse objetivo, nas lojas com consumo de baixa tensão, adquirimos energia solar, proveniente de geração distribuída e de usinas solares. Já nas lojas e unidades de média e alta tensão, adquirimos energia incentivada renovável e de fontes de baixo impacto, como usinas eólicas, de biomassa, solares e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), por meio do Mercado Livre de Energia. Em 2023, superamos a meta de 68% de energia de fontes limpas e renováveis nas operações. Essa meta faz parte da emissão, divulgada em 2021, de *Sustainability Linked Bonds* (SLB), debêntures que levam em conta o nosso desempenho em sustentabilidade. O próximo passo é atingir 90% de energia renovável até 2025.

Emissões

1.16 Outras informações relevantes

A gestão das emissões atmosféricas é realizada visando monitorar e mitigar as emissões de Gases do Efeito Estufa ("GEE") das operações do grupo, considerando as oportunidades e riscos de cada negócio frente aos impactos potenciais das mudanças climáticas. Nesse sentido, desde 2019, elaboramos o inventário de GEE de toda a nossa operação no País. O objetivo do inventário é quantificar nosso impacto em relação às mudanças climáticas e apoiar na elaboração de estratégias para mitigar esse impacto adverso. O inventário é elaborado de acordo com o Programa Brasileiro do GHG *Protocol*, que adota uma metodologia internacionalmente reconhecida para quantificar as emissões das companhias.

Desde 2020, recebemos o selo ouro do GHG *Protocol*, que estabelece como condições a realização de um inventário de emissões completo e a asseguarção por terceira parte independente.

Por meio do inventário, voltamos a participar e reportar nossas informações ao Carbon Disclosure Project ("CDP"), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos. Obtivemos conceito B no questionário, o que nos coloca na acima da média geral das empresas da América do Sul que reportam ao CDP considerando o mesmo segmento de atuação. Em relação a 2019 houve melhorias de gestão, conscientização das lideranças e ampliação da divulgação do tema dentro do Grupo. A divulgação das informações sobre emissões ao CDP é pré requisito para o nosso ingresso na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial ("ISE") da B3.

Ao longo dos últimos anos, a transformação em nosso processo de logística apoiou a redução das emissões de nossa operação. Ao descentralizar as entregas dos CDs para os hubs e utilizar a ASAPLog para a entrega da última milha, diminuimos o uso de caminhões pesados, substituídos por veículos mais leves que consomem menos combustível e emitem menos CO₂. Também passamos a utilizar bicicletas nesta modalidade de entrega. Além disso, oferecemos o Retira Rápido em 100% das lojas físicas Casas Bahia e Pontofrio, para que os clientes possam retirar gratuitamente suas compras online na loja mais próxima.

Para saber mais, consulte o Relatório de Sustentabilidade no link a seguir: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/>.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto e são derivados das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A análise efetuada pelos Diretores esclarecendo os resultados apurados e os comentários acerca das flutuações registradas nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia. Cabe ainda destacar que a Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e/ou os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara saldos, índices ou outros itens constantes em demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual (%) ou outros itens de uma linha em relação às receitas de venda de mercadorias e serviços quando se analisa os saldos registrados nas demonstrações de resultado ou percentual da linha em questão comparada como total do ativo ou total dos passivos e patrimônio líquido quando se analisa os saldos registrados nos balanços patrimoniais correspondentes aos exercícios e períodos em análise.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que essas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira.

Nesse contexto, a Companhia apresentou seu Plano de Transformação, conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2023, mostrando mudanças estratégicas focadas na estabilização da operação e priorizando a geração de caixa e a melhoria da rentabilidade. O objetivo é tornar a Companhia ainda mais resiliente, para que seja capaz de lidar com cenários desafiadores e apresente uma posição de liquidez sólida e sustentável para os próximos anos.

O entendimento dos Diretores acerca das condições financeiras e patrimoniais da Companhia está baseado nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, conforme descrito nos itens seguintes deste Formulário de Referência.

Em relação ao endividamento, especialmente sobre o índice de (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre o EBITDA Ajustado, nota-se que a Companhia possui Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e Dívida Líquida Ajustada em 31 de dezembro de 2023, conforme abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores financeiros (em R\$ milhões, exceto índice)	Em / ou no exercício findo em 31.12.2023	Em / ou no exercício findo em 31.12.2022	Em / ou no exercício findo em 31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.573	2.019	1.781
Contas a receber de administradoras de cartões de crédito	273	3.426	3.839
Contas a receber de financiamento ao consumidor - CDCI ("Crediário Casas Bahia") (circulante e não circulante) ⁽¹⁾	3.699	3.873	3.720
Contas a receber – B2B	370	342	361
Outras contas a receber	363	366	356
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	(8.959)	(9.378)	(9.422)
(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado⁽²⁾	(1.681)	648	635
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	1.240	2.381	1.368
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado	(1,36)	0,27	0,46

(1) Refere-se ao contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI ("Crediário Casas Bahia") líquido dos juros a transcorrer a apropriar em exercícios futuros nas respectivas datas.

(2) A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.483 milhões, R\$ 3.699 milhões e R\$ 4.202 milhões, em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos a fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.765 milhões, R\$ 3.120 milhões e R\$ 3.236 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

(3) O EBITDA Ajustado não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. O EBITDA Ajustado não representa os fluxos de caixa dos períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ou como indicador de desempenho operacional ou de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício/período para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2023, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia era de R\$ 1.681 milhões, representando uma variação de R\$ -2.329 milhões ou -359% em relação ao Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 648 milhões. Essa variação se deu principalmente devido à elevação no volume de descontos de recebíveis relacionados os saldos de cartão de crédito. A Companhia optou por intensificar essa opção de crédito em substituição à operação de risco sacado.

Em 31 de dezembro de 2022, o Caixa Líquido Ajustado da Companhia era de R\$ 648 milhões, representando um acréscimo de R\$ 13 milhões ou 2,0% em relação ao Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 635 milhões. Esse aumento se deu principalmente devido à capacidade da Companhia de renegociar/alongar suas dívidas mesmo em um cenário de elevação da taxa de juros. Além disso, a Companhia manteve seu foco em vender com rentabilidade, preservando a margem bruta mesmo em um cenário macro de retração no consumo.

(b) Estrutura de capital

Segue abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para as datas indicadas, considerando como percentual de (i) capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido, e (ii) capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 3.454 milhões, comparativamente a R\$ 5.284 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de R\$ 1.830 milhões ou 34,6%, especialmente em decorrência do resultado do exercício de 2023 de R\$ (2.625) milhões. Cabe destacar que o resultado do exercício foi muito impactado por eventos não recorrentes e gastos relacionados ao Plano de Transformação da Companhia, conforme divulgado ao mercado no dia 10 de agosto de 2023. O Plano de Transformação em curso visa, entre outros objetivos, a obter um fluxo de caixa livre mais robusto e a melhora do retorno sobre o capital investido, através de sinergias e privilegiando nossa atividade *core*.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 5.284 milhões, comparativamente a R\$ 5.637 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma redução de R\$ 353 milhões ou 6,3%. Na opinião dos Diretores da Companhia, o cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados colaborou para elevação das despesas financeiras, o que, por sua vez, colaboraram significativamente para o prejuízo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia acredita que sua estrutura de capital, nas datas apresentadas abaixo, era equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	31.12.2023	AV	31.12.2022	AV	31.12.2021	AV
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	28.542	89,2%	30.290	85,1%	29.703	84,0%
Capital próprio (total do patrimônio líquido)	3.454	10,8%	5.284	14,9%	5.637	16,0%
Total capital de terceiros e próprio	31.996	100,0%	35.574	100,0%	35.340	100,0%

Na avaliação dos Diretores da Companhia, a atual estrutura de capital da Companhia apresenta um nível de alavancagem considerado adequado. Ao avaliar as principais mudanças do patrimônio líquido, podemos destacar os efeitos do resultado acumulado da Companhia.

Adicionalmente, conforme divulgado pela Companhia por meio de fato relevante em 10 de agosto de 2023, a Companhia deu início a um plano de transformação de suas operações, com mudanças estratégicas para alavancar a estrutura de capital da Companhia. Como parte das mudanças estratégicas que a Companhia pretende implementar, a Companhia está conduzindo mudanças no modelo de financiamento de sua carteira de crediário.

Atualmente, a carteira de crediário da Companhia é financiada por bancos e operações de CDCI (Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção), de forma que as instituições financeiras antecipam o fluxo de pagamentos do crédito feito ao consumidor final. Esse modelo tem como consequência a utilização do limite de crédito da Companhia com as instituições financeiras. Com a mudança, a Companhia pretende que a carteira do crediário passe a ser financiada, principalmente, no mercado de capitais, de forma direta e segregada, por meio da constituição de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cessão da carteira de crediário ao FIDC. Tal medida possibilitará a liberação de limite de crédito da Companhia relacionados ao CDCI perante as instituições financeiras, viabilizando o aumento da penetração e rentabilização do produto de crediário da Companhia.

Os Diretores esclarecem que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia acreditam que os fluxos de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis, fazem com que a Companhia apresente plena capacidade de pagamento de todos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

os compromissos financeiros de curto e longo prazo.

A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas e concluiu que para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 inexistem riscos de liquidez. O capital circulante líquido apresenta-se negativo em 31 de dezembro de 2023, e a Administração entende que esta análise ainda deve considerar, dentre outros aspectos:

- Passivo de arrendamento: Registrado no passivo circulante no montante de R\$ 606 milhões em 31 de dezembro de 2023, sem contrapartida no ativo circulante.
- Estoques: cabe destacar que o saldo de estoques da Companhia está sendo apresentado por seu valor realizável líquido, a custo, sem impostos e deduzidos da provisão para redução ao valor realizável líquido, e não por seu valor provável de venda de R\$ 7.209 milhões, quando alavancaria o ativo circulante em R\$ 2.856 milhões;
- Receita diferida: no montante de R\$ 244 milhões em 31 de dezembro de 2023, cuja realização se dará por meio do reconhecimento de receitas e não por desembolso de caixa.

A Companhia ressalta ainda que continua implementando o Plano de Transformação, que vislumbra mudanças estratégicas com foco na estabilização da operação, priorização da geração de caixa e melhoria da rentabilidade da Companhia. A execução do plano de transformação tem ocorrido conforme a expectativa inicial.

A Administração entende que não há incertezas relacionadas à capacidade da Companhia fazer frente às obrigações de curto prazo e que as bases de preparação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 são adequadas. Cabe ainda destacar que essa conclusão tomou como base os aspectos operacionais e financeiros atuais e projetados da Companhia. Neste sentido, destacam-se alguns aspectos, tais como:

- A Companhia está em processo de fortalecimento de seu caixa, por meio de medidas e ações que visam: (i) redução dos custos e despesas operacionais, (ii) maior eficiência na alocação de recursos financeiros em ativos da Companhia, (iii) ampliação de novas linhas de receita, como é o caso do Crediário Casas Bahia;
- Em 15 de junho de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 1.119 milhões;
- Em 10 de julho de 2023, a Companhia celebrou instrumentos particulares de transferência de créditos de ICMS no valor de R\$ 150 milhões;
- A Administração tem efetuado, nos últimos períodos, investimentos expressivos na modernização de seus ativos para manutenção e ampliação de sua participação no mercado online. Por meio desses investimentos, a Companhia acredita que, tanto no curto quanto no médio prazo, tais investimentos resultarão em ingressos significativos de caixa para fazer frente às obrigações presentes da Companhia.
- Além das alavancas operacionais, a Companhia tem focado na liquidez e gestão do endividamento.
- Em 10 de outubro de 2023, a Companhia firmou contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no valor de R\$400 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- No final de fevereiro de 2024, a Companhia divulgou o alongamento do perfil da dívida, no valor de R\$ 1.519 milhões para um prazo de 3 anos. Dessa forma os vencimentos de curto prazo representarão 32,4% do total. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.
- Redução dos estoques de R\$5.574 em 2022 para R\$4.353 em 2023, focado nos produtos mais antigos e melhorando a qualidade dos estoques como um todo. Esta iniciativa reduz a necessidade de capital de giro, melhorando assim suas disponibilidades.

Além disso é importante destacar que a Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital. Abaixo apresentamos os índices (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre Patrimônio Líquido e Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado nas referidas datas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Indicadores financeiros (em R\$ milhões, exceto índice)	Em / ou no exercício findo em 31.12.2023	Em / ou no exercício findo em 31.12.2022	Em / ou no exercício findo em 31.12.2021
(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado ⁽¹⁾	(1.681)	648	635
Patrimônio Líquido	3.454	5.284	5.637
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre Patrimônio Líquido	(0,49)	0,12	0,11
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	1.240	2.381	1.368
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado	(1,36)	0,27	0,46

- (1) A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.483 milhões, R\$ 3.699 milhões e R\$ 4.202 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.765 milhões, R\$ 3.120 milhões e R\$ 3.236 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente. A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.
- (2) O EBITDA Ajustado não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. O EBITDA Ajustado não representa os fluxos de caixa dos períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ou como indicador de desempenho operacional ou liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício/período para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 foram realizadas por meio de: (a) geração de caixa através de sua operação; (b) contratos financeiros que representam financiamentos denominados em moeda nacional; e (c) antecipação de recebíveis. Cabe ainda mencionar que a Companhia não captou recursos em moeda estrangeira no período analisado.

Os empréstimos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

Apesar de essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, é possível que, no futuro, caso os Diretores da Companhia julguem pertinente, a Companhia utilize outras fontes de financiamento (como o acesso ao mercado de capitais) ou contrate financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento, não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar sua necessidade de capital de giro no curto prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(em R\$ milhões)	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Repasse para instituições financeiras – CDCI	4.976	5.241	4.828
Empréstimos em moeda nacional	398	1.220	1.302
Debêntures	3.585	2.460	2.891
Notas Comerciais	-	457	401
Total empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	8.959	9.378	9.422

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos considerados relevantes pelos Diretores da Companhia estão descritos abaixo:

Repasse para instituições financeiras (“CDCI”)

As operações de Repasse para instituições financeiras correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes por intermédio de uma instituição financeira. Foram formalizadas linhas de crédito entre a Companhia e os bancos Bradesco, Safra, BTG, Daycoval e Banco do Brasil que são acionados na medida em que a Companhia realiza vendas na modalidade CDCI. Os financiamentos relativos às vendas podem ser realizados em até 24 meses, entretanto, o prazo médio da operação é de 15 meses. Os encargos financeiros médios cobrados pelos bancos em razão das linhas de crédito mantidas pela Companhia, nas operações em aberto em 31 de dezembro de 2023 são de 18,31% a.a. (16,86% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 9,47% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Nas operações de CDCI, a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados pelas instituições financeiras, oferecendo como garantia os seus direitos creditórios. A Companhia assume a responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação. Os saldos de repasse para instituições financeiras (CDCI) registrados em 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$ 4.976 milhões.

Notas comerciais escriturais

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 notas comerciais escriturais com valor unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o valor total de R\$ 400.000.000,00, com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização do principal e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução CVM nº476/2009, vigente à época. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 (um) ano e 6 (seis) meses contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados para o pagamento de parcial do saldo relativo a 4ª emissão de debêntures da Companhia. No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos com notas comerciais.

Debêntures

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente. Com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se comprometeu a cumprir a renovação da sua matriz energética por fontes renováveis.

Em 29 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 461.667 (quatrocentas e sessenta e um mil e seiscentas e sessenta e sete) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 538.333 (quinhentas e trinta e oito mil e trezentas e trinta e três) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,50% a.a. e CDI + 1,70% a.a. respectivamente. Com amortização final para a 1ª série em 15 de setembro de 2024 e amortização de 50% no 4º ano e 50% no 5º ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), sendo: 67.435 (sessenta e sete mil quatrocentas e trinta e cinco) da 1ª série, com remuneração de CDI + 1,85% a.a., juros trimestrais e amortização de 50% em 14 de julho de 2026 e 50% em julho de 2027; 291.029 (duzentas e noventa e uma mil e vinte e nove) da 2ª série, com remuneração de IPCA + 8,2243% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2027; e 41.536 (quarenta e uma mil quinhentas e trinta e seis) da 3ª série; com remuneração de IPCA + 8,3348% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2028 e 13 de julho de 2029. As debêntures foram objeto de distribuição privada, servindo como lastro do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), emitido através do 20º Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., nos termos da Instrução CVM 400, vigente à época da operação. Em 03 de outubro de 2023, em contrapartida à não declaração de vencimento antecipado da 8ª emissão de debêntures e dos CRI, foi aprovado o acréscimo de um spread complementar de 0,55%. Sendo assim as séries da 8ª emissão de debêntures passaram a ser remuneradas após a data da assembleia que deliberou pela não declaração de vencimento antecipado como a seguir: 1ª série – CDI + 2,40%; 2ª série – IPCA + 8,7743 e 3ª série – IPCA + 8,8848.

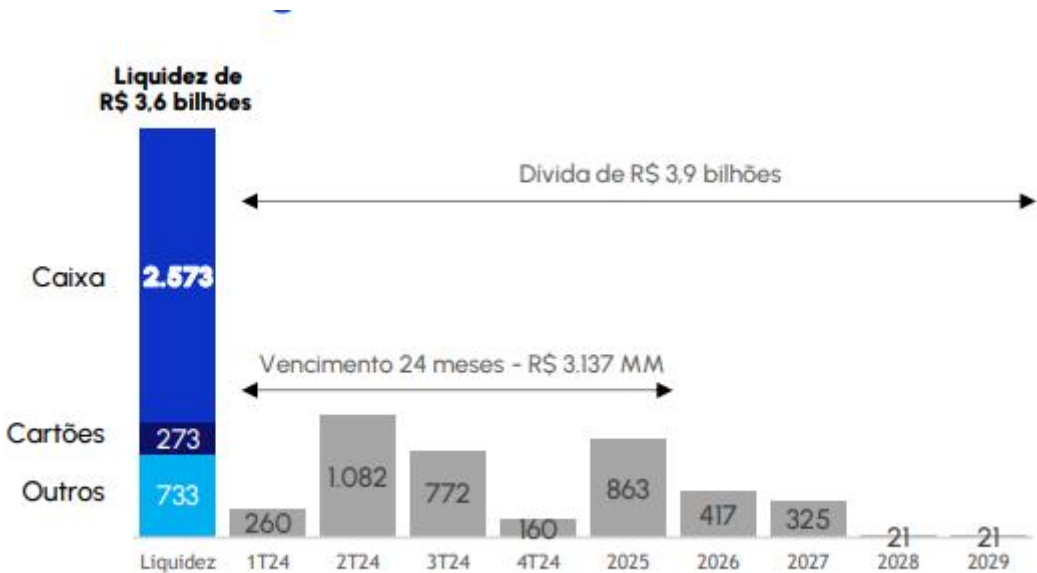
Em 15 de junho de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.119.000 (um milhão e cento e dezenove mil) debêntures simples, no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) com remuneração de CDI + 4,10% a.a., perfazendo o valor total de emissão de R\$1.119.000.000,00 (um bilhão e cento e dezenove milhões). O prazo de vigência são 2 (dois) anos contados da data de emissão, com amortização trimestral a partir de janeiro de 2024 e juros trimestrais. As debêntures foram objeto de distribuição pública, registrada sob o rito automático de distribuição, nos termos do disposto na Resolução CVM 160.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo das debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 3.585 milhões.

Cronograma de amortização do endividamento em 31 de dezembro de 2023

(valores em milhões de Reais)



(*) O Quadro acima não contempla os saldos contábeis referentes aos custos a apropriar.

Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

- (1) O Caixa e equivalentes de caixa e recebíveis representa a soma de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de administradoras de cartões de crédito, que tratam-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e outros, que inclui os saldos de contas a receber - B2B, que tratam de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses por sua vez quando utilizados se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado, e outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.
- (2) O Endividamento Bruto corresponde ao somatório dos empréstimos em moeda nacional, debêntures e notas comerciais (circulante e não circulante). O Endividamento Bruto não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.483 milhões em 31 de dezembro de 2023, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como endividamento os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.765 milhões em 31 de dezembro de 2023 e o saldo relativo ao Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Repasse para instituições financeiras - CDCI") (circulante e não circulante) no montante de R\$ 4.976 milhões em 31 de dezembro de 2023. O Endividamento Bruto não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

(em R\$ milhões)	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.422
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	7.803
Pagamento de principal	(8.164)
Pagamento de juros	(912)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	1.229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.378
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	8.790
Pagamento de principal	(9.169)
Pagamento de juros	(1.426)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	1.386
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.959

Empréstimos em moeda nacional

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia, não firmou novos contratos de Cédula de Crédito Bancário. Já durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia firmou um novo contrato de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"). Segue abaixo o contrato de CCB celebrado pela Companhia em vigor na data deste Formulário de Referência:

Data da contratação	Valor da captação (milhões)	Prazo	Juros	Amortização
10.10.2023	R\$400	1 ano	CDI + 4,00%	Principal mensal a partir de fevereiro 2024 e juros mensais a partir de novembro 2023

Instrumento financeiro derivativo, empréstimo em moeda estrangeira e nacional

Historicamente, a Companhia faz uso de operações de swap quando efetua captações em moeda estrangeira, trocando os saldos em moeda estrangeira e taxas de juros fixas e, quando aplicáveis, juros variáveis pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuantes). As operações de swap cambial, quando ocorrem, são registradas nas rubricas "Instrumentos financeiros - hedge de valor justo" e "Empréstimos e financiamentos", respectivamente para ativos e passivos, conforme o valor líquido apurado de cada instrumento. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não tinha nenhum empréstimo em moeda estrangeira e/ou instrumento financeiro derivativo.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que, exceto por determinadas participações em companhias que tenham instituições financeiras como acionistas em conjunto com a Companhia, não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes às

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) do Formulário de Referência.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais escriturais em seu prazo original está condicionado ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), previstas em seus respectivos instrumentos, as quais a Companhia ressalta que vem cumprindo regularmente. O principal *covenant*/indicador é o que está indicado abaixo:

Covenants sobre dívida líquida:

- Dívida líquida consolidada (*) não superior ao Patrimônio Líquido e;
- Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA consolidado ajustado (**), menor ou igual a 3,25.

Além disso, especificamente em relação à 6ª Emissão de Debêntures (Debênture SLB – *sustainabilitylinked bond*), a Companhia possui cláusulas específicas relativas à ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), em que se comprometeu ao atingimento de percentual de energia renovável igual ou maior a 90% em dezembro de 2025.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas previstas em seus empréstimos e financiamentos.

(*) Dívida Líquida Consolidada para fins de *covenants*: a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multi-benefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de Contas a Receber.

(**) EBITDA consolidado ajustado: o Lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

Em 31 de dezembro de 2023, 67% dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default*). Tais contratos representam, em 31 de dezembro de 2023, 44% do endividamento financeiro da Companhia.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia faz uso de empréstimos de capital de giro como sua principal fonte de recursos, notadamente os empréstimos CDCI, os descontos de recebíveis de cartões de crédito e financiamentos em moeda estrangeira protegidos por swap. O Conselho de Administração da Companhia aprova semestralmente os limites de contratação de empréstimos CDCI, enquanto os demais empréstimos são submetidos à análise do Comitê Financeiro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia identificou que as despesas de pessoal diretamente atribuíveis aos custos dos serviços prestados pela controlada Asap Logística e CB Tecnologia estavam classificadas como “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”. Tais despesas foram reclassificadas para o “Custo de mercadorias e serviços vendidos”.

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2023	AV	AH 2023x2022	Exercício findo em 31/12/2022 (Reapresentado)	AV
Receita de venda de mercadorias e serviços	28.847	100,0%	-6,6%	30.898	100,0%
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(20.792)	-72,1%	-4,1%	(21.684)	-70,2%
Lucro bruto	8.055	27,9%	-12,6%	9.214	29,8%
Despesas operacionais	(9.266)	-32,1%	14,5%	(8.093)	-26,2%
Despesas com vendas	(5.883)	-20,4%	-4,5%	(6.160)	-19,9%
Despesas gerais e administrativas	(1.181)	-4,1%	26,2%	(936)	-3,0%
Depreciações e amortizações	(940)	-3,3%	5,0%	(895)	-2,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.262)	-4,4%	1.137,3%	(102)	-0,3%
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	(1.211)	-4,2%	-208,0%	1.121	3,6%
Resultado financeiro, líquido	(3.041)	-10,5%	35,5%	(2.244)	-7,3%
Resultado de equivalência patrimonial	50	0,2%	25,0%	40	0,1%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.202)	-14,6%	288,0%	(1.083)	-3,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.577	5,5%	112,8%	741	2,4%
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(2.625)	-9,1%	667,5%	(342)	-1,1%

Receita de venda de mercadorias e serviços

A receita de venda de mercadorias e serviços diminuiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 30.898 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 28.847 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma variação de -6,6%, especialmente em decorrência do cenário mais restritivo de demanda e menor disponibilidade de crédito para o consumidor. Além disso, é necessário levar em consideração a alta base de comparação para as lojas físicas por conta da Copa do Mundo em 2022.

Custo de mercadorias e serviços vendidos

O custo de mercadorias e serviços vendidos teve um decréscimo de 4,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 21.684 milhões no exercício findo em 31 de dezembro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2022 para R\$ 20.792 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O decréscimo nos custos de mercadorias e serviços vendidos ocorreu em linha com a redução do volume de receitas. Cabe ainda destacar que no ano de 2023, dada a jurisprudência estabelecida, as operações de Difal passaram a ser computados no resultado do exercício, diferentemente do cenário existente em 2022. Esse fato colaborou para que a redução dos custos não fosse ainda maior.

Lucro bruto

O lucro bruto diminuiu em 12,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 9.214 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 8.055 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devido aos motivos supramencionados. Cabe ainda destacar que a Companhia realizou durante o terceiro e quarto trimestre de 2023, saldos com o objetivo de comercializar estoques mais antigos e não core. O impacto total desses saldos no lucro bruto foram de R\$ 309 milhões no 3º trimestre de 2023 e R\$ 105 milhões no 4º trimestre de 2023.

Despesas operacionais

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas e as despesas gerais e administrativas reduziram 0,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 7.096 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 7.064 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Cabe destacar que o resultado de 2023 foi impactado pelos gastos rescisórios em virtude da redução de 8,6 mil posições, o que corresponde a cerca de 20% do quadro de funcionários da Companhia.

Depreciações e amortizações

As despesas com depreciações e amortizações aumentou 5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 895 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 940 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse acréscimo se deve principalmente pela finalização de projetos em 2023 que se encontravam em andamento em 2022. Os saldos de imobilizado em andamento passaram de R\$ 415 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 44 milhões em 31 de dezembro de 2023. Já os saldos os saldos de software em desenvolvimento passaram de R\$ 893 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 210 milhões em 31 de dezembro de 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de uma despesa de R\$ 102 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa de R\$ 1.262 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, representando um acréscimo de 1.137,3%. O acréscimo registrado na despesa tem correlação direta o Plano de Transformação de 2023, pois o saldo em questão é composto majoritariamente por gastos com readequação de lojas, rescisão contratual trabalhista, demandas judiciais trabalhistas, provisão para baixa de itens considerados obsoletos e/ou sucateados.

Resultado financeiro líquido

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O resultado financeiro líquido da Companhia aumentou 35,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 2.244 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa financeira líquida de R\$ 3.041 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O acréscimo nas despesas financeiras líquidas ocorreu principalmente em virtude da manutenção das taxas de juros básica (Selic) em níveis elevados, que por sua vez colaborou para o aumento do custo da dívida e custo com antecipação de recebíveis. Além disso em 2023 o mercado passou a restringir as operações de risco sacado fazendo com que as Companhias tivessem que se utilizar outras linhas de crédito que por vezes se mostravam mais onerosas.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial aumentou 25% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, passando de uma receita de R\$ 40 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma receita de R\$ 50 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social aumentou 288,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de R\$ 1.083 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4.202 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O aumento no prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ocorreu, principalmente, em virtude dos itens mencionados nos tópicos supramencionados, em especial aos impactos do Plano de Transformação operacional da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou 112,8%, passando de um crédito de R\$ 741 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para um crédito de R\$ 1.577 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse acréscimo é reflexo da variação apresentada nos saldos de prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia

O prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia aumentou 667,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passando de um prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 342 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.625 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude do cenário macroeconomico de 2023 e pelos efeitos não recorrentes do Plano de Transformação.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2022 (reapresentado)	AV	AH 2023x2022	Exercício findo em 31/12/2021	AV
Receita de venda de mercadorias e serviços	30.898	100,0%	0,0%	30.899	100,0%
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.684)	-70,2%	0,5%	(21.572)	-69,8%
Lucro bruto	9.214	29,8%	-1,2%	9.327	30,2%
Despesas operacionais	(8.093)	-26,2%	-16,7%	(9.715)	-31,4%
Despesas com vendas	(6.160)	-19,9%	-13,5%	(7.121)	-23,0%
Despesas gerais e administrativas	(936)	-3,0%	-13,1%	(1.077)	-3,5%
Depreciações e amortizações	(895)	-2,9%	12,0%	(799)	-2,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	-0,3%	-85,8%	(718)	-2,3%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	1.121	3,6%	-388,9%	(388)	-1,3%
Resultado financeiro, líquido	(2.244)	-7,3%	84,4%	(1.217)	-3,9%
Resultado de equivalência patrimonial	40	0,1%	-11,1%	45	0,1%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.083)	-3,5%	-30,6%	(1.560)	-5,0%
Imposto de renda e contribuição social	741	2,4%	-41,3%	1.263	4,1%
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	-1,1%	15,2%	(297)	-1,0%

Receita de venda de mercadorias e serviços

A receita de venda de mercadorias e serviços se manteve estável no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$30.899 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 30.898 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia conseguiu manter o volume de receita mesmo em um ano de retração no consumo. O ano foi marcado por uma retomada nas vendas efetuadas em lojas físicas que por sua vez também colaborou para o crescimento das vendas efetuadas através de carnê e as vendas de serviços. Esses fatores somados fizeram com que a margem bruta se elevasse mesmo sem um crescimento na receita de venda de mercadorias e serviços.

Custo de mercadorias e serviços vendidos

O custo de mercadorias e serviços vendidos teve um aumento de 0,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 21.572 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 21.684 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, se mantendo estáveis.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro bruto

O lucro bruto reduziu 1,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 9.327 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 9.214 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devido à estabilidade na receita bruta e aos motivos supramencionados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas operacionais

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas e as despesas gerais e administrativas reduziram 13,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 8.198 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 7.096 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O decréscimo das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas se deve principalmente em virtude da redução registrada nos saldos de despesas com demandas judiciais. Tal redução foi possível graças a melhora nos controles e processos, revisão periódica das teses de defesa entre outros, que por sua vez reduziram o ticket médio pago em processos judiciais.

Depreciações e amortizações

As despesas com depreciações e amortizações aumentaram 12,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 799 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 895 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse acréscimo se deve principalmente pela finalização de vários projetos da área de tecnologia. A Companhia vem desde o início da pandemia da Covid 19, investindo massivamente em projetos que envolvem o desenvolvimento de tecnologias, muitos desses projetos foram totalmente finalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e esses por sua vez contribuíram para o crescimento nas linhas de depreciação e amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de uma despesa de R\$ 718 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa de R\$ 102 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O decréscimo registrado tem correlação direta com o aprimoramento dos controles e processos ligados à área jurídica, pois o saldo em questão é composto majoritariamente por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia aumentou 84,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 1.217 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa financeira líquida de R\$ 2.244 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O acréscimo nas despesas financeiras líquidas ocorreu principalmente em virtude da elevação da taxa de juros básica (Selic), que por sua vez colaborou para o aumento do custo da dívida da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial diminuiu 11,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de uma receita de R\$ 45 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma receita de R\$ 40 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social diminuiu 30,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 1.560 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.083 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A redução no prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ocorreu, principalmente, em virtude dos itens mencionados nos tópicos supramencionados, em especial a redução registrada nos saldos de despesas com demandas judiciais. Tal redução foi possível graças à melhora nos controles e processos, revisão periódica das teses de defesa, entre outros, que por sua vez reduziram o ticket médio pago em processos judiciais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu 41,3%, passando de um crédito de R\$ 1.263 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para um crédito de R\$ 741 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse decréscimo é resultado principalmente da melhora no resultado operacional da Companhia.

Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia

O prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia aumentou 15,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de um prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 297 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 342 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude do acréscimo nas despesas financeiras líquidas, em virtude da elevação da taxa de juros básica (Selic), que por sua vez colaborou para o aumento do custo da dívida da Companhia.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

Abaixo apresentamos a análise comparativa dos fluxos de caixa referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022	AH 2023/2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.024	3.079	30,7%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(505)	(928)	-45,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.965)	(1.913)	55,0%
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	554	238	132,8%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 4.024 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa gerado de R\$ 3.079 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi impactado principalmente pela melhora e equalização dos níveis de estoque, a monetização dos impostos e redução nas perdas de crediário.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 505 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 928 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação se deve, especialmente ao momento menos expansionista da Companhia que, conforme Plano de Transformação, prioriza um fluxo de caixa livre mais robusto, através de sinergias e privilegiando nossa atividade core. O impacto disso nas atividades de investimentos é encerramento de projetos de *payback* longo que não são *core* para as atividades da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 2.965 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 1.913 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação é decorrente, principalmente, da redução nas originações nos saldos de risco sacado. Dado esse fato, em 2023 tivemos o pagamento das transações do período anterior e não tivemos novas captações. No exercício também realizamos pagamentos de empréstimos que tinham seus vencimentos em 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração do fluxo de caixa e a classificação de determinados saldos de fornecedores apresentados no passivo da Companhia, que passarão a figurarem linha específica do balanço patrimonial denominada "fornecedores portal". Por esse motivo, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do exercício.

Abaixo apresentamos a análise comparativa dos fluxos de caixa referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021 (reapresentado)	AH 2022X2021
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	3.079	(302)	-1.119,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(928)	(958)	-3,1%
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.913)	57	-3.456,1%
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	238	(1.203)	-119,8%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.079 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa aplicado de R\$ 302 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi impactado principalmente pela melhora e equalização dos níveis de estoque e pela celebração de aditivo contratual com o Banco Bradesco esse novo acordo, envolveu o ingresso imediato de R\$ 1.750 milhões no caixa. Além disso, há a possibilidade de recebimento de outras quatro tranches anuais de adiantamento, sujeitas ao atingimento de metas pré-definidas, em valor total de até R\$ 1.500 milhões e, além disso, esse aditivo ampliou a parceria entre Companhia e Bradesco até o ano de 2032.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 928 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 958 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia vem mantendo os altos investimentos em tecnologia nos últimos anos, no ano de 2022 houve, no entanto, uma pequena redução nesses investimentos comparativamente com o ano de 2021.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 1.913 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$ 57 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é decorrente, principalmente, da elevação da taxa de juros (Selic) que, por sua vez, foi responsável por onerar as dívidas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(a) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded* e *marketplace*, manufatura de móveis através da controlada Bartira, além disso a Companhia oferece soluções em *fulfillment* e *fullcommerce* serviços de transportes para 3P, logística mar aberto, entre outros.

As receitas, custos e despesas incorridas em operações entre empresas do grupo são eliminadas dentro do processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo valor da transação quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidos quando da sua efetiva ocorrência. As receitas da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária pelo atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site de titularidade da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o *marketplace* da Companhia apresentou crescimento de receita, com um aumento de cerca de 18%, fruto do aumento da penetração de serviços oferecidos no *marketplace* com *take rate* atingindo 12,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contra um *take rate* de 12,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 0,9p.p., refletindo assim o fortalecimento da plataforma de *marketplace* na Companhia, com foco na maior rentabilidade e melhor experiência para os clientes e *sellers* através do maior número de serviços oferecidos em nossas plataformas, como logística e crédito. A Companhia oferece aos *sellers* serviços que incluem desde capacitação até o aumento da visibilidade das lojas virtuais, utilizando as ferramentas de publicidade. Dessa forma, a Companhia desenvolve uma plataforma que recebe e dá condições para que esses *sellers* cresçam e ampliem o relacionamento da Companhia com clientes em todos os pontos de contato.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os Diretores da Companhia, os fatores que afetaram materialmente seus resultados operacionais podem ser assim resumidos:

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

O exercício findo em 31 de dezembro 2023 foi marcado pela evolução das iniciativas do Plano de Transformação em 2023. A iniciativa com destaque foi a frente de redução de custos, com a simplificação nas estruturas da Companhia, que gerou uma redução de mais de 8 mil posições (incluindo uma redução de 42% nos cargos de alta liderança); redução da despesa com marketing; fechamento de 55 lojas detratoras de margem de contribuição e otimização de 4 CD's.

No capital de giro, a Companhia reduziu estoques em R\$ 1.221 milhões em 31 de dezembro de 2023, sem perder rentabilidade e sem aumento de ruptura.

Ao fim de fevereiro de 2024, divulgamos o alongamento do perfil da dívida, no valor de R\$ 1.519 milhões para um prazo de 3 anos – reforçando o entendimento e confiança das instituições financeiras sobre a evolução do Plano de Transformação. Assim, os vencimentos de curto prazo do endividamento bruto, que antes representavam 58,5% do endividamento, passaram a representar 32,4% do total.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 3.079 milhões, em comparação com caixa líquido aplicado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 302 milhões.

No capital de giro, a Companhia reduziu estoques em R\$ 1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2022, em relação a 31 de dezembro de 2021 sem perder rentabilidade e sem aumento de ruptura, tendo em vista a manutenção dos percentuais de lucro bruto (o lucro bruto da Companhia representava 31,0% da receita de venda de mercadoria e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 frente a um percentual de 30,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A receita do *marketplace* no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 cresceu 44,5%.

Em contrapartida, a elevação da taxa de juros contribuiu para o crescimento das despesas financeiras da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Impactos COVID 19

A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configurava uma pandemia em escala global. Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM- SNC/SEP nº 02/2020 e, em 29 de janeiro de 2021, emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas Demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis. A referida pandemia resultou em impactos relevantes na sociedade e na economia brasileira de uma forma geral, impactando duramente diversos setores da economia, incluindo o

2.2 Resultados operacional e financeiro

segmento varejista.

Demandas judiciais trabalhistas

A partir de setembro de 2021, considerando um aumento efetivo nos ingressos de novos processos trabalhistas e também no valor efetivo dos pagamentos dos referidos processos, a Companhia decidiu revisar a metodologia, adotando-se nova modelagem, sendo:

- 1) Os processos classificados na fase de conhecimento e/ou recursal, são mensurados considerando as perdas efetivas históricas aplicadas a totalidade dos processos ativos segregados por variáveis, tais como cargo, tempo de casa, UF de alocação, etc.
- 2) Já os processos classificados na fase de execução, que tenham sua avaliação de risco pelos assessores jurídicos externos como provável, e que tenham valores definidos por homologação ou peritos técnicos, são registrados pelo seu valor nominal individual. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$2.510 milhões (R\$1.380 milhões em 31 de dezembro de 2020). Abaixo, apresentamos o impacto com a revisão da metodologia no 3º trimestre de 2021.

Movimentação da Provisão para demandas judiciais trabalhistas

	(em milhões de Reais)
Provisão para demandas judiciais trabalhistas em 30 de setembro de 2021	2.510
Estorno de provisão 2º trimestre	(1.112)
Estorno atualização monetária	(29)
Ativo indenizatório	(142)
Impacto bruto	1.227
Imposto de renda e contribuição social	(417)
Impacto líquido de imposto de renda e contribuição social no trimestre	810

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

A Companhia de tempos em tempos obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para fazer frente à necessidade de caixa para investimento. Os empréstimos e financiamentos são captados com taxas pré e pós-fixadas. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial e juros pelas dívidas contraídas. A Companhia faz uso de operações de swap cambial de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal. No entanto, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram captações de empréstimos em moeda estrangeira e consequentemente não ocorreram contratações de operações de swap cambial.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/ Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia identificou que as despesas de pessoal diretamente atribuíveis aos custos dos serviços prestados pela Asap Logística e pela CB Tecnologia estavam classificadas como “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”. Essas despesas foram reclassificadas para o “Custo de mercadorias e serviços vendidos”.

Para fins de comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as reclassificações acima descritas na Demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não identificou efeito no exercício de 2021.

Consolidado em 31.12.2022			
	Originalmente apresentado	Reclassi- ficações	Reapres- entado
Receita de venda de mercadorias e serviços	30.898	-	30.898
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.308)	(376)	(21.684)
Lucro bruto	9.590	(376)	9.214
Despesas com vendas	(6.340)	180	(6.160)
Despesas gerais e administrativas	(1.132)	196	(936)
Depreciações e amortizações	(895)	-	(895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	-	(102)
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	1.121	-	1.121
Resultado financeiro, líquido	(2.244)	-	(2.244)
Resultado de equivalência patrimonial	40	-	40
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.083)	-	(1.083)
Imposto de renda e contribuição social	741	-	741
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	-	(342)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração dos fluxos de caixa. Por este motivo, os saldos referentes ao período findo em 30 de junho de 2022 foram reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do período.

(em milhões de Reais)	Como originalmente apresentado em 30.06.2022	Ajuste	30.06.2022 (reapresentado)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Variação nos ativos e passivos operacionais	(2)	(596)	(598)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.789	(596)	1.193
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.746)	596	(1.150)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(548)	-	(548)

Ainda, após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração do fluxo de caixa e a classificação de determinados saldos de fornecedores apresentados no passivo da Companhia, que passarão a figurar em linha específica do balanço patrimonial denominada "fornecedores portal". Por esse motivo, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do exercício.

(em milhões de Reais)	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Variação nos ativos e passivos operacionais	(2.245)	(1.420)	(3.665)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.118	(1.420)	(302)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.363)	1.420	57
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.203)	-	(1.203)

(em milhões de Reais)	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)
Balanço Patrimonial			
Fornecedores	7.750	(1.332)	6.418
Fornecedores Portal	-	1.332	1.332

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes apresentaram uma ênfase em seu relatório sobre as demonstrações financeiras no que diz respeito à recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, conforme transcrito abaixo:

“Chamamos a atenção para a nota explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2023, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias no montante de R\$ 4.764 milhões na controladora e R\$ 5.105 milhões no consolidado. A realização deste ativo depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais e bases negativas possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e consequentemente ao prazo de realização deste ativo. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.”

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

A aquisição da CNT, com o objetivo de fortalecer a atividade logística da Companhia (conforme descrito no item b abaixo), não resultou na introdução de um novo segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 02 de julho de 2021, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição de 100% das quotas representativas da Celer, através de sua controlada Cnova. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e oferece um pacote completo de *Banking as a Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral o início do programa "Via Next", em que realizou três investimentos minoritários, através de sua controlada Cnova, nas *startups*: *Gopublic* Serviços Financeiros Ltda. ("GoPublic"), *Mibolsillo Financial Technologies Inc.* ("Poupa Certo") e *Byebnk* Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda. ("byebnk").

Em 08 de outubro de 2021, a Companhia realizou mais um investimento minoritário, através de sua controlada Cnova, na *startup*: *Uffa Portal e Serviços de Informação Ltda* ("UFFA").

O Via Next é o programa de conexão com *startups* da Companhia, desenvolvido em parceria com a Distrito, que tem como um dos objetivos acelerar a transformação digital da Companhia e promover soluções inovadoras para melhorar a experiência do cliente, em toda a sua jornada de compra e relacionamento.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT por meio de uma subsidiária.

A CNT é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, multi-*marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e quatro anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP.

A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos.

(c) Eventos ou operações não usuais

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral o

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Plano de Transformação de suas operações, com mudanças estratégicas focadas em um fluxo de caixa livre mais robusto e a melhora do retorno sobre o capital investido, através de sinergias e privilegiando nossa atividade *core*.

Para implementar o Plano de Transformação a Companhia estabeleceu duas grandes frentes de atuação: alavancas operacionais e iniciativas que otimizam a estrutura de capital. A evolução das iniciativas em 2023 ocorreu dentro do cronograma e, após reestruturações necessárias durante o exercício, a Companhia espera colher benefícios de maneira gradual ao longo de 2024, e espera estar em posição fortalecida para crescer de maneira estrutural a partir de 2025.

Alguns efeitos não recorrentes que impactaram as Demonstrações Financeiras em 2023 em função do Plano de Transformação são:

Estoques: A Companhia focou na redução dos estoques de menor giro e mais antigos, já que trazem maior custo de carregamento e possuem menor valor de venda mercantil pela defasagem tecnológica. A redução nos estoques acima de 90 dias foi de 63%. Para essa redução, a Companhia realizou saldões durante o 3T23 e o 4T23.

Migração de Sortimento: Migração de 23 subcategorias migradas do canal de 1P para o canal de 3P, como bebidas, linha de bebês, produtos de limpeza, brinquedos, casa e construção entre outros.

Pessoas: Redução de 8,6 mil posições (sendo 8 mil colaboradores diretos e 600 terceiros). Essa redução é equivalente a cerca de 20% do quadro de funcionários da Companhia, sendo que os cargos de alta liderança tiveram redução de 42%.

Fechamento de lojas: Foram encerradas 55 lojas e foram otimizados 4 Centros de Distribuição.

Eficiência de marketing e indiretos: Redução de despesa de serviços de terceiros em R\$ 90 milhões.

Estrutura de Capital: Captação de R\$ 623 milhões através de oferta pública de ações e R\$ 682 milhões com instituições financeiras, além do alongamento do vencimento de dívida no montante de R\$ 1.519 milhões que venceriam no curto prazo para 3 anos.

Para os exercícios de 2022 e 2021 não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou, no decorrer do último exercício social, as seguintes medições não contábeis:

Indicadores financeiros (em milhões de reais)	Em / ou no exercício findo em 31.12.2023	Em / ou no exercício findo em 31.12.2022	Em / ou no exercício findo em 31.12.2021
EBITDA	(22)	2.279	650
Margem EBITDA	-0,1%	7,4%	2,1%
EBITDA Ajustado	1.240	2.381	1.368
Margem EBITDA Ajustado	4,3%	7,7%	4,4%
Caixa Líquido (Dívida Líquida Ajustada) Ajustado (a)	(1.681)	648	635
Índice Caixa Líquido (Dívida Líquida) ajustado sobre EBITDA ajustado	(1,36)	0,27	0,46

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é uma medição não contábil e consiste no quociente da divisão do EBITDA pela receita de venda de mercadorias e serviços.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA supracitado ajustado por outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, que correspondem a transações não incluídas nas atividades principais da Companhia, relacionadas principalmente com gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita de venda de mercadorias e serviços.

A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado é uma medição não contábil e consiste no saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) (circulante e não circulante), líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros, que por sua vez trata-se do lastro dos saldos apresentados nos saldos repasse para instituições financeiras que para contido dentre os saldos de empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber – de administradoras de cartões de crédito que tratam-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, além disso conta com os saldos de contas a receber - B2B que tratam de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses por sua vez quando utilizados se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado e outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.

2.5 Medições não contábeis

O índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado é uma medição não contábil que consiste no quociente da divisão da (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado pelo EBITDA Ajustado.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e o Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado não são medidas de lucro, liquidez ou endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício ou do período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação EBITDA (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31.12.2023	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021
Prejuízo do exercício	(2.625)	(342)	(297)
(+) Resultado financeiro, líquido	3.041	2.244	1.217
(-) Imposto de renda e contribuição social	(1.577)	(741)	(1.263)
(+) Depreciação e amortização	1.139	1.118	993
EBITDA	(22)	2.279	650
Receita de venda de mercadorias e serviços	28.847	30.898	30.899
Margem EBITDA	-0,1%	7,4%	2,1%

Reconciliação EBITDA Ajustado (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31.12.2023	Exercício social encerrado em 31.12.2022	Exercício social encerrado em 31.12.2021
EBITDA	(22)	2.279	650
(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (*)	1.262	102	718
EBITDA Ajustado	1.240	2.381	1.368
Receita de venda de mercadorias e serviços	28.847	30.898	30.899
Margem de EBITDA Ajustado	4,3%	7,7%	4,4%

(*) A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" encontra-se divulgada nas notas explicativas das respectivas demonstrações financeiras da Companhia e demonstram receitas (despesas) decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam objeto da empresa, relacionadas principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

Reconciliação Caixa Líquido (Dívida Líquida) Ajustado(a) (Em milhões de reais, exceto %)	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	2.573	2.019	1.781
Contas a receber de administradoras de cartões de crédito	273	3.426	3.839
Contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI ("Crediciário Casas Bahia") (circulante e não circulante) (1)	3.699	3.873	3.720
Contas a receber – B2B	370	342	361
Outras contas a receber	363	366	356
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	(8.959)	(9.378)	(9.422)
Caixa Líquido (Dívida Líquida) Ajustado(a) (2)	(1.681)	648	635
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado	(1,36)	0,27	0,46

(1) Refere-se ao contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI ("Crediciário Casas Bahia") líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros.

2.5 Medições não contábeis

- (2) A (Dívida Líquida Ajustada) (Caixa Líquido Ajustado) da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.483 milhões, R\$ 3.699 milhões e R\$ 4.202 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.765 milhões, R\$ 3.120 milhões e R\$ 3.236 milhões em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que as medidas de EBITDA, Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e o índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados. Desta forma, as informações são utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos. Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado. O EBITDA Ajustado, justamente efetua a exclusão de itens não recorrentes com a finalidade de permitir analisar o resultado operacional da Companhia.

(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado

A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado é uma medição não contábil e consiste no saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) (circulante e não circulante), líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros que por sua vez trata-se do lastro dos saldos apresentados nos saldos repasse para instituições financeiras que

2.5 Medições não contábeis

para contido dentre os saldos de empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber – de administradoras de cartões de crédito que tratam-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, além disso conta com os saldos de contas a receber B2B que tratam de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses por sua vez quando utilizados se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado e outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e o Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício ou do período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social

Em relação às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ocorreu o seguinte evento subsequente:

Alongamento do perfil da dívida

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 18 de março de 2024, em continuidade ao Plano de Transformação, a Companhia assinou um documento com instituições financeiras contendo termos e condições para o reperfilamento de suas emissões de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e da 9ª emissão de debêntures da Companhia.

A dívidas reperfiladas somam R\$ 1.519 milhões, terão vencimento em 3 anos e custo de CDI + 4% a.a. A amortização do principal ocorrerá trimestralmente após 18 meses de carência e no 36º mês ocorrerá a amortização de restante da dívida (70%).

2.7 Destinação de resultados

2.7 Política de destinação dos resultados

31.12.2023	
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, após a manifestação do Conselho de Administração, a Diretoria deverá apresentar proposta para aprovação à assembleia geral sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer depois de realizadas as seguintes deduções ou acréscimos, decrescentemente e nessa ordem: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e (e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.
a.i Valores das retenções de lucros	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no exercício de 2023 foi prejuízo.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no exercício de 2023 foi prejuízo.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, e observado o disposto na alínea "e" do item anterior, 25% do lucro líquido do exercício deverá ser destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos atribuídos serão pagos aos acionistas da Companhia nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Eventuais distribuições de juros sobre capital próprio deverão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Conforme autorizado na forma da Lei das Sociedades por Ações e previsto no parágrafo único, do artigo 31 e no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis, e, por deliberação do Conselho de Administração, poderá declarar dividendos intermediários à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, (ii) lucros acumulados ou (iii) reserva de lucros. O Conselho de Administração poderá ainda determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não está sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

2.7 Destinação de resultados

judiciais, administrativas ou arbitrais	
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, visto que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras que norteiam a destinação dos resultados da Companhia encontram-se no Estatuto Social da Companhia e na legislação e/ou regulamentação competentes.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 que possam impactar a Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

(b) Natureza e o propósito da operação

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 que possam impactar a Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10 Plano de negócios

(a) Investimentos, incluindo descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos e andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, a partir de 2023, a Companhia revisou o seu plano de atuação e priorizará os investimentos que estejam alinhados com o seu Plano de Transformação em vigor.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 386 milhões, conforme abaixo:

R\$ milhões	31.12.2023	%
Logística	14	4%
Novas Lojas	9	2%
Reforma de Lojas	31	8%
Tecnologia	329	85%
Outros	3	1%
Total	386	100%

Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados, principalmente, pela geração de caixa decorrente das operações da Companhia.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, no futuro, caso os Diretores julguem pertinente, a Companhia poderá utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento para financiar eventuais investimentos.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores informam que não há previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no exercício social de 2024.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que não há planos, no momento, de serem oferecidos novos produtos e/ou serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A maior parcela dos recursos necessários para oferecer os produtos e serviços supramencionados já foi dispendida durante o ano de 2023.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

A maior parcela dos recursos necessários para oferecer os produtos e serviços supramencionados já foi dispendida durante o ano de 2023, e não há, na data deste Formulário de Referência, previsão de investimentos significativos em novos produtos e serviços no exercício social de 2024.

(iv) Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A maior parcela dos recursos necessários para oferecer os produtos e serviços supramencionados já foi dispendida durante o ano de 2022, e não há, na data deste Formulário de Referência, previsão de investimentos significativos em novos produtos e serviços no exercício social de 2024.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia possui diversas iniciativas relacionadas às questões ASG em seu plano de negócios, que são detalhadamente apresentadas no relatório de sustentabilidade da Companhia, estão relacionadas em sua maioria aos seguintes temas: ecoeficiência operacional e circularidade (resíduos e energia); mudanças climáticas; diversidade; inclusão e bem estar no ambiente de trabalho; acessibilidade financeira; inovação e tecnologia com foco no cliente; cadeia de valor responsável; governança, ética e transparência; e segurança e privacidade de dados.

Além das iniciativas do relatório de sustentabilidade da Companhia, a Companhia possui uma emissão de Debêntures com metas vinculadas a ESG, conforme nota explicativa das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Debêntures:

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - *Environmental, Social and Governance*

2.10 Planos de negócios

(Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se comprometeu a cumprir a renovação da sua matriz energética por fontes renováveis.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 – Projeções

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP e conforme fato relevante divulgado em 5 de setembro de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, em razão da necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados pelos consultores no contexto da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Projeções sobre a evolução de seus indicadores

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP e conforme fato relevante divulgado em 5 de setembro de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, em razão da necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados pelos consultores no contexto da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, condição societária e/ou negócios da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja pelas informações contidas nos documentos acima mencionados e/ou por outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação, notadamente a elevação e manutenção das altas taxas de juros, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em 1994.

A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi de 4,62% em 2023, 10,06% em 2022 e 4,5% em 2021. Pressões

4.1 Descrição dos fatores de risco

inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente o custo de financiamento, incluindo o custo do endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de *leasing*.

A Companhia pode não ter sucesso na implementação do plano de transformação de suas operações

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia divulgou novas estratégias relacionadas a um plano de transformação de suas operações. A Companhia não pode assegurar que quaisquer de seus objetivos no âmbito do plano de transformação serão alcançados com êxito e por completo e a falha na implementação da estratégia pode impactar adversamente os resultados e taxa de crescimento da Companhia. Dentre as principais iniciativas incluídas no Plano de Transformação estão:

- Modelo de gestão baseado em novas métricas de margem e ciclo de caixa
- Redução de seus estoques e migração de categorias com margem negativa do 1P para venda exclusiva no 3P
- Redução do quadro de funcionários
- Revisão do patamar de Despesas de Marketing em relação à ROL (%)
- Fechamento de lojas e readequação de seus Centros de Distribuição
- Lançamento do 1º FIDC do Grupo Casas Bahia
- Monetização de ativos tributários
- Revisão do CAPEX

O sucesso do plano de transformação da Companhia depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas e fatores alheios à administração e à própria Companhia podem limitar a efetividade das mudanças estratégicas pretendidas pela Companhia, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre as operações da Companhia e sobre percepção de credores e acionistas.

Os negócios da Companhia dependem da reputação que as suas marcas têm com seus clientes, fornecedores e distribuidores. Se a Companhia não for capaz de manter essa reputação, poderá ser adversamente afetada.

A reputação da Companhia e de suas principais marcas é fundamental para a manutenção de suas posições nas plataformas digitais, e para a sua capacidade de atrair e manter clientes, fornecedores, *sellers* (vendedores do *marketplace*), distribuidores e profissionais qualificados, além de estabelecer parcerias. A continuidade da reputação de suas marcas depende da capacidade da Companhia de manter e proteger a excelência e a eficiência dos serviços existentes, aperfeiçoá-los e introduzir novos

4.1 Descrição dos fatores de risco

serviços com os mesmos níveis de qualidade e eficiência. Falhas nesses fatores podem ocasionar acidentes, fraudes e pedidos de recall de produtos vendidos ou disponibilizados nas plataformas digitais da Companhia, e podem ter um impacto negativo sobre as marcas da Companhia. Outros fatores como posicionamento e associação diretas e indiretas, com as marcas, muitas delas fora do controle da Companhia, podem impactar sua reputação.

A falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética. Também estamos sujeitos a regulamentação cada vez mais abrangentes e fortes nesse tema.

A Companhia enfrenta vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a penetração de sistemas e plataformas de tecnologia da informação por pessoas mal intencionadas, infiltração de malware, como vírus de computador, contaminação intencional ou acidental das redes e sistemas de terceiros com os quais são trocados dados, acesso não autorizado a dados confidenciais e/ou dados proprietários por pessoas dentro ou fora da organização, ransomware que afeta os serviços e tecnologia de usuário final, ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviços. A Companhia pode não ser capaz de se proteger com sucesso os sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra essas ameaças. Nos últimos anos, os sistemas de computador de empresas e organizações passaram a ser cada vez mais visados, e as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, impróprio ou ilegal aos sistemas de tecnologia da informação tornaram-se cada vez mais complexas e sofisticadas. Essas técnicas mudam com frequência e muitas vezes não são reconhecidas ou detectadas até que tenham sido lançadas. Além disso, podem se originar de uma ampla variedade de fontes, incluindo não apenas criminosos cibernéticos, mas também ativistas e estados invasores. Ataques cibernéticos podem causar a perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações confidenciais, bem como de recursos financeiros ou ainda a interrupção dos sistemas eletrônicos usados para atender os clientes.

Se a Companhia for vítima de ataques cibernéticos bem-sucedidos ou enfrentar incidentes de segurança cibernética no futuro, poderá incorrer em custos substanciais e sofrer outras consequências negativas, como custos por ativos ou informações roubadas, reparos de danos ao sistema, aumento dos custos de proteção da segurança cibernética, perda de receitas decorrentes do uso não autorizado de informações proprietárias ou falha em reter ou atrair clientes após um ataque, litígios e riscos legais (como sanções administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados), aumento dos prêmios de seguro, danos à reputação que afetam a confiança dos clientes e investidores, bem como danos à competitividade, preço das ações e valor de longo prazo para os acionistas.

Adicionalmente, são armazenadas informações confidenciais relacionadas às atividades, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou da Companhia, poderá sujeitá-la a penalidades civis e criminais, expô-la a responsabilidades diversas perante os fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações, vide o fator de risco “*Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios*” nesta seção 4.1 do Formulário de Referência.

Mesmo quando uma falha ou interrupção em sistemas ou instalações é resolvida em tempo hábil ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

uma tentativa de incidente cibernético ou outra violação de segurança é evitada ou frustrada, normalmente recursos relevantes são gastos para fazer isso, e a Companhia pode precisar tomar medidas que possam afetar adversamente a satisfação ou o comportamento do cliente, o que pode afetar adversamente os negócios e sua reputação.

A Companhia pode vir a incorrer em perdas resultantes pelo não recebimento de valores das compras de nossos clientes.

Parte relevante das nossas vendas são realizadas utilizando como modalidade de pagamento CDC e cartão de crédito e não há garantias do recebimento do saldo total de contas a receber. Dessa forma, a Companhia está sujeita ao risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como de inconsistências entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos do financiamento aos nossos clientes. Mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à inflação, ao aumento nas taxas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes - mais sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

Os investimentos necessários nas operações da Companhia podem ser maiores do que o estimado o que pode impactar negativamente a alavancagem financeira da Companhia.

As atividades da Companhia envolvem a operação de lojas físicas, bem como a otimização, o incremento e a melhoria da plataforma digital, o que poderá demandar recursos financeiros substanciais. A implementação de melhorias na operação da Companhia poderá exigir recursos adicionais e em proporção diferente da prevista pela Administração da Companhia em razão de diversos fatores (tais como, mas não se limitando a, valor de locação, obras, instalação de estrutura operacional e instalação e operação de sistemas de tecnologia da informação e logística, entre outros), obrigando a Companhia a realizar captações adicionais aumentando substancial e adversamente a sua alavancagem financeira. O aumento da alavancagem financeira da Companhia pode: (i) implicar no uso de uma parcela maior dos seus recursos para efetuar o pagamento de suas dívidas, com a consequente redução do caixa disponível para financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia; (ii) limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças em seu negócio; (iii) limitar a sua capacidade de captar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital; (iv) posicionar a Companhia em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que possuam menor nível de endividamento, afetando adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que a recuperação extrajudicial (tramitando perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 106506661.2024.8.26.0100) será concluída de maneira satisfatória à Companhia e/ou a seus negócios.

Em 28 de abril de 2024, a Companhia ajuizou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial ("Pedido de RE"), que foi distribuído perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ("Juízo da RE") sob o nº 106506661.2024.8.26.0100.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A recuperação extrajudicial é um instrumento legal, previsto na Lei nº 11.101/2005 (“LFR”), que permite a uma sociedade renegociar com determinado grupo de credores as condições de pagamento de suas dívidas da mesma espécie ou natureza, vinculando os demais credores de tais dívidas, observadas certas condições previstas na LFR. No caso do Pedido de RE, a Companhia pretende reestruturar sua dívida financeira quirografária, composta por quatro emissões de debêntures e duas cédulas de créditos bancários, por meio de plano de recuperação extrajudicial (“PRE”) celebrado com credores que, conjuntamente, detêm mais da metade de tal dívida financeira quirografária.

Em 29 de abril de 2024, o juízo competente deferiu o processamento do Pedido de RE, ratificando a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas aos créditos abrangidos pelo PRE por 180 dias (“Créditos Sujeitos”) e determinando a abertura de prazo de 30 dias corridos para credores eventualmente impugnarem os termos do PRE com base em um rol de argumentos taxativo previsto na LFR.

Em 31 de maio de 2024, data deste Formulário de Referência, a Companhia aguarda a decisão pelo juízo competente sobre a homologação ou não do PRE.

A homologação do PRE consiste no reconhecimento de que os requisitos legais necessários foram atendidos e que as disposições do PRE se tornaram eficazes a todos os credores abrangidos pelo PRE, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente ao PRE. Caso o PRE seja homologado, os Créditos Sujeitos serão novados e pagos nas condições reestruturadas previstas no PRE.

Não há garantia de que o PRE será homologado ou de que as decisões do Juízo da RE sejam proferidas ou mantidas, no todo ou em parte, em favor da Companhia. Caso o PRE não seja homologado ou não seja concluído de forma satisfatória para a Companhia ou a seus negócios, a situação financeira da Companhia poderá ser afetada de forma adversa e significativa.

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.

O risco de liquidez, no contexto das operações da Companhia e de suas controladas, pode ser definido pela possibilidade de descumprimento de obrigações da Companhia associadas a seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. No curso ordinário de seus negócios, a Companhia desconta seus recebíveis e conta com linhas de crédito perante instituições financeiras e acessa o mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais.

Caso a Companhia não seja capaz de continuar a acessar essas linhas de financiamento, pode não dispor de liquidez suficiente para manter o nível de atividade em suas operações e honrar seus compromissos financeiros em decorrência do descasamento de prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, o que poderá sujeitá-la a perdas financeiras, além de impactar adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia e suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A operação da Companhia depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A capacidade das operações da Companhia depende de uma série de fatores, dentre os quais:

- Capacidade de gerir suas marcas e sua cultura;
- Alavancar vendas e diluir despesas e custos fixos;
- Fortalecer e expandir a oferta de produtos, serviços e soluções financeiras para sua base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de compra e pós-venda por meio da multicanalidade, aprimorando a jornada dos clientes e parceiros;
- Promover sua estratégia de transformação digital por meio de ações que proponham a identificação das necessidades e experiências de seus clientes, através da adoção de novas tecnologias e modelos de negócio em suas lojas físicas e online, bem como intensificar sua cultura digital interna e externamente;
- Expandir a base de produtos e serviços em condições competitivas;
- Manter e incrementar a base de *sellers* de sua plataforma de *marketplace*;
- Aumentar a conversão de vendas nos sites; e
- Melhorar nível de serviço (NPS), prazo de entrega e experiência do consumidor (UX) de modo geral.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo e a falha na implementação da estratégia pode impactar adversamente os resultados e taxa de crescimento da Companhia.

Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios.

Falhas e interrupções, totais ou parciais, nos sistemas tecnológicos que a Companhia utiliza podem ensejar perdas de receitas. Ainda, há dependência de instalações de hospedagem de data center fornecidas por provedores de serviços terceirizado, de provedores de hospedagem de Internet e provedores de banda larga terceirizados para acesso contínuo e ininterrupto à Internet para operar os negócios.

Qualquer interrupção ou interferência no uso de tais serviços prejudicaria a capacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços aos clientes, resultando em insatisfação do cliente, danos à reputação, perda de receita e danos aos negócios.

Esses prestadores de serviço e fornecedores terceirizados são responsáveis por manter sua própria segurança de rede, recuperação de desastres e procedimentos de gestão de sistemas e não garantem que o acesso às soluções seja ininterrupto, livre de erros ou seguro.

Tais fornecedores podem enfrentar interrupções em seu ambiente, quedas e outros problemas de desempenho, que podem ser causados por uma variedade de fatores, incluindo alterações de

4.1 Descrição dos fatores de risco

infraestrutura, danos ou interrupção por erro humano, atos intencionais, perda de energia, falhas de hardware, falhas de telecomunicações, operação inadequada, entrada não autorizada, perda de dados,

4.1 Descrição dos fatores de risco

perda de energia, ataques cibernéticos, incêndios, guerras, ataques terroristas, inundações, terremotos, furacões, tornados, desastres naturais ou eventos catastróficos semelhantes, fraude, picos no uso por clientes e problemas de negação de serviço. Todas essas vulnerabilidades citadas, somadas a um erro processual, como a rescisão de contrato de hospedagem, podem resultar em interrupções prolongadas na entrega de soluções, causar interrupções no sistema, impedir clientes de realizar compras nas lojas físicas ou virtuais, danos à reputação e perda de dados críticos, impedir a Companhia de apoiar suas soluções ou a fazer incorrer em despesas adicionais para providenciar novas instalações e suporte.

Além disso, a interrupção prolongada na disponibilidade ou redução na velocidade ou outra funcionalidade dos produtos ou serviços pode prejudicar significativamente sua reputação e negócios. Interrupções frequentes ou persistentes nos produtos e serviços podem fazer com que os clientes acreditem que os produtos e serviços não são confiáveis, levando-os a trocar a Companhia por concorrentes ou evitar os produtos e serviços, prejudicando permanentemente sua reputação e negócios.

Adicionalmente, a Companhia enfrenta vários riscos de segurança cibernética que podem afetá-la adversamente. Para mais informações, vide o fator de risco *“A falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética. Também estamos sujeitos a regulamentação cada vez mais abrangentes e fortes nesse tema”* neste item 4.1.

Qualquer um dos itens acima pode ter um efeito adverso substancial sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia opera por meio de diversos canais distintos (lojas físicas, website, site mobile e aplicativo) e acredita que a integração desses canais é essencial para o sucesso da sua estratégia de negócio. A falha dessa integração, ou atraso na adoção de medidas inovadoras

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão afetar negativamente os seus negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

As operações da Companhia são realizadas por meio de lojas físicas e por meio de suas plataformas digitais. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou aprimorar sua estratégia omnicanal ou que será capaz de implementar inovações que sejam importantes para seus clientes, o que poderá ser prejudicial aos seus planos e poderá afetar negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional. Ainda, eventuais falhas nos sistemas tecnológicos utilizados nas plataformas digitais podem impactar adversamente os negócios. Para mais informações, vide o fator de risco “*Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente os negócios*” acima.

Além disso, caso a Companhia não seja capazes de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação, marketing e de atendimento, a estrutura integrada dos multicanais pode ser prejudicada, impactando-a adversamente.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em custos maiores do que os esperados para implementação das iniciativas omnicanal e, portanto, tais iniciativas podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter um retorno menor do que o esperado, o que poderá afetar de forma relevante sua estratégia de crescimento e o seu resultado operacional.

Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Ainda, eventuais novas legislações e regulamentações das atividades relacionadas à plataforma omnicanal podem gerar um ambiente regulatório mais oneroso para a Companhia.

Quaisquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante sua estratégia de crescimento e o seu resultado operacional.

A Companhia é dependente do movimento de clientes gerado pelos shopping centers nos quais suas lojas estão localizadas.

A Companhia possui 21% de lojas localizadas em shopping centers com alto tráfego de pessoas. Dependemos em parte da capacidade de outros locatários dos shopping centers de gerar movimento de consumidores nas vizinhanças de nossas lojas, bem como na continuada popularidade dos shopping centers como destino preferencial para compras. Nosso volume de vendas e o movimento em shopping centers podem ser afetados negativamente por fatores externos a nosso controle tais como, declínio econômico em uma área em particular, a abertura de novos shopping centers ou queda de atratividade de outras lojas nos shopping centers em que estamos localizados, inclusive em decorrência dos efeitos que possam interromper o seu funcionamento habitual. A proibição da abertura dos shoppings ou restrição do horário de funcionamento ou qualquer outra medida restritiva aplicada pelas autoridades, bem como uma redução no movimento dos shopping centers como resultado de quaisquer desses

4.1 Descrição dos fatores de risco

fatores ou de qualquer outro fator podem resultar em um declínio no número de clientes que visitam nossas lojas localizadas em shopping centers, e isso pode afetar negativamente os nossos negócios, situação financeira e resultado operacional.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser obtido mediante a distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia.

Eventual captação de recursos adicionais por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, que pode não prever direito de preferência aos seus atuais acionistas, poderá acarretar a diluição da participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia, que não terão direito de preferência ou que, caso o tenham, não possuam recursos suficientes ou interesse para exercer seus respectivos direitos de preferência, conforme o caso. Ademais, planos de opção de compras de ações existentes podem ser alterados para a emissão de ações adicionais para a Administração e outros funcionários da Companhia (conforme descrito no item 8.18 deste Formulário de Referência), o que pode resultar na diluição imediata dos acionistas da Companhia. Por fim, o Plano de Recuperação Extrajudicial prevê a substituição de determinadas obrigações pecuniárias da Companhia por duas séries de debêntures simples e uma série de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, cujo valor nominal poderá atingir R\$ 2.577.957.061,59 (a serem acrescidos de juros e correção monetária), serão conversíveis em novas ações de emissão da Companhia, a um valor por ação equivalente a 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) dos 90 dias anteriores à conversão. Assim, não há como se determinar, na data de emissão das debêntures conversíveis, a quantidade máxima de ações que poderão ser emitidas e a diluição para os atuais acionistas ocasionada pela eventual conversão. Eventuais emissões de novas ações podem ainda resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A execução da Logística Reversa oferece riscos associados a custos, disponibilidade de parceiros para sua realização, preocupações com a condições, tempestividade e devolução íntegra das mercadorias

A logística reversa permite o gerenciamento eficiente do retorno das mercadorias em casos de devolução ou troca e inclui desafios relevantes como custos para sua execução, disponibilidade de transportadores que operem nas diferentes praças, além de outras questões intrínsecas como a integridade e às condições e qualidade das mercadorias retornadas e a tempestividade para que estejam sob custódia da Companhia. Além disso, oferece riscos ambientais associado ao correto descarte das mercadorias e ao maior consumo de recursos. A execução adequada e tempestiva da logística reversa pode impactar a margem e a experiência dos clientes da Companhia.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controle relacionados à prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e reputação.

As políticas e procedimentos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, incluindo fraudes contábeis, pela administração, funcionários, terceiros que atuem em nome da Companhia, ou fornecedores se posicionem de forma que violem legislações

4.1 Descrição dos fatores de risco

e regulamentos, por exemplo, no âmbito de pagamentos indevidos a funcionários do governo para obter ou manter vantagens comerciais ou empresariais, bem como para identificar, analisar, mensurar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos relevantes, práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas que são utilizadas.

Além disso, não há como assegurar que não serão identificadas deficiências significativas nos controles internos. Se os sistemas e controles internos da Companhia não estiverem operando de maneira efetiva, a Companhia poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

As informações em que são baseadas ou com que alimentadas ou mantidos modelos internos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter os controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar as demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios.

Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte dos colaboradores e membros da administração.

Caso os colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou políticas internas, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os negócios e imagem.

A Companhia poderá também vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção por suas controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Não podemos garantir que não seremos afetados por irregularidades ou erros contábeis no futuro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que não será afetada por irregularidades ou erros contábeis no futuro que afetem suas demonstrações financeiras. Os procedimentos de compliance e controles internos podem não ser suficientes ou, com o passar do tempo, podem se tornar insuficientes, para detectar ou evitar todas as condutas impróprias, irregularidades, ou violações de leis, regulamentos e normas internas aplicáveis, inclusive de natureza contábil.

Além disso, o descumprimento desses normativos por parte de seus colaboradores e membros de sua administração, pode gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Para mais informações, vide o fator de risco “Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controle relacionados à prevenção e combate a corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevisíveis, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e reputação” acima.

A incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual da Companhia por terceiros pode ter impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

Atualmente, a Companhia é titular de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil no INPI. A Companhia também é titular de alguns nomes de domínio associados a tais marcas, bem como desenhos industriais. No plano internacional, a Companhia possui a titularidade de marcas em países da América Latina, Europa e América do Norte.

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger e preservar suas atuais e futuras marcas e defender os seus demais direitos de propriedade intelectual, incluindo, mas não se limitando às marcas, patentes, softwares e nomes de domínio, bem como os aspectos sigilosos relacionados à tecnologia desenvolvida pela Companhia e aos serviços prestados por ela. Portanto, o uso indevido ou não autorizado de quaisquer dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, pode diminuir o valor de suas marcas, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios e em seus resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Há também o risco de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia, ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pela Companhia pode ter um efeito negativo em seus resultados operacionais e imagem.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. Nesse sentido, relevante mencionar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de propriedade intelectual idênticos ou similares aos produtos e/ou soluções da Companhia que atendam ao mesmo mercado. Ainda, caso alguma de suas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso, a Companhia pode vir a ser proibida de continuar a explorá-la.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

As vendas e níveis de estoque da Companhia flutuam sazonalmente, sendo que as vendas da Companhia são historicamente maiores no 4º trimestre de cada exercício, o que pode compelir a Companhia a vender o estoque excedente a um preço substancialmente menor ou até mesmo com margens inadequadas, o que pode afetar de maneira adversa seu resultado operacional e situação financeira.

As vendas do varejo estão sujeitas a flutuações sazonais em decorrência de diversas circunstâncias como a retração econômica, a paralisação eventual das atividades da Companhia ou de seus fornecedores e as vendas durante a estação de compras de final de ano.

Para se preparar para a estação de compras do final de ano, a Companhia deve comprar e manter em estoque uma quantidade de mercadorias consideravelmente maior que àquela mantida durante outros períodos do ano. Qualquer diminuição não prevista ou previsão equivocada da demanda por seus produtos durante esta época de pico de compras pode compelir a Companhia a vender o estoque excedente a um preço substancialmente menor ou até mesmo com margens inadequadas, o que pode afetar de maneira adversa seu resultado operacional e situação financeira. Tais flutuações no seu resultado operacional e situação financeira podem afetar o valor de mercado das ações da Companhia.

Ainda, no contexto do Plano de Transformação anunciado pela Companhia por fato relevante em 10 de agosto de 2023, a Companhia vem adotando uma série de medidas para, dentre outros objetivos, reduzir seus níveis de estoque. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de aumentar seu

4.1 Descrição dos fatores de risco

estoque em um cenário de maior demanda, o que pode afetar adversamente a condição financeira e resultado operacional da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de realizar aquisições ou parcerias em termos atrentes. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir concretizar tais aquisições ou integrar e captar sinergias de aquisições e associações concretizadas, como também pode não obter a aprovação dos órgãos necessários para a realização de suas operações societárias, sendo que, caso tais aquisições de concretizem, a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas e a Companhia pode ficar exposta a eventuais contingências decorrentes de desdobramentos de atos ou fatos ocorridos em empresas adquiridas previamente à suas aquisições.

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a avaliação de oportunidades de negócios (o que inclui aquisições, parcerias, *joint ventures*, entre outras formas associativas ou de aquisição) que julgam oportunas para as suas respectivas atividades, relacionadas a seu mercado de atuação ou a novos mercados a serem explorados. Tais transações incorrem em uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre seus objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das operações, sistemas, pessoal, produtos, base de clientes das companhias envolvidas e à geração de retorno esperado sobre os investimentos, além da exposição aos passivos das empresas adquiridas. Assim, a integração dos negócios adquiridos com os seus negócios e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições no momento e/ou em termos, preços e/ou condições desejados. Além disso, a atuação de concorrentes e a existência de eventuais de restrições regulatórias podem afetar a sua capacidade de realizar novas aquisições. Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar seu plano de crescimento, podendo ser necessário incorrer em novas dívidas ou realizar aumento de capital, a fim de financiar sua expansão.

Ainda, no contexto da expansão de seus negócios por meio de aquisições ou parcerias, poderá não ter uma eficiente gestão das mudanças e do processo de maturação dos novos negócios conforme esperado, inclusive com relação à duração de tal processo e rentabilidade esperada. Por consequência, poderá não conseguir atingir resultados satisfatórios nos novos negócios, afetando negativamente as margens líquidas consolidadas. Assim, seu resultado e o valor de suas ações podem ser negativamente impactados, com efeitos em sua reputação.

Nesse contexto, poderá, ainda, ser responsável por contingências decorrentes de fusões e aquisições realizadas no passado e/ou por indenizações devidas aos compradores de ativos e/ou sociedades adquiridas. Além disso, eventuais indenizações que possa vir a receber dos vendedores de sociedades e/ou ativos adquiridos podem não ser suficientes à proteção ou compensação de contingências e responsabilidades ou não serem cumpridas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A efetivação de aquisições ou parcerias envolve uma série de riscos, que incluem: (i) superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, proporcionando um retorno financeiro aquém do esperado; (ii) possibilidade de aumento da sua alavancagem financeira; (iii) alocação de recursos humanos e financeiros para as finalidades de integração, as quais podem não ser bem sucedidas; (iv) impactos financeiros e contábeis em suas demonstrações financeiras referentes a custos não antecipados/previstos; (v) não capturar, capturar parcialmente e/ou tardiamente as sinergias esperadas, impactando o seu resultado; (vi) falha no processo de integração de cultura empresarial de colaboradores; (vii) celebrar contratos e/ou documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os seus redirecionamentos estratégicos; (viii) não ter mapeado de forma exaustiva ou não obter as autorizações regulatórias necessárias às operações das sociedades adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanções administrativas, incluindo o pagamento de multas; (ix) falha no monitoramento adequado dos riscos relacionados a aderência de sociedades em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (compliance, anticorrupção e outras); (x) falha em auditorias ou no mapeamento de riscos relacionadas a passivos (incluindo passivos contingenciais) a que as sociedades adquiridas estão expostas; (xi) necessidade de coordenação de gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo da sua administração no dia-a-dia das demais atividades operacionais; (xii) falhas na integração de sistemas e demais mecanismos de tecnologia da informação das sociedades adquiridas; (xiii) exposição frente às contingências (judiciais, administrativas ou arbitrais), materializadas ou não, das sociedades adquiridas, que podem nos impactar não apenas financeiramente, mas também reputacionalmente.

A ocorrência de quaisquer destes fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

Adicionalmente, a celebração de contratos de aquisição ou de parcerias poderá conter cláusulas de condições suspensivas, as quais, se não satisfeitas dentro do prazo e nos termos acordados dificultarão a efetivação da operação de aquisição ou de parceria. Essas condições suspensivas poderão decorrer de acordo entre as partes ou de lei, incluindo, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 ("Lei Concorrencial") que estabelece a obrigação de submissão prévia ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), que inclui o CADE, de determinadas operações de concentração econômica. O SBDC tem o dever, então, de analisar tais operações e determinar se uma operação específica geraria efeitos negativos nas condições competitivas do mercado no qual opera, ou mesmo aos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, aquisições ou parcerias podem não ser aprovadas ou podem ser condicionadas a certas restrições como condição para aprovação pelo CADE, incluindo restrições que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos, o que pode impactar negativamente os seus negócios e resultados operacionais.

Caso a aquisição ou parceria não seja efetivada, a Companhia poderá ser obrigada a reestruturar seu plano de crescimento orgânico e inorgânico. Nesta situação, não conseguirá garantir que será capaz

4.1 Descrição dos fatores de risco

de reestruturar seu plano de crescimento em condições favoráveis e/ou dentro de um tempo razoável. Adicionalmente, caso a falha na efetivação da transação não seja consensual, poderá estar sujeita a procedimentos litigiosos envolvendo as partes da transação, o que poderá culminar com desembolso adicional de caixa.

Dessa forma, as mensurações exigidas em um processo de crescimento inorgânico envolvem um elevado grau de julgamento e estão sujeitas a um elevado grau de incerteza, que podem impactar significativamente suas demonstrações financeiras da Companhia.

Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, a Companhia pode ser impactada negativamente do ponto de vista financeiro e reputacional.

A Companhia depende de centros de distribuição e qualquer interrupção, falha na operação ou aumento no custo de nossos centros poderá nos causar um efeito adverso.

O processo de entregas de mercadorias da Companhia é realizado por centros de distribuição e Mini Hubs em todas as lojas operando na malha logística, nos quais a Companhia realiza a estocagem de seus produtos e organiza a destinação destes para o abastecimento de suas lojas. Eventuais interrupções na condução normal das atividades de seus centros de distribuição, como acidentes, ações ambientais, greves e outras disputas trabalhistas, interrupções na cadeia de logística, no fornecimento de produtos / serviços de fornecedores críticos, cuja atividade impacta diretamente na manutenção das operações da Companhia, no fornecimento de energia elétrica ou sistemas de informação, perda total ou parcial da unidade operacional, impossibilidade de renovação dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizados estes centros de distribuição, entrepostos, terminais e Mini Hubs, controle interno da qualidade dos produtos, roubos, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, bem como a desastres naturais e outros fatores externos sobre os quais não temos qualquer controle poderão afetar adversamente os negócios da Companhia de maneira significativa. Além disso, pode ser necessária a reorganização da pulverização de seus centros de distribuição de acordo com as estratégias de dimensionamento dos negócios adotadas e, caso a Companhia não consiga redimensionar a quantidade e/ou capacidade de seus centros de distribuição de modo a atender suficientemente as novas necessidades de suas lojas, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

Quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística, incluindo, entre outros, greves, paralisações e flutuações do preço do petróleo ou disponibilidade de combustíveis, que a Companhia ou seus fornecedores usem para entregar produtos em suas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que são vendidos em suas lojas e afetar negativamente suas operações.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia ou com coberturas insuficientes e dificuldades para contratação de apólices podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar impactos materiais adversos sobre seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As apólices de seguro podem não cobrir determinados tipos de risco, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos pelas seguradoras, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para recompor e ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a contratos de locações vigentes por período indeterminado, e a rescisão unilateral dos contratos pelas contrapartes da Companhia podem afetar adversamente sua operação.

De acordo com a Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações), findo o prazo contratual estabelecido nas locações comerciais é garantido à Companhia, na qualidade de locatária, o direito à renovação compulsória dos contratos com prazo igual ou superior a 5 anos por meio de ação judicial própria caso as negociações para renovação dos contratos não sejam bem-sucedidas, desde que a ação seja proposta no prazo legal e desde que a locatária atenda às demais condições previstas na Lei de Locações. Findo o prazo estipulado no contrato, se a locatária permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado. Na hipótese de os contratos de locação serem celebrados em prazos inferiores a 5 anos e as negociações não serem efetivas, o contrato permanecerá vigente por período indeterminado. Nessa hipótese, qualquer uma das partes poderá rescindir a locação, mediante o envio de notificação à outra parte, com 30 dias de antecedência, livre de penalidades.

Em 31 de dezembro de 2023, cerca de 1,76% dos contratos de locação celebrados pela Companhia, percentual que representa 24 contratos, estavam vigentes por período indeterminado. Desta forma, enquanto não for estabelecido um prazo determinado para os contratos que se encontram nesta condição, a Companhia estará sujeita à notificação exigindo a desocupação de tais imóveis em 30 dias. Tendo em vista a importância operacional das lojas e centros de distribuição para a condução de seus negócios, a Companhia pode ser adversamente afetada caso a rescisão das locações nos moldes aqui mencionados ocorra em quantidades significativas e repentinamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

É possível que a Companhia não possa renovar ou manter os contratos de locação das lojas ou de seus centros de distribuição.

A maior parte dos imóveis onde funcionam as lojas e os centros de distribuição da Companhia é objeto de contratos de locação. Em uma parte dos contratos em que a locatária não tem direito à renovação compulsória, por meio da propositura de ação renovatória nos prazos e os termos da Lei de Locações, há o risco de não renovação dos contratos de locação em condições favoráveis, ou, ainda, de não renovação. Uma vez que a localização estratégica das lojas e dos centros de distribuição da Companhia é fator relevante para o desenvolvimento de sua estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente se falhar nas negociações de condições aceitáveis de número significativo dos contratos de locação, ou se número significativo dos contratos não sejam renovados por razões alheias à vontade da Companhia.

Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2023, do total de 1.359 do Grupo Casas Bahia e 1 Bartira contratos de locação atualmente em vigor, 184 são contratos de locação comercial celebrados com Partes Relacionadas, sendo 183 contratos com a Casa Bahia Comercial para o Grupo Casas Bahia e 1 contrato da Casa Bahia Comercial referente ao imóvel da Bartira. No caso de haver qualquer dificuldade na renovação de tais contratos, por se tratar de um número significativo de lojas e centros de distribuição, a Companhia pode ser afetada negativamente. Para mais informações, sobre transações com partes relacionadas como a aqui descrita, veja também o fator de risco “A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A lei de locações autoriza a revisão do aluguel a cada 3 anos para trazê-lo a valor de mercado. Os contratos de locação das lojas da Companhia, em sua maioria, estabelecem aluguel mínimo e aluguel vinculado ao faturamento das respectivas lojas. A Companhia pode ser afetada negativamente caso sejam propostas um número significativo de ações revisionais visando o aumento do aluguel mínimo das lojas e ou aluguel fixo dos centros de distribuição, caso tais ações acabem por majorar significativamente tais aluguéis.

Em 31 de dezembro de 2023, 17,58% dos contratos de locação celebrados pela Companhia, isto é, 239 contratos são objeto de ações renovatórias e 1,98% dos contratos de locação celebrados pela Companhia, isto é, 27 contratos são objeto de ações revisionais.

Além disso, caso os contratos de locação das lojas da Companhia e dos centros de distribuição não contenham cláusula de vigência e/ou não estejam devidamente registrados perante os cartórios de registro de imóveis competentes, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, o direito de preferência da Companhia só será oponível a terceiros se os respectivos contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas, o que permite à Companhia adjudicar judicialmente os imóveis na hipótese de o seu direito de preferência não ser observado. Se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, a Companhia terá apenas o direito de pleitear indenização por perdas e danos. A Companhia não tem o hábito de registrar e averbar todos os contratos de locação dos imóveis por ela ocupados, de modo que em caso de venda destes imóveis, existe o risco de o novo proprietário solicitar a desocupação, o que pode afetar

4.1 Descrição dos fatores de risco

adversamente as atividades da Companhia.

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito. Para executar as vendas com cartão de crédito, a Companhia depende das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia. Uma parte das vendas de produtos da Companhia é realizada através de pagamentos parcelados, utilizando os planos oferecidos pelas emissoras de cartão de crédito. A Companhia depende das emissoras de cartão de crédito para continuar oferecendo aos nossos consumidores a possibilidade de pagarem suas compras em prestações. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode sofrer com obsolescência, quebra e furto de seu estoque.

A Companhia se utiliza de centros de distribuição para armazenagem de produtos que deverão abastecer suas lojas e ser entregues aos seus clientes. Caso o estoque seja superdimensionado, os produtos podem sair de linha devido à demora de escoamento para as lojas, ocasionando em maiores dificuldades para venda e redução da margem esperada, impactando diretamente e de forma negativa o resultado da Companhia. Adicionalmente, caso o manejo dos produtos seja inadequado, poderá haver avaria e quebra, ocasionando perdas de estoques e comprometendo as vendas da Companhia, trazendo impactos negativos aos seus resultados. Finalmente, a falta de segurança pública poderá elevar o risco de furtos, roubos e assaltos a mão armada nos estoques e lojas da Companhia. A ocorrência desses eventos pode afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

As vendas da Companhia dependem em parte da eficácia de seus programas de propaganda e marketing.

As atividades da Companhia dependem do movimento intenso de clientes em suas lojas físicas e em seus canais online, o que a leva a empregar recursos substanciais para exposição em mídias, sejam estas digitais ou impressas. As vendas e resultado operacional da Companhia dependem em grande parte da capacidade de, entre outros elementos, identificar seu público-alvo, decidir sobre a mensagem a ser comunicada e os meios de comunicação a serem utilizados. Caso as atividades de propaganda e marketing da Companhia não sejam bem concebidas, planejadas e executadas, e não alcancem as metas e objetivos esperados, a Companhia pode ser impactada negativamente em suas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de sua marca.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Consequentemente, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte de suas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, a Companhia pode ter a rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade.

Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio enfrentado por ela na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores, datas sazonais e situação socioeconômica do Brasil.

A Companhia depende do sistema de transporte e de infraestrutura para entregar os produtos em suas lojas e aos seus clientes

Produtos destinados a todas as lojas da Companhia são distribuídos a partir de seus centros de distribuição. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros são deficitários e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos negócios da Companhia. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transporte brasileira ou em seu funcionamento, especialmente nas cidades em que se localizam os centros de distribuição da Companhia como resultado de desastres naturais, incêndios, acidentes, greves de caminhoneiros e outras manifestações, protestos, falhas de sistema ou quaisquer outras causas inesperadas, poderão atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e seus clientes, o que pode reduzir suas vendas e afetar os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves de caminhoneiros e outras manifestações, incêndios, problemas de logística, pandemias, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre as instalações, fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar sua capacidade de distribuir os produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar a entrega, impor custos adicionais aos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir suas vendas e afetar adversamente os negócios, resultados das operações e condições financeiras.

A elevação do preço do petróleo e, por consequência, do combustível poderá afetar o custo logístico da Companhia

Os preços internacionais de petróleo e derivados são voláteis e fortemente influenciados pelas condições e expectativas da oferta e demanda mundiais, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. A volatilidade e a incerteza nos preços internacionais do petróleo provavelmente continuarão nos próximos anos, podendo resultar em alterações nos preços de seus derivados, como a gasolina e o diesel e de forma indireta o preço do álcool.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse sentido, o aumento no preço do combustível poderá pressionar negativamente seus negócios, uma vez que pode aumentar o custo logístico da Companhia, e, a Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de tais custos ao consumidor final. Por exemplo, a sua rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, a disponibilidade de combustível e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

O fato de as lojas da Companhia serem espaços de trânsito de diversas pessoas pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à sua imagem, além de causar eventual responsabilidade civil.

As lojas da Companhia, por estarem inseridas em espaços de trânsito de diversas pessoas e muitas vezes contar com prestadores de serviços terceirizados, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, conseqüentemente, podem causar danos aos seus consumidores e frequentadores. No caso da ocorrência de tais incidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos materiais e de imagem. Além disso, a ocorrência de incidentes pode sujeitar à Companhia à responsabilização civil e ou à obrigação do ressarcimento de eventuais vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para a Companhia, inclusive em relação à sua imagem.

Rotatividade de colaboradores qualificados e em posições chave, alteração ou perda de integrantes da Administração da Companhia e uma atenuação de sua cultura organizacional, podem causar efeitos adversos às suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode ter dificuldade na atração ou retenção de integrantes da sua Administração e de colaboradores qualificados para posições chaves, o que pode prejudicar o nível de execução das atividades, perda de conhecimento, podendo afetar adversamente as suas operações da Companhia e seus resultados financeiros. Ainda, caso venha a perder algum de seus profissionais qualificados, a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para conservar seu ritmo de crescimento.

Além disso, na medida em que a Companhia expande seus negócios para diferentes localidades, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando um número suficiente de profissionais alinhados à sua cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda do desempenho operacional da Companhia, bem como em um enfraquecimento da sua marca. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da sua administração e/ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e sua situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco associado à fraude de cartões de crédito, pode afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

O risco de operações fraudulentas com cartão de crédito é inerente às vendas realizadas através deste meio de pagamento. Os pagamentos com cartão de crédito não são cancelados pela aplicação da assinatura do titular do cartão, além de realizarmos operações na modalidade cartão não- presente em suas lojas *online*. Atualmente, não mantemos um seguro contra este tipo de risco. Quando operações realizadas via cartão são fraudulentas, o ingresso financeiro esperado em transações normais não ocorre, impactando negativamente os resultados da Companhia. Quando essas operações são realizadas utilizando-se de dados reais de detentores de cartão, pode haver ainda questionamentos administrativos e/ou judiciais por parte desses detentores. Todos esses fatores mencionados aumentam o risco de perdas significativas em decorrência das operações fraudulentas.

Uma falha no desenho ou execução dos controles e procedimentos preventivos e detectivos da Companhia relacionados a fraudes transacionais poderá prejudicar sua reputação e sua marca, o que poderá afetar adversamente sua reputação, o seu negócio e os resultados de suas operações.

A não realização dos créditos tributários pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui tributos a recuperar (circulante e não circulante) no montante de R\$ 5.852 milhões, principalmente relativos a ICMS e a PIS/COFINS.

Os riscos existentes relativos a não compensação destes créditos estão relacionados principalmente à não realização da expectativa futura de crescimento das vendas devido às alterações do cenário econômico local ou global e também na hipótese de alterações do sistema tributário federal e/ou estaduais, ou dos procedimentos e sistemática requeridos os quais venham impedir a utilização destes créditos.

Caso a Companhia não seja capaz de compensar os créditos tributários ora mencionado, seus resultados e condição financeira podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.

A Companhia, seus administradores, acionistas e suas controladas são e/ou podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais de natureza cível, trabalhista, tributária, administrativa, societária, de propriedade intelectual, regulatória, ambiental, e penal entre outras naturezas, bem como pode ser objeto de inquéritos e investigações. A Companhia não pode assegurar que as ações, processos, inquéritos e investigações serão resolvidos a seu favor, ou, ainda, que os provisionamentos, quando constituídos, o sejam de forma correta ou em montante suficiente para fazer frente ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. Se o

4.1 Descrição dos fatores de risco

total ou uma parcela significativa das ações e dos processos administrativos for decidido de forma desfavorável à Companhia, isso pode ter um impacto relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, bem como sua imagem e reputação.

Da mesma forma, administradores da Companhia são ou podem vir a ser partes em processos judiciais, arbitrais e administrativos seja nas esferas cível, tributária, trabalhista, ambiental e/ou criminal, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal e/ou relacionados à questões de improbidade administrativa, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando adversamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais por atos de suas controladas, o que pode afetar adversamente seus resultados.

Além disso, a Companhia está sujeita a um número relevante de ações civis públicas e ações coletivas. Decisões desfavoráveis à Companhia no âmbito de tais ações podem ocasionar, além de impacto financeiro, impacto reputacional à Companhia, o que afetará de forma adversa seus negócios.

Adicionalmente, é possível que não tenha recursos imediatos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos, incluindo processos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos seus negócios, na sua condição financeira e nos resultados operacionais. Além disso, a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização imediata destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias poderá gerar a aplicação de multa por atraso no pagamento, a formalização de penhora de bens, inclusive de seus ativos financeiros, penhora de faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso nas operações e no desenvolvimento do negócio, incluindo dificuldades para captação de recursos.

Além disso, a propositura de ações judiciais relacionadas a questões de responsabilidade civil profissional ou de improbidade administrativa poderá afetar financeiramente, de modo adverso, a Companhia, além de afetar significativamente sua reputação ou a de administradores e, potencialmente, resultar na proibição de contratar com poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por um período de cinco anos, levar a uma diminuição do seu volume de clientes e fontes pagadoras e, consequentemente, à redução da receita operacional bruta da Companhia, afetando adversamente seus negócios e resultados.

Ademais, em relação às demandas trabalhistas, a atuação de profissionais especializados em captar causas trabalhistas, que tem como prática incentivar colaboradores ativos e ex-colaboradores a demandarem contra a Companhia, com promessas de ganhos e até adiantamento de valores, pode influenciar diretamente nas decisões de ingresso de novas reclamações, o que pode impactar adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse sentido, a Companhia atualmente possui um número alto de demandas trabalhistas cujo provisionamento financeiro pode ser aumentado, o que pode afetar adversamente os seus resultados. Ainda, diante da existência de demandas repetitivas trabalhistas envolvendo a Companhia, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Compromissos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário, o que pode afetar adversamente as condições financeiras e resultados da Companhia.

Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria jurídica, em tais causas e dos depósitos judiciais contabilizados, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar a sua capacidade financeira. Para informações detalhadas vide itens 4.4 e 4.7 deste Formulário de Referência.

As atividades e resultados da Companhia podem ser afetados adversamente por greves e paralisações.

Um número significativo de colaboradores da Companhia é representado por sindicatos trabalhistas e resguardado por dissídios coletivos ou outros acordos trabalhistas, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas, que contam com particularidades dependendo da localização geográfica dos colaboradores. Greves e outras paralisações em quaisquer de suas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que fornecem bens ou serviços podem impactar adversamente as atividades da Companhia.

Além disso, greves de caminhoneiros e outras manifestações e protestos poderão atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e seus clientes, o que pode reduzir suas vendas e afetar os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de suas ações.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deve-se pagar aos acionistas da Companhia, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado com as deduções e acréscimos previstos no inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 33, alíneas “a” a “c” do Estatuto Social, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração determine que não possuímos lucro líquido ou reservas de lucro nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para realizar a distribuição de dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio, ou que a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio seja incompatível com a situação financeira da Companhia naquele momento e seus acionistas deliberem por não distribuí-los.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista por diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que têm por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas e alteração e/ou extinção do regime tributário incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. Assim sendo, tanto os dividendos recebidos das controladas da Companhia, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter o seu regime de tributação extinto no futuro, impactando valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia pode não cumprir as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, ficando sujeita a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, o que pode vir a impactá-la de forma negativa e relevante.

A Companhia, seus administradores e suas controladas estão sujeitos à Lei Federal nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”), à Lei 8.429/92 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e à Lei 12.813/13 (“Lei de Conflito de Interesses”), dentre outros dispositivos (em conjunto “Leis Anticorrupção”), que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita. Qualquer violação a essas leis pode ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e reputação, incluindo na captação de empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente, a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Por conseguinte, a existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos judiciais ou administrativos relacionados à violação de qualquer lei voltada à prevenção e combate à corrupção, em face da Companhia ou de funcionários ou terceiros que tenham cometido violações à Lei Anticorrupção no interesse ou benefício da Companhia pode resultar em (i) multas e indenizações contra a Companhia nas esferas administrativa e civil, com potencial responsabilização solidária da Companhia; (ii) perda de licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todos esses fatores podem resultar em um efeito adverso relevante sobre a reputação, operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Poderá também vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção por sua sociedade controladora, controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Se não conseguirmos manter nossa cultura, nossos princípios de conduta e ética e nossa marca nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores comprometidos com sua cultura, princípios de conduta e ética e sua marca.

Na medida em que os negócios ocorrem em diferentes unidades de negócio e localidades, poderá ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando com ela um número suficiente de colaboradores alinhados à sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos colaboradores, e conseqüentemente em um enfraquecimento da sua marca. A Companhia entende que sua cultura organizacional e sua marca são cruciais para o sucesso da transformação. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente seus negócios e os resultados operacionais.

Podemos enfrentar dificuldades na gestão de quantidade de lojas físicas e expansão dos nossos negócios.

Parte de seu crescimento está ligado à sua capacidade de otimizar o portfólio de lojas que desempenham um papel fundamental na estratégia omnicanal. Sua capacidade de otimizar o portfólio de lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de seu controle. Entre esses fatores incluem-se análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para os produtos para manter lojas em determinados locais.

Caso a Companhia não seja capaz de administrar fatores e incertezas relacionados à qualidade e execução de sua estratégia de otimização, os resultados poderão ser negativamente afetados dentro dos patamares de rentabilidade esperados.

A Companhia pode não ser capaz de manter níveis de capital de giro suficientes para o nosso negócio, o que pode limitar nosso crescimento e nos afetar adversamente.

Não existe garantia de que a Companhia terá oportunidade de (i) se financiar através da antecipação de sua carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar sua linha de crédito atuais em termos iguais ou semelhantes ou em quaisquer termos; (iii) ter acesso a novos financiamentos em termos favoráveis ou em quaisquer termos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis;

(v) negociar os prazos de pagamento com fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de seus clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter sua eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderá se tornar insolventes, incapaz de implementar sua estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso qualquer desses eventos ocorra, o capital de giro e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, provocada por quaisquer fatores, pode dificultar tanto seu acesso a novos financiamentos em termos aceitáveis, quanto a emissão de valores mobiliários em condições favoráveis.

Nossas demonstrações financeiras são baseadas em premissas e estimativas. Caso essas premissas e estimativas estejam erradas ou não se concretizem no futuro, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e, conseqüentemente, em nosso negócio

A preparação de suas demonstrações financeiras exige que a Administração realize julgamentos, estabeleça estimativas e premissas, as quais afetam os valores divulgados de seus ativos, passivos, receitas e despesas. No entanto, os resultados futuros poderão diferir dessa estimativa e, dessa forma, apresentar valores distintos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estimativas, julgamentos e premissas são avaliados continuamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias do momento. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que forem revisadas. As políticas contábeis consideradas relevantes para seus resultados e posição financeira, com base na materialidade e em julgamentos e estimativas significativas, incluem redução do valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, recuperabilidade de ativos intangíveis, mensuração de instrumentos financeiros, provisão para ativos fiscais diferidos e provisões para ações judiciais.

Se o julgamento, as estimativas e as premissas que são utilizadas na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas forem considerados incorretos quando da sua realização, poderá haver um efeito relevante nos resultados operacionais.

Caso sejamos incapazes de colocar em prática nosso modelo de negócios de forma eficiente, nosso crescimento e esforços para manter nosso volume de vendas lucrativo poderão ser afetados adversamente, o que terá um impacto adverso relevante em nosso desempenho operacional.

O modelo de negócios da Companhia depende de um portfólio amplo e diversificado de produtos de modo que, caso não seja capaz de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências dos consumidores, para que se possa introduzir produtos adequados e que atendam suas demandas, ela poderá ter sua lucratividade afetada adversamente.

Além disso, dentre os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas da Companhia estão: (i) sua capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) sua capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde suas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em suas políticas de crédito, propaganda e marketing; (vii) os demais riscos estratégicos e operacionais apresentados neste Formulário de Referência que podem impactar vendas da Companhia; e (viii) concorrência. Em decorrência dos fatores mencionados acima, sua performance de vendas pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Além disso, seu crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e o *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo do mercado varejista, podendo impactar seu ritmo de crescimento de vendas.

Nesse sentido, a introdução de novos produtos pode ser impactada negativamente pela velocidade de aceitação pelos consumidores e, conseqüentemente, pela demanda estimada. Adicionalmente, a indústria de bens de consumo vivencia um processo de convergência digital, caracterizado pela rápida obsolescência dos produtos. Caso a Companhia não seja capaz de adequar seu portfólio de produtos de acordo com esse processo, bem como se não estimar corretamente a demanda por novos produtos

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou a adequação deles ao desejo e necessidades dos consumidores, poderá enfrentar problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque e, conseqüentemente, impactos negativos em seus resultados.

Além disso, poderá não ser capazes de identificar quais mudanças de comportamento e hábitos de consumo dos consumidores são passageiros, possuem uma duração de médio prazo ou são definitivos, o que poderá afetar adversamente suas vendas.

Se qualquer dos fatores acima ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

A Companhia pode enfrentar dificuldades em manter o ritmo de crescimento de suas vendas.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas da Companhia são: (i) sua capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) sua capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde suas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em suas políticas de crédito, propaganda e marketing; (vii) os demais riscos estratégicos e operacionais apresentados neste Formulário de Referência que podem impactar vendas da Companhia; e (viii) concorrência. Em decorrência dos fatores mencionados acima, sua performance de vendas pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Além disso, seu crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e o *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo do mercado varejista, podendo impactar seu ritmo de crescimento de vendas.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 11.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. Não é possível assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes, o que pode impactar negativamente os negócios da Companhia e poderá vir a causar um impacto adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados, bem como a seus acionistas. Para informações adicionais a respeito de transações com partes relacionadas, vide item 11 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de cumprir os índices financeiros previstos nos contratos que compõem o seu endividamento atual.

Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem o cumprimento de determinados índices financeiros, além de outras obrigações usuais para este tipo de operação. Dessa forma, caso algum índice financeiro previsto contratualmente seja descumprido e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos. Os resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser negativamente impactados caso essas cláusulas sejam aplicadas.

(b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não tem um acionista controlador ou grupo de controle, o que pode deixá-la suscetível a tentativas de aquisição de controle, a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas, mudanças repentinas e inesperadas na estratégia, ofertas não solicitadas para aquisição de controle e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle

O fato de a Companhia não ter um acionista controlador ou grupo controlador desde 14 de junho de 2019 faz com que a Companhia esteja suscetível a eventos decorrentes da ausência de um acionista ou grupo de acionistas titular de 50% mais uma ação do capital votante, incluindo:

- vulnerabilidade a ofertas não solicitadas e tentativas hostis de aquisição de controle alianças e disputas entre acionistas;
- surgimento de um acionista controlador ou formação um grupo de controle com poderes de decisão, o que poderá resultar em mudanças repentinas e inesperadas nas políticas estratégicas e corporativas da Companhia até mesmo na substituição de sua administração; e
- dificultar certos processos de tomada de decisão, especialmente em função da necessidade de obtenção do quórum mínimo e por lei e/ou pelo estatuto social da Companhia para determinadas deliberações.

A concretização de qualquer evento indicado acima, bem como qualquer mudança repentina ou inesperada na composição acionária, no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico da Companhia, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A conversão, parcial ou integral, das debêntures conversíveis a serem emitidas no âmbito do Plano de Recuperação Extrajudicial poderá acarretar no surgimento de um acionista ou grupo acionistas controlador, o que poderá resultar em mudanças repentinas e inesperadas na composição acionária, alianças e/ou conflitos entre acionistas ou mesmo no surgimento de um acionista ou grupo de acionistas controlador da Companhia.

O Plano de Recuperação Extrajudicial prevê a substituição de determinadas obrigações pecuniárias da Companhia por duas séries de debêntures simples e uma série de debêntures conversíveis em ações

4.1 Descrição dos fatores de risco

de emissão da Companhia. As debêntures conversíveis, cujo valor nominal poderá atingir R\$ 2.577.957.061,59 (a serem acrescidos de juros e correção monetária), serão conversíveis em novas ações de emissão da Companhia, a um valor por ação equivalente a 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) dos 90 dias anteriores à conversão. Assim, não há como se determinar, na data de emissão das debêntures conversíveis, a quantidade máxima de ações que poderão ser emitidas em e a diluição para os atuais acionistas ocasionada pela eventual conversão.

A diluição ocasionada por eventual conversão, parcial ou integral, das debêntures conversíveis poderá acarretar em mudança repentina ou inesperada na composição acionária, alianças e/ou conflitos entre acionistas ou mesmo no surgimento de um acionista ou grupo de acionistas controlador da Companhia, o que poderá resultar em mudanças nas políticas estratégicas e corporativas da Companhia, incluindo substituição de sua administração. Esses eventos podem afetar adversamente e de forma relevante os negócios da Companhia.

(c) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia faz parte de um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável.

A Companhia faz parte de um grupo econômico do qual participam outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são e podem vir a ser parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais, sendo que o resultado de condenações poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, questões fiscais, previdenciárias, anticorrupção, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente impactados.

A Operação do banQi está sujeita a fraudes, o que pode afetar adversamente a Companhia.

A operação do banQi está sujeita a perdas decorrentes de fraudes, que são atividades indevidas, ilegais ou criminosas que causam prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi. Dentro desse cenário, o banQi está exposto a perdas decorrentes de estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs) e indenizações.

Um aumento nas fraudes praticadas no âmbito do banQi pode resultar em publicidade negativa para o banQi e, conseqüentemente, para a Companhia, e o aumento de perdas decorrentes de estornos de transações e indenizações pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados do banQi e, conseqüentemente, impactar negativamente a Companhia, bem como seus resultados consolidados.

As operações do banQi podem estar sujeitas a processos judiciais ou administrativos decorrentes de determinadas ações de terceiros relacionadas à anticorrupção e lavagem de dinheiro (PLD).

A operação do banQi está sujeita à legislação brasileira de anticorrupção e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD). Essas leis exigem a adoção de procedimentos de integridade para mitigar o risco de que (i) qualquer pessoa agindo em nome do banQi possa oferecer vantagem indevida a agente público para obter benefícios de qualquer natureza; e (ii) ou diretores, funcionários e terceiros podem usar sistemas financeiros de forma inadequada para quaisquer atos relacionados a PLD. A legislação brasileira obriga o banQi, entre outras coisas, a manter políticas e procedimentos destinados a prevenir quaisquer atividades ilegais ou impróprias relacionadas à PLD e a corrupção de entidades e funcionários governamentais a fim de garantir qualquer vantagem comercial, e exigem que sejam mantidos registros precisos e um sistema de controles internos para garantir a precisão dos registros e evitar atividades ilegais. Caso os colaboradores do banQi ou outras pessoas relacionadas se envolvam em práticas relacionadas a anticorrupção e lavagem de dinheiro, ou violem leis e regulamentos aplicáveis, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem.

O envolvimento nessas atividades gera diversos riscos, o que pode resultar em publicidade negativa

4.1 Descrição dos fatores de risco

para o banQi e, conseqüentemente, para a Companhia. Qualquer decisão adversa em um processo administrativo ou judicial pode afetar negativamente a situação financeira e resultados operacionais do banQi, impactando adversamente a Companhia. Além disso, a percepção ou alegação de que o banQi, seus funcionários, afiliadas ou outras pessoas ou entidades associadas ao banQi se envolveram em qualquer conduta imprópria, mesmo que infundada, pode causar danos significativos à reputação e outros efeitos adversos ao banQi e à Companhia.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos do banQi pode deteriorar e a provisão de crédito (PDD) pode ser insuficiente para cobrir as perdas, o que pode ter um efeito adverso substancial nos resultados operacionais e condição financeira do banQi e, conseqüentemente, afetar adversamente a Companhia.

Os riscos decorrentes de mudanças na qualidade do crédito e da recuperabilidade de valores devidos de contrapartes são inerentes aos negócios do banQi. O montante de empréstimos inadimplentes relatados pode aumentar devido a fatores fora de seu controle, como mudanças adversas na qualidade de crédito dos tomadores e contrapartes ou uma deterioração geral das condições econômicas nos mercados em que a Companhia opera. As provisões do banQi para perdas com crédito são baseadas em avaliações e expectativas sobre diversos fatores que afetam a qualidade da carteira de empréstimos e sua perda esperada sempre guiadas pela regulação vigente, sendo que tais avaliações e expectativas podem não se confirmar. Fatores que podem afetar a carteira de crédito e as perdas da Companhia incluem, entre outras coisas, a condição financeira dos tomadores, as perspectivas de políticas macroeconômicas do governo e as taxas de juros. Como muitos desses fatores são de alta complexidade e não existe um método infalível para prever perdas de crédito, há risco de que as provisões atuais ou futuras para perdas com crédito sejam insuficientes para cobrir as perdas reais. Se a avaliação e expectativas com relação aos fatores mencionados acima diferirem dos desenvolvimentos reais, se a qualidade da carteira de empréstimos total do banQi se deteriorar por qualquer motivo, ou se as perdas reais futuras excederem as estimativas de perdas esperadas, o banQi pode ser obrigado a aumentar as provisões para perdas com crédito e/ou sofrer perdas, que podem afetar adversamente sua condição financeira e, conseqüentemente, afetar adversamente a Companhia.

Instituições financeiras no Brasil, inclusive o banQi e as coligadas FIC e Investcred, estão sujeitas a regulação por parte do Banco Central.

A estrutura reguladora do sistema financeiro brasileiro está em constante evolução. O banQi, bem como as coligadas da Companhia, FIC e Investcred, estão sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, a Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças relacionadas a: (i) exigências mínimas de capital; (ii) exigências para investimentos em capital fixo; (iii) limites e outras restrições de crédito; (iv) exigências contábeis; e (v) intervenção, liquidação e ou sistemas gerenciais especiais e temporários.

A Companhia pode não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, o que poderá impactar sua situação financeira e, conseqüentemente, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela própria Companhia.

A Companhia pode não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, o que poderá impactar sua situação financeira e, conseqüentemente, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela própria Companhia, assim como afetar o valor de suas ações.

Ainda, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pela Companhia a título de participação nos resultados de suas investidas.

(d) Riscos relacionados aos seus administradores

A perda de membros da Administração da Companhia, o enfraquecimento da sua cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua Administração. A perda de membros da Administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios e, conseqüentemente, os resultados operacional e financeiro. Em caso de renúncia ou perda de membros da Administração da Companhia, esta pode não ser capaz de manter sua cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação, o que poderá impactar a Companhia de maneira adversa e relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre esta.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, que tenham ou não relação com a Companhia, cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e especialmente caso sejam condenados em processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia. Não temos como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo conselheiros ou diretores da Companhia. Caso surjam processos investigações ou alegações contra a administração da Companhia, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

Erros de planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas nas distintas áreas e projetos da Companhia podem causar um efeito adverso relevante.

A estratégia da Companhia incluindo o Plano de Transformação divulgado em 08/11/2023 depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, bem como limitar sua expansão. Para mais informações, vide o fator de risco “A Companhia pode não ter sucesso na implementação do plano de transformação de suas operações”.

(e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores, parceiros de negócios, e sellers de marketplace não venham a utilizar práticas irregulares. A Companhia pode ser responsabilizada pelo inadimplemento de obrigações e comercialização de produtos inadequados por parte dos vendedores parceiros cadastrados em sua plataforma de marketplace, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores, parceiros de negócios e sellers de marketplace não venham a apresentar irregularidades em suas operações por descumprimento de legislações tributária, trabalhista, socioambiental e anticorrupção, dentre outros fatores. É possível que os fornecedores, parceiros de negócios e sellers se utilizem da quarteirização da cadeia produtiva, ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos.

Por meio de sua plataforma de marketplace, a Companhia possibilita que seus vendedores parceiros se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de seus canais de e-commerce. Por meio deste modelo, a Companhia é intermediária das transações de venda, não estando sob seu controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos vendedores parceiros perante os respectivos clientes. Caso

4.1 Descrição dos fatores de risco

algum desses vendedores parceiros não cumpra com suas obrigações perante os clientes, a Companhia pode ter seus indicadores de atendimento aos clientes impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais e processos administrativos nas esferas cível e tributária, dentre outras, bem como ser obrigada a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio da plataforma de *marketplace*. A Companhia ainda pode ser responsabilizada por vendedores parceiros comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em sua plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais. Estes aspectos podem afetar adversamente os resultados financeiros, a imagem e reputação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável caso seus fornecedores e/ou parceiros de negócio venham a demonstrar problemas já descritos nos parágrafos anteriores, além de inadimplemento, por parte de seus *sellers* de *marketplace*, perante os clientes de *marketplace*.

Caso a materialização deste risco ocorra, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade perante seus clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, afetado também por multas e/ou sanções a serem aplicadas por órgãos competentes e pagamento de indenizações. Ademais, poderá haver queda no valor das ações de emissão da Companhia.

Devido à concentração de fornecimento de categorias de produtos para venda, caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento as atividades e negócios da Companhia podem ser afetados adversamente.

Algumas categorias de produtos comercializados pela Companhia sofrem com uma concentração de fornecedores. Caso algum fornecedor relevante não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida e os níveis de estoques não sejam suficientes para atendimento da demanda, a Companhia pode não ser capaz de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um impacto relevante sobre as atividades e o resultado da Companhia. A Companhia depende do recebimento de produtos adquiridos dos seus fornecedores, em um prazo adequado e dentro de determinados padrões de qualidade, que são impostos por seus clientes. Eventuais atrasos na produção de seus fornecedores ou no recebimento dos produtos adquiridos podem ocasionar desabastecimento de seus centros de distribuição e lojas, o que, conseqüentemente, pode afetar as suas vendas, o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

Caso os produtos adquiridos dos seus fornecedores não estejam dentro de determinados padrões de qualidade, que são impostos pelos clientes da Companhia, os mesmos poderão reduzir o volume de compras e poderá ter suas vendas, resultado operacional, situação financeira e sua reputação impactados negativamente. Adicionalmente, não poderá garantir que continuará comercializando determinados produtos de forma exclusiva, pois seus fornecedores poderão fornecê-los aos concorrentes no futuro, o que poderá impactar negativamente as vendas, o resultado operacional e a situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser responsável solidariamente por obrigações fiscais, ambientais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros, fornecedores ou prestadores de serviços, o que pode vir a impactar adversamente seus resultados e operações.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar de maneira material e adversa, inclusive sua imagem. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações, de empregados ou de terceiros, o que pode afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluídos no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, que podem acarretar na inclusão em listas do Ministério do Trabalho e Emprego, impossibilidade de contratar com poder público e/ou receber benefícios e incentivos fiscais. Neste caso, a imagem, os negócios e resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Em caso de descumprimento da Lei Anticorrupção, a Companhia poderá vir a ser responsabilizada nas esferas administrativa e civil, pelos atos praticados por seus fornecedores praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor da Companhia se envolver com essas práticas, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente.

(f) Riscos relacionados aos seus clientes

Violações, interrupções significativas ou falhas na segurança dos sistemas computadorizados da Companhia, bem como o não cumprimento das leis de privacidade, podem causar a divulgação não autorizada de informações e /ou dados sigilosos e prejudicar os negócios e a reputação da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para fatores significativos de suas operações, incluindo o armazenamento de dados. Os sistemas de tecnologia da informação são vulneráveis a danos de várias fontes, tais como os decorrentes de falhas de rede, desastres naturais, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, erros de software, mau funcionamento e/ou intrusões físicas ou eletrônicas, vírus e atos humanos maliciosos gerados por hackers, que podem resultar em fraude, acesso indevido, furto e/ou destruição de informações nos sistemas de tecnologia. Falhas ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia ou utilizados por seus fornecedores ou provedores de serviços terceirizados podem impedir a Companhia de conduzir suas operações comerciais em geral. Qualquer interrupção ou falha de sistemas de tecnologia da informação podem ter um efeito adverso em seus negócios, resultados de operações e condição financeira.

Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores, clientes ou demais parceiros relacionados à Companhia, seja pela própria Companhia ou por terceiros, pode (1) sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais, (2) ter um impacto negativo na reputação a Companhia ou (3) fazer a Companhia responder perante seus fornecedores, clientes, outros parceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses eventos pode ter um impacto adverso nas atividades, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

Além disso, qualquer falha nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ao operar efetivamente ou integrar-se a outros sistemas, assim como qualquer desempenho inadequado ou violações de segurança em relação a esses sistemas pode resultar em interrupções na disponibilidade dos recursos on-line da Companhia, atrasos na entrega de produtos ou serviços e eficiência reduzida em suas operações. Cada um desses fatores pode afetar adversamente as atividades da Companhia, bem como sua condição financeira, resultados operacionais e reputação. Quaisquer falhas nos sistemas de tecnologia da informação dos quais a Companhia depende ou quaisquer violações que resultem na divulgação não autorizada de dados pessoais ou financeiros de seus clientes podem afetar adversamente as atividades, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética, implementar medidas de remediação e receber eventuais sanções legais decorrentes destes podem ser significativos e, esses custos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia ou as apólices contratadas podem ser insuficientes. A Companhia não pode garantir que as medidas e planos de recuperação implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os seus negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger sua infraestrutura de tecnologia, de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados de suas operações.

Ainda, o ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados está cada vez mais complexo e pode ter impactos nos negócios, incluindo aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. Para mais informações, veja o risco abaixo de *“Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.”*

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta aos riscos relativos a produtos de crédito concedidos aos seus clientes, inclusive de inadimplência

A Companhia, em conjunto com outro acionista, tem uma parceria com o Itaú Unibanco, por meio do qual foi estabelecida a FIC (Financeira Itaú), que oferece exclusivamente os cartões de crédito *private label* e *co-branded*, crédito pessoal e seguros aos seus consumidores nas lojas Ponto. A FIC capta fundos de instituições financeiras para concessão de crédito financeiro aos clientes das lojas Ponto e o risco da operação está ligado à potencial inadimplência dos clientes, o que pode afetar negativamente o resultado da FIC e, conseqüentemente, a equivalência patrimonial a qual a Companhia faz jus pela sua participação.

Além disso, as vendas parceladas e vendas a prazo no crediário são amplamente utilizadas nas lojas Casas Bahia, especialmente no segmento de lojas físicas, concedendo crédito através de operação de Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência (CDCI) aos seus clientes para o financiamento das compras. O saldo da carteira de financiamento ao consumidor CDCI (crediário Casas Bahia) (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 5.354 milhões, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 5.523 milhões e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.006 milhões. A Companhia está sujeita aos riscos normalmente associados à concessão desse tipo de financiamento, inclusive risco de inadimplência no pagamento de principal e juros. Mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em suas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de seus clientes, em especial, concentrados nas classes mais baixas, mais sensíveis a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso nos negócios. Além disso, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Por fim, desequilíbrios entre custo e vencimento dos recursos captados no mercado contra aqueles recursos disponibilizados aos clientes da Companhia poderão afetar de forma negativa e substancial os resultados da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados aos produtos por ela comercializados e à entrega e/ou montagem de tais produtos.

A Companhia está exposta a certos incidentes envolvendo os produtos que comercializa e os serviços de entrega e montagem de tais produtos, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia. Reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de inadequação dos produtos que comercializa e de que a entrega e/ou montagem dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

produtos foram feitas com atraso ou não foram feitas da maneira adequada, causando, por exemplo, acidentes, prejuízos ou danos aos consumidores.

Qualquer risco relacionado aos produtos comercializados ou à entrega e/ou montagem de produtos pela Companhia, seja real ou possível, poderá causar a perda de confiança dos consumidores causando um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia, inclusive em razão da obrigação de indenizar eventuais consumidores.

A Companhia corre o risco de enfrentar restrições e aplicações de multas nos termos do Código de Defesa do Consumidor

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações.

Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas ainda poderão ser responsabilizadas e eventualmente condenadas ao pagamento de indenização e outras penalidades.

O Ministério Público, por meio de seus promotores, poderá iniciar investigações de supostas violações dos direitos dos consumidores, que poderão acarretar em ações civis públicas, buscando uma observação rigorosa das leis e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Poderão ainda se utilizar da formalização do mecanismo do TAC, que impõe obrigações que deverão ser cumpridas criteriosamente, sob pena de multa e outras sanções.

Caso a Companhia enfrente restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, a reputação, os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e o valor dos valores mobiliários emitidos pela Companhia poderão ser adversamente afetados.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A forte concorrência no setor de varejo e consumo do Brasil e pressão para se adaptar a mudanças de hábitos de consumo pode afetar negativamente nossa participação de mercado e rentabilidade.

A Companhia opera no setor brasileiro de varejo e consumo de eletroeletrônicos, móveis e diversas outras categorias que são altamente competitivos, compostos por cadeias multinacionais, ou empresas brasileiras especializadas ou de grande porte. Aquisições ou fusões nesse setor tendem a aumentar a concorrência, o que pode vir a afetar negativamente a participação de mercado e os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia também possui operação *online*, onde enfrenta vários concorrentes bem estabelecidos no mercado e que oferecem uma grande variedade de produtos. Pelo fato deste mercado apresentar menores barreiras de entrada quando comparado ao varejo tradicional, a competição é ainda mais intensa. Caso a Companhia não seja capaz de responder às mudanças do comércio eletrônico, sua participação nesse mercado pode ser prejudicada e os resultados da Companhia poderão ser, consequentemente, afetados de forma negativa.

Outras empresas do ramo varejista de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes de participantes de outros segmentos da Internet for crescendo e sua fidelização for aumentando, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online e poderemos não ser capazes de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós.

A Companhia não consegue prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão no setor de varejo. Caso novos competidores apareçam, a concorrência poderá ficar ainda mais acirrada e poderá haver necessidade de novas estratégias, cuja eficácia não é possível assegurar. Caso não haja capacidade de fazer frente à concorrência e de competir com sucesso nos mercados-alvo, o market share, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

O setor de varejo é sensível a reduções do poder aquisitivo dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderia afetar adversamente e de forma relevante à Companhia.

Historicamente, o setor de varejo experimentou períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução no consumo. O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e salário. Assim, uma redução na disponibilidade de crédito, bem como uma alteração restritiva nas políticas de crédito da Companhia ou nas operadoras de cartão de crédito, dentre outros fatores, podem afetar negativamente as vendas, principalmente as de ticket mais elevado.

Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo e a disponibilidade de renda, principalmente das classes mais baixas, que têm relativamente menor acesso ao crédito em relação às classes mais altas, condições de refinanciamento de dívida mais restritas e maior sensibilidade a aumentos na taxa de desemprego.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Assim, a redução do poder aquisitivo dos consumidores e condições econômicas adversas podem impactar os resultados da Companhia de forma negativa. Ainda, tendo em vista que o setor de varejo no Brasil é comumente visto como um setor associado ao crescimento econômico e crescimento do poder aquisitivo, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população urbana e de seus diferentes níveis de renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá impactar negativamente as vendas e o resultado operacional da Companhia.

Não identificação e respostas tardias às mudanças nas tendências de mercado e preferências dos consumidores poderão impactar adversamente a Companhia.

O sucesso das vendas e resultados operacionais depende da capacidade de gerenciar o inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo design, estilo, qualidade, produção, *merchandising* e preços dos produtos) e preferências dos clientes. Se não houver gerenciamento do inventário com precisão, estar atualizada com as tendências mais recentes ou ajustar os produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas devido a indisponibilidade de outros produtos, o que pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem das marcas.

Se a Companhia não responder prontamente no atendimento de novos padrões e práticas do setor de varejo seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de concorrer eficientemente em outros mercados, incluindo no segmento de serviços financeiros digitais, o que poderá impactar nossos resultados de forma adversa.

Parte da estratégia consiste em expandir a atuação para novos mercados, visando ofertar novos produtos e serviços aos consumidores, dentro da plataforma digital. O sucesso depende de capacidade de adaptação e gestão dos diferentes ramos de negócio, oferecendo produtos adequados para a demanda dos consumidores específicos de cada setor, bem como capturando os benefícios almejados para o ecossistema. Poderá haver dificuldades para executar tal estratégia de operação de forma sustentável nesses novos mercados.

Considerando que há interesse ou estratégia da Companhia em ingressar em segmentos nos quais não há expertise e/ou experiência de mercado consolidados, as operações poderão ser negativamente impactadas pelo maior risco de falhas de execução, se comparado aos demais players de mercado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, especificamente quanto ao segmento de produtos e serviços financeiros digitais, o ambiente regulado e altamente competitivo, marcado por concorrentes já estabelecidos no mercado, pode aumentar o custo de implantação. Dessa forma, não há garantias que haverá capacidade de atuar de maneira eficiente nesses segmentos.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A evolução da estrutura regulatória para tecnologia de inteligência artificial e aprendizado de máquina, pode afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais

A estrutura regulatória para tecnologia de inteligência artificial e aprendizado de máquina está evoluindo e permanece incerta. É possível que novas leis e regulamentos sejam adotados, ou que as normas existentes, notadamente aquelas relacionadas à proteção de dados e de direitos autorais, sejam interpretadas de novas maneiras que afetem a operação de nossa plataforma e a maneira como usamos tecnologia de inteligência artificial e aprendizado de máquina. Além disso, o custo de cumprir tais leis ou regulamentos pode ser significativo e aumentar nossas despesas operacionais, o que pode afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar nossos resultados.

O Governo Federal implementou mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade “crédito rotativo” até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade “crédito parcelado” e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

A limitação da venda de produtos e serviços regulados pode impactar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia obtém uma parte significativa de sua receita por meio de serviços e produtos financeiros aprovados e controlados por órgãos reguladores, tais como o seguro prestamista, seguro garantia estendida e outros tipos de seguros, cuja forma e distribuição são regulados pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). Eventual mudança na regulamentação vigente e/ou eventuais atos ou decisões desses órgãos reguladores podem limitar ou de outro modo impactar negativamente nas vendas desses produtos e serviços.

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente,

4.1 Descrição dos fatores de risco

colocando-a em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, essas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que seus produtos estavam deteriorados, adulterados, não continham informações adequadas, ou não foram trocados adequadamente, dentre outras. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão impactar o resultado da Companhia e sua condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão impactar a imagem da Companhia afetando, conseqüentemente, suas vendas e reputação.

Até mesmo os produtos comercializados por meio de *marketplace*, os quais são de responsabilidade dos *sellers*, podem gerar responsabilização solidária ou subsidiária para a Companhia no caso de ações judiciais demandadas por seus clientes, ocasionando também um impacto negativo à imagem da Companhia e seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia trata dados pessoais de clientes, terceiros, parceiros e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, há o dever de observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis e diretrizes da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A Lei nº 13.709/18 ("LGPD") regula no Brasil as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial e estabelece um marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, bem como prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados e sanções para o descumprimento de suas disposições.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a aplicação de sanções administrativas; (ii) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (iii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a lei, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na privacidade e proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e a suspensão da atividade de tratamento de dados, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações. Adicionalmente, não é possível prever como as autoridades brasileiras irão aplicar e interpretar a LGPD.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, a edição de nova legislação ou regulamentação aplicável à Companhia pode criar obrigações não previstas anteriormente pela Companhia, interferindo em tempo hábil necessário para implementar alterações e ou controles operacionais e sistêmicos, fazendo com que esta incorra em custos adicionais ou tenha suas operações restringidas.

Alterações nas regras tributárias brasileiras ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os tributos que a Companhia é obrigada a pagar.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas ou base de cálculos vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como possível alteração de benefícios fiscais em vigor. Algumas dessas mudanças não podem ser previstas antecipadamente, mas podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia, por exemplo, afetar adversamente a lucratividade e os preços dos produtos da Companhia, bem como restringir a sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá manter seu fluxo de caixa projetado e a lucratividade, após qualquer aumento nos tributos que se aplicam à Companhia e às suas operações.

Além disso, em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, fixando o entendimento no sentido de o contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável com trânsito em julgado permitindo o não pagamento de um tributo perde automaticamente o seu direito diante de um novo entendimento do STF que considera a cobrança constitucional. Nesse sentido, a cessação de efeitos da coisa julgada é automática diante de uma nova decisão do STF (em repercussão geral), não sendo necessário que o Estado ajuíze ação revisional ou rescisória. Considerando que não houve modulação dos efeitos, existe o risco de o Fisco exigir, sem a necessidade de ações rescisórias, eventuais tributos não recolhidos aos cofres públicos ao longo dos últimos anos e que tinham respaldo em decisões judiciais transitadas em julgado, fator que poderá gerar um efeito econômico adverso relevante para a Companhia.

Ainda, em razão da complexidade da interpretação da legislação tributária brasileira, dado a multiplicidade de normas existentes, existe a possibilidade de as autoridades fiscais adotarem interpretação distinta da adotada pela Companhia na realização de suas operações, podendo acarretar em efeitos adversos à Companhia.

Ademais, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos, interpretações e orientações com o objetivo de alinhar as práticas contábeis adotadas no Brasil ao IFRS (*International Financial*

4.1 Descrição dos fatores de risco

Reporting Standards), e continuará emitindo tais normas contábeis a fim de convergir os novos pronunciamentos emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

Não há como garantir que modificações contábeis futuras não irão afetar de maneira significativa as demonstrações financeiras consolidadas e informações trimestrais consolidadas da Companhia, tanto retroativa como prospectivamente, podendo afetar adversamente a comparação das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia de exercícios/períodos futuros com as demonstrações financeiras e informações trimestrais apresentadas atualmente, o cumprimento de *covenants* financeiros, além de outros indicadores relevantes.

A Companhia enfrenta riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas lojas e centros de distribuição.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização de seus centros de distribuição, lojas físicas e escritórios corporativos e deve obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de a Companhia não conseguir obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários, pode vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de suas lojas e centros de distribuição, afetando também a sua imagem. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em seus resultados operacionais, negócios e em sua credibilidade. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das referidas licenças de forma tempestiva em algumas de suas lojas poderá expor a Companhia a riscos adicionais em caso de acidente ou evento similar que possa afetar essa instalação enquanto a licença estiver pendente. Em caso de acidentes, a falta de autorizações, licenças e alvarás pode ainda criar problemas relacionados ao pagamento da indenização pela seguradora, além de problemas à imagem da Companhia.

Ainda, a interrupção na operação dos centros de distribuição por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias para as lojas, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente os resultados financeiros da Companhia. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento das lojas e centro de distribuição, ver seção 1.6 deste Formulário de Referência.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar suas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para as atividades da Companhia.

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet e tais mudanças poderão afetar nossos negócios adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita às regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar o negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por produtos e serviços e um aumento nas despesas operacionais.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações diretas em países estrangeiros.

(j) Riscos relacionados a questões sociais

O não atendimento às expectativas dos principais públicos de relacionamento da Companhia em relação a assuntos de ordem ambiental, social e de governança corporativa (ESG), incluindo medidas sociais relacionadas à promoção de respeito, diversidade e inclusão, pode prejudicar a reputação da Companhia, elevar seus custos, reduzir suas receitas ou a expor a riscos adicionais.

Há um foco crescente em assuntos ESG por parte dos consumidores, investidores e outros públicos de relacionamento, à medida que o interesse público e pressões legislativas referente às práticas ESG das companhias continuam a crescer. O crescente foco dos investidores e ativismo relacionado a questões ESG e assuntos similares podem prejudicar o acesso a capital, uma vez que os investidores podem decidir realocar capital ou deixar de investir como resultado de sua avaliação das práticas ESG de determinada companhia. Além disso, alguns investidores institucionais utilizam serviços de consultorias que fornecem recomendações de voto em assembleia, diretrizes sobre votação por procurador e análises de atributos ESG. Se a Companhia não definir recomendações ou diretrizes, alguns acionistas podem votar contra essas propostas, o que pode afetá-la negativamente. As companhias que não se adaptarem ou atenderem às expectativas ou padrões dos investidores, consumidores ou outros públicos de relacionamento, que mudam constantemente, ou que não estiverem respondendo de forma adequada à crescente preocupação com questões ESG, independentemente de haver exigência legal para tal, poderão ter sua reputação prejudicada e seus negócios, condição financeira e/ou cotação de seus valores mobiliários poderão ser prejudicados de maneira significativa. Se as práticas e políticas ESG da Companhia não atenderem às expectativas, normas e estruturas em constante evolução, sua reputação, condição financeira e retenção de colaboradores poderão ser prejudicadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de satisfazer os requisitos de indicadores de diversidade, o que poderá impactar negativamente sua reputação.

Atualmente, a diversidade, equidade e inclusão de empregados tornaram-se fatores importantes para as companhias e para o mercado em geral. O mercado está exigindo indicadores de diversidade das companhias, sendo que os relacionamentos com clientes e operações com outras empresas estão sendo impactadas por tais fatores. A Companhia não pode garantir que será capaz de corresponder às expectativas crescentes referentes aos indicadores de diversidade, e não há garantia de que a Companhia terá sucesso em atrair, reter e tratar de maneira equânime todos os seus funcionários, colaboradores e demais pessoas envolvidas em seu sistema operacional como um todo. Caso não consiga satisfazer tais requisitos, a demanda pelos seus serviços e a reputação da Companhia podem ser impactados negativamente.

A Companhia pode não ser capaz de promover ambientes de trabalho livres de práticas de assédio e discriminação e eventuais casos dessa natureza podem impactar negativamente a reputação da Companhia

A promoção de um ambiente de trabalho livre de assédios e discriminação é um fator importante para as companhias e para o mercado em geral, que repudia, com cada vez mais veemência, casos dessa natureza. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que será capaz de prevenir a ocorrência de práticas dessa natureza no bojo de suas atividades e operações.

Casos de assédio e/ou discriminação podem impactar adversamente a reputação da Companhia. Além disso, a Companhia pode sofrer penalidades e sanções judiciais relacionadas a tais casos, que podem impactar sua reputação e sua condição financeira.

(k) Riscos relacionados a questões ambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas. Adicionalmente, alterações na legislação e regulamentação vigente ou a instituição de novas regulamentações poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a ampla legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, falha na sua obtenção ou renovação ou em desacordo com as licenças obtidas podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas, em publicidade negativa (impacto reputacional), na responsabilidade por eventuais danos causados e até na suspensão ou interrupção de atividades, o que poderá ter um efeito adverso sobre a reputação, os negócios e a situação financeira da Companhia. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais e relacionadas à saúde e

4.1 Descrição dos fatores de risco

segurança do trabalho se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores, o que pode afetar adversamente os resultados e condição financeira da Companhia.

Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e por danos ambientais causados por suas operações. Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas, o que poderia afetar adversamente suas operações e reputação.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo o aumento de forma significativa em seus investimentos a fim de cumpri-las. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente e de forma significativa os resultados da Companhia.

A escassez de recursos naturais, de energia e de combustível podem afetar as operações da Companhia.

A escassez de recursos naturais como água e de energia, também em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o meio ambiente, podem impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos e de geração de energia. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses fatores, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser impactadas de maneira relevante.

Questões ambientais também podem afetar os preços e a disponibilidade de mercado do petróleo e outros tipos de combustíveis, o que gera reflexos sobre as operações da Companhia. Por exemplo, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços do petróleo, à disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de

4.1 Descrição dos fatores de risco

combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode ser considerada responsável ou solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus prestadores de serviços, fornecedores e/ou clientes.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária, o que significa que todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo ou culpa, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação. Sendo assim, a responsabilidade civil por danos ambientais pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, direta ou indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais poder será demandada a remediar ou pagar indenização, cabendo, posteriormente, direito de regresso por ação judicial própria em relação contra aos demais envolvidos.

Assim, além da exposição direta da Companhia a risco de responsabilidade por danos ambientais, caso os prestadores de serviços, tais como os responsáveis pelo manuseio e descarte de resíduos dos empreendimentos, fornecedores, como os de combustível, e clientes não atendam às exigências da legislação e/ou causem danos ambientais, a Companhia pode ser acionada para recuperar e/ou indenizar os danos ambientais causados.

Caso a Companhia seja responsabilizada por tais danos ambientais, diretamente ou solidariamente, pode ter a sua imagem e reputação impactadas, além de incorrer em gastos relacionados à defesa processual e decorrentes de eventual condenação imposta pela autoridade competente, incluindo o pagamento de multas e gastos relacionados à adoção de medidas para reparação do dano causado, o que poderá afetar adversamente aos negócios, resultados operacionais, situação financeira, reputação e cotação dos valores mobiliários.

(I) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(m) Riscos relacionados a questões não compreendidas nos itens anteriores

4.1 Descrição dos fatores de risco

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem afetar adversamente a Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio (i) da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos de regulação do prazo máximo dos financiamentos e (ii) da imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas.

Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito das coligadas da Companhia: FIC e Investcred. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não há nenhuma garantia de que, no futuro, o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez da Companhia, sua estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos, bem como a solvência de seus clientes.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

O impacto das ações do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia.

O passado da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

Nesse sentido, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações da Companhia, bem como suas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para os resultados da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós.

A volatilidade cambial também pode se traduzir em aumento do preço dos produtos que, apesar de serem comprados no mercado doméstico, possuem componentes importados e portanto estão sujeitos às alterações na taxa de câmbio. Os repasses realizados pelos fornecedores à Companhia são também repassados aos preço final dos produtos comercializados.

Qualquer rebaixamento no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, que

4.1 Descrição dos fatores de risco

se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

Qualquer rebaixamento dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida pela Companhia, bem como afetar adversamente o preço de negociação de ações ordinárias da Companhia.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e os resultados de nossas operações, podendo afetar também o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais foram e continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal, ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro.

O desenvolvimento desses casos tem historicamente afetado e pode continuar a afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais, bem como o preço de negociação das ações.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha a capacidade de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos produtos.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, conseqüentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016 teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, conseqüentemente o consumo no país.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A eclosão dos conflitos entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e a Palestina vem causando impactos econômicos ao redor do mundo, com o aumento do preço do petróleo bruto, derivados, e combustíveis fósseis decorrentes das sanções impostas pelos países Ocidentais à Rússia, elevação das cotações de seguros e fretes, e desorganização do sistema logístico internacional.

Além disso, as eleições presidenciais a serem realizadas nos Estados Unidos em 2024 poderão causar instabilidade nos mercados de capitais globais e afetar a confiança dos investidores e do público em geral, incluindo no mercado de ações brasileiro, o que pode impactar a cotação das ações de emissão da Companhia.

Ainda, nos últimos anos, diversas incorporadoras chinesas se tornaram inadimplentes em função de novas políticas do governo com relação ao mercado imobiliário, que tinham por objetivo evitar um *boom* imobiliário. Essa crise imobiliária na China poderá vir a ter impactos relevantes nos mercados financeiros e de capitais globais.

O impacto desses fatores no volume de vendas poderá afetar negativamente os resultados e a situação econômica da Companhia.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das nossas ações

O valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações, é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente os Estados Unidos e os países da Europa, bem como em outros países da América Latina e de outros países emergentes. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países, especialmente Estados Unidos e Europa, podem ter um impacto adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, têm sido historicamente suscetíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos.

Além disso, as crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo suas ações. Tais acontecimentos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações em sua emissão, restringir o acesso ao mercado de capitais e comprometer a capacidade de financiar as operações.

Os negócios da Companhia podem ser afetados por eventos políticos e guerras, principalmente frente aos conflitos militares em curso entre a Rússia e a Ucrânia e entre Israel e Palestina

Atualmente, os mercados globais estão operando em um período de incerteza econômica, volatilidade e interrupção em determinados setores econômicos após a invasão russa no território ucraniano, em 24 de fevereiro de 2022, e após o início do conflito entre Israel e Palestina na Faixa de Gaza. Tais conflitos militares e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade comercial, como (a) distorções nos créditos e no mercado de capitais; (b) volatilidade significativa nos preços das commodities; (c) aumento dos custos de recursos (como energia, gás natural e carvão) para a operação da Companhia; (d) potencial valorização do dólar dos EUA; (e) aumento das taxas de juros e da inflação, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços da energia, do petróleo e de outras commodities (f) crescimento global mais baixo ou negativo e

4.1 Descrição dos fatores de risco
(g) impacto na cadeia de suprimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a prévia junção da Rússia à Criméia, o recente reconhecimento de duas repúblicas separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia e as subseqüentes intervenções militares na Ucrânia levaram à imposição de sanções e outras penalidades pelos Estados Unidos, União Européia e outros países contra a Rússia, Belarus, a Região de Criméia da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk e a chamada República Popular de Luhansk, incluindo o acordo para remover certas instituições financeiras russas do sistema de pagamento da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication ("SWIFT"). Potenciais propostas e/ou ameaças de sanções e penalidades adicionais estão sendo discutidas. As ações militares russas, as sanções resultantes e os ataques de combate e retaliação russa (incluindo ataques cibernéticos e espionagem) poderiam afetar negativamente a economia global e os mercados financeiros e levar a maior instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capitais, e, ainda, podem impactar a cadeia de suprimentos na qual a Companhia está envolvida, podendo gerar atrasos, impedir ou atrasar entregas ou afetar a capacidade da Companhia de adquirir e distribuir produtos, impor custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir as vendas e afetar adversamente negócios da Companhia, resultados das operações e condições financeiras.

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar adversamente as operações da Companhia.

Surto de doenças transmissíveis em escala global, como o recente surto do vírus COVID-19, conhecido como novo coronavírus, levaram autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que incluíram restrições à circulação de bens e pessoas nacional ou internacionalmente, quarentena de pessoas que transitaram por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso haja novo evento com as características da recente pandemia, eventuais medidas podem impactar as operações das empresas e o consumo das famílias, e por consequência afetar as decisões de investimento e poupança, resultando em maior volatilidade nos mercados de capitais globais, além da potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira. Estes fatores podem afetar adversamente e de forma relevante a Companhia e os resultados de suas operações, bem como a cotação de seus valores mobiliários.

Cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o coronavírus, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de emissão da Companhia, e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global, podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, conseqüentemente, nos negócios da Companhia e no preço das ações de sua emissão.

Qualquer mudança relevante nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Cinco principais fatores de risco

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está sujeita são:

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação, notadamente a elevação e manutenção das altas taxas de juros, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em 1994.

A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi de 4,62% em 2023, 10,06% em 2022 e 4,5% em 2021. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente o custo de financiamento, incluindo o custo do endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de *leasing*.

A Companhia pode não ter sucesso na implementação do plano de transformação de suas operações

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia divulgou novas estratégias relacionadas a um plano de transformação de suas operações. A Companhia não pode assegurar que quaisquer de seus objetivos no âmbito do plano de transformação serão alcançados com êxito e por completo e a falha na implementação da estratégia pode impactar adversamente os resultados e taxa de crescimento da Companhia. Dentre as principais iniciativas incluídas no Plano de Transformação estão:

- Modelo de gestão baseado em novas métricas de margem e ciclo de caixa
- Redução de seus estoques e migração de categorias com margem negativa do 1P para venda exclusiva no 3P
- Redução do quadro de funcionários
- Revisão do patamar de Despesas de Marketing em relação à ROL (%)
- Fechamento de lojas e readequação de seus Centros de Distribuição
- Lançamento do 1º FIDC do Grupo Casas Bahia
- Monetização de ativos tributários
- Revisão do CAPEX

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

O sucesso do plano de transformação da Companhia depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas e fatores alheios à administração e à própria Companhia podem limitar a efetividade das mudanças estratégicas pretendidas pela Companhia, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre as operações da Companhia e sobre percepção de credores e acionistas.

Os negócios da Companhia dependem da reputação que as suas marcas têm com seus clientes, fornecedores e distribuidores. Se a Companhia não for capaz de manter essa reputação, poderá ser adversamente afetada.

A reputação da Companhia e de suas principais marcas é fundamental para a manutenção de suas posições nas plataformas digitais, e para a sua capacidade de atrair e manter clientes, fornecedores, *sellers* (vendedores do *marketplace*), distribuidores e profissionais qualificados, além de estabelecer parcerias. A continuidade da reputação de suas marcas depende da capacidade da Companhia de manter e proteger a excelência e a eficiência dos serviços existentes, aperfeiçoá-los e introduzir novos serviços com os mesmos níveis de qualidade e eficiência. Falhas nesses fatores podem ocasionar acidentes, fraudes e pedidos de recall de produtos vendidos ou disponibilizados nas plataformas digitais da Companhia, e podem ter um impacto negativo sobre as marcas da Companhia. Outros fatores como posicionamento e associação diretas e indiretas, com as marcas, muitas delas fora do seu controle, podem impactar sua reputação.

A falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética. Também estamos sujeitos a regulamentação cada vez mais abrangentes e fortes nesse tema.

A Companhia enfrenta- vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a penetração de sistemas e plataformas de tecnologia da informação por pessoas mal intencionadas, infiltração de malware, como vírus de computador, contaminação intencional ou acidental das redes e sistemas de terceiros com os quais são trocados dados, acesso não autorizado a dados confidenciais e/ou dados proprietários por pessoas dentro ou fora da organização, ransomware que afeta os serviços e tecnologia de usuário final, ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviços. A Companhia pode não ser capaz de se proteger com sucesso os sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra essas ameaças. Nos últimos anos, os sistemas de computador de empresas e organizações passaram a ser cada vez mais visados, e as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, impróprio ou ilegal aos sistemas de tecnologia da informação tornaram-se cada vez mais complexas e sofisticadas. Essas técnicas mudam com frequência e muitas vezes não são reconhecidas ou detectadas até que tenham sido lançadas. Além disso, podem se originar de uma ampla variedade de fontes, incluindo não apenas criminosos cibernéticos, mas também ativistas e estados invasores. Ataques cibernéticos podem causar a perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações confidenciais, bem como de recursos financeiros ou ainda a interrupção dos sistemas eletrônicos usados para atender os clientes.

Se a Companhia for vítima de ataques cibernéticos bem-sucedidos ou enfrentar incidentes de segurança cibernética no futuro, poderá incorrer em custos substanciais e sofrer outras consequências negativas, como custos por ativos ou informações roubadas, reparos de danos ao sistema, aumento dos custos de proteção da segurança cibernética, perda de receitas decorrentes do uso não autorizado de informações proprietárias ou falha em reter ou atrair clientes após um ataque, litígios e riscos legais

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

(como sanções administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados), aumento dos prêmios de seguro, danos à reputação que afetam a confiança dos clientes e investidores, bem como danos à competitividade, preço das ações e valor de longo prazo para os acionistas.

Adicionalmente, são armazenadas informações confidenciais relacionadas às atividades, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou da Companhia, poderá sujeitá-la a penalidades civis e criminais, expô-la a responsabilidades diversas perante os fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações, vide o fator de risco *“Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios”* nesta seção 4.1 do Formulário de Referência.

Mesmo quando uma falha ou interrupção em sistemas ou instalações é resolvida em tempo hábil ou uma tentativa de incidente cibernético ou outra violação de segurança é evitada ou frustrada, normalmente recursos relevantes são gastos para fazer isso, e a Companhia pode precisar tomar medidas que possam afetar adversamente a satisfação ou o comportamento do cliente, o que pode afetar adversamente os negócios e sua reputação.

A Companhia pode vir a incorrer em perdas resultantes pelo não recebimento de valores das compras de nossos clientes.

Parte relevante das nossas vendas são realizadas utilizando como modalidade de pagamento CDC e cartão de crédito e não há garantias do recebimento do saldo total de contas a receber. Dessa forma, a Companhia está sujeita ao risco de inadimplência no pagamento do valor principal e juros, bem como de inconsistências entre custos e vencimentos de nossas captações de recursos financeiros em relação aos custos e vencimentos do financiamento aos nossos clientes. Mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à inflação, ao aumento nas taxas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes - mais sensível a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 – Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais está exposta.

Risco de mercado

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (dentre as quais o CDI).

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou 3 cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3 em 31 de dezembro de 2023 para um prazo de 12 meses, para as datas de vencimento das operações, cuja taxa foi 10,04% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

(em milhões de R\$)		Análise de sensibilidade			
Operações	Risco	Saldo em	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		31.12.2023			
Aplicações financeiras	Redução do CDI	2.429	226	282	339
Empréstimos bancários*	Aumento do CDI	(3.983)	(328)	(387)	(447)
Impacto no resultado - despesa			(102)	(105)	(108)

(*) Não incluem os contratos repasses para instituições financeiras por apresentarem taxas de juros pré-fixadas

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos, por exemplo motoristas e montadores.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$100.000 mil; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente e materialmente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Recuperação Extrajudicial

Em 28 de abril de 2024, a Companhia ajuizou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial ("Pedido de RE"), conforme descrito abaixo:

Processo nº 106506661.2024.8.26.0100	
a. Juízo	1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	28/04/2024
d. Partes no processo	Autor: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.077.957.061,59
f. Principais fatos	Em 28 de abril de 2024, Companhia distribuiu um pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE") a fim de implementar reperfilamento de dívidas financeiras quirografárias da ordem de aproximadamente R\$ 4,1 bilhões, decorrentes de suas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures e e certas CCBs emitidas junto a instituições financeiras, nos termos e condições estabelecidos no Plano de RE aprovado pelos credores signatários titulares de mais da metade da dívida reestruturada.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 29 de abril de 2024, o juízo competente deferiu o processamento do pedido de homologação do Plano de RE, ratificando a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas aos créditos abrangidos pelo Plano de RE por 180 dias e determinando a abertura de prazo de 30 dias corridos para credores eventualmente impugnarem os termos do Plano de RE com base em um rol de argumentos taxativo previsto na Lei 11.101/2005.
h. Estágio do processo	Aguardando encerramento do prazo de impugnação por credores.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	N/A
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa e situação financeira e operacional.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso o Plano de RE não seja homologado ou não seja concluído de forma satisfatória para a Companhia ou a seus negócios, a situação financeira da Companhia poderá ser afetada de forma adversa e significativa.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, sobre o recolhimento de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, o valor total envolvido nos processos com chance de perda provável era de R\$ 732 mil.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 15746.725431/2023-31	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal de Julgamento - DRJ
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	08/11/2023
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil
	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.025.176.679,11
f. Principais fatos	Auto de Infração decorrente da apropriação supostamente indevida de créditos de PIS e COFINS, nos anos-calendário de 2019 a 2021, sobre: i) despesas relacionadas à aquisição de bens e serviços utilizados como insumos , frete e armazenagem e aluguel de prédios; e ii) ajustes de redução realizados para exclusão do DIFAL e do ICMS-ST das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Também foram objeto da autuação lavrada ajustes para cômputo de créditos extemporâneos e créditos da empresa CNOVA, resultantes da incorporação realizada em 2019. Foram aplicados multa de ofício de 100% e juros de mora calculados pela taxa SELIC. Importante salientar que, com a publicação do acórdão em 28.02.24 do Tema 1125 no STJ, que versa sobre a legitimidade da exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS, o prognóstico de mais de 50% do valor do auto de infração será alterado para remoto.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento na DRJ.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento na DRJ.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: R\$ 3.025.176.679,11
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.
---	--

Processo nº 10805.723399/2019-15	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil
	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.575.239.655,78
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado para exigir PIS e COFINS do ano-calendário de 2016 em razão da desconsideração da revogação do benefício da alíquota zero dos tributos nas vendas a varejo de produtos de informática e <i>smartphones</i> , no âmbito do Programa de inclusão Digital, pela MP nº 690/2015 e convertida na Lei nº 13.241/15 (Lei do Bem).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento parcialmente favorável em 2ª instância administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. Em 26/10/2023, o processo foi deliberado em sessão e foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário. Aguarda-se formalização do acórdão.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: R\$ 1.141.169.258,55 Remoto: R\$ 434.070.397,23
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.
---	--

Processo nº 10805.720940/2020-69	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil
	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 318.050.548,94
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 15746.725432/2023-85	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal de Julgamento - DRJ
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	08/11/2023
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil
	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 215.525.493,81
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado para exigir Multa Regulamentar vinculada ao Auto de Infração nº 15746.725431/2023-31 -, sob a alegação de que as EFD-Contribuições, período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021, teriam sido apresentadas com informações “incorretas”.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento na DRJ.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento na DRJ.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: R\$ 215.525.493,81
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.
--	--

Processo nº 16095.720056/2020-64	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	22/04/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 117.000.091,45
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado a título de IRPJ decorrente de suposta compensação de prejuízos fiscais em montantes superiores ao saldo disponível nos anos-calendário de 2015 e 2016. A insuficiência do saldo de prejuízo fiscal seria decorrente de falta de ajustes nos controles de Prejuízos Fiscais pela Impugnante, em decorrência de autos de infração lavrados pela RFB em anos anteriores.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa
h. Estágio do processo	Foi dado provimento integral ao recurso voluntário da Companhia em março de 2024. Aguarda-se a formalização do acórdão.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 16561.720013/2020-35	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	06/06/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 270.232.884,41
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, que exige valores a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2015 e 2016, acrescidos de multa de ofício de 150% e juros de mora calculados pela taxa SELIC. A cobrança decorre da glosa das despesas de amortização fiscal do ágio, com fundamento na expectativa de rentabilidade futura, pago pela Mandala Empreendimentos e Participações S.A. (empresa que integrava o GPA) na aquisição do controle da Companhia em 2009, denominada à época de Globex Utilidades S.A. As acusações do TVF estão relacionadas a três itens: (i) ausência de “confusão patrimonial” com o “real-adquirente” (tida como a CBD); (ii) a amortização do ágio deveria ter seguido o prazo de dez anos projetado da rentabilidade futura ; e (iii) a integralidade do fundamento econômico do ágio pago pela Mandala não poderia ser classificada como rentabilidade futura.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Foi dado provimento integral ao recurso voluntário da Companhia em março de 2024. Aguarda-se a formalização do acórdão
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: R\$ 211.855.097,41 Remoto: R\$ 58.377.787,00
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 5003540-03.2020.4.03.6126	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	26/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 126.823.267,25
f. Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, inscritos na dívida ativa sob os nºs 80.7.20.047215-01 e 80.6.20.211380-99, oriundos do Processo Administrativo nº 13820.720061/2019-01, no montante total de R\$ 107.774.364,13. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5004357-67.2020.4.03.6126.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença improcedente nos respectivos Embargos à Execução Fiscal. Interposto Recurso de Apelação ao TRF-3
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação pelo TRF-3.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, a manutenção da garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 5000009-69.2021.4.03.6126	
a. Juízo	1ª Vara da Subseção Judiciária de Santo André/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	06/01/2021
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 297.511.408,37
f. Principais fatos	Trata-se Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, inscritos na dívida ativa sob os nºs 80.7.20.055443-10 e 80.6.20.231888-59, oriundos do Processo Administrativo nº 10805.724064/2015-82. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5002931-83.2021.4.03.6126.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento de mérito em primeira instância nos respectivos Embargos à Execução Fiscal.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento de mérito em primeira instância.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, a manutenção da garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos cíveis

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Processo nº 1013004-48.2021.8.26.0068	
a. Juízo	14ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	27/08/2021
d. Partes no processo	Autor: SOF Serviço de Orientação da Família e Centro Santo Dias de Direitos Humanos Réu: Espólio de Samuel Klein; Saul Klein e Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000.000,00
f. Principais fatos	Ação civil pública ajuizada por duas associações civis, buscando a responsabilização civil dos réus por atos ilícitos praticados pelas pessoas naturais Samuel Klein - já falecido fundador da Casa Bahia Comercial Ltda. - e seu filho Saul Klein – que nunca foi acionista ou administrador da Companhia -, respectivamente, ocorridos entre os anos de 1989 e 2019. As associações pleiteiam a condenação solidária dos indivíduos e da Companhia nas obrigações de (i) realização de campanha online enfatizando a igualdade entre homens e mulheres; (ii) financiamento de projetos e programas que atuem no sentido de retirar crianças e adolescentes do sexo feminino de situações de vulnerabilidade; (iii) formação de um fundo para financiar bolsas de estudo para crianças e adolescentes carentes do sexo feminino; (iv) compromisso da empresa ré de afixar cartazes em todas as suas lojas físicas e banners em todos os meios online, por um ano, afirmando o compromisso com a dignidade sexual, com divulgação do número 100 para denúncias de abuso sexual; e (v) pagamento pelos réus, de forma solidária, de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000.000,00, a ser revertido ao fundo previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A ação foi originalmente distribuída ao Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Barueri, o qual determinou a redistribuição dos autos para uma das Varas Cíveis da Capital, sob o argumento de que os fatos ocorreram em várias cidades. Os autos foram redistribuídos ao Juízo da 14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital que instaurou conflito negativo de competência. Em 25/07/2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou o Juízo da Capital como competente para julgamento da demanda. Em 26/07/2022, foi determinado as associação autoras a emenda à petição inicial, a fim de justificar a pertinência subjetiva da ação em relação à Companhia. Em 18/10/2022, o Ministério Público se manifestou quanto à necessidade de que as autoras emendassem a inicial para melhor descreverem todas as circunstâncias (tempo, lugar, modo
--	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1013004-48.2021.8.26.0068	
	de execução, sujeitos, etc) relativas aos fatos, inclusive para permitir sua individualização e exercício da ampla defesa pelos respectivos responsáveis. Em 20/01/2023, o Juiz ordenou a citação dos demandados. Os réus apresentaram suas contestações, tendo a Companhia reforçado a inexistência de conexão entre sua atuação e os fatos narrados na inicial, bem como a distinção entre ela e a empresa Casa Bahia Comercial Ltda., na qual os corréus teriam ocupado cargos ou posições ao longo dos anos. Em 30/06/2023, o Ministério Público de São Paulo apresentou parecer consignando que não houve a emenda à petição inicial para se incluir a descrição das circunstâncias relativas aos fatos mencionados, caracterizando a inépcia da petição inicial, ensejando a extinção do processo sem julgamento de mérito, a teor do art.485, inciso I, do Código de Processo Civil. As partes apresentaram as suas especificações de prova. Em 28/10/2023 foi proferida decisão determinando que os réus se manifestassem sobre o fato novo apresentado pelas associações, relacionado à ação civil pública na Justiça do Trabalho contra o réu Saul Klein. Os réus destacaram a impertinência do pedido.
h. Estágio do processo	Aguarda-se decisão saneadora.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa e potencial dano reputacional, ainda que nem a Companhia e nem seus acionistas e administradores estejam envolvidos ou relacionados aos fatos narrados na petição inicial, conforme já reconhecido pelo próprio Ministério Público.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Danos à imagem.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	
a. Juízo	36ª Câmara de Direito Privado
b. Instância	2ª instância (suspensão pela Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo)
c. Data de instauração	30/07/2014
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 170.135.905,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPSP, sob alegação de que a Companhia adotaria, de forma reiterada, algumas práticas
Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	abusivas, tais como: (i.) embutir o preço do seguro e de garantia estendida no preço total do produto sem a ciência do consumidor; (ii.) aumentar indevidamente a taxa de juros nas compras financiadas; e (iii.) nas compras a prazo, com entrada, aplicar taxa como se sem entrada fosse, mesmo quando o consumidor efetuava o pagamento imediato da prestação correspondente ao valor da entrada, descumprindo assim, o dever de informar de forma adequada e previamente o consumidor no momento da conclusão do negócio (artigo 6º, III, do CDC), e contrariando o princípio da boa-fé objetiva (artigo 422, CC, 4º, III, do CDC). Pedidos: (i.) Liminarmente, para que a Companhia não ofereça ou contrate garantia estendida, seguro facultativo, ou equivalente, de produtos que não sejam eletrônicos, sob pena de multa diária de R\$ 300.000,00; (ii.) A publicação de edital a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes (artigo 94, CDC); (iii.) A procedência dos seguintes pedidos: a. Que a empresa se abstenha de inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, no mesmo instrumento do contrato de compra e venda dos produtos e serviços que comercializa; b. Que a empresa informe prévia e adequadamente o consumidor sobre qualquer contratação que não se inclua no preço do produto ou serviço comercializado, mediante comprovação escrita e devidamente assinada pelo consumidor; c. Que a empresa se abstenha de oferecer, por qualquer meio, ou inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, em produtos e serviços que não sejam produtos eletrônicos; d. Que a empresa se abstenha de inserir qualquer valor no preço que não corresponda ao preço do produto ou serviço que comercializa, inclusive nos contratos de pagamento a prazo, sendo que nas compras a prazo deverá informar prévia e adequadamente: i. o prazo de validade do financiamento, ii. a taxa de juros mensal efetiva aplicada, iii. o custo efetivo total, aplicado por decorrência dos juros e eventual correção monetária, iv. o valor total do produto ou serviço adquirido sem a inclusão dos juros e com a inclusão dos juros, e
Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	v. o valor da prestação a ser paga mensalmente pelo consumidor. e. A condenação da Companhia a pagar indenização por danos morais difusos, no valor sugerido de R\$ 170.135.905,00; f. A condenação genérica da Companhia à restituição em dobro do que foi pago indevidamente pelos consumidores (danos materiais), a ser apurado em habilitações individuais; g. A publicação de eventual sentença de procedência na mídia, após o seu trânsito em julgado.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 30/03/2016, foi prolatada sentença de procedência da ação, confirmando a antecipação de tutela concedida, para condenar a ré: (i) na obrigação de se abster de inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, no mesmo contrato de compra e venda dos produtos que comercializa, devendo informar, prévia e adequadamente, sobre qualquer contratação que não se inclua no preço do produto ou serviço que vier a fornecer, mediante comprovação escrita e assinada pelo consumidor, sob pena de multa de R\$ 50.000,00, por ato de descumprimento; (ii) na obrigação de se abster de inserir qualquer valor no preço que não corresponda ao preço do produto ou serviço que comercializa, inclusive nos contratos de pagamento a prazo, hipótese na qual deverá prévia e adequadamente informar o prazo de validade do financiamento, a taxa de juros mensal efetiva aplicada, o custo efetivo total aplicado por decorrência dos juros e eventual correção monetária, o valor total do produto ou serviço adquirido sem a inclusão dos juros e com a inclusão dos juros e o valor da prestação a ser paga mensalmente pelo consumidor, sob pena de multa de R\$ 50.000,00, por ato de descumprimento; (iii) ao pagamento de indenização por danos morais difusos dos consumidores no valor de R\$ 700.000,00, acrescido de juros legais a contar da citação e de correção monetária, a contar desta data, valor que será revertido ao Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos (artigo 13 da Lei 7347/85); (iv) a restituir, em dobro, os valores indevidamente pagos pelos consumidores, que serão obtidos mediante a habilitação individual de cada consumidor lesado; (v) na obrigação de publicar, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, para conhecimento geral, nos três dos mais importantes sítios eletrônicos de divulgação de notícias, registrados na Nic.Br, assim como em jornais de grande circulação, nas cidades em que mantém suas respectivas lojas físicas, locais aonde os consumidores foram

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	prejudicados pela violação do direito à informação prévia e adequada. Em 14/12/2017, foi proferido acórdão que deu parcial provimento ao recurso da Companhia para o fim (a) de, por unanimidade de votos, limitar a condenação genérica prevista no item “iv” da sentença aos valores indevidamente cobrados pela ré nas compras de produtos não eletrônicos, realizadas em lojas físicas, a título de garantia estendida, seguro facultativo ou equivalente, e a quaisquer valores que não correspondam ao preço do produto e a encargos efetivamente devidos em razão de eventual parcelamento do preço, por meio de contratos celerados a partir de 29/07/2009; e (b) por maioria de votos, excluir as condenações impostas quanto ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e à divulgação da sentença na mídia, mantendo-se, no mais, a sentença recorrida. Em juízo de admissibilidade do Recurso Especial pela Vice-Presidência do TJSP foi determinado seja suspenso até julgamento de recurso repetitivo no STJ. Agravo interno contra decisão de suspensão desprovido em 27.08.2019. Opostos Embargos de Declaração contra o acórdão do Agravo Interno. Em 20/12/2019, foi registrado o Acórdão que rejeitou os EDs por não reconhecer que houve omissão, obscuridade ou contradição. Ademais, o relator determinou o sobrestamento do feito até o julgamento do REsp nº 1585736/RS, por seu objeto coincidir com o do acórdão embargado (hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC). <u>O Resp 1585736/RS foi julgado prejudicado, no entanto a afetação ao Tema 929/STJ permanece ativa, sem um processo vinculado, conforme decisão do C. STJ.</u> Portanto, em 19/03/2024 o processo permanece.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: em razão da matéria e confirmação do julgamento pelo TJSP, dependendo o deslinde da causa de julgamento de Recurso Especial afetado a sistemática dos recursos repetitivos
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O TJSP reverteu a condenação da VV em danos morais coletivos, afastando o pedido de condenação em R\$ 170.135.905,00, o que dificilmente será alterado no STJ; contudo as condenações genéricas à restituição em dobro e obrigações de fazer e não fazer possuem conteúdo econômico que não se pode estimar com precisão, pois dependem de liquidação em fase de cumprimento de sentença, ajuizamento por consumidores individualmente considerados e/ou constatação ao descumprimento da ordem judicial.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Dentre os processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Ação Civil Pública 0000856-25.2012.5.10.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	21/05/2012
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.000.000,00 – valor dado à causa
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, por meio do qual o MPT sustenta irregularidades relacionadas à prática de assédio moral e relacionadas à conversão de férias em abono pecuniário, bem como postula a condenação da Companhia em obrigações de fazer, de não fazer e indenização por dano moral coletivo.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ação julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) Não permitir em suas sedes e filiais, situações que evidenciem assédio moral, e a não expor seus empregados a situações humilhantes, intimidatórias ou constrangedoras, ou a qualquer ação, palavra, gesto ou escrito, praticado de modo repetitivo ou prolongado, durante a jornada ou no exercício de suas funções, por representante da ré, por chefe, superior hierárquico ou por qualquer colega de trabalho, que tenha por objetivo ou por efeito atingir a autoestima e a autodeterminação do trabalhador/empregado, com danos ao ambiente de trabalho, bem como obstaculizar a evolução da carreira ou a estabilidade funcional do trabalhador constrangido, sob pena de pagamento da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada vítima encontrada e por cada conduta abusiva, valor que será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; b) Não permitir nem tolerar a prática de atos discriminatórios em suas dependências (sedes e filiais), bem como deverá se abster de submeter ou expor seus empregados, ou os trabalhadores em atividade nos seus estabelecimentos, por meio de prepostos ou superiores hierárquicos, à discriminação fundada em condições familiares, raciais, sexuais e socioeconômicas, relacionamentos afetivos entre obreiros, saúde, atestado médico, origem, etnia, cor e outras características físicas, sob pena de pagamento da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada vítima encontrada e por cada

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	conduta abusiva, valor que será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; c) Se abster de compelir seus empregados à conversão de 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário (art. 143 da CLT), sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada trabalhador a que seja negado o direito de optar ou não pela conversão, valor que será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.
h. estágio do processo	Processo encontra-se arquivado, tendo em vista o pagamento da condenação no importe de R\$ 900.000,00.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	N/A
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Cumprimento de sentença 0000340-24.2020.5.10.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	09/04/2020
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 646.222,01
f. Principais fatos	Diante de notícias acerca do descumprimento das obrigações de fazer e não fazer, o processo administrativo de acompanhamento da ação (PAJ 000447.2012.10.000/9) foi desarquivado para investigação, e constatou-se o descumprimento dos termos da decisão judicial proferida nos autos da ACP nº 0000856-25.2012.5.10.0006
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Execução julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) Ocorrência de assédio moral em duas ações trabalhistas relativas à filial do Shopping Del Rey, onde restou comprovado as alegações de descumprimento, especialmente pelo fato de que os eventos são posteriores a ação transitada em julgado e, assim, não há que se falar em indicação de ocorrência de assédio moral organizacional, a coisa julgada não obsta que a ofensa individual atinja todos os empregados de determinado estabelecimento. A Companhia garantiu a execução no valor de R\$ 785.974,10, em 09/08/2021, mediante apresentação de seguro garantia. Foi proferida sentença de liquidação que fixou o débito da Companhia no importe de R\$ 594.664,59 atualizado até 31/05/2021.
h. estágio do processo	Negado provimento ao Agravo de Petição da Empresa, o processo encontra-se pendente de Recurso de Revista.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação apurada em liquidação de sentença, no valor de R\$ 594.664,59, atualizado até 31/05/2021. Valor corrigido atualmente - R\$ R\$ 646.222,01. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0001183-23.2018.5.05.0612	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista – Bahia
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	30/11/2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há condenação em pecúnia, somente obrigação de fazer. O valor da causa apontado pelo MPT resulta atualmente em R\$ 1.388.800,00.
f. Principais fatos	Com o objetivo de apurar a ocorrência de abusos ocorridos na empresa NOVA CASA BAHIA S.A, foi instaurado Inquérito Civil de nº 000157.2013.05.004/5, no qual foi notificada a Empresa para apresentar documentos e colhido depoimentos de ex-empregados da empresa. Aduz que dos depoimentos se extraiu que os empregados eram submetidos a situações constrangedoras e humilhantes no exercício de suas funções, assim como que a Empresa Ré não coíbe de maneira efetiva e eficaz as condutas lesivas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Execução julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) ABSTER-SE de exigir de seus funcionários que realizem a venda de produtos ou serviços condicionada ao fornecimento de outro produto ou serviço, chamada “venda casada” ou “X-Tudo”. b) ABSTER-SE de punir/dispensar empregados que não realizem a “venda casada” de produtos com serviços, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por obrigação descumprida, a ser revertida em prol de instituições ou programas/projetos públicos ou privados, de fins não lucrativos, que tenham objetivos filantrópicos, culturais, educacionais, científicos, de assistência social ou de desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho, indicados pelo e localizados nesta cidade. O pleito de assédio moral foi extinto sem julgamento do mérito, em razão da coisa julgada com o processo nº 0000856-25.2012.5.10.0006, mas tal decisão ainda não transitou em julgado, sendo que o cenário pode sofrer alteração a depender de nova decisão a ser proferida nos autos.
h. estágio do processo	Processo encontra-se pendente de julgamento dos Recursos de Revista e Agravo de Instrumento interpostos pelas Partes.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Provável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0000607-82.2022.5.05.0032	
a. Juízo	22ª Vara do Trabalho de Salvador – Bahia
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	10/10/2022
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 0,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública c/c Tutela antecipada, a qual alega que em agosto de 2021 do MPT recebeu denúncias apresentada pela 3ª vara do Trabalho de Salvador, que apurou que na reclamação trabalhista nº 0000241-43.2016.5.05.0003, a Companhia teria assediado o reclamante quanto a forma de cobrança de metas. O testemunho que embasou o deferimento de danos morais, afirmou que era realizada reunião diária com a gerente, sendo que a forma de cobrança nas reuniões dependia do humor da gerente; que a referida tratava os subordinados de forma ríspida e com ameaças de dispensa ou transferência para outras lojas. Diante dos fatos terem ocorridos antes de 2016, o MPT alega ter averiguado se houve condenação de danos morais em 2020 e 2021, encontrando 2 processos contra a Companhia tratando sobre o pleito de assédio moral.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Pedidos da ação (encontra-se em fase de conhecimento): a) Tutela antecipada para não submeter, permitir ou tolerar, que os empregados da empresa reclamada sejam expostos a assédio moral e violência no trabalho, resguardando-os de humilhações e constrangimentos, de atos vexatórios e agressivos, e de qualquer tipo de perseguição ou discriminação, garantindo-lhes, enfim, tratamento digno e compatível com sua condição humana e respectivos direitos da personalidade; b) Divulgar o inteiro teor da decisão de antecipação de tutela entre seus empregados, mantendo uma cópia no Livro de Registro de Inspeção do Trabalho; c) Em caso de descumprimento, a reclamada sujeitar-se-á ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por obrigação descumprida e por empregado prejudicado, reversível ao FUNTRAD, ou, alternativamente, conforme deliberação do oficiante, destinada à promoção de eventos, seminários, publicação de cartilhas, e congêneres, ou ainda a doação de bens a entidades públicas ou privadas, tendo-se em vista a atuação social da instituição e considerando que a destinação das multas há de ser para a recomposição dos bens lesados.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	d) Em caráter definitivo, não submeter, permitir ou tolerar, que os empregados da empresa reclamada sejam expostos a assédio moral e violência no trabalho, resguardando-os de humilhações e constrangimentos, de atos vexatórios e agressivos, e de qualquer tipo de perseguição ou discriminação, garantindo-lhes, enfim, tratamento digno e compatível com sua condição humana e respectivos direitos da personalidade; e) Elaborar programa permanente de prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho, com descrição das causas e medidas necessárias para preveni-lo, consistente, no mínimo, na criação de comissão de prevenção e tratamento de denúncias de assédio moral, além da realização semestral, pelo período de dois anos, de palestra ou curso de formação, com carga mínima de duas horas, a ser ministrado por profissional habilitado, sobre o tema assédio moral, destinado aos empregados de todos os setores da ré; f) Implementar e divulgar canal de comunicação que permita aos trabalhadores, diretos e terceirizados, denunciar ou noticiar condutas que tipifiquem o assédio moral ou qualquer outra conduta violenta, assegurando-lhes o recebimento de número de protocolo e resposta no prazo máximo de 05 (cinco) dias, inclusive possibilitando-se ao trabalhador o encaminhamento de denúncias anônimas; g) dano moral coletivo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
h. estágio do processo	Homologado acordo entre as partes, consistente em obrigação de fazer sem projeção para o futuro e sem valores de multas.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0000141-21.2018.5.05.0132	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Camaçari – Estado da Bahia
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho - TST
c. Data de instauração	19/08/2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 99.738,99
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, por meio do qual o MPT sustenta a prática de irregularidades relacionadas à jornada de trabalho, bem como postula a condenação da Companhia em obrigações de fazer, de não fazer e indenização por dano moral coletivo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ação julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) abster-se de prorrogar jornada de trabalho de seus empregados além do limite de 2 horas tolerados pela legislação trabalhista (art. 59 da CLT), observado o art. 61 da CLT; b) conceder aos seus empregados um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da CLT; c) conceder aos seus empregados descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos (art. 67, <i>caput</i>, da CLT; art. 1º da lei nº 605/1949; e art. 7º, XV da CF/88), devendo a folga ser desfrutada no dia imediato ao sexto dia de trabalho (OJ 410, SDI-I, TST); d) conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 hora e, no máximo, 2 horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 horas, nos termos do art. 71, <i>caput</i>, da CLT; e) abster-se de prorrogar a duração normal de trabalho, em regime de compensação, sem que tal medida esteja amparada por convenção ou acordo coletivo de trabalho (art. 59, parágrafo 2º, da CLT) admitidas as exceções previstas nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo, nas hipóteses sob as condições que especificam; f) abster-se de contratar trabalhadores por empresa ou instituição interposta para o desenvolvimento da atividade operacional de movimentação de carga e descarga de mercadorias, registrando-os como empregados, nos moldes previstos no art. 41, da CLT; g) manter serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, nos termos do art. 162 da CLT, combinado com o item 4.1 da NR-4 (com redação da portaria nº 33/1983); h) constituir e manter em funcionamento comissão interna de prevenção de acidentes dimensionada em conformidade com o previsto no quadro I da NR-5, nos termos do art. 164 da CLT, combinado com o item 5.6 da NR-5 (com redação da portaria nº 08/1999); i) observar a isonomia salarial prescrita no art. 461 da CLT, abstendo-se de pagar salários diferentes a empregados que prestam trabalho de igual valor, com idêntica função e na mesma finalidade. Foi concedido o prazo de 180 dias para aplicação das determinações supracitadas, sendo que no caso de eventual comprovação de acidente de trabalho/doença ocupacional no referido prazo, por inobservância dos itens acima indicados, além de ser responsabilizada civilmente, será aplicada multa de R\$ 100.000,00. Após o prazo de 180 dias, caso constatada alguma irregularidade/descumprimento dos itens acima determinados, será
---	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	aplicada multa de R\$ 10.000,00 por item descumprido e por empregado flagrado em situação irregular. Ainda, houve condenação ao pagamento de dano moral coletivo, no importe de R\$ 55.555,55 em razão da execução de horas extras acima do limite previsto no art. 59 da CLT. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia, ao qual foi dado parcial provimento para excluir da condenação as obrigações já cumpridas: a) obrigação de fazer quanto aos intervalos interjornada, intrajornada e de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos; b) obrigação de não fazer consistente em não contratar trabalhadores por empresas ou instituições interpostas; c) obrigação de fazer de observar a isonomia salarial; e d) excluir as multas fixadas, inerentes a essas obrigações. Foi dado provimento parcial ao apelo do Ministério Público do Trabalho para estender a eficácia territorial da decisão a todo o território nacional. Opostos Embargos de Declaração pela Companhia para prequestionamento, os quais não foram providos. Interposto Recurso de Revista pela Companhia, ao qual foi (i) dado parcial seguimento para discussão da abrangência nacional e (ii) negado seguimento para os demais pedidos de exclusão de obrigação de fazer. Interposto Agravo de Instrumento para destrancamento total do Recurso de Revista.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Revista e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista interposto pela partes.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	- Abster-se de prorrogar a jornada de trabalho de seus empregados além do limite de 2 horas tolerados pela legislação trabalhista (art. 59 da CLT), observado o art. 61 da CLT: POSSÍVEL - Conceder a seus empregados um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre 2 jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da CLT: REMOTO - Conceder aos seus empregados descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos (art. 67, <i>caput</i>, da CLT; art. 1º da Lei nº 605/1949; e art. 7º, XV da CF/88), devendo a folga ser desfrutada no dia imediato ao 6º dia de trabalho (OJ 410, SDI-I, TST): REMOTO - Conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 hora e, no máximo, 2 horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 horas, nos termos do art. 71, <i>caput</i>, da CLT: REMOTO - Abster-se de prorrogar a duração normal do trabalho, em regime de compensação, sem que tal medida esteja amparada por convenção

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	ou acordo coletivo de trabalho (art. 59, § 2º, da CLT) admitidas as exceções previstas nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo, nas hipóteses e sob as condições que especificam. POSSÍVEL - Abster-se de contratar trabalhadores por empresa ou instituição interposta para o desenvolvimento da atividade operacional de movimentação de carga e descarga de mercadorias, registrando-os como empregados, nos moldes previstos no art. 41, da CLT: REMOTO - Manter serviço especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, nos termos do art. 162 da CLT, combinado com o item 4.1 da NR-4 (com redação da Portaria nº 33/1983): POSSÍVEL - Constituir e manter em funcionamento Comissão Interna de Prevenção de Acidentes dimensionada em conformidade com o previsto no Quadro I da NR-5, nos termos do art. 164 da CLT, combinado com o item 5.6 da NR-5 (com redação da Portaria nº 08/1999): POSSÍVEL - Observar a isonomia salarial prescrita no art. 461 da CLT, abstendo-se de pagar salários diferentes a empregados que prestam trabalho de igual valor, com idêntica função e na mesma localidade: REMOTO - Dano moral coletivo e pena da multa imposta e o valor fixado: POSSÍVEL - Extensão Territorial Nacional dos Efeitos da Decisão: POSSÍVEL
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Processo nº 1001628-77.2017.5.02.0471	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul – Estado de São Paulo
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho - TST
c. Data de instauração	14/08/2017
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho ("MPT") Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.031.150,09
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo MPTem face da Companhia, por meio da qual é alegado descumprimento de obrigações de saúde e segurança do trabalho, bem como irregularidades relativas à jornada de trabalho, postulando a condenação da Companhia em obrigações de fazer e não fazer e

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	indenização pelo dano moral, no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 1ª instância a ação foi julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) de se abster de exigir ou permitir a prestação de serviços dos seus empregados em patamar superior a 10 horas diárias, considerando-se o limite de 2 horas extras diárias, salvo em caso de força maior ou serviços inadiáveis, em que a jornada máxima poderá ser de até 12 horas; (ii) de conceder e assegurar intervalo intrajornada mínimo de 1h e máximo de 2h, nas jornadas cuja duração exceda 6h diárias, e de 15 minutos, nas jornadas cuja duração não exceda este limite; (iii) de conceder e assegurar o intervalo interjornada mínimo de 11 horas entre 2 jornadas; (iv) de conceder DSRs de 24 horas consecutivas após o 6º dia consecutivo de trabalho; (v) de adotar as medidas de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, comprovando nos autos a emissão do AVCB e o encerramento das obras de adequação e adoção das demais medidas para cumprimento da NR-23; e (vi) pagamento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 500.000,00 a serem cumpridas no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária, por obrigação e por trabalhador, no valor de R\$ 1.000,00, limitada ao valor global de R\$ 500.000,00 por obrigação. Foi atribuída abrangência nacional, à exceção da condenação em "adotar as medidas de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, comprovando nos autos a emissão do AVCB e o encerramento das obras de adequação e adoção das demais medidas para cumprimento da NR-23", que se restringe às edificações da sede e da loja no centro de São Caetano do Sul". Interposto Recurso ordinário, ao qual foi atribuído efeito suspensivo suspendendo os efeitos da sentença que extrapolam os limites da competência territorial do órgão prolator da decisão recorrida até o julgamento do recurso. A Companhia e o MPT interpuseram Recurso Ordinário, sendo que (i) foi negado provimento ao recurso da Companhia e (ii) foi dado parcial provimento ao recurso para a concessão de tutela inibitória no sentido de impor as restrições fixadas na sentença para os contratos ativos e futuros. Opostos Embargos de Declaração pela Companhia para prequestionamento, os quais foram rejeitados. Interposto Recurso de Revista pela Companhia, ao qual foi negado seguimento. Interposto Agravo de Instrumento para destrancamento do Recurso de Revista, pela Companhia ao qual foi negado provimento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ajuizada Reclamação Constitucional, a qual foi negada provimento. Interposto Agravo interno pela Companhia, que está pendente de julgamento pelo TST.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de Agravo Interno pelo TST.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	- Se abster de impor jornadas superiores a 10 horas diárias, salvo por força maior, quando poderá ser de 12 horas: PROVÁVEL. - Conceder intervalo diário para refeição e descanso de no mínimo 1 hora e máximo de 2 horas quando a jornada se estender de 6 horas consecutivas: PROVÁVEL. - Observar o intervalo entre jornadas 2 jornadas de 11 horas: PROVÁVEL. - conceder um DSR de 24 horas consecutivas a partir do 6º dia de trabalho: PROVÁVEL. - Adotar medidas de prevenção de incêndio, adotando a legislação aplicável, lembrando que, salvo as medidas de prevenção de incêndio, as condenações abrangem todos os estabelecimentos da reclamada no território nacional: PROVÁVEL. - pagar uma indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$ 500.000,00, revertida ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional e valores financeiros envolvidos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Processos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

A Companhia apresenta abaixo os processos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Processo:	1000657-72.2017.5.02.0025
Juízo	25ª Vara do Trabalho de São Paulo
Instância	3ª instância – Tribunal Regional do Trabalho
Data da instauração	12/06/2017
Partes do processo	L.H.A.E. x CNOVA Comércio Eletrônico S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 777.838,07

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por ex-diretor executivo da CNOVA, por qual são postuladas verbas trabalhistas, relacionadas ao contrato de trabalho (PLR e outros benefícios). Proferida sentença de parcial procedência dos pedidos. Foram interpostos Recursos Ordinários pelas Partes, sendo que (i) foi negado provimento ao recurso da CNOVA e (ii) dado parcial provimento ao recurso do Reclamante, apenas para modificar o critério de correção da condenação. Em 29/07/2020 foi interposto Recurso de Revista pela CNOVA, ao qual negado seguimento. Em 04/09/2020 foi interposto Agravo de Instrumento pela CNOVA, que está pendente de julgamento pelo TST. Em 21/10/2020, foi publicada decisão que determinou a suspensão do feito, em razão da discussão sobre o índice de correção monetária a ser aplicado às verbas trabalhistas. Em 17/09/2021, foi apresentada manifestação pela CNOVA, por meio da qual a CNOVA requer: (i) a substituição dos depósitos judiciais constantes nos presentes autos por Seguro Garantia Judicial e (ii) seja concedido prazo para a CNOVA juntar aos autos o Seguro Garantia Judicial, com toda a documentação necessária da seguradora. Atualmente, os autos estão conclusos para decisão pelo TST. Em 22/06/2022, foi instaurada Execução Provisória, tendo o exequente apresentado o valor total de R\$ 1.203.010,57 atualizado para 01/05/2021. CNOVA apresentou impugnação aos cálculos de liquidação. Em 17/07/2023, considerando a divergência das partes quanto aos cálculos apresentados, foi nomeado perito contador o Sr. CARLOS ROBERTO GALLI, que deveria apresentar os cálculos periciais até 14/08/2023, podendo as partes manifestarem sobre o laudo no octídio posterior, independentemente de intimação, nos termos do artigo 879, § 2º, da CLT. Considerando que o valor controvertido decorre tão somente do índice de correção monetária aplicável ao
-------------------------	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	caso, tratando-se, pois, de matéria exclusivamente de direito, em 24/07/2023, peticionamos nos autos pugnando pela reconsideração do despacho, elucidando a ausência de necessidade de perícia contábil. Não foi apreciada a petição mencionada, tampouco apresentado laudo pericial. Em 23/08/2023, apresentamos novo pedido de reconsideração e andamento do caso. Em 04/09/2023, proferida sentença homologando os cálculos apresentados pela parte reclamada, e fixando o crédito do reclamante. Intimada a parte reclamada para pagamento do crédito, conforme artigo 523 do CPC, sem a aplicação exequendo, no prazo de 15 (quinze) dias da multa de 10% nele prevista, conforme Súmula n. 31 do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sob pena de execução. Em 25/09/2023, colacionamos aos autos, APÓLICE DE SEGURO GARANTIA. Em 02/10/2023, o reclamante apresentou Impugnação à Sentença de Liquidação. Em 14/02/2024, apresentamos resposta à Impugnação à Sentença de Liquidação. Aguardando o deslinde da execução provisória.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda	Financeiro: pagamento da condenação a ser apurado em liquidação de sentença. Em execução provisória foram homologados os cálculos da empresa. A execução provisória encontra-se garantida por meio de seguro fiança.

Processo:	1000657-81.2017.5.02.0022
Juízo	22ª Vara do Trabalho de São Paulo
Instância	1ª instância – Vara do Trabalho de São Paulo
Data da instauração	26/04/2017
Partes do processo	V.R.D.R.F x Cnova Comércio Eletrônico S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 0,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Principais fatos	Trata-se de RT movida por ex-Diretor de Marketing, em que postulou PLR 2015; ILP 2012 a 2015; reconhecimento da natureza salarial do valor recebido a título de “bônus de retenção” e reflexos; Multa. Publicada sentença pelo qual a empresa foi condenada a pagar ao Reclamante: PLR quanto ao exercício 2.015; e Incentivo de Longo Prazo - ILP para os exercícios de 2.013, 2.014 e 2.015, bem como proporcional de 2.016 (2/12). Indeferidos os demais pedidos. Dado parcial provimento ao recurso ordinário da reclamante para condenar a CNOVA ao pagamento de PLR (6 salários, referente ao ano de 2015; e 11/12 de 6 salários, referente ano de 2016) e para excluir a condenação da reclamante ao pagamento de honorários advocatícios (Depósito Recurso Ordinário – R\$ 9.513,16 levantado - R\$ 14.282,84 SEGURO GARANTIA RECURSAL) Recebido o recurso de revista em relação ao tema "correção monetária" e DENEGA-SE seguimento quanto aos demais (Depósito Recurso Revista – R\$28.565,68 - SEGURO GARANTIA RECURSAL). Negado seguimento aos agravos de instrumentos interpostos pelo reclamante/reclamada e, em relação ao recurso de revista da reclamada, foi dado provimento para determinar a aplicação do IPCA-E até a data imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, a partir da qual deve ser aplicado o índice da taxa SELIC (Depósito Agravo de Instrumento – R\$ 15.985,29 - SEGURO GARANTIA RECURSAL) Trânsito em julgado em 14/02/2023.
------------------	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Iniciada a execução, o reclamante apresentou seus cálculos de liquidação. CNOVA impugnou os cálculos, tendo apresentado sua própria planilha de cálculos. Novamente, o reclamante impugnou os cálculos apresentados pela CNOVA, reafirmando que os cálculos apresentados por ele estariam corretos. Em 16/5/2023, foi publicada a homologação de cálculos da Reclamada. Em 14/02/2024, finalizamos o pagamento do valor remanescente da execução. O exequente apresentou Agravo de Petição, se insurgindo quanto aos critérios para fins de correção monetária e juros moratórios. Em 25/07/2023, apresentamos contraminuta. Ainda não apreciação e julgamento do Agravo de Petição interposto pelo reclamante.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda	Financeiro: a execução foi quitada integralmente.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**4.5 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

O total provisionado para os casos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 3.041.618,03.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4

Improbidade Administrativa

Em 28/03/2017, o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil de improbidade administrativa, autos nº 0009917-88.2017.8.26.0053 (originalmente distribuída ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob o nº 2054992-81.2017.8.26.0000, e posteriormente redistribuída, em 19/06/2017, a uma das varas da Fazenda Pública da Capital), contra a Companhia, um ex-executivo da Companhia, o ex-Promotor de Justiça, Dr. Roberto Senise Lisboa, e o ex-advogado externo da Companhia, Vladimir Oliveira da Silveira, em razão de suposto ato de improbidade envolvendo os corréus. Com relação ao ex-Promotor de Justiça, ao ex-executivo e ao ex-advogado externo, o Ministério Público do Estado de São Paulo também ajuizou ação penal relativa aos fatos objeto da ação civil de improbidade administrativa (em 27/01/2021, o ex-advogado externo e o ex-executivo da Companhia foram absolvidos da acusação da prática de lavagem de dinheiro e condenados pelo crime de corrupção ativa, porém, em 21/07/2023, o resultado do julgamento foi anulado pelo STF, de forma que, em 01/11/2023, houve novo julgamento absolvendo o ex-advogado externo e o ex-executivo da Companhia do crime de lavagem de dinheiro, absolvendo o ex-executivo da Companhia do crime de corrupção ativa e condenando o ex-advogado externo pelo crime de corrupção ativa. A punibilidade do ex-Promotor de Justiça foi julgada extinta, em razão de seu falecimento no curso do processo). Com relação à ação civil de improbidade administrativa, o risco financeiro atual da Companhia, classificado como provável, é de R\$ 4.504.000,00 em valor histórico, nos termos da decisão liminar proferida em 07/07/2017 que determinou o bloqueio do referido montante nas contas da Companhia. Tal valor já está provisionado pela Companhia. Os assessores externos da Companhia classificam como possível o risco de suspensão dos direitos de contratar com a administração pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, de forma direta ou indireta, na forma da Lei nº 8.429/92. Ação em fase de produção de provas, e suspensão até a citação dos sucessores do ex-Promotor de Justiça.

Arbitragem Companhia Brasileira de Distribuição e Companhia

A Companhia instaurou procedimento arbitral contra a Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) para cobrança de valores devidos pela CBD à Companhia. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que as chances de perda da Companhia são remotas. Eventual decisão desfavorável no procedimento arbitral poderá representar perda financeira à Companhia, dos valores que será impedida de cobrar da CBD. As cobranças efetuadas pela Companhia contra CBD somam, hoje, aproximadamente R\$ 152.770.000,98. Houve prolação de sentença arbitral parcial por meio da qual CBD foi condenada a pagar parte das cobranças efetuadas pela Companhia, no importe de aproximadamente R\$ 9.000.000,00 (valor histórico). Na mesma sentença arbitral parcial, o pleito reconvenicional de CBD contra a Companhia (expressão econômica de aproximadamente R\$ 500.000.000,00) foi julgado improcedente. O procedimento arbitral encontra-se em fase pericial e o valor histórico é de aproximadamente R\$ 152.770.000,98.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Arbitragem Ex-Administrador e Companhia

O requerente é antigo administrador da Companhia e pleiteia indenização por prejuízos morais e profissionais. Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de perdade Companhia é remota, e a derrota representaria perda financeira à Companhia, que seria obrigada a indenizar o Requerente em algum montante de seus pleitos indenizatórios. O procedimento arbitral está em fase de produção de provas e seu valor histórico é de R\$ 40.000.000,00.

Arbitragem CNOVA N.V.

Casas Bahia instaurou procedimento contra CNOVA para a cobrança de valores devidos por CNOVA, em razão da materialização de contingências processuais contratualmente colocadas sob a responsabilidade de CNOVA. Em 14.12.2023, o procedimento arbitral foi julgado. Decidiu-se que CNOVA deverá indenizar Casas Bahia no valor histórico de R\$ 14.461.806,72. A forma de atualização do valor e a incidência de juros de mora estão sob discussão ainda em sede de pedido de esclarecimentos à sentença arbitral.

Segunda Arbitragem Companhia Brasileira de Distribuição e Companhia

Companhia Brasileira de Distribuição iniciou arbitragem contra a Companhia com relação a aproveitamento de créditos fiscais pela Companhia. Em sede de pleito contraposto, a Companhia cobra da Companhia Brasileira de Distribuição indenização por contingências processuais materializadas e que são de responsabilidade contratual da Companhia Brasileira de Distribuição. O procedimento está na fase postulatória e compreende indenização no valor aproximado de R\$ 26.509.722,78. A derrota pode representar perda financeira, considerando o pedido subsidiário da Companhia Brasileira de Distribuição de indenização com relação ao aproveitamento de créditos fiscais (ilíquido).

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para demandas trabalhistas, cíveis e outros totalizou R\$ 2.105 milhões, conforme divulgado na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 31.12.2023. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos, conexos ou com objetos similares, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Trabalhistas – Reclamações Trabalhistas	
A Companhia figura no polo passivo de 23.738 ações trabalhistas relacionadas a jornada de trabalho, comissão e assédio moral.	
Valor Envolvido	R\$ 1.773.557.741,45
Prática da Companhia que causou tal	Essas ações são fundadas em supostas alegações que o colaborador faz de que suas horas extras não foram pagas. Com relação a comissão, o colaborador alega supostas diferenças no pagamento recebido de comissão. Com relação ao assédio, o colaborador alega suposto assédio. Os principais pedidos são: (i) horas extras, (ii) comissão e (iii) assédio moral.
Contingência	

Processos de natureza cível (consumeristas)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos, conexos ou com objetos similares, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionado ao seguinte assunto:

Processos Cíveis Consumeristas – Ações relacionadas a vício do produto de terceiros	
A Companhia figura no polo passivo em 5829 ações consumeristas relacionadas a vício do produto de terceiros.	
Valor Envolvido	R\$ 135.503.489,24
Prática da Companhia que causou tal	Essas ações são fundadas em supostos vícios existentes em produtos adquiridos e a ausência de resolução do vício através de

4.7 Outras contingências relevantes

Contingência	tentativas extrajudiciais. Os principais pedidos são: (i) substituição do produto; (ii) devolução do valor pago; e (iii) danos morais.
---------------------	--

Processos de natureza cível (regulatório):

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados ao assunto “SEGURO”.

Processos Cíveis Regulatório – Procedimentos Administrativos e Judiciais relacionados a contratação de seguro	
A Companhia figura no polo passivo em 83 procedimentos administrativos cíveis instaurados pelo Ministério Público e pelo PROCON, que relacionadas a supostas irregularidades na venda de seguros.	
Valores Envolvidos	R\$ 46.685.257,45
Prática da Companhia que causou tal contingência	Essas ações são fundadas em relatos de clientes a respeito de suposta venda casada, não coberturada apólice contratada ou ainda pela ausência das informações necessárias em loja.

Processos de natureza tributária:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos ou conexos, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 6 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes. Tais processos são de responsabilidade integral da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 177.458.040,83
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente da compensação de débitos próprios de PIS e COFINS com créditos de terceiros, realizada em período posterior à vedação legal de tal procedimento.

4.7 Outras contingências relevantes

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 2 processos (Autuação Administrativa e Ação Anulatória) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes. Tais processos são de responsabilidade integral da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 196.884.308,47
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ISS/RJ sobre serviços de publicidade praticados para promoção e divulgação de marcas e produtos de terceiros.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como parte em 55 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes. Parte dos processos são de responsabilidade da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes em 2009 e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 183.129.295,01
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS apurada através do confronto entre as informações prestadas pelas administradoras de cartões de crédito e débito e as vendas realizadas e declaradas pelos estabelecimentos fiscalizados.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 3 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes.	
Valores	R\$ 148.276,932,76
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS apurado através da diferença entre os valores escriturados nos Livros Fiscais e aqueles lançados na GIA/ICMS, em decorrência da devolução ficta de mercadorias da "linha branca" para aplicação de benefício fiscal de redução do IPI.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 46 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes.	
Valores Envolvidos	R\$ 140.346.126,66

4.7 Outras contingências relevantes

Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente de operações amparadas por benefício fiscal concedido sem autorização do CONFAZ – “Guerra Fiscal”.
---	---

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 7 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 129.675.147,41
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de compensações de débitos de tributos federais com créditos de PIS e COFINS, oriundos de pagamento indevido ou a maior, que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil por desconsiderar as DCTFs retificados, nas quais foram declarados os referidos créditos.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 45 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 178.220.616,09
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de créditos decorrentes de recolhimentos indevidos das contribuições previdenciárias a cargo do empregador sobre a quota-parte do empregado incidentes sobre vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte, despesas médicas e odontológicas.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 108 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 237.451.456,32
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de Diferencial de Alíquota em operações com destino a consumidor final (DIFAL) em razão da ausência de lei complementar prévia, tema já julgado de forma favorável pelo STF (Tema 1093).

Processos Tributários

4.7 Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 29 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes. Parte dos processos são de responsabilidade da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes em 2009 e o respectivo aditamento.

Valores	R\$ 185.079.337,42
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de multa isolada de 50% em razão da não homologação das Declarações de Compensações.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 14 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.

Valores	R\$ 348.585.148,24
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de créditos decorrentes de recolhimentos indevidos das contribuições previdenciárias realizados em Reclamatórias Trabalhistas e extintos por força de decadência, bem como em períodos nos quais a Companhia estava enquadrada em regime tributário de apuração da contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 171 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.

Valores	R\$ 138.055.516,73
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposto lançamento indevido de crédito de ICMS, decorrente de ressarcimento da diferença entre a base de cálculo presumida do ICMS-ST e o valor efetivo da venda.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Política de gerenciamento de riscos

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 (“Política de Gerenciamento de Riscos”), a qual tem por objetivo estabelecer os princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre a gestão de riscos corporativos com a finalidade de orientar sobre o funcionamento dos processos de identificação, análise, avaliação, mitigação, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades do negócio, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Além disso, a Companhia também possui a Política de Gestão Financeira, também aprovada pelo Conselho de Administração que tem por objetivo estabelecer as diretrizes e limites para a execução da gestão financeira da Companhia, visando delimitar os riscos associados a execução de operações financeiras.

A Política de Gerenciamento de Riscos está disponível internamente aos colaboradores, pode ser consultada por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no website da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, os riscos monitorados se referem a qualquer evento que possa afetar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos e sua estratégia de negócio. Os riscos podem ser classificados em 4 grandes categorias, quais sejam: estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios.

Por outro lado, a Política de Gestão Financeira tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e limites para a execução da gestão financeira da Companhia, visando delimitar os riscos associados a execução de operações financeiras.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Gerenciamento de riscos de estratégicos, operacionais, financeiros e conformidade

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia possui, para implementação e manutenção de sua Política de Gerenciamento de Riscos, a Gerência Executiva de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*) que se reporta diretamente ao *Chief Financial Officer* da Companhia, conforme item iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia se vale de mecanismos de comunicação interna, de forma que seus colaboradores possam ter acesso e divulgar as práticas, políticas e informações da Companhia e canais independentes para denunciar condutas que eventualmente não estejam dentro de seu Código de Conduta Ética e de suas regras internas.

Além disso, a Companhia conta com estrutura interna suficiente de colaboradores, departamentos, incluindo TI, para (i) monitoramento, (ii) análise, (iii) comunicação à Administração e aos órgãos de governança da Companhia, além de ter aplicação de sanções, nos casos aplicáveis. Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia possui as seguintes políticas, publicadas internamente, relativas a riscos e *compliance*:

- Política de Doações, Contribuições e Patrocínios – Estabelece as diretrizes, critérios e responsabilidades a serem observados na realização de doações, contribuições e patrocínios realizados pela Companhia;
- Política de Conflito de Interesses – Estabelece as diretrizes gerais para prevenir situações de conflito de interesses que envolvam colaboradores da Companhia, terceiros e/ou agentes públicos, de modo a garantir que os colaboradores atuem sempre no melhor interesse da Companhia;
- Política Anticorrupção – Estabelece diretrizes gerais sobre práticas anticorrupção contribuindo no atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção existente, em especial a Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/15;
- Política de Recebimento e Ofertas de Brindes – Formaliza diretrizes, critérios, responsabilidades e procedimentos a serem observados pelos colaboradores e terceiros na prática de receber e oferecer brindes, presentes, convites para eventos, cursos, congressos, treinamentos, viagens e entretenimento, seguindo os valores definidos no Código de Conduta Ética da Companhia;
- Política de Gestão do Comitê de Ética – Estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê de Ética e Disciplina da Companhia, constituído com a finalidade de garantir o cumprimento das questões comportamentais que estão descritas no Código de Conduta Ética da Companhia;
- Procedimento de Atendimento aos Representantes do Poder Público e Imprensa – Orienta os colaboradores em relação aos procedimentos para atendimento de representantes do Poder Público, Órgãos Privados, Imprensa e tratativa de documentos legais, com a finalidade de garantir o atendimento correto a tais entidades;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Procedimento de Análise de Riscos de Terceiros – Descreve o procedimento de análise prévia à contratação ou renovação de contratos de parceiros, fornecedores e prestadores de serviços (terceiros), bem como à realização de doações, contribuições ou patrocínios a entidades beneficiárias, mitigando possíveis riscos decorrentes da relação contratual, em especial, o histórico e reputação de terceiros a serem contratados pela Companhia ou entidades beneficiárias escolhidas para receberem doações, contribuições e patrocínios, em relação ao cumprimento de leis, normas e regulamentos vigentes, em atendimento à Lei Anticorrupção;
- Política do Programa de Integridade - Estabelece as diretrizes e principais responsabilidades associadas ao Programa de Integridade, que visa prevenir, detectar, mitigar e controlar os desvios de conduta, além de disseminar a cultura da ética e integridade, observando as boas práticas de mercado e regulamentações aplicáveis;
- Política de Segurança da Informação – Estabelece conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre os principais aspectos relacionados à segurança da informação, visando preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e conformidade de todas as informações sob gestão da Companhia;
- Política de Apuração do Canal de Denúncia – Estabelece as diretrizes para a apuração de incidentes e denúncias, buscando o tratamento de informações com isenção, de acordo com as diretrizes do Código de Conduta Ética da Companhia e de toda legislação aplicável. Estipula prioridades de todas as etapas do processo e prazos de referência, desde o recebimento da informação, até o direcionamento das medidas disciplinares pertinentes;
- Procedimento de Relacionamento e Acordos com o Poder Público – Estabelecer critérios e parâmetros para negociação, celebração e cumprimento de acordos, transações e compromissos com o Poder Público, incluindo orientações para tratativa com os órgãos da administração pública, seus agentes e representantes.
- Política de Transações com Partes Relacionadas - Estabelecer procedimentos que contribuam para assegurar que Transações entre Partes Relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais Partes Relacionadas.

Gestão de riscos financeiros

Eventualmente, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira para fazer frente às necessidades de caixa para investimento, seguindo os critérios formalizados na Política de Gestão Financeira. Nesses casos, a Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em moeda estrangeira e taxas de juros, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal.

A Companhia utiliza como instrumento de derivativo elegível para implementação de suas operações de *hedge* os contratos de *swap* cambial e os contratos de taxas pré-fixadas, conforme definições da Política de Gestão Financeira. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado são estabelecidos por meio do Comitê Financeiro da Companhia, órgão de assessoramento do

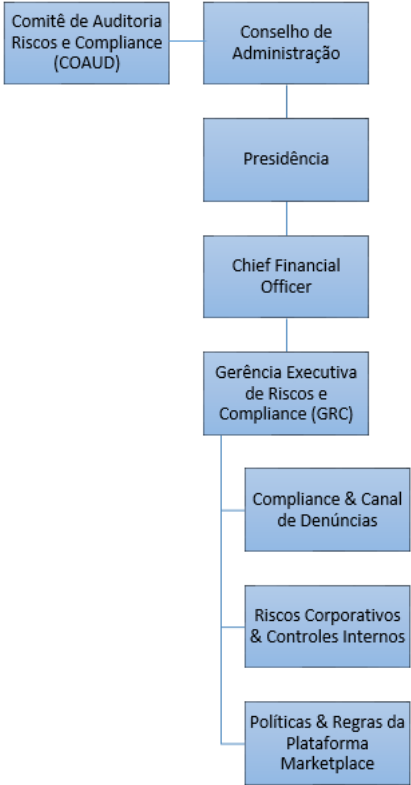
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conselho de Administração da Companhia, além do próprio Conselho de Administração. Tais parâmetros levam em consideração (a) a priorização de acordo com a posição dos riscos na matriz de probabilidade *versus* impacto, frente ao apetite a risco estabelecido e (b) o registro e a avaliação da efetividade das iniciativas de mitigação desses riscos já existentes ou necessárias para mitigar cada uma das exposições.

Na Política de Gestão Financeira, há o estabelecimento das diretrizes gerais e critérios para realização de aplicações financeiras e alocação dos recursos de caixa da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos de estratégicos, operacionais, financeiros e conformidade



Conselho de Administração – Estabelece o nível de apetite a risco para a Companhia de acordo com a relação risco/retorno que ela pretende assumir. Além disso, define a filosofia da gestão do risco, estabelece o marco organizacional para efetiva gestão do risco, bem como revisa e aprova as definições gerais das estratégias de gestão do risco.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – É o órgão responsável por supervisionar as atividades de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os seus níveis. Além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

GRC – Gerência Executiva de Riscos e Compliance - É responsável por estruturar o processo da gestão dos riscos corporativos, estabelecendo o fluxo de informação entre os agentes e fornecendo diretrizes conceituais e metodológicas para a gestão adequada e padronizada dos riscos entre as

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

unidades de negócios. Também promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento e implementa ações para disseminação da cultura de riscos na Companhia.

Dono do Risco – É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo, usualmente é representado pelo Diretor Executivo da área de Negócio ou Presidente da Companhia. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Indicar o profissional que responderá como facilitador;
- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KRIs;
- Sugerir alterações no mapeamento do risco e validar todas as informações periodicamente.

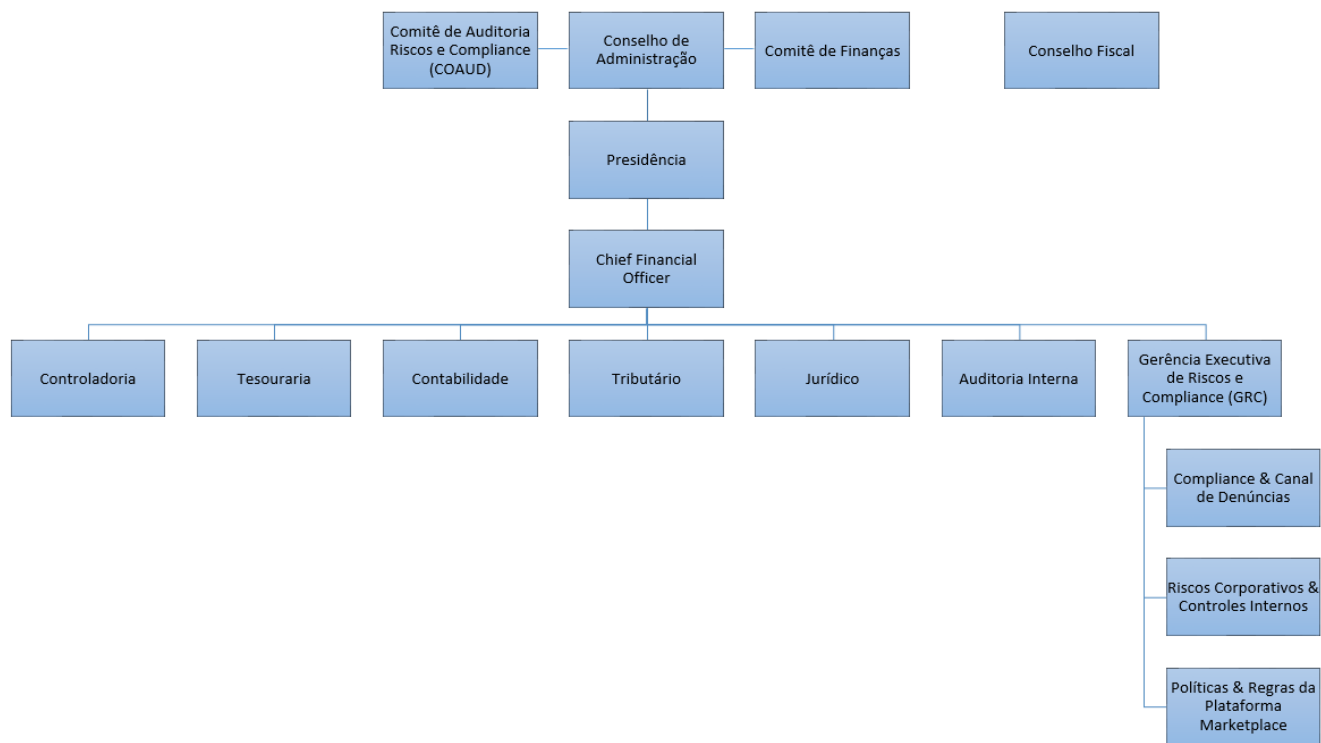
Facilitador – É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento, comumente é representado pelo Diretor da Área de Negócio, o qual deve ser solidário e comprometido com a gestão de riscos por meio do conhecimento, compreensão e acompanhamento dos processos, fomentando a implantação dos planos de ação e um modelo eficiente de gestão de riscos na Companhia. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Revisar periodicamente todas as informações do risco;
- Julgar a efetividade das iniciativas de mitigação, propondo planos de ação para aquelas que não estão funcionando adequadamente e indicar responsáveis por estes planos de ação;
- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação;
- Validar periodicamente as informações do risco com o dono e envolver a área de riscos no que for necessário.

Responsável pelo Plano de Ação de Mitigação do Risco – Deve implementar o plano de ação, apontar a data planejada para conclusão do mesmo e indicar periodicamente ou quando solicitado o status de implementação e as justificativas apropriadas.

Gestão de riscos financeiros

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Conselho de Administração da Companhia - é um órgão de administração e deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos negócios do Grupo Casas Bahia, incluindo a estratégia financeira de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição dos diretores da Companhia e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – Órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido principalmente pela Resolução CVM nº 80, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno. É responsável por acompanhar as atividades do departamento de GRC, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, todos os seus níveis, além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

Comitê de Finanças – Trata-se de órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis, formado por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia dentre seus membros para um mandato de 2 anos. Suas atribuições são de caráter econômico-financeira para avaliação e recomendação baseados em orçamento, indicadores, índices, estrutura de capital, valores mobiliários, fusões e aquisições, programas de investimentos, capital de giro, entre outros e atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

Diretoria Executiva – Presidente e Vice Presidentes, representantes legais, responsáveis principalmente pela administração da Companhia e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Assembleia Geral de seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

GRC – É responsável por apoiar a área de tesouraria a identificar, avaliar e mensurar seus riscos e garantir a implementação de controles e mitigação para patamares de menor probabilidade e impacto. Cabe ao Vice-Presidente Financeiro, aprovar o direcionamento das execuções das estratégias adotadas pela Companhia.

Tesouraria – Departamento interno responsável pela gestão dos ativos financeiros e das captações da Companhia e responsável, dentre outras atribuições, pelo reporte da operação ordinária da Companhia aos órgãos de Administração e de governança.

Contabilidade - Departamento interno responsável pelo controle e contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e responsável, dentre outras atribuições, pelo reporte da operação ordinária da Companhia aos órgãos de Administração e de governança.

Controles Internos - Departamento interno, a área de controles internos compõe a 2ª linha de defesa. Revisa e avalia periodicamente os processos mais relevantes da Companhia, tendo como referência os riscos inerentes a estes processos. A área mantém uma matriz com os controles chaves identificados com base nas informações capturadas e recebidas pelos gestores das áreas de negócio, a qual é submetida periodicamente para conhecimento e avaliação da auditoria interna e externa.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional, os controles internos e a política para gerenciamento de riscos são adequados e suficientes para monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a hierarquização das atividades de avaliação de riscos, com a atuação dos agentes citados acima. Dentro da dinâmica de permanente aprimoramento de seus negócios, a estrutura, os controles e a política podem sofrer modificações, de acordo com a necessidade e julgamento da Administração.

Além disso, entende que possui uma estrutura operacional e de controles internos implementados para monitoramento dos riscos de mercado aos quais está exposta, considerado o seu porte e complexidade de suas atividades.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui mecanismos de gestão de riscos e de controles internos baseados nas diretrizes do “*Internal Control – Integrated Framework*” emitido pelo “*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO 2017*” e NBR-ISO 31000, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos seus processos operacionais e financeiros.

A estrutura organizacional da Companhia que atua neste monitoramento é composta de distintas áreas que tem, entre outras, em suas atribuições:

a. Riscos Corporativos: (i) estabelecer as políticas internas sobre o assunto, incluindo o apetite a riscos da Companhia, além de (i) identificar os riscos corporativos e o grau de exposição da Companhia a tais riscos; (ii) associar causas, avaliar impacto, probabilidade de ocorrência e identificação de atividades de controles existentes; (iii) assessorar as áreas no desenho de planos de mitigação dos riscos; (iv) acompanhar a evolução dos planos; (v) reportar e apresentar os resultados à Diretoria Executiva e aos órgãos da Governança.

b. Controles Internos: (i) implantar, alterar e monitorar de forma otimizada os controles registrados na matriz de riscos e controles; (ii) garantir anualmente a revisão da integridade dos controles internos chaves, através dos procedimentos de revisão e walkthrough; (iii) efetuar avaliações periódicas para garantir que as políticas vigentes na Companhia, estejam de acordo com os objetivos de controle e requerimentos legais, devidamente vigentes, revisadas, aprovadas e disponíveis; (iv) validar todas as políticas que são desenvolvidas na Companhia, realizando a análise de vulnerabilidade e o apontamento dos riscos e controles pertinentes aos processos; (v) disseminar uma cultura de controles internos, através da conscientização do valor agregado que o controle concede ao negócio, mitigando riscos e aumentando a probabilidade da Companhia atingir seus objetivos; (vi) participar ativamente dos projetos estratégicos e das mudanças significativas dos processos para garantir que não existam impactos negativos na estrutura dos controles internos e os riscos não deixem de ser mapeados; (vii) acompanhar a execução dos planos de ação originados de trabalhos da auditoria externa, garantindo que os planos de ação referente às deficiências de controles e recomendações de melhorias sejam devidamente implementados pelas áreas de negócio da Companhia.

c. *Compliance*: (i) disseminar a cultura ética que norteia as atividades da companhia; (ii) monitorar eventuais violações às leis, regulamentos, Código de Conduta Ética (CCE), e Políticas Internas; (iii) elaborar, sugerir alterações, aprimorar e atualizar o CCE e as Políticas Internas da Companhia; (iv) promover treinamentos aos colaboradores sobre conformidade ao CCE, políticas internas, leis, normas e regulamentos; (v) participar de forma consultiva do Comitê de Ética da Companhia e reportar a eles atividades sobre o Programa de Integridade; (vi) orientar as diretorias

5.2 Descrição dos controles internos

executivas, conselhos e comitês, quando necessário, sobre cumprimento de leis, normas e regulamentos.

As responsabilidades descritas acima têm como finalidade garantir um ambiente adequado de controles que garanta com razoabilidade a mitigação dos riscos operacionais, de crédito, mercado e de tecnologia da informação existentes na Companhia e por consequência a apresentação das demonstrações financeiras livres de distorções materiais.

d. Auditoria Interna: A Companhia também conta com uma Diretoria de Auditoria Interna, atividade de apoio, independente, com reporte ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia e que objetiva a prestação de serviços de avaliação e de consultoria, tendo como missão agregar valor e incrementar os procedimentos internos da Companhia. A auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, avaliando e recomendando melhorias da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controles internos e de governança corporativa. O planejamento dos trabalhos de auditoria leva em consideração a avaliação de riscos e a identificação dos controles já implantados pela Companhia.

A Companhia considera sua estrutura organizacional e suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

As atividades de gestão de riscos têm como finalidade garantir um ambiente adequado de controles que garanta com razoabilidade a mitigação dos riscos operacionais, de crédito, de mercado e de tecnologia da informação existentes na Companhia e, por consequência, a adequada apresentação das demonstrações financeiras.

Com base nos relatórios e recomendações das áreas de Auditoria Interna, Compliance e Auditoria Externa, não foram detectadas pela Diretoria da Companhia quaisquer deficiências nos controles internos consideradas como grau de risco significativo, a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras, considerando assim que sua estrutura organizacional e suas práticas de controles internos são eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme citado no item 5.3 subitem (a), Companhia tem em sua estrutura organizacional de 2ª linha de defesa, as áreas de (i) *Compliance* & Canal de Denúncia, (ii) Riscos Corporativos & Controles Internos e (iii) Políticas & Regras da Plataforma de *Marketplace*.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade da área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e possui autonomia de atuação, avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia conforme o plano anual de auditoria, o qual é revisado e validado pelo referido Comitê e cujos resultados são igualmente acompanhados.

5.2 Descrição dos controles internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e emitiram comunicação sobre as deficiências de controles internos identificadas ao longo do processo de auditoria das referidas demonstrações financeiras, o qual não apresentou deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram apontadas deficiências significativas no relatório de recomendações emitida pelos auditores no âmbito da auditoria das demonstrações financeiras. Embora as recomendações apontadas referentes as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 não sejam significativas, elas são acompanhadas e monitoradas pela Diretoria e Comitê de Auditoria.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia monitora e avalia de forma permanente as leis e regulamentos que impactam seus negócios, inclusive a Lei Anticorrupção (nº 12.846/13) e o Decreto nº 8.420. Os processos atinentes ao seu negócio bem como seus riscos inerentes são avaliados, embasando atualizações e melhorias no programa de integridade da Companhia e na mitigação de riscos de não aderência e conformidade às leis e regulamentos. Isso inclui aprimoramentos relativos ao arcabouço legal ou regulatório inerente às suas atividades, inclusive com seu contato com a Administração Pública.

Como mecanismos e procedimentos de integridade, a Companhia dispõe de:

a) Suporte da Administração: consiste no efetivo comprometimento da alta direção, incluídos o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e os Comitês de Assessoramento (COAUD, Comitê de Pessoas e Governança, Comitê Financeiro) e C-Level, evidenciado pelo apoio e envolvimento visível e inequívoco ao programa, bem como pela destinação de recursos adequados. A Administração busca ainda influenciar e inspirar a conduta dos colaboradores e parceiros, atuando sempre de maneira ética, respeitando as leis, normas e procedimentos, para evitar ou minimizar riscos de imagem à Companhia, à sua reputação e perdas financeiras;

b) Estrutura de Compliance responsável pelo Programa de Integridade e que realiza a Avaliação de Riscos de Compliance: identificação dos riscos potenciais e seus impactos nos objetivos comerciais da Companhia, possibilitando que de forma recorrente sejam implementadas as mitigações e melhorias necessárias para manter a efetividade do programa de integridade, inclusive em relação à alocação eficiente dos recursos. De forma permanente, a Companhia identifica, avalia, mensura e atua para reduzir os efeitos dos riscos aos quais está exposta. Além disso, classifica cada um desses riscos em função da probabilidade e do impacto esperado, orientando a estratégia de gestão de risco;

c) Políticas, Regulamentos e Procedimentos: os padrões de conduta praticados e exigidos pela Companhia constam no Código de Conduta Ética, assim como nas políticas e procedimentos que são aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente do cargo ou da função exercida, assim como aos terceiros e outros públicos que mantenham relacionamento com o Grupo. É

5.3 Programa de integridade

por meio desses instrumentos que a Companhia formaliza as diretrizes dos seus negócios e orienta seus públicos quanto as suas ações e decisões;

d) **Análise de Riscos na Contratação de Fornecedores e Parceiros:** em função do conceito de corresponsabilidade, visa mitigar possíveis riscos decorrentes da relação com terceiros ou entidades que possuam histórico de descumprimento de leis, normas e regulamentos vigentes, é fundamental que a Companhia conheça e acompanhe aqueles com quem mantém relação comercial. Por essa razão, estabelece regras de contratação e cadastro, com critérios de objetivos e níveis de controle;

e) **Controles Internos:** mecanismos de controle para assegurar que os riscos sejam mitigados, tanto no nível interno quanto no externo. Os próprios registros contábeis e financeiros são usados para transparecer a realidade do negócio;

f) **Comunicação e Treinamento:** para que se mantenha uma cultura de integridade, é imprescindível a adesão dos times aos mecanismos de capacitação, atualização e especialização. Dessa forma, todos os públicos de relacionamento devem conhecer, na medida do que lhes for solicitado e/ou disponibilizado, as políticas e procedimentos relevantes para a execução de suas atividades. Para tanto, periodicamente, e em diversos canais virtuais ou presenciais, a Companhia comunica os temas relevantes além de disponibilizar todo o repertório de políticas no *ServiceNow*;

g) **Canal de Denúncias:** um Canal de Denúncias é disponibilizado 24 horas por dia em 7 dias por semana para que todos (público interno e externo) possam denunciar qualquer irregularidade ou conduta indevida;

h) **Investigação interna:** qualquer indício de comportamento antiético e ilícito deve ser investigado. As investigações são limitadas à apuração dos fatos, devendo ser determinado, de forma plena, se houve ou não uma conduta imprópria, quem são os envolvidos e em quais circunstâncias. As investigações sempre são independentes e visando a preservação dos envolvidos - a Companhia não divulga os detalhes de uma investigação nem as decisões tomadas. Em caso de precedente, sanções ao descumprimento são previstas nas Políticas Gestão do Comitê de Ética, Medidas Disciplinares e o Procedimento Recomendações e Orientações Jurídicas para Aplicação de Medidas Disciplinares; e

i) **Monitoramento e Auditoria Interna:** a avaliação contínua da correta execução dos pilares do programa auxilia na identificação de pontos de melhoria, o que garante sua efetividade. O monitoramento é feito de forma disciplinada, de modo que os principais desvios/melhorias identificados sejam priorizados e tratados e que os controles implementados possam ser auditados pela Auditoria Interna

Todos os pilares acima mencionados também estão focados, englobam possíveis cenários de relacionamento com a administração pública.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas

5.3 Programa de integridade

atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Governança, Riscos e *Compliance* da Companhia é a representante da 2ª linha de defesa, inserida na estrutura da Companhia (Chief Financial Officer) e tem atribuições consultivas e executivas, incluindo (i) elaborar, aprimorar e atualizar o Código de Conduta Ética e as Políticas Internas da Companhia; (ii) treinar e orientar os colaboradores conforme o Código de Conduta Ética e as Políticas Internas da Companhia, (iii) disseminar a cultura ética da companhia; (iv) participar consultivamente do Comitê de Ética da Companhia; (v) orientar a Diretoria Executiva, Conselhos e Comitês da Companhia em matérias relacionadas ao cumprimento das leis, normas e regulamentos; (vi) orientar em situações relacionadas ao descumprimento de leis, regulamentos, políticas internas e Código de Conduta Ética; (vii) monitorar mediante avaliação de indicadores e análise de riscos, possíveis violações a leis, regulamentos, Código de Conduta Ética e Políticas Internas da Companhia, comunicando imediatamente a Diretoria Executiva; e (viii) identificar os riscos corporativos e o grau de exposição da Companhia a tais riscos, associar causas, avaliar impacto, probabilidade de ocorrência e identificação de atividades de controles existentes, assessorar as áreas no desenho de planos de mitigação dos riscos, acompanhar a evolução dos planos mencionados, e reportar os resultados à Diretoria Executiva e Órgãos de Governança da Companhia.

O Comitê de Ética foi constituído para assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia, e para suportar a área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) na implementação, gestão e melhoria do Programa de Integridade da Companhia. É um órgão independente, reportando as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. Suas principais atribuições são:

- (i) Deliberar sobre o relatório final de apuração apresentado pela área de Inteligência Preventiva ou outras envolvidas em apuração de desvio do Código de Conduta da Companhia, formando entendimento sobre casos futuros similares;
- (ii) Atuar com independência, confidencialidade, isonomia, honestidade, decoro, imparcialidade e boa-fé;
- (iii) Reportar periodicamente as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance com a finalidade de orientar sobre os processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia;
- (iv) Recomendar o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (v) Opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, pela Diretoria Estatutária, pelos demais órgãos internos da Companhia e/ou pela Diretoria/Gerência das áreas, bem como sobre aquelas que tiver conhecimento e considerar relevantes no âmbito de sua competência;
- (vi) Verificar o cumprimento de suas recomendações, inclusive no que se refere ao planejamento de trabalhos;
- (vii) Incentivar e assegurar o comprometimento da Administração da Companhia nas ações de apoio ao Programa de Integridade;
- (viii) Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia e demais políticas e procedimentos do Programa de Integridade;

5.3 Programa de integridade

- (ix) Sugerir e apoiar a implementação de medidas necessárias para a disseminação e reforço de uma cultura de ética e integridade na Companhia;
- (x) Supervisionar o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade;
- (xi) Orientar o desenvolvimento e funcionamento do Programa de Integridade, nos mecanismos de prevenção, detecção e resposta a não conformidades à Leis e regulamentos inerentes aos negóciose atividades da Companhia, e às Políticas, Procedimentos e diretrizes de conduta da Companhia;
- (xii) Garantir o sigilo dos relatos recebidos e a confidencialidade daqueles que forneçam os relatos e as informações;
- (xiii) Analisar os relatórios de investigações internas de desvio de conduta envolvendo a Companhia, deliberar os fatos e informações apuradas e decidir sobre as medidas disciplinares cabíveis a serem implementadas, com acompanhamento contínuo até sua efetivação;
- (xiv) Suportar na regulamentação de meios de recebimento de denúncias, inclusive anônimas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades;
- (xv) Comunicar formalmente à Administração quaisquer suspeitas de: (a) inobservância de normas legais, regulamentares e internas que coloquem em risco as atividades, negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia; (b) fraudes cometidas por funcionários da Companhia ou terceiros em relação aos bens ou atividades da Companhia;
- (xvi) Esclarecer eventuais dúvidas e deliberar sobre casos omissos a respeito da interpretação das normas internas e do Código de Conduta Ética da Companhia; e
- (xvii) Recomendar a elaboração ou atualização de políticas internas e do Código de Conduta Ética da Companhia.

A estrutura interna da Companhia pode não ser suficiente para prevenir e detectar todos os riscos que podem surgir nos seus negócios habituais. Na hipótese de a Companhia não conseguir identificar quaisquer riscos com as ferramentas existentes, a Companhia poderá estar sujeita às responsabilidades da Lei Anticorrupção e do Ato Administrativo, bem como à responsabilidade regulatória administrativa. Para mais informações sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui Código de Conduta Ética aprovado em 17 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração, que se destina a todos os membros da administração, colaboradores do grupo econômico, parceiros de negócio e fornecedores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

5.3 Programa de integridade

A Companhia disponibiliza a todos colaboradores, incluindo seus Diretores e Conselheiros, os treinamentos on-line sobre o “Código de Conduta Ética” da Companhia, “Lei Anticorrupção”, “Assédios moral e sexual”, “Segurança da informação” e “Lei Geral de Proteção de Dados”.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

As sanções aplicáveis em caso de descumprimento das regras e diretrizes do Código de Conduta Ética e Políticas Internas ficarão sujeitos às consequências legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação civil, penal e trabalhista.

As penalidades que se aplicam pela violação do Código de Conduta Ética serão analisadas caso a caso, com imparcialidade, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo (já que quanto maior o cargo, maior é a responsabilidade do colaborador), o histórico do transgressor e suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos e (vi) as possíveis consequências da sanção.

O Comitê de Ética será responsável pelas sanções aplicadas aos casos e por diretrizes relativas às punições.

Entre as penalidades, são elencadas a orientação e a advertência escrita, ou punitivas, como a suspensão, o desligamento sem justa causa e o desligamento com justa causa, sendo que as sanções e critérios estão previstas na Política de Gestão do Comitê de Ética e no Código de Conduta Ética.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

O Código de Conduta Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível a todos no site <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>.

(b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias da Companhia é gerido por empresa terceirizada. O recebimento de denúncias e tratativa inicial são feitos por equipe externa, sendo encaminhadas à área interna de Compliance & Canal de Denúncias da Companhia para as devidas apurações e providências.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

5.3 Programa de integridade

O Canal de Denúncias da Companhia também está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros, atendendo a todos os públicos de relacionamento.

(iii) *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

A Companhia possui um Canal de Denúncias que garante que as denúncias, sugestões ou reclamações recebidas sobre fatos que infringem as normas de conduta da Companhia tenham a garantia do total sigilo, confidencialidade e a imparcialidade, e o denunciante pode optar pelo anonimato, e continuar prestando esclarecimentos por meio de número de protocolo informado durante o registro do incidente junto ao canal externo. Os incidentes reportados são direcionados para o devido tratamento pela área de Compliance & Canal de Denúncias da Companhia.

(iv) *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

De acordo com o tipo de ocorrência, a área de Compliance & Canal de Denúncias está autorizada a proceder com as investigações e apurações a respeito de denúncias recebidas, além de requisitar o suporte de outras áreas para suporte na apuração de fatos e na emissão de pareceres e recomendações. A área de Compliance & Canal de Denúncias é a responsável pela consistência das apurações realizadas nos processos de investigação, e por adotar todos os métodos de trabalho que entenderem necessários visando a apuração dos fatos relatados, respeitando os limites éticos e legais.

(c) *número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas*

[Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.]

(d) *caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido*

Não aplicável. Conforme descrito nos itens anteriores, existem regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, bem como para os demais públicos em geral.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada em relação ao último exercício social e, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações significativas na política de gerenciamento de riscos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EK-VV Limited						
18.707.488/0001-57	Nova Zelândia	Não	Não	14/12/2023		
Não						
3.278.591	3,448	0	0,000	3.278.591	3,448	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Goldentree Fundo de Investimento em Ações						
24.069.477/0001-91	Brasil	Não	Não	03/01/2024		
Não						
7.462.394	7,848	0	0,000	7.462.394	7,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MICHAEL KLEIN						
498.139.868-91	Brasil	Não	Não	01/04/2025		
Não						
3.503.064	3,684	0	0,000	3.503.064	3,684	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
TWINSF FIM CP IE						
29.033.458/0001-29	Brasil	Não	Não	14/12/2023		
Não						
6.604.018	6,945	0	0,000	6.604.018	6,945	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
15.141	0,016	0	0,000	15.141	0,016	
OUTROS						
74.223.789	78,059	0	0,000	74.223.789	78,059	
TOTAL						
95.086.997	100,000	0	0,000	95.086.997	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	316.344
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.079
Quantidade investidores institucionais	395

Ações em Circulação

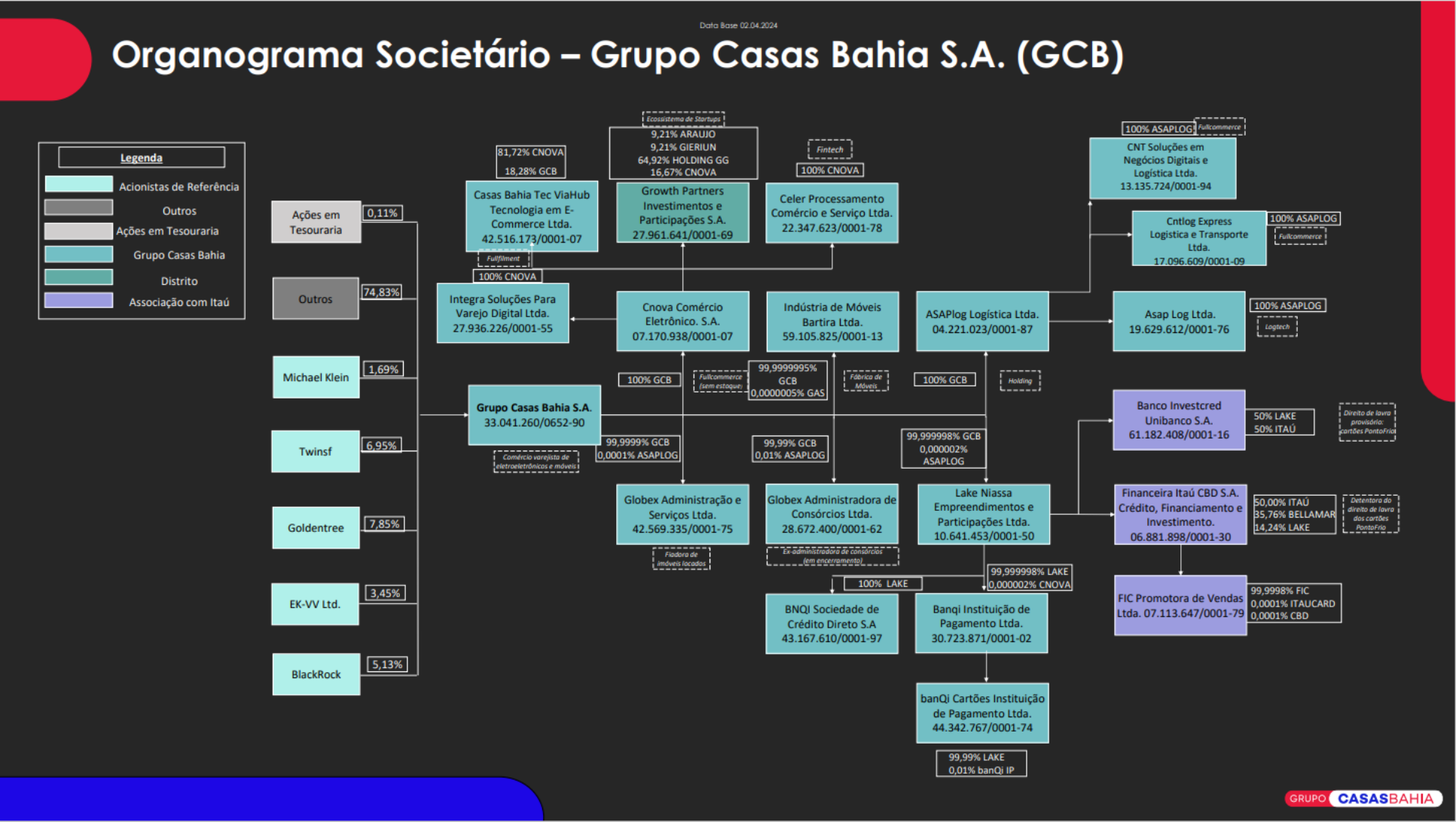
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	94.965.690	99,872%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	94.965.690	99,872%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ASAP LOG LOGISTICA E SOLUÇÕES LTDA	04.221.023/0001-87	100
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	07.170.938/0001-07	100
Globex Administração de Consórcios Ltda.	28.672.400/0001-62	100
Globex Administração e Serviços Ltda.	42.569.335/0001-75	100
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	59.105.825/0001-13	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.5 Outras informações relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu, em 23 de janeiro de 2024, correspondência encaminhada por BlackRock, informando que adquiriu instrumentos financeiros derivativos, com liquidação financeira, referenciados em ações ordinárias emitidas pela Companhia denominados “contracts for difference” (“CFDs”), sendo que, em 19 de janeiro de 2024, suas participações, de forma agregada, passaram a ser de (i) 4.881.442 CFDs, representando aproximadamente 5,133% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia; e (ii) 3.945.346 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,149% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Para fins do cálculo do número de ações em circulação informado no item 6.3 deste Formulário de Referência, a Companhia considerou todas as ações de sua emissão, com exclusão das ações mantidas em tesouraria e das ações diretamente detidas por seus administradores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 – Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria e um Conselho de Administração, auxiliado por 5 comitês de assessoramento: Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, Comitê de Pessoas e Governança, Comitê de Finanças, Comitê de Divulgação e Negociação e Comitê de Ética. O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* estatutário, possuem mandato de 2 anos, permitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá prazo correspondente ao período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária que os elegeu até a Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente, admitida a reeleição.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia e conforme previsto no artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo.

Possui Regimento Interno próprio, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de abril de 2023. O inteiro teor do Regimento Interno do Conselho de Administração foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.grupocasasbahia.com.br).

As atribuições do Conselho de Administração da Companhia, além dos poderes previstos em lei, podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração, no *website* de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das S.A., o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração da Companhia. A Companhia possui um Conselho Fiscal não permanente, composto de 3 conselheiros titulares e igual número de suplentes, que somente será instalado mediante requisição de acionistas da Companhia, observada a legislação aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal podem ser consultadas no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e fisicamente na sede social da Companhia.

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (“Política de Indicação”), a qual foi formalmente aprovada em 17 de abril de 2023 e que pode ser consultada no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e presencialmente na sede social da Companhia.

De acordo com a Política de Indicação, a Companhia será responsável por examinar os candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração, com base nas experiências profissionais, capacitação técnica, representatividade econômica, social e cultural.

O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, dos quais, no mínimo 20% ou 2 membros, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração terá 1 Presidente e 1 Vice-Presidente, eleitos pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou Principal Executivo da Companhia não poderão ser exercidos simultaneamente pela mesma pessoa.

O Conselho de Administração deverá ser composto por profissionais de alta qualificação, comprometidos com os valores e princípios da Companhia, além de possuírem notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, com intuito de que a Companhia se beneficie da pluralidade e complementariedade de opiniões no processo de tomada de decisões.

A indicação de candidatos ao Conselho de Administração poderá ser feita pela administração da Companhia, bem como por qualquer acionista, respeitado o disposto na Resolução CVM 81/2022 e legislação aplicável. Caso o acionista submeta uma indicação de candidato ao Conselho de Administração, tal solicitação deverá ser instruída com cópia de declaração de desimpedimento do indicado, nos termos da Resolução CVM 135/2022, bem como o currículo do candidato, documento esse que deverá conter, no mínimo, sua qualificação, resumo de sua experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional, bem como os cargos os quais atualmente ocupa em outras companhias.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação do Conselho de Administração e Comitês na Companhia tem como objetivo geral: “identificar, por meio de uma avaliação efetiva, imparcial e confidencial, oportunidades de melhoria na alavancagem do desempenho do Conselho de Administração e Comitês para que cumpram seus papéis e responsabilidades, contribuindo de maneira definitiva para o aprimoramento da governança corporativa na Companhia”.

O Conselho de Administração, nos termos de seu regimento interno, deve proceder anualmente à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

Também é de sua competência promover, a cada 2 anos, a avaliação formal dos resultados da Companhia e do desempenho do Conselho de Administração, dos Comitês Especiais e de cada conselheiro e membro externo dos Comitês da Companhia, individualmente.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Foi adotada a metodologia aderente ao estágio 1, que consiste em:

1. Avaliação com dimensão coletiva que tem como objetivo verificar se o grupo está cumprindo seu papel de geração de valor à organização.
2. Avaliação realizada através de questionários disponibilizados em ferramenta interna de avaliação de competências - coleta de dados por meio de questões abertas ou fechadas, com utilização de escalas de mensuração.
3. Fatores avaliados: definição de perguntas para cada uma das dimensões/fatores a seguir: (a) composição e dinâmica; (b) pessoas e cultura; (c) estrutura e processos; (d) estratégia e negócios; (e) riscos e controles internos.
4. Resultado da avaliação: (a) resultados com devolutiva estrutura e documentada, com base em fatos e dados; (b) devolutivas que resultam em um plano de ação orientações ao desenvolvimento da atuação dos grupos; (c) informações individuais confidenciais; (d) divulgação com foco nos principais pontos de oportunidades de melhoria e ações do plano; (e) acompanhamento sistemático da execução das ações previstas no plano de aprimoramento.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui Política de Conflito de Interesses, cuja última atualização pela administração se deu em 07 de maio de 2021 e que não é divulgada publicamente. O objetivo da referida política é estabelecer as diretrizes gerais para prevenir situações de conflito de interesses que envolvam colaboradores da Companhia, terceiros e/ou agentes públicos, conforme ali definidos, de modo a garantir que os colaboradores atuem sempre no melhor interesse da Companhia.

Nos termos desta política, os colaboradores devem atuar de forma que os interesses particulares próprios ou de pessoas próximas não prevaleçam em detrimento dos interesses da Companhia, em especial nas relações mantidas com terceiros ou agentes Públicos. Os Colaboradores que, em virtude do desempenho regular de suas funções, tiverem poderes para, direta ou indiretamente, tomar, participar ou influenciar qualquer decisão em nome da empresa devem se abster de aprovar, estabelecer condições, elaborar propostas, intervir ou atuar com influência indevida em relações nas quais eles próprios ou quaisquer pessoas próximas a eles possuam um interesse extraprofissional.

(d) por órgão

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da Administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere Não Responder
Diretoria	-	4	-	-	-
Conselho de Administração Efetivos	1	4	-	-	-
Conselho de Administração Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal Efetivos	2	1	-	-	-
Conselho Fiscal Suplentes	1	2	-	-	-
Total de Membros	4	11	-	-	-

.

Órgão da Administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígenas	Prefere Não Responder
------------------------	---------	--------	-------	-------	-----------	-----------------------

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria	-	-	-	-	-	4
Conselho de Administração Efetivos	-	-	-	-	-	5
Conselho de Administração Suplentes	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal Efetivos	-	-	-	-	-	3
Conselho Fiscal Suplentes	-	-	-	-	-	3
Total de Membros	-	-	-	-	-	15

(ii) *número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes*

	Até 30 anos	De 31 a 50 anos	Acima de 50 anos
Diretoria	0	3	1
Conselho de Administração Efetivos	0	2	3
Conselho de Administração Suplentes	-	-	-
Conselho Fiscal Efetivos	0	0	3
Conselho Fiscal Suplentes	-	1	2
Total de Membros	-	6	9

(e) **se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

Ainda, a Companhia informa no item 7.1 “e” que não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor, ou raça nos órgãos de Administração e Conselho Fiscal. Contudo, a diversidade, equidade e inclusão são valores e compromissos essenciais na Companhia e somos reconhecidos internamente, assim como por órgãos externos pelos avanços na pauta, não sendo admitida qualquer forma de discriminação, conforme expressamente previsto no Código de Ética e Conduta da Companhia. Apesar de não haver formalização do papel explícito dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades, conforme

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

disposto no item 7.1 "f", compete à Administração, por meio de sua Diretoria Estatutária, a responsabilidade pelo tema.

De acordo com o Código de Ética da Companhia não é admitida qualquer forma de discriminação, como raça, cor, sexo, etnia, idade, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, deficiência, propriedade, nascimento ou outro status, conforme dispostos nos tratados de direitos humanos. Além disso, a Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores, o processo de seleção será isento de qualquer inclinação que possa implicar em discriminação. Nesse sentido, a Companhia entende que possui mecanismos adequados e suficientes para mitigar qualquer forma de discriminação e promover a diversidade entre os membros que compõem a administração da Companhia.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia ainda não definiu o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Conforme exposto no item 1.6 deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre todas as normas determinadas pela regulamentação ambiental pertinentes às suas operações, motivo pelo qual entende ser desnecessário definir o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração –Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 16	4	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração –Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 16	0	0	0	0	0	0	15

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 15	4	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 15	0	0	0	0	0	0	15

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Conselho de Administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por, no mínimo, 3 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um designado obrigatoriamente como Diretor Presidente, e os demais terão as suas designações e deveres de acordo com o estabelecido pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Algumas das principais atribuições dos Diretores são: (i) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas; (ii) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto no Estatuto Social; (iii) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas; **(iii)** preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento; e (v) submeter ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas.

As demais competências dos Diretores podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia, por meio do website de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no website da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

Comitês

Atualmente, a Companhia possui 5 Comitês em funcionamento, a saber: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance; (ii) Comitê de Pessoas e Governança; (iii) Comitê de Finanças; (iv) Comitê de Divulgação e Negociação; e (v) Comitê de Ética.

O Comitê de Pessoas e Governança e o Comitê de Finanças não são estatutários e foram instituídos na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de maio de 2012, e seus atuais membros foram eleitos em 2022.

Cada um desses Comitês é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. O Comitê de Pessoas e Governança e o Comitê de Finanças será composto por membros da administração da

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Companhia e/ou pessoas direta ou indiretamente associadas à Companhia, exceto nas hipóteses em que a participação de membros externos seja autorizada pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. O membro do Comitê que também atue na condição de membro do Conselho de Administração da Companhia terá o seu mandato automaticamente extinto no caso de destituição, renúncia ou não recondução ao seu cargo de membro do Conselho de Administração, ou quando da perda de quaisquer das características inicialmente mantidas quando da sua eleição. Todas as regras supradefinidas, bem como as atribuições abaixo, estão expressas em regimento interno próprio de cada.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance:

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* atua com independência em relação à Diretoria da Companhia, sendo responsável por supervisionar as atividades de gestão de riscos corporativos da Companhia, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os níveis, além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

Comitê de Pessoas e Governança

Além das atribuições previstas em seu regimento interno, compete aos membros do Comitê de Pessoas, Inovação e Governança: (a) sugerir alterações ao Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) discutir e propor o modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração; (c) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como das diretrizes para atração e retenção de talentos; (d) identificar, na Companhia e em suas controladas, potenciais futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento das suas respectivas carreiras; e (e) examinar e debater os métodos de recrutamento e contratação adotados pela Companhia e por suas controladas, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro.

Comitê de Finanças

De acordo com o regimento interno do Comitê de Finanças, algumas de suas atribuições são: (a) sugerir alterações ao Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; (c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; (d) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e realização; e (e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas.

Comitê de Divulgação e Negociação

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Divulgação e Negociação possui as seguintes atribuições: (a) revisar anualmente a lista de pessoas que tenham aderido as Políticas de Negociação e Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação De Sigilo da Companhia e estejam obrigadas à observância das regras ali descritas, com o objetivo de mantê-la atualizada e garantir a adesão de todas as pessoas que, no interesse da Companhia, devam estar sujeitas à sua observância e cumprimento, além daquela pessoas já obrigadas pela Resolução CVM 44; (b) assessorar, discutir e recomendar ao Diretor de Relações com Investidores no que se refere às informações a serem divulgadas ou não ao mercado, por quaisquer meios, entre os quais o Formulário de Referência, fatos relevantes, comunicados ao mercado e press-releases, fundamentando sua recomendação; e (c) auxiliar o Diretor de Relações com Investidores em matérias por ele submetidas ao comitê dentro do escopo das Políticas de Negociação e Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação De Sigilo.

Comitê de Ética

Além das atribuições definidas pelo seu regimento interno, compete aos membros do Comitê de Ética: (a) reportar periodicamente as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, para orientação em relação aos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia; (b) recomendar o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; (c) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, pela Diretoria Estatutária, pelos demais órgãos internos da Companhia e/ou pela Diretoria/Gerência das áreas, bem como sobre aquelas que tiver conhecimento e considerar relevantes no âmbito de sua competência; (d) verificar o cumprimento de suas recomendações, inclusive no que se refere ao planejamento de trabalhos; e (e) Incentivar e assegurar o comprometimento da alta administração da Companhia nas ações de apoio ao Programa de Compliance.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A contratação de serviços por auditores independentes, sejam relacionados ou não relacionados à auditoria, deverá ser precedida de manifestação favorável do Diretor Executivo de Finanças, que reportará tais serviços ao Conselho Fiscal, se instalado, e ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia.

Trimestralmente, o Conselho de Administração recebe o relatório sumário do andamento da prestação dos serviços dos auditores independentes pré-aprovados e os correspondentes aos honorários autorizados e faturados. A destituição ou a substituição deverá ser aprovada, previamente, pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A Companhia possui uma Política de Contratação de Serviços Relacionados e não Relacionados à Auditoria desde 20 de janeiro de 2015, com a última atualização realizada em 06 de dezembro de 2019. A referida política não é divulgada publicamente.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas de ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui canal específico para questões relacionadas a temas e práticas de ASG, mas dispõe de um canal para receber denúncias gerais, internas e externas, conforme descrito no item 5.3 deste Formulário de Referência.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	ANDRÉ COJI	CPF:	051.271.338-30	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	04/02/1964
------	------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. André Coji é membro do Conselho de Administração da Companhia e também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Companhia de setembro de 2019 até abril de 2020, eleito subsequentemente para ocupar a posição de Membro do Conselho Fiscal da Companhia, posição na qual se manteve até abril de 2023, quando foi nomeado novamente membro do Conselho de Administração. É formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, com certificação pelo IBGC. Gestor de patrimônio familiar (multi-family office) com ampla rede de relacionamento profissional. Mais de 20 anos de experiência em administração financeira e controladoria atuando como diretor em Private Banking e Gestão Patrimonial Familiar (Family Office) e por 10 anos atuou como Diretor da Tecnisa onde conduziu o IPO. Atualmente, também ocupa a posição membro efetivo do Conselho de Administração da CEEEG, membro efetivo do Conselho Fiscal da B3 (desde abril de 2020), membro efetivo do Conselho Fiscal da EspaçoLaser (desde abril de 2021), membro efetivo do Conselho Fiscal da Petz (desde abril de 2022), membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Siderurgica Nacional (desde abril de 2018). Adicionalmente, o Sr André Coji teve atuações pela Tecnisa, Smiles, Vitacon, Citibank e outros. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Não	09/03/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDRÉIA NUNES FERNANDES

CPF: 022.668.387-76

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Psicóloga

Data de Nascimento: 16/10/1972

Experiência Profissional:

A Sra. Andréia Fernandes Nunes, atualmente Diretora de Gente, Gestão e ESG da Companhia da Companhia. O Conselho de Administração aprovou a eleição de Andréia Fernandes Nunes, na Companhia desde janeiro de 2024, ao cargo de Diretora de Gente, Gestão e ESG do Grupo Casas Bahia, para liderar iniciativas estratégicas focadas no desenvolvimento humano, gestão eficiente e práticas sustentáveis. Com mais de 25 anos de experiência, Andréia atuou em empresas de varejo como Walmart e Wine E-commerce, além de ter experiência em consultoria estratégica e como mentora voluntária em startups. Formada em Psicologia pela UFES, com Mestrado em Psicologia e MBA em Gestão de Varejo pela COPPEAD/UFRJ, ela também estudou Mediação de Conflitos, Transformação Cultural e Eneagrama. Sua carreira inclui atuação em diversos países da América Latina e pesquisas científicas sobre gênero, demonstrando seu compromisso com Diversidade e Inclusão. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Outros Diretores	Diretora de Gente, Gestão e ESG da Companhia	30/04/2025	Não	30/07/2024

Nome

CLAUDIA WOODS

CPF:

098.823.117-41

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista

Data de Nascimento:

26/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Nascida em 1974 em São Paulo, mudou-se ainda jovem para a cidade do Rio de Janeiro. Viveu lá até os 11 anos, quando, por motivos do trabalho do seu pai norte-americano se mudou aos Estados Unidos. Em 1997, Woods se formou em economia pelo Bowdoin College. Ainda no campo acadêmico, e executiva possui mestrado em Estratégia e Marketing pela UFRJ e certificado em negócios pela Universidade de Harvard. Um ano antes de concluir sua graduação, Claudia foi contratada pela Kaiser Associates. Chegando ao cargo de sênior em negócios ao longo dos seus 3 anos na empresa. Ainda na década de 90, Woods retornou ao Brasil. Em 2000, a executiva foi contratada para a função de gerente de marketing da Ibest. Função que ocupou até 2004. Em dezembro de 2005, Claudia assumiu o cargo de Gerente de Marketing da Predicta. Cargo que ocupou por quase 5 anos, até agosto de 2010. 3 meses mais tarde, a Woods se tornou CMO da Clickon na América Latina. Woods trabalhou na multinacional por 1 ano e 5 meses. Em abril de 2014, a empresária foi contratada para ser diretora de Marketing e Negócios da Walmart. Claudia ficou 7 meses no cargo. No final de 2014, foi chamada para o Banco Original. Durante 2 anos, ela foi Superintendente Executiva dos Canais de Marketing da instituição. Em fevereiro de 2017, Woods passou a ser diretora do grupo. Em maio de 2018, Claudia assumiu a posição de CEO na WebMotors, área do Grupo Santander voltada ao e-commerce de automóveis. Sendo que está entre as principais empresas do ramo no Brasil, com audiência mensal acima de 10 milhões de pessoas. Menos de um ano depois, em janeiro de 2019, Woods foi confirmada como CEO do Uber. Função que assumiu um mês depois de sua confirmação e permanecendo por 2 anos e meio na função. Em julho de 2021 assume como CEO do WeWork, mandatada a convite do SoftBank. Claudia é membro do Board da Oi Telecom desde 2020 e da Ambev desde 2021.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 50").

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Não	26/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

ELCIO MITSUHIRO ITO

CPF:

246.653.588-26

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

05/04/1975

Experiência Profissional:

o Sr. Elcio Mitsuhiro Ito, atualmente CFO e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, é formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, Elcio Ito possui MBA Finanças pela Saint Mary's University no Canadá e Mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Profissional com mais de 25 anos de experiência nas áreas Financeira, Planejamento e Commodities, iniciou sua trajetória no Lloyds Bank e construiu carreira de 10 anos na General Motors, dos quais 4 anos nos EUA, Suíça e Alemanha, sendo sua última posição como Tesoureiro da operação brasileira. Em 2011 ingressou na BRF acumulando diversas funções, sendo a última como CFO. Em dezembro de 2019, Elcio Ito ingressou na lochpe- Maxis como Diretor Financeiro, entre outras funções, atuando até junho de 2023. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Outros Diretores	Vice-Presidente Financeiro	30/04/2025	Não	10/07/2023
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Diretor de Relações com Investidores		30/04/2025	Não	01/08/2024

Nome

FRÉDÉRIC PAUL BERNARD GAUTHIER

CPF:

231.709.148-63

Passaporte:

V420025T

Nacionalidade:

França

Profis são:

Especialista em Comércio Exterior

Data de Nascimento:

28/11/1973

Experiência Profissional:

O Sr. Frédéric Paul Bernard Gauthier, atualmente Vice-Presidente de Operações da Companhia. Com mais de 25 anos de experiência nas áreas Comercial e de Operações, Frédéric destacou-se em turnarounds e crescimento acelerado, liderando equipes globais de mais de 30 mil pessoas. Ele também se destacou na elaboração de planejamentos de negócios, digitalização de jornadas de atendimento ao cliente e criação de conceitos inovadores no varejo. Frédéric possui graduação em Comércio Internacional e MBAs em Marketing Digital. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Outros Diretores	Vice-Presidente de Operações da Companhia	30/04/2025	Não	30/07/2024

Nome

RAPHAEL OSCAR KLEIN

CPF:

218.137.128-83

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

07/10/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Raphael Oscar Klein é membro do Conselho de Administração e também Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia. Pertence à família Klein, é neto do Sr. Samuel Klein, imigrante polonês e fundador da maior rede de varejo do Brasil, a Casas Bahia. Formado em administração de empresas, ao lado de seu pai, Michael Klein, Raphael conduziu a associação da Casas Bahia com o Ponto Frio, criando a Via, companhia da qual ele foi CEO até novembro de 2012. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2014. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (controlada da Companhia) de 2010 a 2013. Em 2014, participou do Private Wealth Management Program, na Family Business and Office School em Miami, EUA. Em 2017, Raphael criou o fundo de Investimentos, Kviv Ventures, que tem como uma de suas missões, impactar, de modo positivo, a sociedade, trazendo oportunidades de fortalecimento e crescimento. Graduado na HBS OPM - Owner/President Management, Unidade 49, 2017. Desde 2020, Raphael é membro do Advisory Board da Igah Ventures e EB Capital. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Não	04/06/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO

CPF: 633.578.366-53

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 07/04/1971

Experiência Profissional:

O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é membro independente e atual presidente do Conselho de Administração da Companhia e sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Graduiu-se em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da USP, com um MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova Iorque e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de presidente do conselho da Maeda e da TMA no Brasil. Renato foi professor de finanças do curso de MBA do Insper em São Paulo.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Não	18/05/2012
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Não	18/05/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RENATO HORTA FRANKLIN

CPF: 043.417.436-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de empresas

Data de Nascimento: 15/07/1981

Experiência Profissional:

O Sr. Renato Horta Franklin, é o atual Diretor Presidente da Companhia. Graduado em Administração de Empresas pela PUC Minas, e bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em controladoria, com MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FDC e INSEAD/França, e Liderança Executiva pelo IMD (Institute of Management Development)/Suíça. Trabalhou por mais de 10 anos na Vale S.A., empresa do setor de mineração, tendo ocupado as posições de Gerente Geral período de 2010 a 2013, nas áreas de Finanças, Suprimentos e Planejamento Estratégico, e no período de 2013 a 2014 trabalhou como líder da área de Suprimentos da Suzano Papel e Celulose, empresa do setor de papel e celulose. Atuou como Diretor Executivo na Movida Rent a Car de 2014 a 2015, e neste mesmo ano foi eleito como CEO da Movida. Desde 2020, Sr. Renato também atua como Conselheiro Emerito na ONG Capitalismo Consciente Brasil. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Diretor Presidente / Superintendente		30/04/2025	Não	03/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

CPF: 035.248.608-26

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 02/02/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Rogério Paulo Calderón Peres é membro independente do Conselho de Administração da Companhia; possui graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e ciências contábeis pela Faculdade Paulo Eiró – FAPEI. Possui pós-graduações em estratégia, finanças e governança corporativa pelas universidades Western Ontario, Princeton e Harvard. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Alupar S.A. e da Nu Holdings Ltd. (Holding do Nubank), sendo também chairman de seus comitês de Auditoria e Riscos, tendo sido anteriormente membro coordenador e especialista financeiro da B3, além de ter integrado outros conselhos de administração e comitês de auditoria, financeiros, de pessoas e de remuneração em outras companhias listadas. Sua trajetória profissional anterior compreende as posições de Latin American CFO do banco HSBC (e membro do HSBC Finance World Board); Diretor de Controle Corporativo, de Relações com Investidores e CFO das operações internacionais do Itaú Unibanco S.A.; Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores do Unibanco S.A.; Vice-Presidente de Administração e Finanças da Bunge Fertilizantes S.A.; e profissional de auditoria e consultoria da PwC, sendo 10 anos como sócio. Participações acadêmicas como professor e conselheiro departamental (matéria CFC - Contabilidade, Finanças e Controle) na Escola de Administração do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Não	02/09/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANDRÉ COJI CPF: 051.271.338-30 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profissão: Administrador de Empresas Data de Nascimento: 04/02/1964

Experiência Profissional: O Sr. André Coji é membro do Conselho de Administração da Companhia e também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Companhia de setembro de 2019 até abril de 2020, eleito subsequentemente para ocupar a posição de Membro do Conselho Fiscal da Companhia, posição na qual se manteve até abril de 2023, quando foi nomeado novamente membro do Conselho de Administração. É formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, com certificação pelo IBGC. Gestor de patrimônio familiar (multi-family office) com ampla rede de relacionamento profissional. Mais de 20 anos de experiência em administração financeira e controladoria atuando como diretor em Private Banking e Gestão Patrimonial Familiar (Family Office) e por 10 anos atuou como Diretor da Tecnisa onde conduziu o IPO. Atualmente, também ocupa a posição membro efetivo do Conselho de Administração da CEEEG, membro efetivo do Conselho Fiscal da B3 (desde abril de 2020), membro efetivo do Conselho Fiscal da EspaçoLaser (desde abril de 2021), membro efetivo do Conselho Fiscal da Petz (desde abril de 2022), membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Siderurgica Nacional (desde abril de 2018). Adicionalmente, o Sr André Coji teve atuações pela Tecnisa, Smiles, Vitacon, Citibank e outros. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/2024	Primeira RCA após AGO 2026	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		05/06/2024	Não	09/03/2023

Nome: ANDRÉIA NUNES FERNANDES

CPF: 022.668.387-76

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Psicóloga

Data de Nascimento: 16/10/1972

Experiência Profissional:

A Sra. Andréia Fernandes Nunes, atualmente Diretora de Gente, Gestão e ESG da Companhia da Companhia. O Conselho de Administração aprovou a eleição de Andréia Fernandes Nunes, na Companhia desde janeiro de 2024, ao cargo de Diretora de Gente, Gestão e ESG do Grupo Casas Bahia, para liderar iniciativas estratégicas focadas no desenvolvimento humano, gestão eficiente e práticas sustentáveis. Com mais de 25 anos de experiência, Andréia atuou em empresas de varejo como Walmart e Wine E-commerce, além de ter experiência em consultoria estratégica e como mentora voluntária em startups. Formada em Psicologia pela UFES, com Mestrado em Psicologia e MBA em Gestão de Varejo pela COPPEAD/UFRJ, ela também estudou Mediação de Conflitos, Transformação Cultural e Eneagrama. Sua carreira inclui atuação em diversos países da América Latina e pesquisas científicas sobre gênero, demonstrando seu compromisso com Diversidade e Inclusão. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/02/2025	06/05/2026	Comitê de Pessoas e Governança		03/02/2025	Não	03/02/2025

Nome:

CLAUDIA WOODS

CPF:

098.823.117-41

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

26/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Nascida em 1974 em São Paulo, mudou-se ainda jovem para a cidade do Rio de Janeiro.

Viveu lá até os 11 anos, quando, por motivos do trabalho do seu pai norte-americano se mudou aos Estados Unidos. Em 1997, Woods se formou em economia pelo Bowdoin College. Ainda no campo acadêmico, e executiva possui mestrado em Estratégia e Marketing pela UFRJ e certificado em negócios pela Universidade de Harvard. Um ano antes de concluir sua graduação, Claudia foi contratada pela Kaiser Associates. Chegando ao cargo de sênior em negócios ao longo dos seus 3 anos na empresa. Ainda na década de 90, Woods retornou ao Brasil. Em 2000, a executiva foi contratada para a função de gerente de marketing da Ibest. Função que ocupou até 2004. Em dezembro de 2005, Claudia assumiu o cargo de Gerente de Marketing da Predicta. Cargo que ocupou por quase 5 anos, até agosto de 2010. 3 meses mais tarde, a Woods se tornou CMO da Clickon na América Latina. Woods trabalhou na multinacional por 1 ano e 5 meses. Em abril de 2014, a empresária foi contratada para ser diretora de Marketing e Negócios da Walmart. Claudia ficou 7 meses no cargo. No final de 2014, foi chamada para o Banco Original. Durante 2 anos, ela foi Superintendente Executiva dos Canais de Marketing da instituição. Em fevereiro de 2017, Woods passou a ser diretora do grupo. Em maio de 2018, Claudia assumiu a posição de CEO na WebMotors, área do Grupo Santander voltada ao e-commerce de automóveis. Sendo que está entre as principais empresas do ramo no Brasil, com audiência mensal acima de 10 milhões de pessoas. Menos de um ano depois, em janeiro de 2019, Woods foi confirmada como CEO do Uber. Função que assumiu um mês depois de sua confirmação e permanecendo por 2 anos e meio na função. Em julho de 2021 assume como CEO do WeWork, mandatada a convite do SoftBank. Claudia é membro do Board da Oi Telecom desde 2020 e da Ambev desde 2021.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 (“Resolução CVM 50”).

Comitês:									
Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/2024	Primeira RCA após AGO 2026	Comitê de Pessoas e Governança		05/06/2024	Não	16/12/2022

Nome: LUIZ CARLOS PASSETTI **CPF:** 001.625.898-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/10/1958

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Carlos Passetti é membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia. O Sr. Luiz Carlos Passetti tem mais de 35 anos de experiência em Auditoria e Consultoria, sendo 25 anos como sócio da EY, com saída da sociedade em 30/6/2019, mandatária por idade. Possui experiência como sócio de auditoria em diversos segmentos da indústria, atuando tanto com empresas familiares em expansão quanto com grandes empresas multinacionais e brasileiras listadas na CVM e na SEC. Entre os diversos clientes atendidos como sócio coordenador, destacam-se: BRF, Gol (IPO), Telefônica, Natura, Cteep/ISA, Alupar (IPO), Duratex, entre outros, ressaltando experiência no relacionamento com Conselhos de Administração e Comitês de Auditoria e Riscos e demais órgãos de Governança. Experiência com empresas que passaram por processos de investigação forenses, dentro do programa de integridade, além de ter atuado como Presidente do Conselho de Governança da EY América do Sul e membro do Conselho de Governança da EY Américas e EY Global, por 2 mandatos. Atualmente é Membro do Comitê de Auditoria e Riscos da Natura & Co., conselheiro de administração e head do comitê de auditoria da Unifique S.A., coordenador do comitê de auditoria do Agrogalaxy S.A. e IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) - trabalho voluntário, entre outros.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/2024	Primeira RCA após a AGO de 2026	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		05/06/2024	Não	05/06/2024

Nome:

RAPHAEL OSCAR KLEIN

CPF:

218.137.128-83

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administrador

Data de Nascimento:

07/10/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Raphael Oscar Klein é membro do Conselho de Administração e também Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia. Pertence à família Klein, é neto do Sr. Samuel Klein, imigrante polonês e fundador da maior rede de varejo do Brasil, a Casas Bahia. Formado em administração de empresas, ao lado de seu pai, Michael Klein, Raphael conduziu a associação da Casas Bahia com o Ponto Frio, criando a Via, companhia da qual ele foi CEO até novembro de 2012. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2014. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (controlada da Companhia) de 2010 a 2013. Em 2014, participou do Private Wealth Management Program, na Family Business and Office School em Miami, EUA. Em 2017, Raphael criou o fundo de Investimentos, Kviv Ventures, que tem como uma de suas missões, impactar, de modo positivo, a sociedade, trazendo oportunidades de fortalecimento e crescimento. Graduado na HBS OPM - Owner/President Management, Unidade 49, 2017. Desde 2020, Raphael é membro do Advisory Board da Igah Ventures e EB Capital.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	05/06/2024	06/05/2026	Comitê de Pessoas e Governança		05/06/2024	Não	07/07/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/2024	Primeira RCA após AGO 2026	Comitê de Finanças		05/06/2024	Não	07/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO **CPF:** 633.578.366-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/04/1971

Experiência Profissional: O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é membro independente e atual presidente do Conselho de Administração da Companhia e sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Graduiu-se em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da USP, com um MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova Iorque e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de presidente do conselho da Maeda e da TMA no Brasil. Renato foi professor de finanças do curso de MBA do Insper em São Paulo. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	05/06/2024	Primeira RCA após AGO 2026	Comitê de Finanças		05/06/2024	Não	18/07/2012

Nome:

ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

CPF:

035.248.608-26

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

02/02/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Rogério Paulo Calderón Peres é membro independente do Conselho de Administração da Companhia; possui graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e ciências contábeis pela Faculdade Paulo Eiró – FAPEI. Possui pós-graduações em estratégia, finanças e governança corporativa pelas universidades Western Ontario, Princeton e Harvard. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Alupar S.A. e da Nu Holdings Ltd. (Holding do Nubank), sendo também chairman de seus comitês de Auditoria e Riscos, tendo sido anteriormente membro coordenador e especialista financeiro da B3, além de ter integrado outros conselhos de administração e comitês de auditoria, financeiros, de pessoas e de remuneração em outras companhias listadas. Sua trajetória profissional anterior compreende as posições de Latin American CFO do banco HSBC (e membro do HSBC Finance World Board); Diretor de Controle Corporativo, de Relações com Investidores e CFO das operações internacionais do Itaú Unibanco S.A.; Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores do Unibanco S.A.; Vice-Presidente de Administração e Finanças da Bunge Fertilizantes S.A.; e profissional de auditoria e consultoria da PwC, sendo 10 anos como sócio. Participações acadêmicas como professor e conselheiro departamental (matéria CFC - Contabilidade, Finanças e Controle) na Escola de Administração do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Detalhar o cargo exercido	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	05/06/2024	Primeira RCA após AGO 2026	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance	Coordenador / Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/2024	Não	12/09/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	05/06/2024	Primeira RCA após AGO 2026	Comitê de Finanças		05/06/2024	Não	12/09/2019

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista a não existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia ou controladas.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 – Acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O com vigência até 18 de setembro de 2024, sendo o valor anual do prêmio R\$ 935.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais) e está atualmente em fase de negociação de nova apólice, considerando a proximidade do fim da vigência da Apólice atualmente em vigor.

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o modelo padrão de contrato de indenidade, por meio do qual se obriga a indenizar e manter indene eventuais perdas decorrentes e/ou relacionadas ao exercício regular das funções de administrador da Companhia e de suas afiliadas, cujos principais termos e condições estão descritos abaixo:

- Objeto: Conforme disposto no item 2.1 do modelo padrão de contrato de indenidade, a Companhia se obriga a indenizar e manter indene os beneficiários, mediante pagamento direto ou pagando por conta e ordem destes, pelas perdas efetivamente sofridas baseadas em e/ou em decorrência de e/ou relacionadas ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas.
- Período de Cobertura: As obrigações do contrato de indenidade permanecem em pleno vigor e em regime de responsabilidade subsidiária com relação a quaisquer eventos indenizáveis: (i) que estiverem ativos/em andamento na data de término do mandato do administrador e até que sejam encerrados; e/ou (ii) que forem iniciados após a saída do administrador de sua posição na Companhia e/ou afiliadas, mas que estejam relacionados à conduta e período em que o administrador ocupou cargo na Companhia e/ou suas afiliadas.
- Adiantamento de Despesas: a Companhia se obriga a arcar ou adiantar ao administrador os custos de despesa razoáveis baseados em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a reclamações passíveis de indenização nos termos do contrato de indenidade. Havendo bloqueio de bens ou recursos do administrador por ordem judicial ou administrativa baseada em e/ou em decorrência de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas, o administrador receberá regularmente os recursos devidos pela Companhia e/ou suas afiliadas na forma entre eles contratada pela prestação de serviços, enquanto perdurar a indisponibilidade de recursos financeiros em conta corrente – independente da continuidade de outros bloqueios, a fim de manter a subsistência do administrador durante o período em que perdurar o bloqueio, na forma permitida pela lei, sem prejuízo do cumprimento de sua obrigação de adotar todas e quaisquer medidas para evitar ou reverter a decisão de constrição ou bloqueio, total ou parcial, dos bens do administrador. Caso a remuneração do administrador por conta de atividades de gestão perante empresas que não a Companhia e/ou suas afiliadas (“Remuneração Extra Grupo”) seja bloqueada baseada em e/ou decorrente de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no

7.7 Acordos/seguros de administradores

cargo de administrador da Companhia e/ou das afiliadas, a Companhia deverá também pagar ao administrador o valor correspondente a 100% da Remuneração Extra Grupo percebida no mês imediatamente anterior ao qual foi determinado o bloqueio de bens e comprovada pelo administrador.

- Exclusões: A Companhia não terá a obrigação de indenizar e/ou realizar qualquer adiantamento ao administrador se restar comprovado que: (i) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos cometidos pelo administrador que não forem diretamente relacionados ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das funções exercidas para representação das afiliadas (ou seja atos cometidos fora do exercício de suas atribuições ou poderes); (ii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a uma reclamação indenizável iniciada voluntariamente próprio administrador; (iii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente cometidos com dolo, culpa grave, má-fé ou de forma fraudulenta pelo administrador; (iv) o administrador, intencionalmente e/ou de má-fé, quando do conhecimento do fato que poderá originar eventual reclamação, não agir para impedir e/ou mitigar a perda; (v) o administrador firmar um acordo em relação a uma reclamação sem o prévio e expresso consentimento da Companhia; (vi) o administrador praticar atos em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia e/ou suas afiliadas, nos termos da legislação em vigor; (vii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a ações de responsabilidade, ação social de responsabilidade civil da Companhia e/ou suas afiliadas contra o administrador (art. 159 da Lei nº 6.404/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado. (viii) ressarcimento envolvendo termo de compromisso com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado; (ix) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente em violação a normas visando o combate e/ou prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e/ou insider trading; (x) o pagamento de indenização for considerado ilegal; e/ou (xi) o administrador for previamente indenizado por um terceiro, inclusive em decorrência de um seguro D&O. Para fins de esclarecimento, se um terceiro indenizar o administrador por parte das perdas sofridas com relação a uma reclamação, a Companhia terá a obrigação de indenizar o administrador pelas perdas que não tiverem sido indenizadas por tal terceiro.

- Obrigação de o administrador devolver valores: O administrador se obriga a devolver à Companhia o valor indenizado ou adiantado se for verificada qualquer Exclusão acima. Nesse caso, os valores adiantados e sujeitos à devolução deverão ser (i) atualizados monetariamente com base na variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e (ii) acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês entre a data do recebimento pelo administrador e a efetiva devolução do adiantamento em valores livres e disponíveis para a Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2021	41,35%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	05/08/2021	27,77%	Sim
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2022	32,57%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	08/07/2022	35,55%	N/A
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2023	34,91%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	12/09/2023	19,04%	Sim
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2024	25,28%	N/A

Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu 3 segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado, ao qual estamos em processo de adesão, é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

7.8 Outras informações relevantes

As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Destacamos abaixo algumas das principais regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas, dentre outros:

1. o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
2. no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;
3. instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);
4. em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;
5. o conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;
6. a empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% ou 15% das ações em circulação (*free float*), neste último caso, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses;
7. estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;
8. elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com Partes Relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);
9. divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e *press releases* de resultados; e
10. divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

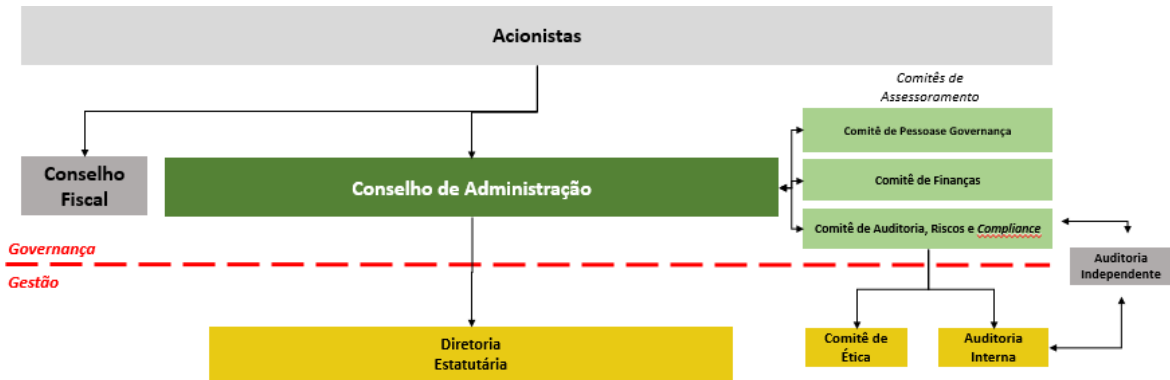
Além disto, aderimos voluntariamente várias práticas de governança corporativa recomendadas pelo CBGC. Dentre essas práticas, descritas ao longo deste Formulário de Referência, sendo algumas delas exigência do Regulamento do Novo Mercado, destacam-se as seguintes:

1. as funções de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor não devem ser acumuladas pela mesma pessoa;
2. possuímos um Comitê de Auditoria Estatutário, composto por pelo menos 3 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dos quais pelo menos um deve ser um membro do Conselho de Administração. Este comitê, entre suas funções, aconselha o nosso Conselho Administrativo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e conformidade;

7.8 Outras informações relevantes

3. nosso Conselho de Administração aprovou os seguintes documentos corporativos formais: (i) Código de Ética e Conduta; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (v) Política de Indicação de Administradores; (vi) Política de Remuneração de Administradores; (vii) Política de Destinação de Resultados; (viii) Regimento Interno do Conselho de Administração; e (viii) Regimento Interno de Comitê de Auditoria Estatutário;
4. aderimos à Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de litígios envolvendo a Companhia e nossos administradores e acionistas;
5. possuímos apenas ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto nas Assembleias Gerais;
6. nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag-along*);
7. nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem de nossas ações ordinárias no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; e
8. definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias.

A figura abaixo demonstra a estrutura de governança corporativa da Companhia:



8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores / 8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 (“Política”). Tal Política poderá ser consultada na página de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>). Os objetivos das práticas de remuneração da Companhia são (i) alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos, (ii) convergência das metas individuais à estratégia da Companhia; e (iii) reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia por meio da área de Gente e Gestão e consultorias externas suporta os temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas práticas são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que analisa o tema e encaminha a recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixar a remuneração de administradores e demais colaboradores, a Companhia contrata regularmente pesquisas de mercado, pesquisas essas realizadas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente em empresas de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentam políticas de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares ao da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais.

Uma vez concluído o levantamento, a pesquisa sugere parâmetros e estratégias de remuneração, as quais são analisadas pela área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não compõem a administração estatutária.

A Companhia adota os seguintes princípios para determinar a remuneração dos seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

- (i) alinhar os interesses entre os membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal e os acionistas da Companhia, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos;
- (ii) traduzir a estratégia nos indicadores e metas da Companhia e das áreas;
- (iii) reconhecer a contribuição e incentivar a retenção de profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

Adicionalmente, no que se refere à remuneração variável de curto prazo, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária e colaboradores de alta e média liderança, a Participação nos Lucros e Resultados que até 2023 tinha como gatilho para pagamento o atingimento de uma meta mínima de Lucro Líquido. A partir de 2024, o pagamento passará a depender do atingimento mínimo da meta de Lucro Antes de Imposto de Renda (LAIR) da Companhia (gatilho) e será regulado pelo range de atingimento do LAIR e Fluxo de Caixa Operacional Livre (regulador do pool). A Participação nos Lucros e Resultados considera como premissas os seguintes fatores:

- (i) O valor-alvo da Participação nos Lucros e Resultados levará em consideração o múltiplo de salário por grupo de cargo;
- (ii) No início de cada ano, será definido o painel de metas que será considerado em relação à Companhia e à Diretoria Estatutária, bem como o peso atribuído a cada um destes;
- (iii) Concluído o ano, primeiramente, verificar-se-á se o gatilho de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados foi habilitado, por meio do atingimento mínimo da meta de LAIR (gatilho);
- (iv) Tendo sido atingido o mínimo da meta de gatilho será aferido o cumprimento da meta de LAIR para definir o pool, este valor poderá ser acelerado em até 20% a depender do resultado do indicador de Fluxo de Caixa Operacional Livre (regulador do pool);
- (v) Na sequência, será feita a avaliação do cumprimento das metas da Companhia e da Diretoria Estatutária;
- (vi) O Comitê de Pessoas e Governança realiza uma avaliação dos resultados alcançados no exercício, submetendo a sua recomendação para avaliação e deliberação do Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Com intuito de assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos vigentes, bem como a prática de mercado, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal baseia-se em:

- (i) Responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) Tempo dedicado às suas funções;
- (iii) Competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação e;
- (iv) Valor de seus serviços no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Os parâmetros e referências disponibilizadas pela consultoria são avaliados anualmente e comparados ao efetivamente praticado pela Companhia. Com base nessas análises, a área dedicada ao tema de remuneração junto ao Comitê de Pessoas e Governança estrutura e recomenda propostas de modo a manter a competitividade da Companhia e aderência a estratégia estabelecida.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos da remuneração e seus objetivos

A Companhia poderá adotar as seguintes formas de remuneração para seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento é composta por uma parcela de remuneração fixa calculada em razão das atribuições e responsabilidades do indivíduo. No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa é refletida no salário base, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizadas pelas consultorias de externas.

Caso instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

8.1 Política ou prática de remuneração

Benefícios diretos e indiretos

Correspondente a plano de assistência médica, seguro de vida, check-up, benefício para alimentação entre outros, os quais têm como objetivo manter o equilíbrio com práticas do mercado e são concedidos para a Diretoria Estatutária.

Remuneração variável de curto prazo

No que se refere a remuneração variável de curto prazo, a qual consiste na participação em resultados, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária e colaboradores de alta e média liderança, de Participação nos Lucros e Resultados, cujo pagamento dependerá do atingimento mínimo da meta de LAIR da Companhia (gatilho) e será regulado pelo range de atingimento do LAIR e pelo range de atingimento de Fluxo de Caixa Operacional Livre (regulador do pool), conforme uma série de premissas previstas na Política.

Remuneração variável de longo-prazo

É parte da remuneração da Diretoria Estatutária e pode vir a ser parte da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, embora atualmente não seja. A remuneração variável de longo-prazo corresponde a planos de opção de compra de ações, planos de concessão de ações e programas de remuneração variável com previsão de liquidação em dinheiro.

Em 2023, foi realizada a reversão de R\$ 44,2 milhões referentes a parte do Plano SOP 2019, gerando um impacto contábil de remuneração negativa dos executivos.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego incluem a contrapartida em plano de previdência privada para aqueles que optem por esse benefício, compondo em parte a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária. Para 2024, foi aprovada a política de transição (pós-emprego), estabelecendo diretrizes que visam a proteger informações confidenciais e interesses comerciais durante transições de executivos-chave do Grupo Casas Bahia, aplicável aos executivos estatutários, conforme aprovação do Conselho de Administração em 21/02/2024.

• qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

8.1 Política ou prática de remuneração

	% em relação a remuneração total						
	Remun. Fixa Anual	Remun. Variável	Outros (Bônus de contratação)	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Remun. Baseada em ações	Total da Remun.
Conselho de Administração	100,0%	-		-	-	-	100,0%
Diretoria	22,9%	21,7%	53,7%	0,4%	6,8%	-5,6%	100%
Conselho Fiscal	100,0%	-		-	-	-	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	% em relação a remuneração total					
	Remun. Fixa Anual	Remun. Variável	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Remun. Baseada em ações	Total da Remun.
Conselho de Administração	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Diretoria	15,3%	0,0%	0,4%	-	84,3%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	-	-	-	-	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	% em relação a remuneração total					
	Remun. Fixa Anual	Remun. Variável	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Remun. Baseada em ações	Total da Remun.
Conselho de Administração	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Diretoria	14,8%	31,5%	0,3%	-	53,4%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	-	-	-	-	100,0%

8.1 Política ou prática de remuneração

• Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos de remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, procedidas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente entre companhias de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentem políticas de remuneração sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares ao da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais. Além disso, é considerado o desempenho individual e outros fatores, tais como o potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função, dentre outros.

Uma vez concluído o levantamento, a pesquisa sugere parâmetros e estratégias de remuneração, os quais são encaminhadas para a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não compõem a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas recomendações são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que tem por finalidade analisar os temas de remuneração da Companhia, bem como encaminhar recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

Uma vez analisada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Pessoas e Governança, o Conselho de Administração aprecia e aprova a Proposta da Administração para que os acionistas da Companhia possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos Administradores, sempre dividida por órgão.

A remuneração variável dos diretores é baseada principalmente no conceito de participação nos resultados através do cumprimento e superação de metas. O cálculo é baseado em indicadores alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados. Até 2023, os indicadores eram GMV, Lucro Líquido, EBITDA, Vendas, NPS Clientes, ESG, Participação do CDC, Custo de logística. A partir de 2024 os indicadores serão:

- LAIR Grupo: o lucro gerado pelo grupo empresarial antes de serem deduzidos os impostos sobre o lucro. O LAIR é uma medida importante da eficiência operacional e da rentabilidade do negócio, pois mostra o desempenho financeiro da empresa antes de serem considerados os efeitos fiscais.
- Cash Margem Mercantil + Receita Líquida de Serviços: uma combinação da margem de lucro obtida na venda de mercadorias e da receita líquida proveniente da prestação de serviços, apontando a capacidade de gerar receitas tanto com a venda de produtos quanto com a oferta de serviços, considerando as margens de lucro envolvidas em ambos.
- Fluxo de Caixa Operacional Livre: é uma medida do dinheiro gerado pelas operações principais de uma empresa, deduzindo-se os gastos de capital necessários para manter e expandir o negócio. É uma métrica para avaliar a capacidade de gerar caixa a partir de suas operações normais.

8.1 Política ou prática de remuneração

- Controle de despesas: capacidade da empresa de controlar e gerenciar suas despesas operacionais, visando otimizar sua eficiência e maximizar a rentabilidade. Um bom controle de despesas leva a uma gestão financeira sólida e ajuda a manter a competitividade no mercado.
- ESG: critérios ambientais, sociais e de governança que as empresas adotam para avaliar seu desempenho não apenas em termos financeiros, mas também em relação a preocupações ambientais, sociais e de governança. As metas específicas para 2024 envolvem a inclusão de negros na liderança e o uso de energia renovável.

Para a remuneração variável, são estabelecidos parâmetros de indicadores e metas, no âmbito dos planos de remuneração aprovados. A remuneração variável está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, conforme abaixo explicado. Para informações adicionais sobre nossos planos de incentivo de longo prazo, vide item 8.4 abaixo.

No início de cada ano, são definidos pelo Comitê de Pessoas e Governança, conforme atribuições descritas no Regimento Interno deste Comitê e no item 7.1 do presente Formulário de Referência e, na sequência, aprovados pelo Conselho de Administração, conforme os indicadores que serão avaliados em relação à Companhia e em relação aos seus administradores, bem como o peso atribuído a cada um deles. Concluído o ano, é realizada a avaliação do cumprimento da meta da Companhia, ou seja, aplicável a todos os avaliados, bem como o cumprimento das metas previstas no contrato individual do administrador elegível.

• Principais indicadores de desempenho levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how, solução de problemas e responsabilidades de cada cargo, seguindo práticas de mercado. Para aferirmos a prática de mercado, utilizamos metodologia desenvolvida pela consultoria especializada Korn Ferry-Hay Group que leva em consideração esses itens mencionados acima para pontuação dos cargos. Esse sistema de pontos é organizado por grades salariais com salários médios por grade. A Companhia pode, também, firmar com determinados membros da diretoria e executivos-chave, por ocasião de sua contratação, remuneração fixa adicional vinculada a permanência dos favorecidos por determinado período de tempo no exercício de suas funções na organização.

Remuneração variável:

O programa de incentivo de curto prazo recorrente da Companhia prevê a apuração dos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base em nosso plano de negócios e nos resultados a serem alcançados, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Em 2023, o Conselho de Administração aprovou os seguintes indicadores para definição da remuneração variável de curto prazo: atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da

8.1 Política ou prática de remuneração

Companhia, principal indicador do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool).

Para aquele ano, o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados utilizaria os resultados de GMV, EBITDA, Vendas, NPS Clientes e ESG, Participação do CDC, Custo de logística, controle de despesas, além de indicadores individuais que completam o painel de metas dos administradores. Esses indicadores compunham o contrato individual de metas que era dividido em metas da Companhia (50%), Diretoria (30%) e objetivos da área de atuação (20%). As metas corporativas da Companhia estavam atreladas aos seguintes indicadores e percentuais da Participação nos Lucros e Resultados: EBITDA (peso 20%), Base de Clientes+NPS+Taxa de Conversão (peso 20%) e ESG (peso 10%).

Como em 2023 o gatilho mínimo não foi atingido, a remuneração de curto prazo referente ao programa recorrente não foi paga. No entanto, devido à mudança no grupo de administradores da Companhia, visando à atração dos executivos, foram concedidos bônus de atração. Em linha com as práticas de mercado, foram garantidos os pagamentos do bônus desses executivos em seu primeiro ano, referentes a 2023 a serem pagos em 2024, no valor total de R\$ 8,5 milhões.

Foram pagos, a título de bônus de contratação (hiring), o valor total de R\$ 11,2 milhões. Além desses valores, foram concedidos bonus de contratação diferidos, a serem pagos parte em 2024 com provisão de mais R\$ 9,7 milhões refletidas em 2023.

Para 2024, o Conselho de Administração aprovou os seguintes indicadores para definição da remuneração variável de curto prazo: atingimento mínimo da meta de LAIR, principal indicador do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, regulado pelo range de atingimento do LAIR e acelerado pelo cumprimento de meta de Fluxo de Caixa Operacional Livre (regulador do pool). O valor terá um teto de 120% dos targets.

Para o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados, são utilizados os resultados de LAIR, Cash Margem Mercantil, Receita Líquida de Serviços, Posição de Caixa, Controle de despesas e ESG, indicadores de área que completam o painel de metas dos administradores, além de uma parte ser de avaliação discricionária. Esses indicadores compõem o contrato individual de metas que é dividido em metas corporativas (70%), áreas sob gestão do executivo (15%) e discricionário (15%).

A nova dinâmica aplicada garante maior sustentabilidade financeira ao programa de participação dos Administradores nos lucros e resultados, já que as variáveis que determinam a remuneração dos beneficiários possuem como principal componente o LAIR. Além disso, de acordo com o resultado de LAIR, apurado perante a meta estabelecida para o referido exercício, o montante da remuneração variável apurado conforme o programa também poderá variar.

Remuneração baseada em ações: as informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações estão dispostos no item 8.4 do Formulário de Referência.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

Para o Conselho de Administração e, quando instalado, o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com o padrão de mercado, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções. Esta remuneração é frequentemente avaliada mediante pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas.

Com relação à Diretoria, além do padrão de mercado, a política de remuneração traz foco em resultados, o qual depende da contínua busca por profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da administração são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com exceção das remunerações descritas nos parágrafos abaixo e indicadas no item 8.15 do Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração de membros de sua Administração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há remuneração garantida aos administradores da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	0,00	10,00
Esclarecimento			-	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.757.372,12	10.243.348,67	0,00	16.000.720,79
Benefícios direto e indireto	0,00	309.865,00	0,00	309.865,00
Participações em comitês	2.343.764,40	0,00	0,00	2.343.764,40
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.292.027,60	0,00	17.292.027,60
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	12.121.000,00	0,00	12.121.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O campo "Outros" considera a 2ª parcela do bônus de contratação (hiring) de Diretores Estatutários a ser paga em 2024 e um possível bônus de contratação para um quinto diretor estatutário.		
Pós-emprego	0,00	288.090,00	0,00	288.090,00
Cessação do cargo	0,00	614.197,00	0,00	614.197,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	4.265.367,85	0,00	4.265.367,85
Observação				
Total da remuneração	8.101.136,52	45.133.896,12	0,00	53.235.032,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

Nº total de membros	5,00	4,58	3,00	12,58
Nº de membros remunerados	5,00	4,58	3,00	12,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.757.372,12	8.760.555,54	889.705,04	15.407.632,70
Benefícios direto e indireto	0,00	159.552,55	0,00	159.552,55
Participações em comitês	2.219.992,89	0,00	0,00	2.219.992,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.470.000,00	0,00	8.470.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	20.920.800,00	0,00	20.920.800,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Em 2023, foi pago, a título de bônus de contratação (hiring), o valor total de R\$ 11,2 milhões e, além desses valores, foram concedidos bônus de contratação diferidos, a serem pagos parte em 2024, com provisão de mais R\$ 9,7 milhões refletidas em 2023, totalizando R\$ 20,9 milhões.	-	
Pós-emprego	0,00	171.000,00	0,00	171.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.654.302,40	0,00	2.654.302,40
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Com relação à remuneração "Baseada em ações (incluindo opções)" acima, a Companhia esclarece que foi indicado o valor "zero", uma vez que o sistema não permite a inclusão de números negativos. No entanto, o valor efetivamente reconhecido é de R\$2.193.489,08 negativos, tendo em vista a reversão do programa SOP 2019 (saldo 2023 + anos anteriores) dos ex-membros da diretoria estatutária e pelo fim das provisões a partir do desligamento, que gerou um efeito negativo nas provisões da diretoria estatutária. Para fins informacionais, a Companhia reapresenta no item 8.20 deste Formulário de Referência a presente tabela, refletindo os valores efetivamente reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	7.977.365,01	41.136.210,49	889.705,04	50.003.280,54

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,08	5,00	3,00	13,08
Nº de membros remunerados	5,08	5,00	3,00	13,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.503.156,42	9.193.333,35	847.035,60	15.543.525,37
Benefícios direto e indireto	0,00	207.516,19	0,00	207.516,19
Participações em comitês	2.061.050,36	0,00	0,00	2.061.050,36
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	243.000,00	0,00	243.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	50.756.198,83	0,00	50.756.198,83
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	7.564.206,78	60.400.048,37	847.035,60	68.811.290,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.959.600,00	8.184.438,83	760.749,35	13.904.788,18
Benefícios direto e indireto	0,00	153.629,08	0,00	153.629,08
Participações em comitês	1.681.200,00	0,00	0,00	1.681.200,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.710.000,00	0,00	11.710.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	222.000,00	0,00	222.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	36.816.883,73	0,00	36.816.883,73
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	6.640.800,00	57.086.951,64	760.749,35	64.488.500,99

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		5,00		5,00
N° de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		12121000,00		12.121.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		12121000,00		12.121.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12121000,00		12.121.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		17292027,60		17.292.027,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		14410023,00		14.410.023,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,58		4,58
N° de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		20920800,00		20.920.800,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		28791000,00		28.791.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		19194000,00		19.194.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		8470000,00		8.470.000,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		5,00		5,00
N° de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		36560000,00		36.560.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		18280000,00		18.280.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		5,00		5,00
N° de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		24591000,00		24.591.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12881000,00		12.881.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		11710000,00		11.710.000,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor Máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor Máximo previsto no plano de remuneração		R\$ 24.591.000,00		R\$ 24.591.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		R\$ 12.881.000,00		R\$ 12.881.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		R\$ 11.710.000,00		R\$ 11.710.000,00

8. Remuneração dos administradores / 8.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possui em aberto quatro planos de remuneração baseados em ações, sendo dois planos de outorga de opções e dois planos de outorga de ações restritas.

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia (“Plano de Ações Restritas 2022”), para administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob seu controle direto ou indireto.

Em 27 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um Plano de Opção de Compra de Ações para executivos chave da Companhia (“Plano de Opções 2021”) e um Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações Restritas 2021”).

Em 02 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações para executivos chave da Companhia (“Plano de Opções 2019”).

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Atualmente, diretores e alguns colaboradores são elegíveis ao Plano de Ações Restritas 2022. Os demais planos não terão novas outorgas e serão encerrados quando da liquidação ou expiração das outorgas em aberto.

Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários de programas de pagamentos baseados em ações como parte de sua remuneração.

Os termos e condições gerais dos cinco programas de pagamentos baseados em ações estão descritos abaixo.

• Planos de Opções de Compra de Ações

Plano de Opções 2021

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, deverá, para outorgar opções no âmbito deste Plano, criar Programas de Opção de Ações (cada qual, um “Programa”), onde serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

O Conselho de Administração/Comitê poderá estabelecer a divisão do lote de ações objeto da outorga relativa a determinado Programa em sublotes, podendo cada um desses sublotes ter características, termos e condições próprios.

Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do Contrato de Opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e diretores da Companhia que sejam considerados executivos-chave da Companhia (“Participante”), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O plano foi aprovado em 27 de abril de 2021 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações não poderá exceder o correspondente a 0,197% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações, qual seja, 3.151.879 ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme descrito no item (c) acima, podendo as opções outorgadas ter por objeto uma ou mais ações.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, obedecidas as disposições do Plano de Opção de Compra de Ações, seus objetivos e os limites nele contidos, será competente para determinar as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, utilizando-se de um dos seguintes critérios: (a) Preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou (b) Média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 em determinado período anterior à data da outorga da opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá optar por aplicar um desconto de até 20% sobre o Preço de Exercício, na forma estabelecida em cada programa.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

As opções serão exercidas durante o prazo e nos períodos fixados em cada Programa.

(h) forma de liquidação

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos deste Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho ou o Comitê definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas no Programa ou nos Contratos de Opção, as opções outorgadas nos termos deste Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (c) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (e) nas hipóteses previstas no item 7 do Plano de Opção de Compra de Ações

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

Plano de Opções 2019

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê, se for o caso, deverá criar Programas de Opção de Ações (cada qual, um “Programa”), onde serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração/Comitê poderá estabelecer a divisão do lote de ações objeto da outorga relativa a determinado Programa em sublotes, podendo cada um desses sublotes ter características, termos e condições próprios.

Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do Contrato de Opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e diretores da Companhia que sejam considerados executivos-chave da Companhia ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 02 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações para executivos chave da Companhia.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano não poderá exceder o correspondente a 4,0% (quatro por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação deste Plano, qual seja, 1.298.613.283 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos e oitenta três) ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme descrito no item (c) acima, podendo as opções outorgadas ter por objeto uma ou mais ações.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, obedecidas as disposições do Plano, seus objetivos e os limites nele contidos, será competente para determinar as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções será fixado pelo Comitê utilizando-se um dos seguintes critérios:

(a) Preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou (b) média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 em determinado período anterior à data da outorga da opção.

O Comitê pode optar por aplicar um desconto de até 10% (dez por cento) sobre o Preço de Exercício.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Conselho ou o Comitê, observados os objetivos de comprometimento de longo prazo e os limites estabelecidos pelo Plano, será competente para estabelecer os prazos de exercício aplicáveis às opções (o que inclui eventuais períodos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas ou as ações correspondentes não poderão ser entregues), períodos e prazos para exercício e prazo extintivo após o qual as opções caducarão.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho ou o Comitê definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou do Comitê.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho ou Comitê estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

• Planos de Ações Plano de Ações Restritas 2022

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê criará, com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais previstas neste plano, programas de concessão de Ações Restritas (cada qual, um “Programa”), determinando, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (iv) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (v) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vi) eventuais disposições sobre penalidades; e (vii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao Plano de Ações.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante (“Contrato”), sempre de acordo com o Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições:

I. o número total de Ações Restritas a que o Participante fará jus, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos;

II. o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas; III.as normas sobre transferência das Ações Restritas;

IV. restrições aplicáveis à transferência das Ações Restritas recebidas pelos Participantes no âmbito deste Plano de Ações; e

V. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Ações ou com o Programa.

São elegíveis para participar do Plano os administradores e os empregados da Companhia que sejam considerados profissionais estratégicos (“Participantes”) pelo Conselho de Administração da Companhia ou pelo Comitê (abaixo definido), conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2022.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano de Ações Restritas 2022 não poderá exceder o correspondente a 2,19% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano, qual seja, 35.000.000 ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções no âmbito do Plano de Ações.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou Comitê criou com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais aqui previstas, programas de concessão de Ações Restritas, nos quais determina, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (iv) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (v) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vi) eventuais disposições sobre penalidades; e (vii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao Plano de Ações.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante, sempre de acordo com o Plano de Ações Restritas 2022 e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas.

(h) forma de liquidação

A transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Ações Restritas 2022, nos Programas e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao Participante

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

(i) restrições à transferência das ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho ou o Comitê fixará as normas sobre restrições aplicáveis à transferência Ações Restritas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas nos Programas ou nos Contratos, o direito ao recebimento de Ações Restritas concedido nos termos do Plano de Ações extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: a) mediante a transferência das ações objeto do Plano de Ações ao Participante; b) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato; c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou d) sujeito ao estabelecimento das regras aplicáveis pelo Conselho de administração ou do Comitê, nos casos de desligamento, aposentadoria, invalidez e falecimento do Participante.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerão, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia à cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes.

Plano de Ações Restritas 2021

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais aqui previstas, programas de concessão de Ações Restritas (cada qual, um “Programa”), nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a eventual liquidação em dinheiro das Ações Restritas concedidas; (iv) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (v) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (vi) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vii) eventuais disposições sobre penalidades; e (viii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários a este Plano de Ações Restritas 2021.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

São elegíveis para participar do Plano de Ações Restritas 2021 os empregados da Companhia que sejam considerados profissionais estratégicos ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada 27 de abril de 2021.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações Restritas 2021, ações representativas de, no máximo, 0,197% (zero vírgula cento e noventa e sete por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano, qual seja, 3.151.879 (três milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentas e setenta e nove) ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções no âmbito do Plano de Ações Restritas.

(e) condições de aquisição de ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixarão os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ("Contrato"), sempre de acordo com este Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições: a) o número total de Ações Restritas a que o Participante fará jus, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos; b) o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas; c) as normas sobre transferência das Ações Restritas; d) restrições aplicáveis à transferência das Ações Restritas recebidas pelos Participantes no âmbito do Plano de Ações Restritas; e e) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Ações Restritas ou com o Programa.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins deste Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixarão os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas no Contrato, sempre de acordo com este Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas.

(h) forma de liquidação

Para os fins do Plano de Ações, a Companhia utilizará ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho ou o Comitê definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga. Os Participantes estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas nos Programas ou nos Contratos, o direito ao recebimento de Ações Restritas concedido nos termos deste Plano de Ações extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: a) mediante a transferência das ações objeto do Plano de Ações ao Participante; b) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato; c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou d) nas hipóteses previstas no item 7 do Plano de Ações.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		1,17		1,17
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,140000		0,14
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		128,50		128,50
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		4,58		4,58
Nº de membros remunerados		4,58		4,58
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,480000		0,48
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,11		5,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,480000		0,48
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,11		5,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,480000		0,48
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,11		5,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.6 – Outorga de opções de compra de ações

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não possuem remuneração baseada em ações, de modo que as tabelas abaixo se referem à outorga de opções de compra de ações aos diretores estatutários.

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024

A Companhia esclarece que não há previsão de outorga de opções de compra de ações para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Companhia esclarece que não houve outorga de opções de compra de ações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A Companhia esclarece que não houve outorga de opção de compra de ações para membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,0
Nº de membros remunerados	5,0
Data da Outorga	27/04/2021
Qtdade de opções outorgadas	780.074
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	36 / 48/ 60 meses a partir da data de outorga
Prazo máximo para exercício das opções	6 meses após as opções se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	NA
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 6,89 / R\$ 7,45 / R\$ 8,01
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	5.772.548

8.7 Opções em aberto

Remuneração dos administradores / 8.7 – Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não possuem remuneração baseada em ações. Dessa forma, apresentamos abaixo os dados relativos aos membros da Diretoria Estatutária.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023 relativas à outorgade 12/10/2019	Diretoria estatutária
Órgão	Diretoria
Nº total de membros	4,58
Nº de membros remunerados	2,0
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	80.125
Data em que se tornarão exercíveis	12/07/2023 12/07/2024 11/05/2024 11/05/2025 11/05/2026 11/05/2027
Prazo máximo para exercício das opções	12/10/2024 10/08/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 103,16
Valor justo das opções no último dia do exercíciocial	R\$ 8.265.924
Opções exercíveis	
Quantidade	80.125
Prazo máximo para exercício das opções	12/10/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 103,16
Valor justo das opções no último dia do exercício Social	R\$ 0,00
Valor justo do total das opções no último dia doexercício social	R\$ 8.265.924

8.7 Opções em aberto

^{3 3 *} O cálculo do Valor justo do total das opções no último dia do exercício social é feito pelo valor justo das opções exercíveis no último dia do exercício social multiplicado pela quantidade de opções exercíveis.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023 relativas à outorga de 27/04/2021

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023 relativas à outorga de 27/04/2021	Diretoria estatutária
Órgão	Diretoria
Nº total de membros	4,58
Nº de membros remunerados	2,0
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	6.262
Data em que se tornarão exercíveis	27/04/2024 27/04/2025 27/04/2026
Prazo máximo para exercício das opções	27/10/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 134,67
Valor justo das opções no último dia do exercício Social	R\$ 843.297
Opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercíciocial	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não possuem remuneração baseada em ações.

Em 2021, 2022 e 2023, não houve exercício de opções relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.9 – Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários prevista para o exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2024

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	1,17
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2023

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,58
Nº de membros remunerados	3
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Em 2023 não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para os membros ativos da Diretoria Estatutária da Companhia, houve entrega apenas para os desligados, seguindo as regras de desligamentos de cada plano.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2022

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Em 2022, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2021

Em 2021, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.10 Outorga de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.10 – Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não possuem remuneração baseada em ações, de modo que as tabelas abaixo são relativas à remuneração da Diretoria Estatutária.

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2024

Como parte da estratégia para atração de executivo, para 2024, 2025 e 2026, o Conselho de Administração aprovou a concessão de 123.062 ações restritas para cada ano, no modelo de performance share com vesting a partir do terceiro ano após a admissão, pago apenas em caso de valorização de 20% da ação ao ano, a partir da data de contratação do executivo.

Além disso, serão concedidas 96.868 ações restritas, sendo 25.973 delas para administradores, como estratégia de aumentar o vínculo dos executivos à Companhia.

Outorga a ser realizada em maio de 2024	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00
Nº de membros remunerados	1,00
Data de outorga	Estimativa: 31/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	123.062
Prazo máximo para entrega das ações	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 6,28*
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 772.829,36

* Como o valor justo das ações a ser considerado é o valor da ação na data da outorga, adotou-se como estimativa o valor da ação no fechamento do mercado em 27 de março de 2024.

8.10 Outorga de ações

Outorga de ações no exercício social encerrado em 31/12/2023

Em 2023, não houve outorga de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Outorga de ações no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	10/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	14.411.090,00
Prazo máximo para entrega das ações	5 anos
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2,63
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	37.901.167,60

Outorga de ações no exercício social encerrado em 31/12/2021

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	27/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	780.074,00
Prazo máximo para entrega das ações	5 anos
Prazo de restrição à transferência das Ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 12,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	9.758.725,74

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023
Em 2023, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022
Em 2022, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021
Em 2021, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

8. Remuneração dos administradores / 8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

(a) modelo de precificação

Plano de Ações Restritas 2022

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação BHIA3 na data de outorga.

Plano de Ações Restritas 2021

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação BHIA3 na data de outorga.

Plano de Opções 2021

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o método Black & Scholes.

Plano de Opções 2019

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o método Black & Scholes.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Ações Restritas 2022

Para ações restritas 2022 a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga, foi o valor de fechamento da ação BHIA3 na data da outorga.

Plano de Ações Restritas 2021

8.12 Precificação das ações/opções

Para ações restritas 2021 a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga, foi o valor de fechamento da ação BHIA3 na data da outorga.

Plano de Opções 2021

O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Preço da ação no fim do exercício social 2023: R\$11,38, refere-se ao preço de fechamento em 28/12/2023 último pregão do ano.

Taxa livre de risco médio: 12,35% obtida pela taxa DI x Pré para 996 dias em 28/12/2023
Volatilidade: 67,17% foi utilizado a volatilidade histórica da ação BHIA3

Prazo de vida da opção: 2,73 anos

Dividendos esperados: 0,00

Plano de Opções 2019

O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Preço da ação no fim do exercício social 2023: R\$11,38, refere-se ao preço de fechamento em 28/12/2023 último pregão do ano.

Taxa livre de risco : 12,56% obtida pela taxa DI x Pré para 651 dias em 28/12/2023 Volatilidade: 67,17% foi utilizado a volatilidade histórica da ação BHIA3

Prazo de vida da opção: 1,79 anos Dividendos esperados: 0,0

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opções 2021

Não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios

8.12 Precificação das ações/opções

Plano de Opções 2019

Não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opções 2021

Para o cálculo da volatilidade esperada, foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia.

Plano de Opções 2019

Para o cálculo da volatilidade esperada, foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Opções 2021

Até o término de seu período de carência, as opções não exercíveis são consideradas como opções do tipo call nos cálculos pelo método Black-Scholes-Merton.

Plano de Opções 2019

Até o término de seu período de carência, as opções não exercíveis são consideradas como opções do tipo call nos cálculos pelo método Black-Scholes-Merton.

8.13 Participações detidas por órgão

8. Remuneração dos administradores / 8.13 – Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações, detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, por membros do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão e o percentual que o referido número representa em relação ao capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023

Órgão	Número de Ações	Percentual da classe de ações (%)	Percentual do capital total (%)	Sociedade Emissora das Ações
Conselho de Administração	0 Ações Ordinárias	0,0000% Ações Ordinárias	0,0000%	Companhia
Diretoria	19.152 Ações Ordinárias	0,02014% Ações Ordinárias	0,02014%	Companhia
Conselho Fiscal	44 Ações Ordinárias	0,00005%	0,00005%	Companhia

8.14 Planos de previdência

8. Remuneração dos administradores / 8.14 – Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Em 31 de dezembro de 2023, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não eram elegíveis aos planos de previdência suportados pela Companhia. Abaixo apresentamos os planos de previdência em vigor para a Diretoria Estatutária.

Planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	
Órgão	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,58
Nº de membros remunerados	3,4
Nome do plano	Plano de Previdência Privada VVPREV BRASILPREV.
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Nenhum
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) Ter, no mínimo, 60 anos de idade; (ii) Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com a empresa; (iii) Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e (iv) Ter cessado o vínculo com a empresa.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 611.392,48
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 171.000
Possibilidade de resgate antecipado e condições	É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção: - Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 5 anos; - Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 5 a 6 anos incompletos; - Resgate de 60% do saldo, caso tenha contribuído por 6 a 7 anos incompletos; - Resgate de 70% do saldo, caso tenha contribuído por 7 a 8 anos incompletos; - Resgate de 80% do saldo, caso tenha contribuído por 8 a 9 anos incompletos; - Resgate de 90% do saldo, caso tenha contribuído por 9 a 10 anos incompletos e; - Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 10 anos.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	4,58	5,00	5,00	5,00	5,08	5,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,58	5,00	5,00	5,00	5,08	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	27.400.677,19	22.967.742,85	21.397.238,34	1.842.971,97	1.842.972,12	1.806.000,00	296.568,35	282.345,20	253.583,12
Valor da menor remuneraçãoReal	5.998.803,23	6.448.003,30	6.514.283,64	978.600,00	978.600,00	1.061.400,00	296.568,35	282.345,20	253.583,12
Valor médio da remuneraçãoReal	8.502.864,94	12.080.009,67	11.417.390,32	1.194.692,99	1.151.474,42	1.328.160,00	296.568,35	282.345,20	253.583,12

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Os valores relativos à maior refere-se a um membro que ficou durante 8 meses na posição. Os valores relativos à menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício, considerando a proporção de tempo de cada um. O cálculo considera a remuneração total (R\$ 38,9 MM) dividida pelo número de membros (4,58).	
31/12/2022	Os valores relativos a maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2021	Os valores relativos a maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2023	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2022	Os valores relativos a maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2021	Os valores relativos a maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8. Remuneração dos administradores / 8.16 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O com vigência até 18 de setembro de 2024 , sendo o valor anual do prêmio R\$ 935.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais).

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o modelo padrão de contrato de indenidade, por meio do qual se obriga a indenizar e manter indene eventuais perdas decorrentes e/ou relacionadas ao exercício regular das funções de administrador da Companhia e de suas afiliadas, cujos principais termos e condições estão descritos abaixo:

- Objeto: Conforme disposto no item 2.1 do modelo padrão de contrato de indenidade, a Companhia se obriga a indenizar e manter indene os beneficiários, mediante pagamento direto ou pagando por conta e ordem destes, pelas perdas efetivamente sofridas baseadas em e/ou em decorrência de e/ou relacionadas ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas.
- Período de Cobertura: As obrigações do contrato de indenidade permanecem em pleno vigor e em regime de responsabilidade subsidiária com relação a quaisquer eventos indenizáveis: (i) que estiverem ativos/em andamento na data de término do mandato do administrador e até que sejam encerrados; e/ou (ii) que forem iniciados após a saída do administrador de sua posição na Companhia e/ou afiliadas, mas que estejam relacionados à conduta e período em que o administrador ocupou cargo na Companhia e/ou suas afiliadas.
- Adiantamento de Despesas: a Companhia se obriga a arcar ou adiantar ao administrador os custos de despesa razoáveis baseados em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a reclamações passíveis de indenização nos termos do contrato de indenidade. Havendo bloqueio de bens ou recursos do administrador por ordem judicial ou administrativa baseada em e/ou em decorrência de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas, o administrador receberá regularmente os recursos devidos pela Companhia e/ou suas afiliadas na forma entre eles contratada pela prestação de serviços, enquanto perdurar a indisponibilidade de recursos financeiros em conta corrente – independente da continuidade de outros bloqueios, a fim de manter a subsistência do administrador durante o período em que perdurar o bloqueio, na forma permitida pela lei, sem prejuízo do cumprimento de sua obrigação de adotar todas e quaisquer medidas para evitar ou reverter a decisão de constrição ou bloqueio, total ou parcial, dos bens do administrador. Caso

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

a remuneração do administrador por conta de atividades de gestão perante empresas que não a Companhia e/ou suas afiliadas (“Remuneração Extra Grupo”) seja bloqueada baseada em e/ou decorrente de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das afiliadas, a Companhia deverá também pagar ao administrador o valor correspondente a 100% da Remuneração Extra Grupo percebida no mês imediatamente anterior ao qual foi determinado o bloqueio de bens e comprovada pelo administrador.

- Exclusões: A Companhia não terá a obrigação de indenizar e/ou realizar qualquer adiantamento ao administrador se restar comprovado que: (i) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos cometidos pelo administrador que não forem diretamente relacionados ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das funções exercidas para representação das afiliadas (ou seja atos cometidos fora do exercício de suas atribuições ou poderes); (ii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a uma reclamação indenizável iniciada voluntariamente próprio administrador; (iii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente cometidos com dolo, culpa grave, má-fé ou de forma fraudulenta pelo administrador;

(iv) o administrador, intencionalmente e/ou de má-fé, quando do conhecimento do fato que poderá originar eventual reclamação, não agir para impedir e/ou mitigar a perda; (v) o administrador firmar um acordo em relação a uma reclamação sem o prévio e expresso consentimento da Companhia; (vi) o administrador praticar atos em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia e/ou suas afiliadas, nos termos da legislação em vigor; (vii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a ações de responsabilidade, ação social de responsabilidade civil da Companhia e/ou suas afiliadas contra o administrador (art. 159 da Lei nº 6.404/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado. (viii) ressarcimento envolvendo termo de compromisso com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado; (ix) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente em violação a normas visando o combate e/ou prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e/ou insider trading; (x) o pagamento de indenização for considerado ilegal; e/ou (xi) o administrador for previamente indenizado por um terceiro, inclusive em decorrência de um seguro D&O. Para fins de esclarecimento, se um terceiro indenizar o administrador por parte das perdas sofridas com relação a uma reclamação, a Companhia terá a obrigação de indenizar o administrador pelas perdas que não tiverem sido indenizadas por tal terceiro.

- Obrigação de o administrador devolver valores: O administrador se obriga a devolver à Companhia o valor indenizado ou adiantado se for verificada qualquer Exclusão acima. Nesse

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

caso, os valores adiantados e sujeitos à devolução deverão ser (i) atualizados monetariamente com base na variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e (ii) acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês entre a data do recebimento pelo administrador e a efetiva devolução do adiantamento em valores livres e disponíveis para a Companhia.

Em 21 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma política de pós-emprego para administradores que deixam a Companhia.

Objetivo: Estabelecer diretrizes para o período de Transição - Pós Emprego, visando proteger informações confidenciais e interesses comerciais durante transições de executivos chave do Grupo Casas Bahia.

Aplicabilidade:

Executivos estatutários: conforme aprovação pelo Conselho de Administração.

Para executivos não estatutários e colaboradores chave: conforme aprovação pelo CEO.

Duração: Determinada pelo Conselho Administrativo (para estatutários) ou pelo CEO (para não estatutários e executivos chaves), limitada a 12 meses. Esta duração considerará critérios como antiguidade, posição e impacto na empresa.

Estatutários: Desligamento de forma involuntária sem justa causa, destituição do cargo, rescisão por mútuo acordo, aplicação da política de Transição - Pós Emprego por no mínimo 03 meses e no máximo 12 meses, a menos que haja decisão contrária do Conselho de Administração.

Não estatutários: será necessário a deliberação formal do CEO caso a caso.

Remuneração e benefícios:

Remuneração: Pagamento de parcelas mensais em valor fixo e iguais ao último salário líquido de impostos do executivo, por igual período aos meses aprovados pelo conselho para fins de Transição - Pós Emprego.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Plano de saúde: O executivo continuará vinculado ao plano de saúde equivalente de seu último cargo na companhia, por igual período aos meses aprovados de Transição - Pós Emprego.

Previdência Privada: Diretores estatutários receberão junto à BrasilPrev o valor integral das contribuições da empresa aportados até o momento de seu desligamento, ainda que não atingido integralmente o período de aquisição previsto pelo regulamento do programa para este benefício. Executivos não estatutários seguirão as regras vigentes do plano de previdência no momento de desligamento.

Obrigações do beneficiário:

Não trabalhar ou prestar serviços, direta ou indiretamente, a concorrentes;

O executivo também está impedido de contratar ou induzir a contratação de colaboradores atuais do Grupo Casas Bahia;

O executivo deve manter a confidencialidade de todas as informações proprietárias ou confidenciais relacionadas ao Grupo Casas Bahia;

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8. Remuneração dos administradores / 8.17 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente

Nos exercícios de 2023, 2022 e 2021 não houve e para o exercício social corrente não há previsão de remuneração devida por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia à época do período mencionado.

8.18 Remuneração - Outras funções

8. Remuneração dos administradores / 8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos últimos 3 exercícios sociais, nem há previsão de reconhecimento para o exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8. Remuneração dos administradores / 8.19 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Nos exercícios sociais de 2023, 2022 e 2021, não houve remuneração de administradores e de membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado do antigo controlador, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, nem há previsão de reconhecimento para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos administradores / 8.20 – Outras informações relevantes

Nos exercícios sociais de 2023, 2022 e 2021, não houve remuneração de administradores reconhecida no resultado consolidado do emissor.

Conforme descrito no item 8.2 deste Formulário de Referência, com relação à remuneração “Baseada em ações (incluindo opções)” para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta abaixo a tabela do item 8.2 relativa à remuneração total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, refletindo os valores efetivamente reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando a reversão do programa SOP 2019 (saldo 2023 + anos anteriores) dos ex-membros da diretoria estatutária e pelo fim das provisões a partir do desligamento, que gerou um efeito negativo nas provisões da diretoria estatutária:

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,58	3,0	9,58
Nº de membros remunerados	5,00	4,58	3,0	9,58
Remuneração fixa anual	7.977.365,01	8.920.108,09	889.705,04	17.787.178,14
Salário ou pró-labore	5.757.372,12	8.760.555,54	889.705,04	15.407.632,70
Benefícios direto e indireto	0,00	159.552,55	0,0	159.552,55
Participações em comitês	2.219.992,89	0,00	0,0	2.219.992,89
Outros	0,00	0,00	0,0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,0	0,00	0,0	0,00
Remuneração variável	0,00	29.390.800,00	0,0	29.390.800,00
Bônus	0,00	8.470.000,00	0,0	8.470.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,0	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,0	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,0	0,00
Outros	0,00	20.920.800,00	0,0	20.920.800,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,0	0,00
Pós-emprego	0,00	171.000,00	0,0	171.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.654.302,40	0,0	2.654.302,40

8.20 Outras informações relevantes

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	-2.193.489,08	0,0	-2.193.489,08
	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Anual 2024, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	0,00
Total da remuneração	7.977.365,01	38.942.721,41	889.705,04	47.809.791,46

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2019	01/01/2019	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços profissionais, incluindo (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021; (ii) revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2022 e 2021; (iii) procedimentos previamente acordados relacionados à oferta subsequente de ações da Companhia; e (iv) serviços tributários diretamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Durante o exercício de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. recebeu as seguintes remunerações pelos serviços prestados para a Companhia e suas subsidiárias e controladas: Auditoria Contábil: R\$ 6.069 mil / Procedimentos previamente acordados relacionados à oferta pública subsequente de ações da Companhia: R\$ 1.924 mil / / Serviços tributários diretamente relacionados a auditoria das demonstrações financeiras: R\$ 457 mil / Total: R\$ 8.450 mil.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

9.3 – Caso os Auditores Independentes ou pessoas a eles ligadas tenham sido contratados para prestar outros serviços além da auditoria, descrever os procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Procedimentos relacionados a serviços tributários relacionados a auditoria das demonstrações financeiras:

Os auditores independentes da Companhia foram contratados, no exercício social de 2023, para prestar serviços tributários relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de revisão foram realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	490	994	0	0	0
Não-liderança	16900	19574	0	0	0
TOTAL = 37.958	17390	20568	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	18	842	77	432	0	0	115
Não-liderança	468	15169	3473	13008	116	0	4240
TOTAL = 37.958	486	16011	3550	13440	116	0	4355

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	87	1265	132
Não-liderança	10855	19489	6130
TOTAL = 37.958	10942	20754	6262

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	58	212	98	1006	110	0
Não-liderança	1167	5149	2447	25487	2224	0
TOTAL = 37.958	1225	5361	2545	26493	2334	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	518	707	0	0	0
Nordeste	2203	3158	0	0	0
Centro-Oeste	1191	1354	0	0	0
Sudeste	12385	14108	0	0	0
Sul	1093	1241	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 37.958	17390	20568	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	16	200	124	808	9	0	68
Nordeste	84	1095	613	2595	29	0	945
Centro-Oeste	63	882	195	1075	6	0	324
Sudeste	305	12415	2481	8434	66	0	2792
Sul	18	1419	137	528	6	0	226
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 37.958	486	16011	3550	13440	116	0	4355

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	532	654	39
Nordeste	1770	3277	314
Centro-Oeste	792	1329	424
Sudeste	6980	14426	5087
Sul	868	1068	398
Exterior	0	0	0
TOTAL = 37.958	10942	20754	6262

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	490	994	0	0	0
Não-liderança	16900	19574	0	0	0
TOTAL = 37.958	17390	20568	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	18	842	77	432	0	0	115
Não-liderança	468	15169	3473	13008	116	0	4240
TOTAL = 37.958	486	16011	3550	13440	116	0	4355

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	87	1265	132
Não-liderança	10855	19489	6130
TOTAL = 37.958	10942	20754	6262

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	58	212	98	1006	110	0
Não-liderança	1167	5149	2447	25487	2224	0
TOTAL = 37.958	1225	5361	2545	26493	2334	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	518	707	0	0	0
Nordeste	2203	3158	0	0	0
Centro-Oeste	1191	1354	0	0	0
Sudeste	12385	14108	0	0	0
Sul	1093	1241	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 37.958	17390	20568	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	16	200	124	808	9	0	68
Nordeste	84	1095	613	2595	29	0	945
Centro-Oeste	63	882	195	1075	6	0	324
Sudeste	305	12415	2481	8434	66	0	2792
Sul	18	1419	137	528	6	0	226
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 37.958	486	16011	3550	13440	116	0	4351

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	532	654	39
Nordeste	1770	3277	314
Centro-Oeste	792	1329	424
Sudeste	6980	14426	5087
Sul	868	1068	398
Exterior	0	0	0
TOTAL = 37.958	10942	20754	6262

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico da Companhia, abrangem a identidade autodeclarada de gênero, identidade autodeclarada de cor ou raça, faixa etária e outros indicadores de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Quantidade de empregados por declaração de gênero:

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	490	994	0	0	0
Não-liderança	16900	19574	0	0	0
TOTAL = 37.958	17390	20568	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça:

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	18	842	77	432	0	0	115
Não-liderança	468	15169	3473	13008	116	0	4240
TOTAL = 37.958	486	16011	3550	13440	116	0	4355

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	87	1265	132
Não-liderança	10855	19489	6130
TOTAL = 37.958	10942	20754	6262

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica:

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	58	212	98	1006	110	0
Não-liderança	1167	5149	2447	25487	2224	0
TOTAL = 37.958	1225	5361	2545	26493	2334	0

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero:

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	518	707	0	0	0
Nordeste	2203	3158	0	0	0
Centro-Oeste	1191	1354	0	0	0
Sudeste	12385	14108	0	0	0
Sul	1093	1241	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 37.958	17390	20568	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça:

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	16	200	124	808	9	0	68
Nordeste	84	1095	613	2595	29	0	945
Centro-Oeste	63	882	195	1075	6	0	324
Sudeste	305	12415	2481	8434	66	0	2792
Sul	18	1419	137	528	6	0	226
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 37.958	486	16011	3550	13440	116	0	4351

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária:

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	532	654	39
Nordeste	1770	3277	314
Centro-Oeste	792	1329	424
Sudeste	6980	14426	5087
Sul	868	1068	398
Exterior	0	0	0
TOTAL = 37.958	10942	20754	6262

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Quantidade de terceirizados por localização geográfica e atividade desempenhada:

A Companhia contrata funcionários terceirizados conforme a necessidade operacional de cada uma das lojas, centros de distribuição e sede social. As principais atividades terceirizadas estão relacionadas à: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação (TI), e (v) logística, conforme tabela abaixo:

	Limpeza	Segurança	Logística	Serviços administrativos
Norte				0
Nordeste				0
Centro-Oeste				0
Sudeste				225
Sul				0
Exterior				0
Total de Terceirizados				225

(c) índice de rotatividade

31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
24,9%	26,0%	30,3%

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1

Não houve qualquer alteração que a Companhia entende ser relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
27.400.677,19	25.390,34	1079,18
Esclarecimento		

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Políticas e práticas de remuneração dos empregados da Companhia

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia periodicamente avalia seu conjunto de regras e orientações, que fazem parte de seu instrumento denominado Política de Remuneração e são aplicáveis a todos os colaboradores, definindo critérios e o processo para movimentação de cargos e salários e permite aos gestores e colaboradores identificar com clareza: (i) suas respectivas atribuições ou responsabilidades; (ii) os critérios para a variação da remuneração ao longo do ano; (iii) as oportunidades de carreira de acordo com a posição ocupada por cada colaborador; e (iv) os procedimentos para efetivação de uma movimentação na estrutura de cargos.

Com relação à remuneração variável, a Companhia adota um plano de remuneração diferenciado e competitivo, incluindo a utilização de Indicadores Coletivos e Individuais, além de Indicadores do negócio para estabelecer suas metas e a partir deste alcance, definir os valores atribuídos a remuneração variável. Também foram implementados indicadores que avaliam nossas práticas ESG. Os componentes variáveis também incluem benefícios diferenciados aos executivos e um programa de outorga de ações.

(b) Política de benefícios

A Companhia oferece de forma compulsória o seguro de vida com assistência funeral e alimentação (vale alimentação ou vale refeição). O colaborador ainda pode aderir aos benefícios opcionais de assistência médica, assistência odontológica, vale transporte, previdência privada, passaportes para atividade física, empréstimo consignado, extensão da licença maternidade e/ou extensão da licença paternidade. As colaboradoras que são mães recebem um crédito em cartão específico para auxiliar nos cuidados com alimentação, higiene e vestuário dos filhos com idade entre 6 meses a 5 anos incompletos, além de um enxoval com itens para o bebê. O benefício de telemedicina com consultas médicas por vídeo-chamada ou telefone está disponível gratuitamente, 24 horas, a todos os colaboradores e dependentes. Assim como o programa de assistência ao colaborador e seus familiares que oferece suporte social e psicológico, orientação jurídica, financeira e previdenciária por meio de um canal telefônico 0800.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- (i) grupo de beneficiários
- (ii) condições para exercício
- (iii) preço de exercício
- (iv) prazos de exercício
- (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Do grupo de empregados não administradores, apenas funcionários classificados com nível de gerência e diretoria não estatutária são elegíveis ao nosso programa de remuneração baseado em ações, que é

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

concedido em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual.

As características dos planos de remuneração baseados em ações de empregados não administradores são idênticas às características dos planos de remuneração baseados em ações dos administradores da Companhia, conforme descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida no resultado do último exercício social da Companhia

Considerando a estratégia de remuneração da Companhia em 2023, (salário base e adicionais, incentivo curto prazo no alvo e incentivo de longo prazo no alvo), o valor da maior remuneração seria 489 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos empregados, desconsiderando-se a maior remuneração individual.

Considerando o efetivamente pago aos colaboradores da Companhia no ano fiscal de 2023 (salário base e adicionais, incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo), o valor da maior remuneração individual da Companhia foi 1079 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos empregados, desconsiderando-se a maior remuneração individual, uma vez que em 2023 não houve efetivo pagamento de incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo. Vale ressaltar que em 2023 tivemos alguns eventos extraordinários que influenciaram o número acima, tais como a troca de CEO e de alguns estatutários, e a necessidade do pagamento de bônus de contratação por conta dessas mudanças.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves

A Companhia realiza acordos e convenções coletivas com os sindicatos aos quais seus colaboradores estão vinculados, estabelecendo as condições de trabalho, bem como como reajuste salarial, plano de participação nos resultados, entre outros. A Diretoria de Gente e Gestão é responsável pelas relações trabalhistas e sindicais da Companhia e mantém como prática a realização de reuniões de entendimentos e de renovação de condições de trabalho com as diversas lideranças sindicais, em âmbito nacional. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento ético e transparente, a partir do qual empregador e empregados sejam beneficiados e divergências sejam dirimidas sem que haja tensões ou conflitos.

A Companhia entende que a negociação pacífica com os sindicatos é a base para a manutenção da harmonia e do equilíbrio nas relações de trabalho. Sendo assim, busca dialogar com as entidades sindicais sobre temas de interesse coletivo como os exemplos citados acima, bem como condições de abertura e funcionamento do comércio aos domingos e feriados, banco de horas entre outros.

A Companhia acredita manter uma relação harmoniosa com seus colaboradores e os sindicatos que os representam, não tendo sido registrada nenhuma greve nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Colaboradores

A Companhia encerrou o exercício social de 2023 com 37.958 empregados, sendo 36.647 empregados no critério FTE (*full-time-equivalent*). A Companhia considera como seu maior capital as pessoas que integram seu time. São elas que estabelecem e nutrem o relacionamento com todos os outros *stakeholders*, especialmente com os clientes, ou seja, são elas que constroem, no dia a dia, a reputação da Companhia.

Treinamentos

Em 2023, foram realizadas **+520K** de horas em treinamento, o que representa cerca de **+11 horas** em média de desenvolvimento por colaborador. Na Escola de Liderança, tivemos algumas ações que se destacam em 2023.

Em 2023, a Escola de Liderança passou por uma reestruturação com foco no desenvolvimento do líder diante dos desafios da companhia. Com isso, foi criado um espaço dedicado para apoiar os líderes a se desenvolverem. A Escola é indicada para a primeira liderança ou para aprimorar lideranças mais experientes.

As trilhas abordam temas com foco em 3 pilares idealizados com base no Pipeline de Liderança, que é um modelo que apoia os líderes a evoluírem ao longo de suas carreiras, à medida que suas responsabilidades aumentam. Trabalhamos os seguintes temas: **Líder de Si** (Comunicação, Inteligência Emocional, Protagonismo, Gestão do Tempo e Influência) **Líder do Time** (Feedback, Liderança Situacional, Delegação, Gestão Remota e Negociação), **Líder de Negócios** (Planejamento Estratégico, Tomada de Decisão, Gestão de Resultados, OKR e Visão Sistêmica).

A Escola de liderança é aplicada para todos os níveis de liderança da companhia.

Na Universidade Corporativa, o foco ficou nos cursos para elevar as competências necessárias ao desempenho das funções, desenvolvimento de Soft Skills e Hard Skills e temas estratégicos para a Cia.

Soft Skills abordamos temas relacionados com uma jornada onde o líder precisa olhar para si primeiro, esse é o ponto de partida onde o líder aprende a liderar eles mesmos, desenvolver habilidades pessoais e entender suas motivações e valores. Depois de compreender a si mesmo, o próximo passo é olhar para o time, nesse ponto o líder começa a olhar para o coletivo, para a equipe e entender mais de como lidar com todos para atingir nossas metas e objetivos. Para fechar com a última etapa, existem direcionamentos para desenvolvimentos de **Hard Skills** aqui o líder entende como conectar todos os outros dois pontos à estratégia da companhia.

Para líderes que estão na primeira gestão existe o manual chamado Kit Líder. É um guia de consulta rápida, que aborda práticas e informações essenciais para o primeiro líder com direcionamentos de Ferramentas para apoiar seu desenvolvimento e dicas de como liderar seu time.

Todos os conteúdos das trilhas estão disponíveis com o treinamento principal, abordando situações

10.5 Outras informações relevantes

teóricas e práticas, além de materiais de apoio com dicas de livros, palestras, filmes e outros cursos, isso para o líder se aprimorar cada vez mais.

Avaliação de Competências

- Avaliação de Competências: Em 2023, Não tivemos avaliação de desempenho, mas estamos seguindo com uma avaliação de desempenho em 2024 avaliado o trimestre de Jan/Fev e Março.

Diversidade, Equidade e Inclusão

A Diversidade, Equidade e Inclusão são valores e compromissos essenciais do Grupo Casas Bahia. Juntos, eles contribuem para construção da cultura organizacional, orientam a forma como os nossos times são formados e nosso relacionamento com todos os públicos de contato, gerando impacto positivo nos ambientes internos e nas localidades que estamos inseridos, permeando não apenas o nosso ecossistema, mas também a sociedade em geral, movimentando a agenda ESG.

Dedicação Também é Respeitar

Acreditamos que o respeito, a ética e a integridade são atitudes essenciais que devem permear todos os negócios e ambientes que estamos inseridos. Para reforçar essa crença, criamos o programa Dedicação também é Respeitar, abrangendo todos os nossos públicos internos diretos e indiretos, com foco no respeito, empatia, combate a qualquer ato de discriminação, assédio e violência.

Letramento

Em 2023, o lançamento da segunda temporada do curso obrigatório de Diversidade e Inclusão, na modalidade Ensino a Distância (EaD) abrangeu temas como: diversidade, inclusão, empatia, viés inconsciente, equidade e igualdade, a importância das ações afirmativas, o combate de qualquer discriminação ou violência, certificando 74% dos nossos colaboradores.

Durante o ano, foram mais de 26.300 colaboradores certificados no EAD e mais de 900 líderes da operação de loja formados, das mais diversas regiões do Brasil, que passaram por cinco módulos, com duração de duas horas cada um, conectando os temas com o cotidiano de loja, com as temáticas: Combate do racismo e Intolerância Religiosa, em parceria com o ID_BR; Combate do assédio e violência de gênero, em parceria com o Movimento Livre de Assédio; Direitos da Comunidade LGBTQIAP+ e combate da LGBTfobia; Inclusão da Pessoa com deficiência, em parceria com Oportunidades Especiais e Equidade de gênero e combate do machismo.

Pessoas com Deficiência

Criar ambientes de negócios mais inclusivos para transformar positivamente as vidas das pessoas com deficiência é um compromisso fundamental da nossa jornada de diversidade, sendo uma força influenciado não só dentro da companhia, mas também fora dela.

O Programa Jornada Sem Barreiras é uma ação afirmativa exclusiva para colaboradores com deficiência e abrange toda a Companhia. Em 2023, foram mais de 1.300 colaboradores com deficiência formados, representando 80% do desse público. Além disso, o programa oferece letramento exclusivo para liderança,

10.5 Outras informações relevantes

orientação sobre o combate da discriminação e a divulgação da cartilha de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O Curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é uma iniciativa que faz parte da estratégia de construção de ambientes cada vez mais inclusivos e acessíveis à todas as pessoas com deficiência, promovendo excelência no atendimento ao cliente. O curso é online e gratuito para todos os nossos colaboradores, fruto de uma parceria com a Oportunidades Especiais, plataforma que conecta grandes empresas a profissionais com deficiência.

A jornada de acessibilidade contribui com a promoção da melhor experiência e usabilidade, tanto para o público interno quanto para os nossos clientes. Em 2022, implementamos a ferramenta de tradução de Libras e de apoio para adaptações visuais nos sites institucionais e das nossas marcas. Em 2023, ampliamos nossa atuação com a implementação do canal de atendimento em libras humanizado, em tempo real, possibilitando uma experiência ainda mais acolhedora e exclusiva para a população com deficiência que percorrem diariamente os espaços que em estamos inseridos.

Raça/Etnia

Em 2023, realizamos a segunda fase da campanha de autodeclaração racial. O resultado do percentual de colaboradores não declarados saiu de 11%, em 2022, para 7%, em 2023. A iniciativa reflete os esforços sistemáticos da Companhia para retratar da forma mais fidedigna possível a realidade dos nossos colaboradores em termos de raça. A ação é um dos fatores que contribuiu com o aumento da assertividade no mapeamento de oportunidades internas e com a criação de ações afirmativas.

Nossos dados mostram que, em dezembro de 2023, chegamos a 45% do time composto por negros, frente aos 42% em 2022. A representatividade de negros na nossa liderança cresceu de 30%, em 2022, para 34%, em 2023, reforçando nossa diretriz de aumentar a participação de pessoas negras em cargos de liderança.

Em parceria com o Movimento Mover, disponibilizamos o curso de inglês exclusivo Hello Mover para 800 colaboradores autodeclarados negros. Os participantes terão 12 meses de formação, com acesso à escola virtual da EF Education First, abrangendo mais de 2.000 horas de conteúdo de autoestudo.

O Programa Lapidar é uma ação afirmativa racial de aceleração de carreiras e a formação de lideranças, criada para promover o desenvolvimento de carreira de colaboradores autodeclarados negros e para disseminar a importância do enfrentamento do racismo estrutural. Em sua primeira edição, em 2021, o Lapidar capacitou e treinou 34 pessoas autodeclaradas pretas e pardas, sendo que 70% delas foram promovidas ou tiveram algum mérito reconhecido. Em 2023, o programa foi reestruturado, incorporando a mentoria como parte da formação e será relançado a partir de 2024.

Em alusão ao dia da Consciência Negra, realizamos a campanha Dedicção Total na luta pela Equidade Racial e Antirracista, contou com o reforço da campanha de autodeclaração racial, do letramento nas redes internas e externas, live de conscientização e 10 matérias sobre o tema, além de entrevista para o portal Cajuína, alcançando 150 mil acessos de audiência, reforçando o nosso compromisso com o tema.

Pela Fundação Casas Bahia, 61% dos 11.683 jovens formados são negros, totalizando 7.126 jovens

10.5 Outras informações relevantes

negros.

Equidade de Gênero

A jornada de equidade de gênero começa com a consciência do papel de cada um na construção de ambientes justos, igualitários e seguros em todos os locais onde estamos inseridos, sobretudo para os grupos sub-representados, ou com maior vulnerabilidade socioeconômica, como as mulheres.

Os nossos indicadores mostram que 46% do público interno é composto por mulheres e mantemos a representação de 33% de mulheres nas cadeiras de gerência acima, além de ter a representatividade feminina no conselho administrativo, reforçando nosso compromisso de aumentar o número de mulheres na liderança.

O programa Mulheres Potência é uma iniciativa de promoção da equidade de gênero, dividido em quatro pilares: promoção do tema para todos os colaboradores, conscientização da liderança, empoderamento feminino e enfrentamento da discriminação e violência de gênero. Em 2023, foram 90 mil visualizações do conteúdo digital de letramento, cinco Workshops com as diretorias regionais de loja, impactando mais de 1000 líderes de loja acima, uma Live, transmissão aberta para público interno e externo, uma DTV (Canal interno) especial mulheres, 1ª Roda de Conversa com 100% das colaboradoras da Bartira e piloto de cartazes informativos sobre o enfrentamento da violência nas lojas do Rio de Janeiro.

Pela Fundação Casas Bahia, o projeto de formação de mulheres empreendedoras em parceria com o Instituto Dona de Si formou 268 mulheres no RJ e RS, sendo 65% autodeclaradas negras.

Comunidade LGBTQIAP+

A promoção dos direitos LGBTQIAP+ e o combate à violência e discriminação, são compromissos da Companhia que reforçam a nossa atuação com os 10 Compromissos da Companhia com a Promoção dos Direitos LGBTI+, junto ao Fórum de Empresas e Direitos LGBT.

Em alusão ao Dia do Orgulho, comemorado no dia 28 de junho, realizamos a campanha #TenhoOrgulhoEMostro, com foco no letramento e reforço do combate a qualquer discriminação contra as pessoas LGBTQIAP+. O grande destaque de 2023 foi o filme das Casas Bahia, com a participação de colaboradores, amigos e familiares, alcançando 9 mil visualizações, 234 mil curtidas e matéria ao vivo no SPTV 1ª Edição sobre a atuação da Companhia no tema.

Orgulhosamente Trans é uma ação de combate à transfobia e promoção do acolhimento dos colaboradores transgêneros. Os grandes destaques foram a realização de encontros exclusivos para os colaboradores transgêneros e suas lideranças e campanha de sensibilização de combate à LGBTfobia, chegando em mais de 30 mil visualizações.

A companhia apoia a promoção e a divulgação do projeto Orgulho do meu RG, em parceria com a Bicha da Justiça, empresa de assessoria jurídica e educação sobre direitos LGBTQIAP+, dando suporte para pessoas transexuais, transgêneros, travestis e não binárias em vulnerabilidade, interessadas em fazer a retificação de nome e gênero em seus documentos. Mais de 100 pessoas já foram beneficiadas pelo projeto.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 – Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, indicando quando houver uma política formal adotada pela Companhia, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia realiza, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com o mercado. Tais operações incluem contratos de empréstimo, acordos comerciais, serviços compartilhados e contratos de locação.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 17 de abril de 2023, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, que estabelece os termos e diretrizes para a contratação, pela Companhia, de operações junto a parceiros que sejam partes relacionadas da Companhia (“Política”). A íntegra da Política está disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

A Política estabelece procedimentos que contribuam para assegurar que transações entre partes relacionadas e a Companhia ou as sociedades cujo capital social, direta ou indiretamente, seja integralmente detido pela Companhia sejam realizadas no melhor interesse da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a Política visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais partes relacionadas.

Dentre seus principais aspectos, nos termos da Política:

- “Transação com Parte Relacionada” é a transferência de bens, direitos, recursos, serviços ou obrigações, direta ou indiretamente, entre a Companhia e uma Parte Relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida, estando compreendido nesta definição quaisquer Transações Fora do Curso Normal dos Negócios, Transações Correlatas e Transações em Bases Contínuas.
- “Transação Fora do Curso Normal dos Negócios” é qualquer Transação com Parte Relacionada que não se destine diretamente à realização das atividades que constituem o objeto social da Companhia.
- “Transações Correlatas” são o conjunto de transações similares que possuem relação lógica entre si em virtude de seu objeto ou de suas partes, já tendo a transação principal ou a série de transações de duração continuada aprovada nos termos desta Política, a saber: (i) transações que decorrem de uma transação principal já efetuada, desde que essa tenha estabelecido suas principais condições, inclusive os valores envolvidos; e (ii) transações de duração continuada que

11.1 Regras, políticas e práticas

englobem prestações periódicas, desde que as principais condições, inclusive os valores envolvidos já sejam conhecidos.

- “Transação em Bases Contínuas” é qualquer Transação com Parte Relacionada cujos efeitos possam ser naturalmente modificados ao longo da execução do contrato em razão de sua vigência maior que 1 ano, ou seja, cujos efeitos futuros não sejam identificáveis e definíveis quando da aprovação da transação pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Transação com Parte Relacionada que seja no curso normal dos negócios da Companhia estará sujeita à aprovação formal pelo Conselho de Administração. Para tanto, a transação deverá antes ser levada, pelo Departamento Jurídico, à análise do Comitê Financeiro, que avaliará se as diretrizes da Política foram observadas na instrução do processo sobre a transação que será enviada ao Conselho de Administração.

A Transação com Parte Relacionada que envolva valor inferior a R\$ 100.000.000,00 e seja fora do curso normal dos negócios da Companhia estará sujeita à aprovação formal pelo Conselho de Administração, devendo, para tanto, tal transação ser levada antes, pelo Departamento Jurídico, à análise do Comitê Financeiro, que avaliará se as diretrizes da Política foram observadas na instrução do processo sobre a transação que será enviada ao Conselho de Administração.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Investcred Unibanco S.A.	17/12/2018	10.000.000,00	100.094,19	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Companhia e o Banco Investcred, tendo a FIC e o Itaú Unibanco como intervenientes anuentes, em 17/12/2018 e aditado em 27/02/19, em que a Companhia atua como correspondente bancário do Investcred no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de: (i) recepção e encaminhamento de proposta de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade do Investcred; (ii) recepção e encaminhamento de proposta referentes a operações de crédito de concessão do Investcred; e (iii) recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, bem como outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços pela Investcred com terceiros. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2023					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/06/2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Casa Bahia Comercial Ltda.	30/06/2010	7.000.000,00	734.849,38	Não aplicável	29/06/2030	0,000000
Relação com o emissor	Controlada de Membro do Conselho de Administração da Companhia.					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel celebrado entre a CB, na qualidade de locadora, e a Indústria de Móveis Bartira Ltda., na qualidade de locatária, referente à fábrica situada à Av. Dr. Ramos de Azevedo, 133, Bairro Fundação, São Caetano do Sul-SP. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2023					
Garantia e seguros	Fiança concedida pela Companhia					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de rescisão antecipada da locação antes do término do prazo ajustado, a locatária arcará com o pagamento de multa rescisória correspondente a (i) 10% do valor integral do saldo contratual; ou (ii) 12 vezes o aluguel pago no mês imediatamente anterior à data da rescisão, valendo o valor que for maior.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Casa Bahia Comercial Ltda.	31/12/2023	0,00	387.960.549,82	Não aplicável	20	0
Relação com o emissor	Controlada de membro do Conselho de Administração da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel celebrado entre a CB, na qualidade de locadora, e a Companhia e Indústria de Móveis Bartira Ltda., na qualidade de locatária, referente aos imóveis arrendados para fins das operações das lojas físicas e da fábrica de móveis. Os contratos firmados entre as partes possuem duração média de 10 anos, renováveis automaticamente pelo mesmo período. O valor informado no "saldo existente" representa o valor do ativo de direito de uso deduzido do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023					
Garantia e seguros	Sem garantia específica.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de rescisão antecipada da locação antes do término do prazo ajustado, a locatária arcará com o pagamento de multa rescisória correspondente a (i) 10% do valor integral do saldo contratual; ou (ii) 12 vezes o aluguel pago no mês imediatamente anterior à data da rescisão, valendo o valor que for maior somente em caso de loja.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Companhia Brasileira de Distribuição; Casas Bahia Comercial Ltda; Michael Klein e Eva Lea Klein	04/07/2017	73.000.000,00	437.035.105,81	0 o montante correspondent.e aos interesses das partes relacionadas no negócio	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Casas Bahia Comercial Ltda., Michael Klein e Eva Lea Klein possuem participação acionária na Companhia.					
Objeto contrato	Revisão das obrigações relacionadas ao Acordo de Associação celebrado em 04/12/09 e aditado em 01/07/10, que resultou na integração dos negócios do setor de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico, então explorados pela Companhia, pela CBD e por CB, especialmente: (i) a apuração de responsabilidades por perdas incorridas até 08/11/16 ("Data Base"); (ii) a consolidação de procedimentos para indenização por perdas potenciais identificadas até 08/11/16; (iii) o ajuste das garantias prestadas por CB em relação às perdas potenciais; e (iv) o ajuste da garantia prestada pela CBD nos contratos de locação celebrados entre a Companhia e CB, Michael Klein e Eva Lea Klein. Em 04/07/17, as Partes celebraram um Termo de Acordo, posteriormente aditado em 03/09/18, 04/10/18 e 24/10/18, que tem por objetivos: (i) pacificar a interpretação do Termo de Acordo; (ii) detalhar regras, critérios e procedimentos para apuração e cálculo das perdas e danos; dentre outros. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2023					
Garantia e seguros	Michael Klein e Eva Lea Klein comparecem como garantidores das obrigações de indenizar da Casas Bahia Comercial Ltda., assim como foram mantidas hipotecas sobre determinados imóveis da propriedade de Casas Bahia Comercial Ltda. A Companhia Brasileira de Distribuição é garantidora das obrigações da Companhia previstas nos contratos de locação firmados com Casas Bahia Comercial Ltda.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Revisão do Acordo de Associação					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A - Créd., Finan. e Invest. (FIC)	13/12/2018	0,00	2.102.737,80	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Acordo de autorização provisória celebrado entre a CBD, o Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Itaucard S.A, Lake Niassa Empreendimentos e Participações LTDA, Bellamar Empreendimentos e Participações LTDA, Companhia e a FIC que estabelece os termos e condições que regem a autorização provisória concedida pela FIC à Investcred para ofertar e distribuir cartões de crédito (bem como produtos e serviços vinculados a cartão de crédito) para clientes das Lojas CBD detidas e/ou operadas pela Companhia sob as marcas Ponto Frio e/ou Pontofrio.com, Em contraprestação à autorização provisória, o Investcred pagará à FIC R\$ 60,00 por cada cartão de crédito emitido pela Investcred					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A autorização provisória é concedida nos termos definidos como antecipação de determinados efeitos da Transferência Definitiva, de modo que caso, por qualquer motivo (i) a Transferência Definitiva, inclusive no que toca à transferência da Carteira Legado Ponto Frio, não ocorra até 30 de junho de 2019, (ou em outro prazo previamente acordado por escrito entre Itaú Unibanco Holding, CBD e a Companhia): a) a autorização provisória será automaticamente revogada e a Investcred se obriga a vender para a FIC (e a FIC se obriga a comprar), a valor de mercado, a integralidade da carteira de Produtos e Serviços Financeiros detida pela Investcred em tal data e b) as partes intervenientes anuentes se comprometem a praticar todos os atos necessários (incluindo aprovações necessárias em seus respectivos órgãos societários, conforme aplicável) para fins de executar o item (a) e uma vez cumprido referido item, para fins de proceder a liquidação da Investcred e à devolução de sua licença para operar como instituição financeira perante o Banco Central do Brasil.					
Natureza e razão para a operação	Acordo de autorização provisória para oferta e distribuição de cartões de crédito. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2023.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A - Créd., Finan. e Invest. (FIC)	01/11/2016	0,00	0	-	28/08/2029	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Acordo de Associação celebrado entre a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), o Itaú Unibanco Holding S.A., a Companhia, o Banco Itaucard e a FIC que estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes em relação à parceria para oferta de determinados produtos e serviços financeiros e securitários. O Acordo de Associação foi celebrado em 27/10/04 aditado em 22/02/05, 22/12/05, 28/08/09 e 01/11/16. Foi concedida exclusividade à FIC para oferta e distribuição de determinados produtos e serviços financeiros aos clientes das lojas CBD. A Companhia pagou à FIC a quantia de R\$ 65.000.000,00 para adquirir da FIC o direito de exclusividade para a oferta de Seguros Ponto Frio Não Atrelados ao Cartão nas Lojas Ponto Frio e nos domínios de internet e demais ambientes de e-commerce em 2017					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	No prazo de 180 dias de antecedência ao término do prazo de exclusividade, qualquer das partes poderá enviar notificação à outra para manifestar (i) sua confirmação de término do Acordo de Associação em 28/08/29, ou (ii) sua intenção de negociar com a outra parte a renovação do Acordo de Associação. Na ausência de manifestação das partes dentro do prazo acima, o Acordo de Associação restará automaticamente extinto sem qualquer penalidade para as partes.					
Natureza e razão para a operação	Acordo de associação para oferta de determinados produtos e serviços financeiros e securitários.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	04/10/2013	4.000.000,00	R.\$ 0,00	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e a Companhia, e posteriormente aditado em 18/04/16, em que a Companhia atua como correspondente bancário da FIC no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de: (i) recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, bem como outras atividades decorrentes de execução de contratos e convênios de prestação de serviços pela FIC com terceiros; (ii) recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito de concessão da FIC; e (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da FIC					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	07/07/2017	0,00	0	-	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancári					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e a Cnova, em que a Cnova atua como correspondente bancário da FIC no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de atividades de recepção e encaminhamento de proposta de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da FIC, por meio eletrônico, nos sites Extra.com e Ponto.com.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 – Transações com partes relacionadas****n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia conta com Código de Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Regimento Interno do Conselho de Administração, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regrado a obrigação de reporte e declaração de impedimento em negócios com constatação de conflito de interesses.

o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Todas as transações indicadas no item acima observam, à época de sua contratação, condições praticadas pelo mercado, tendo sido aprovadas de acordo com a Política vigente. Ainda, foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço, prazo, eventual garantia, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação da contraparte, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
07/10/2024	Totalmente Integralizado	5.449.701.919,48
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
95.086.997	0	95.086.997

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
07/10/2024	Totalmente Integralizado	5.449.701.919,48
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
95.086.997	0	95.086.997

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
07/10/2024		5.449.701.919,48
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
95.086.997	0	95.086.997

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
07/10/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
24.913.003	0	24.913.003

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(a) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(b) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(c) Hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(d) Outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	BHIA12
Data de emissão	13/09/2023
Data de vencimento	19/09/2024
Quantidade	622.918.731
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia. Caso a totalidade dos Bônus de Subscrição seja exercida, o aumento de capital resultante do exercício dos Bônus de Subscrição será de até R\$ 498.335.540,80 (considerando que a integralidade do Preço de Exercício seja destinada à conta de capital social da Companhia), dentro do limite do capital autorizado, respeitados eventuais ajustes, para cima ou para baixo, por conta de arredondamento. O aumento de capital da Companhia relativo ao exercício dos Bônus de Subscrição será homologado em reunião do Conselho de Administração ou Assembleia Geral da Companhia, conforme aplicável, especialmente convocada para esta finalidade.
Possibilidade resgate	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Os Bônus de Subscrição foram emitidos e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações emitidas no aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2023 ("Aumento de Capital"), de forma que não houve preço de emissão dos Bônus de Subscrição. O preço de exercício de cada Bônus de Subscrição corresponderá a R\$ 0,80, que representa o preço por ação no âmbito do Aumento de Capital ("Preço de Exercício"). O Preço de Exercício estará sujeito a ajustes em função dos seguintes eventos: (a) Em caso de aumento de capital sem a concessão de direito de prioridade ou direito de preferência, para fins de captação de recursos a um preço de emissão por ação inferior ao Preço de Exercício, o Preço de Exercício deverá ser ajustado ao preço por ação fixado no referido aumento de capital. Não haverá ajuste do Preço de Exercício em caso de qualquer aumento de capital que não tenha a finalidade de captar recursos para a Companhia, incluindo, mas não limitado, àqueles realizados no âmbito de exercício de opções detidas por participantes de planos de remuneração baseada em ações da Companhia ou como consequência de incorporação de ações de outra sociedade. (b) Na hipótese de aumento de capital com direito de preferência para subscrição, o Preço de Exercício será ajustado no dia em que a ação passar a ser negociada "ex" no mercado à vista, mediante a dedução do valor do direito, que será calculado com base no último preço anterior à data "ex", sendo a liquidação feita com títulos "ex". (c) Em caso de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou outro provento em dinheiro, o Preço de Exercício será ajustado no dia em que a ação passar a ser negociada "ex" no mercado à vista, deduzindo-se o valor do provento em dinheiro líquido do Preço de Exercício, sendo a liquidação feita com títulos "ex". (d) Na hipótese de grupamento, desdobramento, bonificação ou qualquer provento em novas ações, a liquidação será feita com títulos "ex", ajustando-se a quantidade de ações ordinárias que cada Bônus de Subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever ("Quantidade de Ações") e o Preço de Exercício proporcionalmente ao percentual do grupamento, desdobramento, bonificação ou outro provento em novas ações, na data em que houver a solicitação do exercício. (e) Caso o evento societário permita a conversão de Preço de Exercício e da Quantidade de Ações em múltiplos inteiros do lote padrão, o ajuste será efetuado no dia em que a ação passar a ser negociada "ex" no mercado à vista. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos nas seguintes janelas de exercício ("Janelas de Exercício"): (i) 25, 26, 27, 30 e 31 de outubro de 2023; (ii) 24, 26, 29, 30 e 31 de janeiro de 2024; (iii) 22, 23, 24, 25 e 26 de abril de 2024; (iv) 25, 26, 29, 30 e 31 de julho de 2024; e (v) 13, 16, 17, 18 e 19 de setembro de 2024.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações dos termos e condições dos Bônus de Subscrição serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de bônus de subscrição especialmente convocada para tal fim.
Outras características relevantes	Para mais informações sobre os Bônus de Subscrição, vide o Anexo à ata de reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2023 e o Aviso aos Titulares de Bônus de Subscrição divulgado pela Companhia em 25 de setembro de 2023.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª emissão – 1ª série
Data de emissão	28/04/2024
Data de vencimento	28/11/2029
Quantidade	1.500.000.000
Valor nominal global R\$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos regulamentares aplicáveis, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), observada a ordem de prioridade entre as Séries prevista na Cláusula 7.1.1 abaixo. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,50% ao ano para primeira série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, “remuneração”, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografário. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.
Outras características relevantes	Esta emissão está sujeita ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª emissão – 2ª série
Data de emissão	28/04/2024
Data de vencimento	28/11/2030
Quantidade	1.406.873.551
Valor nominal global R\$	1.406.873.551,00
Saldo Devedor em Aberto	1.406.873.551,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos regulamentares aplicáveis, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures da 2ª Série, à opção de cada um dos Debenturistas, poderão ser convertidas em ações de emissão da Emissora (i) trimestralmente no período entre o 18º (décimo oitavo) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contados da Data de Emissão, por meio da B3; e/ou (ii) na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observada a ordem de prioridade entre as Séries prevista na Cláusula 7.1.1 abaixo. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,00% ao ano para segunda série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, "remuneração", calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografário. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.
Outras características relevantes	Esta emissão está sujeita ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª emissão – 3ª série
Data de emissão	28/04/2024
Data de vencimento	28/11/2030
Quantidade	1.173.096.512
Valor nominal global R\$	1.173.096.512,00
Saldo Devedor em Aberto	1.173.096.512,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos previstos na regulamentação aplicável, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), observada a ordem de prioridade entre as Séries prevista na Cláusula 7.1.1 abaixo. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos di – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,00% ao ano para primeira série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, “remuneração”, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografário. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.

Outras características relevantes

Esta emissão está sujeita ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	4077	35	222

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações ordinárias e os bônus de subscrição de emissão da Companhia são admitidos à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob códigos “BHIA3” e “BHIA12”, respectivamente.

As debêntures da 6ª emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

As debêntures da 7ª emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

As debêntures da 9ª emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia cancelou seu programa de ADRs vigente até 2023 e não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Oferta pública de distribuição de valores mobiliários:

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados pela Companhia por meio da 10ª emissão de debêntures foram destinados para recomprar as seguintes emissões da Companhia: 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões. Além de cédulas de crédito bancário emitidas com instituições financeiras locais.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos das respectivas distribuições.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, visto que não houve desvios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Recuperação Extrajudicial

Em 28 de abril de 2024, a Companhia ajuizou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”), que foi distribuído perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP sob o nº 106506661.2024.8.26.0100.

Mediante a homologação do Plano de RE, as obrigações da Companhia no âmbito das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures, cujas características estão descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, serão novadas perante a Companhia e substituídas, para fins do art. 356 do Código Civil, por uma combinação de duas séries de debêntures simples e uma série de debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública, emitidas pela Companhia (“Novas Debêntures”).

Para referência, seguem abaixo as principais informações sobre as três séries das Novas Debêntures. Para mais informações sobre o Plano de RE e sobre as Novas Debêntures, vide a íntegra do Plano de RE, disponível em: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/informacoes-financeiras/plano-de-recuperacao-extra/>. Os termos iniciados em letras maiúsculas utilizados, mas não definidos abaixo terão o significado que lhes for atribuído no Plano de RE.

Novas Debêntures - 1ª Série

Valor do Principal. O valor principal das Novas Debêntures – 1ª Série corresponderá a R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e meio de Reais) (“Valor Principal 1ª Série”).

Conversibilidade: As Novas Debêntures – 1ª Série não serão conversíveis em ações da Companhia.

Juros: As Novas Debêntures – 1ª Série farão jus a juros a uma taxa semestral equivalente a 1,500% (um inteiro e cinco décimos por cento), acrescidos da variação positiva das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, denominadas “Taxas DI over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), ao ano, calculados desde a Data de Assinatura, a serem capitalizados (i.e., incorporados ao principal) no período entre a data de emissão das Novas Debêntures – 1ª Série e 28 de maio de 2026, e pagos em dinheiro, semestralmente, a partir de 28 de maio de 2026.

Vencimento: As Novas Debêntures – 1ª Série vencer-se-ão em 28 de novembro de 2029.

Amortização: As Novas Debêntures – 1ª Série serão amortizadas de acordo com o seguinte cronograma de amortização:

<i>Data</i>	<i>% do Saldo do Valor Nominal Unitário das Novas Debêntures – 1ª Série a ser</i>

12.9 Outras informações relevantes

	<i>amortizada</i>
28 de novembro de 2026	10,0000%
28 de novembro de 2027	11,1111%
28 de novembro de 2028	25,0000%
28 de novembro de 2029	100,0000%

Novas Debêntures – 2ª Série

Valor do Principal. O valor principal das Novas Debêntures – 2ª Série corresponderá ao valor do produto dos Créditos Sujeitos detidos pelos Credores Sujeitos Apoiadores pela relação (i) do Valor Principal das Novas Debêntures – 2ª e 3ª Séries sobre (ii) os Créditos Sujeitos (“Valor Principal 2ª Série”).

Conversibilidade: As Novas Debêntures – 2ª Série serão conversíveis, a exclusivo critério de cada um dos titulares das Novas Debêntures – 2ª Série, parcial ou integralmente, em ações ordinárias de emissão da Companhia, trimestralmente no período entre o primeiro dia do 18º (décimo oitavo) mês, inclusive, e o último dia do 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, contados da data de emissão das Novas Debêntures – 2ª Série, e nas demais hipóteses previstas na Escritura das Novas Debêntures, se aplicável, em qualquer caso, com base em seu respectivo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura das Novas Debêntures) acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura das Novas Debêntures) até a Data de Conversão (conforme definido na Escritura das Novas Debêntures) dividido por 80% (oitenta por cento) do preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações de emissão da Companhia, calculado com base nos 90 (noventa) dias (exclusive) que antecederem a Data de Conversão (conforme definido na Escritura das Novas Debêntures), nos termos da Escritura das Novas Debêntures.

Prioridade aos Acionistas Existentes. A distribuição pública das Novas Debêntures será feita com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Acionistas”) para a subscrição das Novas Debêntures – 2ª Série. A fim de assegurar a participação dos Acionistas na subscrição das Novas Debêntures – 2ª Série, nos termos do artigo 53 da RCVM 160, será concedida prioridade aos Acionistas para a subscrição e integralização, no mesmo ato, em moeda corrente nacional, de até a totalidade das Novas Debêntures – 2ª Série, na proporção de suas participações acionárias em relação ao total de ações ordinárias representativas do capital social da Companhia (“Oferta Prioritária das Novas Debêntures – 2ª Série”).

Todos os recursos efetivamente recebidos pela Companhia no âmbito da Oferta Prioritária das Novas Debêntures – 2ª Série por força da subscrição e integralização por um Acionista serão destinados exclusivamente para o pagamento da parcela dos Créditos Sujeitos detidos pelos Credores Sujeitos Apoiadores que não puder ser integralizada na subscrição das Novas Debêntures – 2ª Série por força da Oferta Prioritária das Novas Debêntures – 2ª Série, acrescida dos juros remuneratórios das Novas Debêntures – 2ª Série previstos na Cláusula 0 do Plano de RE incorridos entre a Data de Assinatura e o efetivo pagamento. O referido pagamento aos Credores Sujeitos Apoiadores deverá ocorrer em até 2 (dois) Dias Úteis contados do efetivo recebimento dos recursos pela Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

Juros. As Novas Debêntures – 2ª Série farão jus a juros a uma taxa anual equivalente a 1,000% (um por cento), acrescidos da Taxa DI, ao ano, calculados e incidentes desde a Data de Assinatura, a serem capitalizados, semestralmente, nos termos e condições estabelecidos na Escritura das Novas Debêntures.

Vencimento. As Novas Debêntures – 2ª Série vencer-se-ão em 28 de novembro de 2030 (“Data de Vencimento Novas Debêntures – 2ª Série”).

Amortização. As Novas Debêntures – 2ª Série serão integralmente amortizadas na Data de Vencimento Novas Debêntures – 2ª Série.

Novas Debêntures – 3ª Série

Valor do Principal. O valor principal das Novas Debêntures – 3ª Série corresponderá ao produto dos Créditos Sujeitos detidos pelos Credores Sujeitos Não Apoiadores pela relação (i) do Valor Principal 2ª e 3ª Séries sobre (ii) os Créditos Sujeitos (“Valor do Principal 3ª Série”).

Conversibilidade. As Novas Debêntures – 3ª Série não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Juros. As Novas Debêntures – 3ª Série farão jus a juros a uma taxa anual equivalente a 1,000% (um por cento), acrescidos de Taxa DI, ao ano, calculados e incidente desde a Data de Assinatura, a serem capitalizados, semestralmente, nos termos e condições estabelecidos na Escritura das Novas Debêntures.

Vencimento. As Novas Debêntures – 3ª Série vencer-se-ão em 28 de novembro de 2030 (“Data de Vencimento Novas Debêntures – 3ª Série”).

Amortização. As Novas Debêntures – 3ª Série serão integralmente amortizadas na Data de Vencimento Novas Debêntures – 3ª Série.

Oferta Subsequente de Ações 2023

Em 5 de setembro de 2023, foi protocolado, perante a CVM, pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia (“Ações”), realizada pela Companhia, na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160, com esforços de colocação das Ações no exterior (“Oferta”).

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 778.649.283 de novas Ações. Adicionalmente, foram atribuídos como vantagem adicional e entregues aos subscritores das Ações 4 bônus de subscrição para cada 5 Ações subscritas na Oferta (“Bônus de Subscrição”), totalizando até 622.919.426 Bônus de Subscrição. O montante da Oferta totalizou **R\$ 622.919.426,40**, considerando o Preço por Ação (conforme definido abaixo), valor que não considera o valor dos Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores.

12.9 Outras informações relevantes

A Oferta foi registrada na CVM sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160, sendo que, após a divulgação do “*Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias com Bônus de Subscrição de Emissão do Grupo Casas Bahia S.A.*” (“Anúncio de Encerramento”), a Oferta será objeto de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), conforme artigo 20, inciso I, do “*Código de Ofertas Públicas*”, expedido pela ANBIMA e atualmente vigente (“Código ANBIMA”).

A Oferta, portanto, não foi objeto de análise prévia pela CVM, pela ANBIMA ou por qualquer outra entidade reguladora ou autorreguladora.

A Oferta foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”), do BTG Pactual Investment Banking Ltda. (“BTG Pactual”), do Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”) e do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o BTG Pactual, e o Itaú BBA “Coordenadores da Oferta”) nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias com Bônus de Subscrição de Emissão do Grupo Casas Bahia S.A.*”, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta (“Contrato de Colocação”), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), em conformidade com os procedimentos da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA e das demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”) e no Ofício Circular 087/2014-DP, emitido pela B3, em 28 de novembro de 2014 (“Ofício 87/2014”).

12.9 Outras informações relevantes

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo UBS Securities LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo Santander US Capital Markets LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), sendo (a) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* de 1933 ("Securities Act"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários e (b) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, para investidores que sejam considerados *non-U.S. persons*, nos termos do *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, e pessoas não residentes no Brasil ou nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis de tais países, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores (referidos nas alíneas (a) e (b) acima) investissem no Brasil, de acordo com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") e pela CVM ("Investidores Estrangeiros"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Preço por Ação

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2023, foram aprovados, dentre outras matérias: (i) o preço por ação de R\$ 0,80; (ii) a emissão de até 622.919.426 Bônus de Subscrição, à razão de 4 Bônus de Subscrição para cada 5 ações subscritas (iii) o efetivo aumento do capital social da Companhia para o montante total de R\$ 5.449.626.427,48, dividido em 2.377.080.572 ações ordinárias da Companhia, mediante a emissão de 778.649.283 novas ações; e (iii) a homologação do aumento do capital social, no âmbito Oferta.

9ª emissão – série única (Reperfilamento)

O GRUPO CASAS BAHIA S.A. ("Companhia" ou "Grupo Casas Bahia") (B3: BHIA3) em sequência ao Fato Relevante publicado dia 29 de fevereiro de 2024, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral, em continuidade ao Plano de Transformação, que concluiu com Instituições Financeiras o reperfilamento de suas emissões de Cédulas de Crédito Bancário e da 9ª emissão de debêntures da Companhia que somam R\$1,5 bilhão ("Reperfilamento de Dívidas"). As dívidas reperfiladas, que teriam vencimento entre 2024 e 2025, terão um novo vencimento de 3 anos (36 meses). A amortização do principal ocorrerá após a carência de 18 meses, em pagamentos trimestrais de 5% (após carência) e 70% no 36º mês. O custo das operações será de CDI + 4% a.a.

12.9 Outras informações relevantes

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Renato Horta Franklin	Diretor Presidente	Registrado	
Sérgio Augusto França Leme	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 – Declaração individual do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RENATO HORTA FRANKLIN, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.406.918 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.417.436-00, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 28º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na qualidade de Diretor Presidente do **GRUPO CASAS BAHIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 28º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, para fins do item 13 deste Formulário de Referência, declara, nesta data, que:

(i) reviu o Formulário de Referência;

(ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

RENATO HORTA FRANKLIN
Diretor Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 – Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

SÉRGIO AUGUSTO FRANÇA LEME, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 18.761.063-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 151.151.448-59, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 28º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **GRUPO CASAS BAHIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 28º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, para fins do item 13 deste Formulário de Referência, declara, nesta data, que:

- (i) reviu o Formulário de Referência;
- (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

SÉRGIO AUGUSTO FRANÇA LEME
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.